



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM FILOSOFIA

Daniel Lourenço

NÃO-CONTRADIÇÃO: o mais firme de todos os princípios

Uma proposta de leitura para *Metafísica* Γ 3-6 de Aristóteles

FLORIANÓPOLIS

2017

Daniel Lourenço

NÃO-CONTRADIÇÃO: o mais firme de todos os princípios

Uma proposta de leitura para *Metafísica* Γ 3-6 de Aristóteles

Tese submetida ao Programa de Pós-graduação em Filosofia da Universidade Federal de Santa Catarina como requisito para obtenção de grau de Doutor em Filosofia, sob orientação do Prof. Dr. Nazareno Eduardo de Almeida.

FLORIANÓPOLIS

2017

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor,
através do Programa de Geração Automática da Biblioteca Universitária da UFSC.

Lourenço, Daniel
NÃO-CONTRADIÇÃO: o mais firme de todos os princípios :
Uma proposta de leitura para Metafísica ? 3-6 de Aristóteles
/ Daniel Lourenço ; orientador, Nazareno Eduardo de
Almeida, 2017.
187 p.

Tese (doutorado) - Universidade Federal de Santa
Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Programa
de Pós-Graduação em Filosofia, Florianópolis, 2017.

Inclui referências.

1. Filosofia. 2. Filosofia. 3. Aristóteles. 4. Princípio
de não-contradição. 5. Metafísica. I. de Almeida, Nazareno
Eduardo. II. Universidade Federal de Santa Catarina.
Programa de Pós-Graduação em Filosofia. III. Título.

Daniel Lourenço

NÃO-CONTRADIÇÃO: o mais firme de todos os princípios

Uma proposta de leitura para *Metafísica* Γ 3-6 de Aristóteles

O presente trabalho em nível de doutorado foi avaliado e aprovado por banca examinadora composta pelos seguintes membros:

Prof.(a) Marina dos Santos, Dr(a).
Universidade Federal de Santa Catarina

Prof. Celso Reni Braidá, Dr.
Universidade Federal de Santa Catarina

Prof. Raphael Zillig, Dr.
Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Certificamos que esta é a **versão original e final** do trabalho de conclusão que foi julgado adequado para obtenção do título de Doutor em Filosofia.

Prof. Dr. Ivan Ferreira da Cunha
Coordenador do Programa

Prof. Dr. Nazareno Eduardo de Almeida
Orientador

Florianópolis, 06 de dezembro de 2017.

Aos meus filhos Samuel e Miguel.

AGRADECIMENTOS

Gostaria de agradecer ao professor Nazareno Eduardo de Almeida pelo trabalho de orientação, pela liberdade e confiança depositadas nesse trabalho.

Agradeço aos membros da banca, professores Raphael Zillig, Celso Braidá e Marina dos Santos pelos valiosos comentários e sugestões, os quais, além de mostrarem as virtudes e vícios dessa tese, representam um importante incentivo para a continuidade nos estudos em Aristóteles.

Agradeço aos colegas da MUSAPh em Munique, Laura Castelli, Christian Pfeiffer, Christopher Noble e todos os outros, por todo o aprendizado e momentos especiais compartilhados. Agradeço em especial ao professor Christof Rapp por me receber de maneira tão cortês e ter oportunizado ocasião para apresentar e testar as ideias centrais da tese no seminário de pesquisa de pós-graduação.

Agradeço também ao colega Fernando Mendonça, parceiro de trabalho no período de estágio na MUSAPh, a quem devo preciosos momentos de conversa e discussão sobre a filosofia aristotélica.

Gostaria de prestar um agradecimento especial ao colega Gabriel Geller Xavier - que desde a graduação também se aventura por esse universo que é a filosofia aristotélica - pelas infundáveis discussões e conversas sobre questões dessa tese e tantos outros temas que nos são caros.

Agradeço aos meus pais, os quais me apoiaram sempre que necessário. Especialmente à minha mãe, pelo auxílio prestado na correção e revisão da versão final do texto. Os erros e descuidos que possam ter persistido são minha exclusiva culpa.

Agradeço à CAPES pelo auxílio financeiro, sem o qual essa pesquisa seria impossível, bem como pela extraordinária experiência do estágio de doutorado na Alemanha, o qual contribuiu enormemente não apenas para o resultado final do trabalho de pesquisa, mas para a minha formação e visão acadêmicas como um todo.

Por fim, agradeço a minha esposa Kati pelo apoio e paciência incondicionais. Sem o seu amor e companheirismo nada do que foi feito seria possível ou mesmo necessário.

RESUMO

A presente tese pretende defender a existência de um propósito alternativo para a argumentação desenvolvida por Aristóteles em *Metafísica* Γ 3-6, a saber: a enunciação da Não-Contradição como sendo o mais firme de todos os princípios. Tal compreensão é contrária ao entendimento tradicional sobre o propósito desse conjunto de capítulos, que encontra neles a pretensão aristotélica de provar a verdade do Princípio de Não-Contradição. A leitura que será defendida cumpre uma etapa central na realização de um projeto de pesquisa maior, o qual defende a existência de uma complementaridade doutrinária e estrutural entre os tratados aristotélicos da *Metafísica* e dos *Segundos Analíticos*. Uma decisão em favor da leitura tradicional ou da alternativa aqui proposta repercute muito além dos tratados mencionados, afetando decisivamente a compreensão do projeto filosófico de Aristóteles como um todo. Para defesa da tese aqui proposta será necessário desenvolver, em uma primeira etapa, uma detalhada análise de *Metafísica* Γ 3, capítulo no qual Aristóteles estabelece como sendo tarefa exclusiva do filósofo a enunciação do mais firme de todos os princípios. Com isso se cumprirá duplo objetivo: (i) mostrar as insuficiências e dilemas inerentes às leituras tradicionais sobre esse texto, (ii) mostrar a necessidade de se buscar, para além de Γ 3, a complementação da tarefa estabelecida. Em uma segunda etapa, será realizada uma leitura da argumentação desenvolvida por Aristóteles a partir de Γ 4, tendo por guia alguns elementos teóricos destacados na interpretação de Γ 3, feita na etapa inicial desse trabalho. Como pano de fundo dessa leitura será utilizada a interpretação defendida, no trabalho de dissertação, para a passagem do texto aristotélico acima mencionada.

Palavras-chave: Princípio de não-contradição; demonstração elêntica; *Metafísica*; Aristóteles; ciência do *ser enquanto ser*; prova da indubitabilidade; princípios primeiros.

ABSTRACT

The present thesis intends to defend the existence of an alternative purpose for the argument developed by Aristotle in *Metaphysics* Γ 3-6, namely: the enunciation of Non-Contradiction as being the firmest of all principles. Such an understanding is contrary to the traditional view about the main purpose for that set of chapters, which finds in them the purpose of proving the truth of the Principle of Non-Contradiction. The reading that is defended fulfills a central stage in the accomplishment of a major research project, which defends the existence of a doctrinal and structural complementarity between the Aristotelian treatises of *Metaphysics* and the *Posterior Analytics*. A decision in favor of traditional reading or the alternative here proposed reverberates far beyond the treaties mentioned, decisively affecting the understanding of Aristotle's philosophical project as a whole. In order to defend the thesis proposed here, it will be necessary to develop, in a first stage, a detailed analysis of *Metaphysics* Γ 3, chapter in which Aristotle establishes as being exclusively the philosopher's task the enunciation of the firmest of all principles. This will accomplish a double objective: (i) to show the inadequacies and dilemmas inherent in traditional readings of this text, (ii) to show the need to seek, in addition to Γ 3, the complementation of the established task. In a second stage, a reading of the argument developed by Aristotle from Γ 4 will be performed, with some theoretical elements highlighted in the interpretation of Γ 3, made in the first stage. As background of this reading will be used the interpretation defended, in the work of dissertation, for this passage of the Aristotelian text.

Keywords: Principle of non-contradiction; ellentic demonstration; *Metaphysics*; Aristotle; science of *being qua being*; indubitability proof; first principles.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	10
1. A MULTIPLICIDADE DE PROPÓSITOS: os dilemas de uma leitura alternativa para a argumentação de Γ 3-6 da <i>Metafísica</i>	25
2. A TAREFA DE ENUNCIAR O MAIS FIRME DE TODOS OS PRINCÍPIOS	48
2.1 Considerações iniciais sobre a estrutura de Γ 3 da <i>Metafísica</i>	48
2.2 A investigação dos primeiros princípios: a resposta para a segunda aporia de <i>Metafísica B</i> 2	50
2.3 O princípio buscado: os qualitativos do mais firme de todos os princípios	73
2.3.1 A enumeração dos qualitativos: três possibilidades de leitura	74
2.3.2 Sobre o significado dos qualitativos enunciados: duas possibilidades de leitura.....	90
3. NÃO CONTRADIÇÃO: a defesa do título de mais firme de todos os princípios em Γ 3	120
3.1 A estrutura da argumentação: considerações iniciais	120
3.2 Leitura tradicional: dilemas.....	122
3.3 Leitura alternativa: uma nova perspectiva	129
4. A DEFESA DO MAIS FIRME DE TODOS OS PRINCÍPIOS: o propósito de <i>Metafísica</i> Γ 4-6.....	135
4.1 Notas sobre a estrutura de Γ 4-6 da <i>Metafísica</i>	135
4.2 Definição e Não-Contradição: as consequências de não se reconhecer o princípio mais firme de todos	140
CONCLUSÃO	155
APÊNDICE I.....	157
APÊNDICE II.....	163
APÊNDICE III.....	174
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	180

INTRODUÇÃO

A tese geral, que orienta e vem orientado minha pesquisa no campo da epistemologia e ontologia aristotélicas nos últimos anos, consiste na compreensão de que o projeto da *ciência do ser enquanto ser* e a doutrina da ciência desenvolvidos por Aristóteles, nos tratados da *Metafísica* e dos *Segundos Analíticos*, respectivamente, estão não apenas em consonância, mas são teórica e argumentativamente complementares e dependentes entre si. O presente trabalho representa o desenvolvimento de uma importante etapa para a defesa dessa tese geral, um projeto de pesquisa idealizado e paulatinamente desenvolvido desde a dissertação de mestrado.

Justificativas para tal compreensão quanto à unidade doutrinária, certamente heterodoxa aos olhos da maioria dos leitores contemporâneos da obra do Estagirita, não enfrentariam, acredito, maiores constrangimentos, não fossem, é claro, os impressionantes esforços empreendidos pelas principais correntes interpretativas da filosofia aristotélica do último século para defender a tese contrária: i.e., a incompatibilidade e necessidade de revisão da doutrina da ciência de Aristóteles em razão do seu projeto de uma ciência geral do *ser*. O século XX testemunhou uma abrupta transformação em que a imagem milenar de um filósofo, autor de uma obra marcada pela unidade doutrinária e pelo caráter dogmático do conteúdo, cedeu lugar à imagem de outro, no qual a fragmentação doutrinária e o teor predominantemente aporético dos escritos são a tônica. Nesse intenso processo de transformação não foi por coincidência que, da obra aristotélica, os tratados da *Metafísica* e dos *Segundos Analíticos* foram justamente o alvo da maior parte dos esforços de reinterpretação.¹

¹ Tratei dos desenvolvimentos dessa questão, no que diz respeito à percepção contemporânea quanto à relação entre a doutrina da ciência dos *Segundos Analíticos* e a ciência do *ser enquanto ser* da *Metafísica*, em mais detalhes na introdução de minha dissertação de mestrado, in: LOURENÇO, D. *Definição, Não-contradição e Indemonstrabilidade dos Princípios: uma proposta de leitura para Metafísica Γ, 4 à luz de Segundos Analíticos I, 22*. Orientador Prof. Dr. Nazareno Eduardo de Almeida, UFSC, 2013. Em vista disso, reapresentarei a questão da maneira mais breve possível. É forçosa a repetição desse tema, ainda que de modo condensado, para deixar minimamente caracterizada aos leitores do presente trabalho, a natureza de minha posição interpretativa e os problemas que ela deve enfrentar.

No tocante ao tratado dos *Segundos Analíticos*, embora não fora alvo de interesse comparável ao que recaiu sobre a *Metafísica*, o processo de descrédito e fragmentação da obra foi bastante pronunciado, sendo o parecer de Augustin Mansion um testemunho exemplar a esse respeito. Na opinião desse importante autor, os *Segundos Analíticos* consistem de uma colcha de retalhos doutrinária, de uma composição fragmentada em que restos de redações de diferentes datas, representando o pensamento de Aristóteles em diferentes momentos, foram adaptados num todo muitas vezes conectado de maneira precária e ininteligível.² À revelia de Mansion, Jean Marie Le Blond, já em 1939, denunciara profundas diferenças entre lógica e método em Aristóteles, cabendo a ele chamar a atenção para o papel da dialética na metodologia aristotélica.³ Mais tarde, em 1960, “Aristóteles e os problemas de método” foi o tema da prestigiosa série dos *Symposia Aristotélica*, quando, exposições célebres como a de Pierre Aubenque sobre a noção de aporia e a de G.E.L Owen intitulada “*tithenai ta phainomena*” contribuíram para a consolidação do entendimento de Le Blond quanto à pluralidade de métodos praticados e teorizados por Aristóteles.⁴ O interesse crescente pela questão dos métodos alternativos à doutrina científica de Aristóteles por parte da crítica especializada, especialmente quanto à dialética aristotélica, relegou a um plano marginal a doutrina apodítica dos *Segundos Analíticos*. Todavia, tal situação indigna, felizmente, não permaneceu incontestada por muito tempo. Em um artigo seminal, publicado em 1969, Jonathan Barnes deu um importante passo no processo de reabilitação dos *Segundos Analíticos*. Nele, o autor sustentou que a obra do Estagirita não contém um método de investigação científica, mas um método de estruturação do corpo de conhecimentos de uma ciência já estabelecida, à maneira dos *Elementos* de Euclides; o que conferiria um caráter mais didático do que investigativo às demonstrações científicas.⁵ Em seu comentário aos *Segundos Analíticos*, publicado pela primeira vez em 1975, Barnes, retomando a tese proposta em 1969, ressaltou que a maior parte das críticas contemporâneas ao tratado aristotélico até então,

² MANSION, A. *Introduction à la physique aristotélicienne*. Louvain: Institute Supérieur de Philosophie, 1945, p.12-13 apud PORCHAT, O. *Ciência e Dialética em Aristóteles*. São Paulo: Editora UNESP, 2000, p. 29.

³ LE BLOND, J. M. *Logique et méthode chez Aristote*, Paris: J. Vrin, 1939 apud PORCHAT, 2000, p. 26 e apud BERTI, E. *As razões de Aristóteles*. São Paulo: Edições Loyola, 1998, p. xii.

⁴ Cf. BERTI, E. 1998, p. xii-xiii.

⁵ BARNES, J. Aristotle's theory of demonstration. *Phronesis*, 1969a, p. 123-152.

resultavam de uma expectativa equivocada quanto à sua natureza e propósito.⁶ Nesse esforço de reabilitação vale também destacar o trabalho pioneiro de Oswaldo Porchat, que em 1967, em sua defesa de doutorado sob orientação de Victor Goldschmidt, na contracorrente dos trabalhos realizados à época, encontrou nos *Segundos Analíticos*: “um texto ordenado e coerente, que não vem macular nenhuma contradição interna, cumprindo adequadamente o objetivo que o filósofo lhe traçou e oferecendo-nos uma doutrina unitária do saber científico”.⁷ Recentemente, em uma tentativa de contribuir de algum modo para os esforços de reabilitação dos *Segundos Analíticos*, desenvolvi uma leitura que enfrenta algumas das principais críticas contemporâneas sobre a argumentação apresentada pelo Estagirita nos capítulos 3 e 19-22 desse tratado.⁸

No tocante ao tratado da *Metafísica*, os trabalhos seminais de Werner Jaeger e David Ross influenciaram, praticamente, toda a literatura secundária posterior. Enquanto Jaeger questionou a unidade do projeto metafísico aristotélico,⁹ Ross se concentrou no caráter dogmático do mesmo.¹⁰ Em sua tese, Jaeger sustentou a

⁶ BARNES, J. *Posterior analytics*, 20ª ed. Oxford: Claredon Press, 2002. 2002, p. xi-xxii.

⁷ PORCHAT, 2000, p. 27. Surpreendentemente, tal trabalho só foi publicado em 2001, permanecendo inédito até essa data.

⁸ Nesses capítulos Aristóteles defende a célebre doutrina acerca da existência de primeiros princípios indemonstráveis para as ciências. LOURENÇO, D. 2013a, p. 89-130 e 177-185; LOURENÇO, D. A resposta aristotélica para a aporia do regresso ao infinito nas demonstrações. In: Jaimir Conte; Cezar A. Mortari. (Org.). *Temas em filosofia contemporânea*. 1ª ed. Florianópolis: NEL - Núcleo de Epistemologia e Lógica, 2014, v. 13, p. 184-203; LOURENÇO, D. Predicação e Demonstração: Algumas considerações sobre os *Segundos Analíticos I*, 22. Florianópolis: *Peri – Revista de Filosofia*, v. 5, p. 185-200, 2013b.

⁹ Jaeger iniciou uma linha de interpretação chamada “abordagem genética” com os trabalhos *Studien zur Entstehungsgeschichte der Metaphysik des Aristoteles*, 1912 e *Aristotele: Grundlegung einer Geschichte seiner Entwicklung*, 1923. Embora muitas das propostas de Jaeger sejam hoje contestadas, dificilmente se poderia dimensionar a influência e contribuição do seu método para a retomada dos estudos sobre Aristóteles no século XX. A compreensão de que as doutrinas aristotélicas sofreram algum grau de evolução ao longo da carreira do filósofo e que o testemunho de tal evolução pode ser identificado no *corpus aristotelicum* é quase onipresente dentre os intérpretes. Para uma completa apreciação da posteridade e desdobramentos da abordagem genética ver, MESQUITA, A. P. *Obras completas de Aristóteles: introdução geral*. Vol. 1. Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 2005, p. 341-433.

¹⁰ Segundo Ross, o método utilizado por Aristóteles na *Metafísica* difere daquele preconizado nos *Segundos Analíticos* em razão da própria natureza da investigação metafísica. Enquanto o método dos *Analíticos* seria adequado às investigações científicas em geral, a *ciência do ser enquanto ser*, na medida em que buscaria o estabelecimento de verdades absolutamente primeiras, as quais não poderiam ser inferidas a partir de nada que lhes fosse anterior ou mais fundamental, demandaria um método de caráter mais “dialético” que propriamente demonstrativo. Por meio de tal método se empreenderia um caminho partindo das crenças do senso comum até as verdades das quais essas crenças seriam uma expressão imprecisa, sendo que a comprovação dessas verdades se faria pela elucidação das implicações geradas a partir de sua negação, Cf. ARISTOTLE. *Metaphysics*. A Revised Text with Introduction and Commentary by W. D. Ross, 1997, p. lxxvi-lxxvii. Um exemplo paradigmático

existência de dois projetos científicos distintos e incompatíveis no tratado da *Metafísica*, uma ontologia e uma teologia, reunidos artificialmente à guisa de um mesmo projeto científico.¹¹ Ross, por sua vez, embora sem partilhar das crenças de Jaeger, sustentou que o método empregado por Aristóteles em suas investigações não seria aquele preconizado nos *Segundos Analíticos*. Para ele, o Estagirita não estava fazendo uso de uma argumentação silogística formal, i.e., em que se chega a conclusões por meio de premissas já conhecidas, mas sim, procedendo de maneira aporemática, i.e., em que se discute uma mesma questão sob diversos aspectos sem que necessariamente se alcance, contudo, alguma resposta definitiva.

As linhas de leituras inauguradas por Jaeger e Ross refletiram, alguns anos mais tarde, nos trabalhos também seminais de G.E.L. Owen e Pierre Aubenque.¹² Por meio deles, a tensão entre os tratados aristotélicos foi levada ao extremo culminando, no primeiro caso, na necessidade de uma nova concepção de ciência; no outro, na impossibilidade mesma do projeto de uma *ciência do ser enquanto ser*. O cerne do problema se localiza na patente incompatibilidade entre duas teses sustentadas por Aristóteles em diferentes tratados: nos *Segundos Analíticos*, as exigências da unidade genérica do objeto da ciência e da existência de princípios primeiros e indemonstráveis¹³ e na *Metafísica*, a não unidade genérica do *ser* e a tentativa de se demonstrar um princípio primeiro.¹⁴

do método esboçado por Ross pode ser depreendido da argumentação a respeito do Princípio de Não-Contradição realizada em *Metafísica* Γ 4-8. A intuição de Ross será mais tarde explorada de maneira mais extensiva por Terence Irwin.

¹¹ JAEGER, W. *Aristotle: Fundamentals of the history of his development*. Trad. Richard Robson. Oxford: Oxford University Press, 1948, p. 217-218.

¹² Refiro-me especialmente ao artigo de G.E.L. Owen "Logic and metaphysics in some early works of Aristotle" publicado em 1960 e ao livro de Pierre Aubenque "*Le problème de l'être chez Aristote*" publicado em 1962.

¹³ Sobre a unidade genérica da ciência, cf. *Segundos Analíticos* I, 7, 9, 12, 28, 32. Sobre a indemonstrabilidade dos primeiros princípios, cf. *Segundos Analíticos* I, 3, 19-22. É digno de nota que Aristóteles dedica considerável parte desse tratado na resolução das aporias do regresso infinito nas demonstrações e do *Mênnon*, as quais representam dois dos mais formidáveis desafios enfrentados pela epistemologia antiga. Para uma excelente apreciação da questão do *Mênnon* nos *Segundos Analíticos* cf. FERREJOHN, M. Meno's Paradox and De Re Knowledge in Aristotle's Theory of Demonstration. *History of Philosophy Quarterly*, Vol. 5, No. 2 (Apr., 1988), p. 99-117.

¹⁴ Sobre a não unidade genérica do *ser*, cf. *Ethica Eudemia* I, 8. 1217b 25-35 e *Metafísica* B, 998b 22-27. Sobre uma tentativa de demonstração dos primeiros princípios, cf. *Metafísica* Γ4-8. Nesses capítulos Aristóteles trata do PNC e do Princípio do Terceiro Excluído (PTE). Em virtude da impossibilidade da demonstração *strictu sensu* dos primeiros princípios, Aristóteles desenvolve uma estratégia alternativa de prova, denominada, demonstração elêntica (ἀποδείξει ἐλεγκτικῶς).

Na esteira da leitura de Owen, Terence Irwin constatou em *Metafísica* Γ, na argumentação aristotélica envolvendo o Princípio de Não-Contradição,¹⁵ não apenas a existência de uma nova concepção de ciência, mas também o surgimento de uma nova forma de dialética.¹⁶ O trabalho de Irwin, embora seja alvo de muitas ressalvas, contribuiu sobremaneira para a consolidação e disseminação de uma linha de interpretação da *Metafísica* aristotélica em que o caráter dialético e o teor aporético do texto se destacam. Para além dessa linha interpretativa específica,¹⁷ a impressão de que Aristóteles está forçando a *ciência do ser enquanto ser* para além dos limites de sua própria doutrina da ciência transparece mesmo em leituras mais pontuais sobre o texto de *Metafísica* Γ 4-8; mesmo nos casos que os autores não deixam explícitos seus posicionamentos no tocante à natureza do projeto metafísico de Aristóteles, a compreensão de que o Estagirita está tentando, de algum modo, justificar a verdade do Princípio de Não-Contradição aparece como algo patente e natural.¹⁸

O entendimento de que os esforços empregados por Aristóteles na justificação do PNC sinalizem mudanças na doutrina aristotélica da ciência, malgrado sua popularidade, não permaneceu incontestado na literatura secundária sobre *Metafísica* Γ. Algumas vozes no deserto, como a de Jonathan Lear, já em 1980, apontavam para uma linha de interpretação radicalmente distinta. O autor sustentou a tese de que Aristóteles estava defendendo a indubitabilidade do PNC, i.e., a impossibilidade de acreditar na falsidade do princípio. Para ele, a argumentação desenvolvida em Γ 4 não visa provar a verdade do PNC, mas sim revelar para aqueles que já a aceitaram (subentende-se a audiência do Estagirita), a posição absurda na qual se encontram

¹⁵ Doravante PNC.

¹⁶ De acordo com Irwin, a *ciência do ser enquanto ser* representa uma ciência de segunda ordem, cuja fundamentação é ainda científica, embora não mais de caráter demonstrativo. De sorte que, segundo ele, Aristóteles desenvolveu um método de natureza dialética para a justificação dos princípios que, diferentemente da dialética apresentada nos *Tópicos*, não possui por premissas em uma argumentação, meras crenças do senso comum, mas sim crenças comuns que não podem ser postas em dúvida, sob pena de se abdicar da capacidade discursiva em geral. A defesa do PNC, realizada em Γ 4, seria o exemplo paradigmático do uso e da capacidade dessa nova dialética. IRWIN, T. Aristotle's Discovery of Metaphysics. *The Review of Metaphysics*, Vol. 31, No. 2 (Dec., 1977), p. 210-229 e IRWIN, T. *Aristotle's First Principle*. Oxford: Clarendon Press, 1988.

¹⁷ A obra de Enrico Berti, *Le ragioni di Aristotle*, 1989, é um excelente exemplo da consolidação da linha de interpretação "dialética" e "aporemática" da *Metafísica*. Embora posterior ao trabalho de Irwin, o autor não o cita nesse trabalho, significando talvez, uma linha de interpretação independente.

¹⁸ Curiosamente, o fato de Aristóteles ter provado, à duras penas, a tese da indemonstrabilidade dos primeiros princípios nos *Segundos Analíticos* I, 3, 19-22 não parece incomodar a maioria dos intérpretes de *Metafísica* Γ 4.

aqueles que negam a verdade do princípio.¹⁹ Alguns anos mais tarde, em 1986, Alan Code publicou um interessante artigo, inspirado em parte por Lear, em que defendeu, também contrariando, a visão corrente, um propósito alternativo para a argumentação de *Metafísica* Γ 4.²⁰ Para Code, a argumentação desenvolvida pelo Estagirita em Γ 4 possui por objetivo principal mostrar que o PNC é o mais firme de todos os princípios (βεβαιωτάτη ἀρχή πασῶν); tarefa essa estabelecida pelo próprio Aristóteles no capítulo anterior da *Metafísica*, em Γ 3.²¹ O propósito aristotélico em Γ 4 seria, então, provar certas verdades **sobre** o PNC (seus atributos, seus πάθη), i.e., que o erro é impossível a respeito dele e que nenhum outro princípio lhe é anterior.²² Além disso, Code sustentou, contra Irwin, que a *ciência* de Γ está em conformidade com o cânon estabelecido dos *Segundos Analíticos*, não representando, portanto, uma nova concepção de ciência.²³

Alguns anos antes de Code, em 1984, Edward Halper, de maneira independente, sugeriu que a preocupação principal de Aristóteles em Γ 4-8 não reside, propriamente, na questão da verdade, mas na extensão universal do PNC, i.e., de que todos os seres estão sob o seu escopo. Mais do que tudo, trata-se da tentativa de determinação das condições necessárias que um ser deveria preencher para estar em conformidade com o PNC.²⁴

Na esteira da interpretação de Irwin, em 1994 Robert Bolton sustentou, contrariamente àquele, que a defesa do PNC obedece às regras para uma refutação

¹⁹ LEAR, J. *Aristotle and Logical Theory*. Cambridge: Cambridge University Press, 1980, p. 99-114, cf. p. 99 e 113-14.

²⁰ Kirwan, em seu comentário ao Γ 4, identifica três linhas de interpretação quanto ao propósito da demonstração elêntica: (i) Aristóteles teria abandonado o *cânon* de ciência estabelecido nos *Segundos Analíticos*, e estaria desenvolvendo algum tipo de demonstração dialética; (ii) Aristóteles não teria abandonado o referido *cânon* e a argumentação elêntica envolvendo o PNC e o PTE funcionaria como uma espécie de prolegômeno; (iii) Aristóteles não estaria tentando demonstrar os princípios primeiros, mas tentando mostrar algo a respeito deles. Como representante da leitura (i) Kirwan escolhe Irwin, de (iii) Code, e para (ii), nenhum autor específico. O autor ressalta que se sente mais inclinado pela opção (iii), contudo acredita que ela não é incompatível as demais opções, cf. *Aristotle's Metaphysics, Books Γ, Δ and E*. Oxford: Clarendon Press, 1971 (2003), p. 204-205.

²¹ Trata-se de provar, na nomenclatura adotada por Code, a indubitabilidade e anterioridade absoluta do PNC. Cf. CODE, A. "Aristotle's Investigation of a Basic Logical Principle: Which Science Investigates the Principle of Non-Contradiction?" *Canadian Journal of Philosophy*, vol.16, nº 3, 1986, p. 341-358.

²² Ibidem. p. 354-355.

²³ Ibidem. p. 348-354. Code sustentou que a verdadeira diferença entre a *ciência do ser enquanto ser* e as demais ciências particulares reside no modo como elas tratam de seus respectivos objetos de estudo; enquanto as últimas investigariam o ser sob um determinado aspecto, a primeira investigaria o ser sob uma perspectiva absolutamente universal, cf. op. cit. p. 352-354.

²⁴ HALPER, E. Aristotle on the Extension of Non-Contradiction. *History of Philosophy Quarterly*, Vol. 1, No. 4 (Oct., 1984), p. 369-380.

estabelecidas nos *Elencos Sofísticos* e no livro VIII dos *Tópicos*, não representando, desse modo, qualquer modificação doutrinária em relação ao conteúdo daqueles tratados.²⁵ Para ele, tampouco a *Metafísica* estaria em contradição com a doutrina dos *Segundos Analíticos*, pois a *ciência do ser enquanto ser* acomoda os moldes de uma estrutura explanatória demonstrativa, tal como aqueles estabelecidos por Aristóteles nesse último tratado.²⁶

Como podemos ver, a relação entre os tratados dos *Segundos Analíticos* e da *Metafísica* se divide em duas possibilidades opostas, colocando-nos frente a um caso limítrofe: de um lado, tem-se a ruptura com o conceito de ciência e a evolução da doutrina filosófica; do outro, a unidade da doutrina e a manutenção do conceito. Se houver aqui, um caso de contradição, de serem as posições apresentadas realmente contraditórias entre si, então, como nos ensina diligentemente o Estagirita: uma delas deve ser necessariamente falsa, enquanto a outra, verdadeira. Ademais, como o Aristóteles resultante em cada caso certamente não é o mesmo, tampouco, acredito, pode ser o conjunto da obra resultante.

A leitura da *Metafísica* do presente trabalho se alinha como a segunda posição listada: a unidade doutrinária e a manutenção do conceito de ciência. Contudo, como mencionado inicialmente, para além das linhas gerais de tal posicionamento, existe, da minha parte, também a compreensão da complementaridade teórica e argumentativa entre os tratados da *Metafísica* e dos *Segundos Analíticos*. A defesa dessa tese geral envolve dois pontos cruciais: (i) a unidade genérica da ciência do *ser enquanto ser*, e (ii) a demonstração do PNC em *Metafísica* Γ 3-8. Ambas as questões têm de ser respondidas e explicadas se se pretende uma unidade doutrinária entre os *Segundos Analíticos* e a *Metafísica*, pois cada uma delas representa, por si só, a refutação de tal possibilidade.

O tratamento de qualquer um dos pontos supramencionados certamente não é uma tarefa simples, dado que toca em pontos nevrálgicos da filosofia aristotélica, os quais compõem, em grande medida, o principal eixo das discussões presentes na literatura secundária contemporânea sobre a filosofia do Estagirita. Em que pese a necessidade de respostas para ambos os problemas, é digno de nota que tais

²⁵ Cf. p. 325-38, in BOLTON, R "Aristotle's conception of metaphysics as a science", in T. Scaltsas, D. Charles e M. L. Gill (eds), *Unity identity and explanation in Aristotle's metaphysics*. Oxford: Clarendon Press, 1994, p. 321-54.

²⁶ Ibidem. p. 352.

questões não se implicam mutuamente, podendo-se, em razão disso, tratá-las em separado, de sorte que uma escolha se faz possível quanto ao tema a ser enfrentado primeiro.

No presente caso, optei pela questão envolvendo o PNC, isto é, o problema da contradição entre a doutrina da indemonstrabilidade dos primeiros princípios das ciências, defendida nos *Segundos Analíticos*, e a tentativa de justificação/demonstração de um princípio primeiro em *Metafísica* Γ 4-8. A escolha não foi motivada pela maior facilidade, ou dificuldade do tema, mas sim porque, nesse caso, já havia, desde cedo, uma intuição mais nítida de como enfrentar o problema.²⁷

A defesa da compatibilidade e complementaridade de tais tratados aristotélicos, em virtude de seu caráter heterodoxo, demanda, naturalmente, um esforço e um cuidado argumentativo apropriados à tarefa. Na circunstância atual isso significou,

²⁷ No que diz respeito ao problema da unidade genérica da *ciência do ser enquanto ser*, a discussão é bastante profícua na literatura secundária. O trabalho de G.E.L. Owen sobre a unidade de significação (*focal meaning*) indicou um interessante caminho para a resolução do problema (cf. *Logic and metaphysics in some early works of Aristotle*, in *Logic, science and dialectic: Collected Papers in Greek Philosophy*, New York; Cornell University Press, 1986) A sugestão de Owen deu fôlego a uma plethora de trabalhos sobre o tema, de maneira que já em 1970, Walter Leszl, em seu monumental *Logic and Metaphysics*, sentiu-se impelido a agrupar os autores sobre o tema em duas linhas interpretativas distintas (LESZL, W. *Logic and Metaphysics in Aristotle: Aristotle's Treatment of Types of Equivocity and Its Relevance to His Metaphysical Theories*. Editrice Antenore, Padua, 1970, apud. HAMLIN, D.W. *The Presidential Address: Focal Meaning*. Proceedings of the Aristotelian Society, New Series, Vol. 78 (1977 - 1978), p. 1-18). Sobre a questão, vale destacar o artigo de Michael Ferejohn em que o autor apresenta um tratamento mais completo para o conceito de unidade focal, indo além das intuições apresentadas por Owen (FEREJOHN, M. *Aristotle on Focal Meaning and the unity of Science*. *Phronesis*, 25, 1980, p. 117-128). Ademais, a estratégia encontrada por Aristóteles de condução da ciência do *ser* para uma da substância (οὐσία) parece buscar nesta última a unidade genérica que falta ao primeiro. Com efeito, em Γ 2-3 o Estagirita trata das subdivisões do *ser* (τὸ ὄν) em gêneros de οὐσία (cf. 1004a 2-5 e 1004a 33-1005b 1). Além do caminho apontado por Owen, Alan Code desenvolveu uma leitura em que mostra como a ciência do *ser* se adequa aos moldes dos *Segundos Analíticos*, (cf. CODE, A. 1984 e CODE, A. *Metaphysics and Logic*, in *Aristotle today: essays on Aristotle's ideal of Science*. Edited by Mohan Matthen. Edmont, Alberta: Academic Printing and Publishing, 1987, p. 127-149), confiança também partilhada por Robert Bolton (cf. BOLTON, R. 1994). Na literatura brasileira, o trabalho de Eduardo Isdra Záchia fornece também algumas interessantes intuições para se pensar uma resposta para o problema da unidade e da cientificidade da ciência do *ser enquanto ser* conforme o cânon estabelecido nos *Segundos Analíticos*, ainda que em outra perspectiva que a unidade genérica (cf. ZÁCHIA, E. I. *A ciência da Metafísica de Aristóteles*. Orientador Prof. Dr. Balthazar Barbosa Filho. Dissertação de mestrado, UFRGS, 2013).

A maior dificuldade, contudo, não parece residir na unidade genérica do *ser*, mas sim, na unidade genérica da substância, pois, em *Metafísica* Z 13 e H 1, Aristóteles aparentemente elimina a possibilidade do Gênero (τὸ γένος) ou do Universal (τὸ καθόλου) serem οὐσία. De maneira que o problema da homonímia do *ser* parece se converter no problema da homonímia da substância (οὐσία). Se a solução para a ciência do *ser* estava em propor uma ciência da substância, é lícito nos perguntarmos o que nos garante, agora, a possibilidade de uma ciência da substância. O conceito de οὐσία é uma das questões que mais tem alimentado os debates aristotélicos nas últimas décadas. Não obstante a complexidade do tema, em razão de algumas intuições sobre o mesmo, acredito que o texto de Z e H não representam um entrave real para a unidade genérica da *ciência do ser enquanto ser* proposta em Γ.

considerando-se também as limitações teóricas e capacidades argutivas do proponente, um empreendimento cuja extensão requereu tanto a pesquisa de mestrado quanto, agora, a de doutorado. Na primeira, a questão acerca da complementaridade foi o objeto de maior interesse e tratamento. Na segunda, a questão da compatibilidade será o tema desenvolvido. Antes de dar prosseguimento, contudo, penso ser necessário apresentar em numa pequena síntese, os resultados e caminhos interpretativos adotados na dissertação, pois os mesmos serão retomados no quadro argumentativo que será desenrolado.

Na dissertação de mestrado, primeiramente, busquei enfraquecer a linha de leitura mais corrente sobre o propósito da argumentação desenvolvida a partir de *Metafísica* Γ 4, i.e., a justificação do PNC.²⁸ A execução de tal tarefa se deu em duas frentes distintas. Inicialmente, apontei os principais problemas resultantes da linha de interpretação tradicional e as consequências negativas desses para o empreendimento aristotélico. Depois, mostrei a possibilidade, na letra do texto, de propósitos alternativos para a argumentação envolvendo o PNC. Na ocasião, foram apresentadas duas alternativas: (i) o PNC como sendo o mais firme de todos os princípios, e (ii) a impossibilidade de se demonstrar todas as coisas.

Em um segundo momento da dissertação, tomei como objeto de análise a argumentação acerca da necessidade de princípios indemonstráveis para as ciências, desenvolvida por Aristóteles nos *Segundos Analíticos* I, 3 e 19-22. Tal procedimento se fez necessário na medida em que a linha de interpretação mais corrente sobre a mesma se mostrou extremamente desfavorável quanto ao sucesso do pleito aristotélico. Fato grave, que se revelando verdadeiro, constituiria falta irreparável na doutrina da ciência proposta pelo Estagirita, dado que para ele a existência de princípios indemonstráveis é condição *sine qua non* do conhecimento científico. Por meio de uma cuidadosa análise do texto aristotélico, em especial do capítulo 22, foi possível depreender uma argumentação bem elaborada, coerente e consistente, adequada ao propósito para o qual fora designada. Em suas linhas gerais, a argumentação pode ser resumida do seguinte modo:

Na primeira parte, Aristóteles toma os limites da predicação como objeto de análise. Com o intuito de mostrar a impossibilidade de se formar cadeias predicativas

²⁸ LOURENÇO, D. 2013a.

infinitas, o Estagirita desenvolve duas provas: uma considerando as predicacões essenciais, outra a predicacão em geral, i.e., aquela envolvendo atribuicões de itens essenciais (τά ἐν τῷ τί ἐστίν) e as de itens concomitantes (τὰ συμβεβηκότα).²⁹ Na primeira prova a estratégia utilizada é surpreendentemente simples: ele sustenta que **se** (εἰ) for possível delimitar ou definir algo, isto é, se os predicados necessários para o definir não forem infinitos, então a prova se segue, i.e., as cadeias predicativas essenciais seriam finitas (83a 4-9). Na segunda prova, Aristóteles procurando exaurir as demais possibilidades de cadeias predicativas, analisa também as predicacões concomitantes. Nesse caso, a exemplo do anterior, a predicacão não vai ao infinito (83a 39-b 32)³⁰. Na leitura do capítulo 22 busquei destacar alguns elementos chaves que reaparecem na argumentacão de *Metafísica* Γ 4. Em especial, **(i)** o papel da noçã de “delimitacão” (ὀρισμός) no primeiro argumento e a dependência dos demais argumentos sobre ele; **(ii)** a natureza condicional da argumentacão, pois esta depende da possibilidade da delimitacão ou definicão, o que não foi provado em nenhuma parte dos *Segundos Analíticos*; **(iii)** a análise da possibilidade da predicacão formar cadeias infinitas, para “cima” e para “baixo”, como ferramenta utilizada na argumentacão.

Com os elementos supramencionados em mãos, em um terceiro e último momento da dissertacão, desenvolvi uma leitura alternativa para a primeira parte da argumentacão de Γ 4 (cf. 1006a 11-1007b 18).³¹ Essa passagem contém, no entender da maioria dos intérpretes, o núcleo da defesa do PNC. Na leitura proposta, mostrei

²⁹ A relação entre o limite para as cadeias predicativas e a existência de princípios indemonstráveis para as ciências pode ser apreendida do modo como Aristóteles concebe o silogismo demonstrativo: uma cadeia de atribuicões afirmativas ou negativas, por meio da qual, via de regra, atribui-se por um termo médio um predicado a um sujeito. Um termo A é C, por que A é B e B é C.

Na dissertacão defendi que a primeira prova é a mais importante do capítulo (83a 4-9), pois os demais argumentos apresentados no capítulo 22 dependem dela. Também chamei atençã para o caráter condicional dessa prova, e o fato dela, em razã deste, permanecer inconclusa. Aristóteles condiciona o sucesso da prova à possibilidade de delimitar ou definir algo (ὀρίσασθαι), para o que uma prova em favor é oferecida somente em *Metafísica* Γ 4 (1006a 35-b 11).

³⁰ Na realidade, no caso das predicacões concomitantes, a limitacão se dá por que não há sequer formacão de cadeias predicativas.

³¹ A interpretaçã que desenvolvi é bastante heterodoxa, principalmente quanto a sua estrutura. Nela, identifiquei apenas dois argumentos, enquanto a maioria dos intérpretes encontram pelo menos quatro. O primeiro e principal argumento está em 1006a 35-b 11 e tem a possibilidade da delimitacão como tema; o segundo, estende-se por 1006a 28-34 e 1006b 7-1007b 18, subdividindo-se em duas partes principais: a primeira, até 1007b 2, contém esclarecimentos preliminares ao argumento; a segunda, em 1007b 2-18, contém o argumento propriamente dito, o qual visa mostrar que as predicacões concomitantes não vão ao infinito. Tal estrutura, coincidentemente ou não, espelha a estrutura da argumentacão dos *Segundos Analíticos* I 22. Ali, também se tem duas provas: uma, dependendo da possibilidade da delimitacão de algo, e a outra, envolvendo a possibilidade de predicados concomitantes formarem cadeias infinitas. No capítulo 22, a segunda prova também é precedida de uma extensa discussã preliminar.

que o resultado principal pretendido por Aristóteles também é alcançado por um argumento inicial envolvendo a possibilidade da delimitação ou definição de algo (ὠρισμένον τι). Todavia, diferentemente do que se passou nos *Segundos Analíticos I 22*, tal possibilidade foi, enfim, assegurada.³² Tal linha de interpretação permitiu identificar em *Metafísica Γ 4* a complementação argumentativa que faltava nos *Segundos Analíticos I 22*, sem a qual a tese da indemonstrabilidade dos primeiros princípios não poderia ser provada. Uma vez assegurada a possibilidade da delimitação, o Estagirita inicia uma segunda etapa argumentativa, agora sim, tendo o PNC em mente. Nela a estratégia do filósofo consiste em mostrar que a contradição implicaria, no caso de ser verdadeira, em uma cadeia predicativa infinita, o que, no seu entender, é impossível. Em linhas gerais, a argumentação pode ser resumida do seguinte modo:

Aristóteles inicia apontando para o fato de que **se** um termo significa algo determinado (ὠρισμένον τι), ele pode também significar algo uno (σημαίνειν ἓν). Com significar algo uno o Estagirita quer dizer que se um item B significa C, então quando dissemos que A é B, isso significa que A é C; há nesse caso, uma cadeia de predicados A é B é C. Uma vez estabelecido esse ponto, Aristóteles prossegue, acrescentando que o significado de um termo como homem, i.e., o “*ser-para-homem*”, poderia significar também o “*não-ser-para-homem*”, somente no caso de não haver distinção entre significar algo uno (σημαίνειν ἓν) e significar de algo uno (σημαίνειν καθ’ ἑνός). Em outras palavras, um termo B poderia significar A e também não-A apenas no caso de todos os termos significarem algo uno (σημαίνειν ἓν). Se isso fosse verdade, conclui, então tudo poderia ser dito de tudo, e todas as coisas se reduziriam a uma só, de mesmo significado (cf. 1006a 28-34 e 1006b 11-17). Além disso, acrescenta o Estagirita, se a transitividade dos predicados se desse sempre e em

³² Trata-se da passagem em 1006a 35-b 11, a qual é colocada entre parênteses nos textos estabelecidos por David Ross e Werner Jaeger. Ross entende que a passagem é uma espécie de argumentação paralela, complementar ao argumento principal. Na presente leitura, ela assume uma posição de destaque, sendo, em realidade, o argumento principal.

No início da argumentação Aristóteles diz que se o adversário falar algo com sentido (σημαίνειν τι), a prova já estará dada, pois haverá algo delimitado ou definido (ὠρισμένον τι, cf. 1006a 18-25). Na passagem em questão, ele argumenta que se não fosse possível delimitar os significados de um termo, i.e., se eles fossem infinitos em número, então não seriam possíveis o pensamento e o discurso racional.

todos os casos indistintamente, então seria possível formar uma cadeia infinita de predicados, os essenciais e os concomitantes conjuntamente (cf. 1007a 4-20).³³

Uma vez estabelecido esses pontos e dada uma série de esclarecimentos preliminares (cf. 1007a 20-1007b 1), Aristóteles, por fim, apresenta um argumento que mostra ser impossível a predicação se estender infinitamente, para “cima” e para “baixo” (cf. 1007b 1-18). Malgrado a importância dessa prova, o texto apresentado é bastante lacunar e condensado, o que dificulta sobremaneira o entendimento da argumentação oferecida. Felizmente, a similaridade desse argumento com aquele nos *Segundos Analíticos* I 22 é patente, não sendo mera coincidência que os principais comentadores dessa passagem busquem justamente ali a complementação necessária para suas explicações. Deveras, não fosse a complementação proporcionada por aquele tratado, a argumentação de Γ 4 perderia muito da eficácia, clareza e elegância, assumindo em razão disso até mesmo contornos obscuros e grosseiros, algo incompatível com o gênio de Aristóteles e com a importância da prova por ele idealizada.

As similaridades estruturais entre as provas desenvolvidas em ambos os tratados aristotélicos; a complementaridade argumentativa entre as mesmas; as passagens em Γ 3-4 em que Aristóteles apresenta censuras àqueles que não possuem uma formação adequada nos *Analíticos*; somadas à convicção de que o Estagirita não teria em mente, no texto de Γ 4, o convencimento dos adversários do PNC, mas sim uma audiência de aristotélicos³⁴ conduziu à postulação, de minha parte, do que chamei “hipótese da audiência em comum”: a ideia de que Aristóteles, na sua exposição de *Metafísica* Γ 4, tinha em frente de si (e contava com isso) uma audiência extremamente familiarizada com o texto dos *Segundos Analíticos*.

No trabalho de dissertação defendi a complementaridade entre os tratados aristotélicos referidos; todavia, como mencionado, o tema da compatibilidade dos mesmos ficou, em certa medida, em aberto. O tratamento e resolução dessa questão

³³ Em rigor, todos os predicados se tornariam essenciais, dado a transitividade dos mesmos. Contudo, tal possibilidade implicaria na completa indistinção entre os predicados, na destruição daquilo que sinalizaria propriamente o que é a essência de algo, o que acarretaria afirmar que tudo é concomitante ($\pi\acute{\alpha}\nu\tau\alpha$ συνβεβηκέναι), (cf. 1007a 20-23).

³⁴ A sugestão de que a refutação das teses adversárias em Γ 4 não serviria ao propósito de convencer alguém de que ele deve aceitar o PNC, mas sim, mostrar aos alunos de Aristóteles a posição absurda em que se encontram aqueles que negam o princípio foi realizada por Jonathan Lear. Além disso, ele também sugeriu que o caráter lacunar de algumas partes da argumentação pode ser explicado pela pressuposição de que a audiência já tinha em mente as explicações necessárias. Assim, aquilo que para o leitor atual pode parecer uma lacuna no texto, para o aluno do Liceu talvez fosse um pressuposto de fundo, cf. LEAR, J. 1980, p. 112-114.

dependem de um posicionamento quanto ao propósito da argumentação apresentada em *Metafísica* Γ 4-6. Uma decisão que não foi necessária para o desenvolvimento da leitura de Γ 4 supramencionada, mas que agora, precisa ser feita. Se a compreensão tradicional sobre o propósito de Γ 4 for aceita, então a tese da compatibilidade não se segue. De sorte que, posicionar-me-ei em favor da compreensão de que Aristóteles possui como propósito principal para a argumentação a partir de Γ 4: a defesa do PNC como sendo o mais firme de todos os princípios. Propósito este já anunciado por ele no capítulo anterior, em *Metafísica* Γ 3. O desenvolvimento dessa tarefa se dará, na presente tese de doutorado, a partir dos seguintes passos:

No primeiro capítulo (**item 1**), apresentarei uma breve análise com algumas considerações sobre os dilemas enfrentados por uma interpretação alternativa para o propósito da argumentação de *Metafísica* Γ 4-6. Apresentarei aí alguns elementos textuais que pesam contra tal possibilidade e, também, outros que contribuem para sua postulação. Por meio disso, procurarei caracterizar e já adiantar os problemas e as expectativas que a linha de interpretação adotada deve enfrentar e preencher.

No segundo capítulo (**item 2**), o qual será o mais extenso de todos, apresentarei uma detalhada análise do que consiste a tarefa de enunciar o mais firme de todos os princípios. Começarei apresentando algumas considerações iniciais sobre o modo como entendo a estrutura de *Metafísica* Γ 3 (**sub item 2.1**). Uma vez encerrada essa etapa, tratarei da resposta aristotélica para a segunda aporia de B 2 da *Metafísica*. Isso será necessário, pois Aristóteles devota quase a metade do texto de Γ 3 na resolução desse problema (**sub item 2.2**). Os esclarecimentos prestados facilitarão a exposição e o entendimento da discussão que será desenvolvida na sequência do capítulo 2. Como próximo passo (**item 2.3**), analisarei em detalhes e detidamente a passagem em que Aristóteles estabelece as características que um princípio deve preencher para ser considerado o mais firme de todos (βεβαιωτάτη ἀρχὴ πᾶσῶν). A passagem não é muito extensa e, à primeira vista, não parece ser fonte de maiores controvérsias interpretativas, todavia não há consenso entre os comentadores e principais intérpretes. As discordâncias são profundas e não podem ser subsumidas numa leitura conciliadora, porquanto não há consenso sobre o número de características, sobre o significado delas, nem sobre o modo como elas se relacionam. O tratamento adequado dessa questão, em vista das interpretações existentes, dar-se-á em duas etapas. Na primeira (**sub item 2.3.1**) tratarei de analisar a estrutura da passagem em que Aristóteles enuncia os qualitativos necessários para

a identificação do princípio buscado (1005b 11-18). Serão elencadas e analisadas três possibilidades de leitura para essa passagem, as quais contemplam as principais correntes interpretativas para a mesma. Na sequência (**sub item 2.3.2**), tratarei da questão envolvendo a determinação do significados dos diferentes qualitativos. Para facilitar a exposição, bem como a compreensão do modo como os entendo, apresentarei duas possibilidades de leitura: a primeira subsumirá as diretrizes gerais das leituras mais correntes, de maneira que a apresentarei como sendo a visão tradicional; a segunda, consistirá do modo como entendo a questão e será introduzida sob a alcunha de leitura alternativa. Encerrada essa etapa, espero ter conseguido elucidar o que Aristóteles espera do princípio mais firme de todos, de sorte que iniciarei uma nova etapa, agora tendo como alvo a defesa do PNC como sendo o princípio buscado.

No terceiro capítulo (**item 3**) tratarei da passagem que contém, conforme o parecer tradicional, a argumentação em favor do PNC como sendo o mais firme de todos os princípios. Farei isso em três partes: No **item 3.1** apresentarei algumas considerações sobre a estrutura da prova e o modo com a entendo; no **item 3.2**, apresentarei as dificuldades mais comuns associadas à expectativa tradicional e os problemas que elas acarretam na defesa aristotélica do PNC; no **item 3.3**, tratarei especificamente da minha leitura para a passagem, tendo por base a compreensão defendida sobre os qualitativos, conforme estabelecido na segunda parte do **sub item 2.3.2**. De um modo geral, buscarei enfatizar o entendimento, comum entre os intérpretes contemporâneos, de que a argumentação oferecida em Γ 3 não é capaz de cumprir com a tarefa que lhe foi imposta. Com isso, procurarei reforçar a necessidade de se buscar para além desse capítulo da *Metafísica* os subsídios necessários para o pleito assumido por Aristóteles. Em outras palavras, buscarei estender a prova do PNC como “o mais firme de todos os princípios” para os capítulos 4-6 de Γ .

No quarto e último capítulo (**item 4**), já de posse de uma interpretação quanto ao que Aristóteles pretende provar, iniciarei o tratamento de *Metafísica* Γ 4-6. Primeiramente (**item 4.1**), tratarei de mostrar o modo como entendo a estrutura desse bloco de capítulos e como estão relacionadas suas diferentes partes. Com isso se proporcionará, assim espero, maior clareza na exposição e facilitará o entendimento quanto às articulações entre os diferentes momentos do texto. Na sequência (**item 4.2**), apresentarei uma leitura para a demonstração elêntica de Γ 4. Essa etapa

dependerá bastante do trabalho já realizado na dissertação de mestrado, de modo que apresentarei uma exposição mais enxuta da argumentação apresentada por Aristóteles, concentrando-me nos pontos de maior relevância. Contudo, isso não significará a mera repetição daquele trabalho, muito pelo contrário; dessa feita, a leitura terá em mente o propósito escolhido para a argumentação, algo não levado em conta anteriormente. A leitura que será apresentada deverá revelar como os argumentos analisados são capazes de cumprir com a tarefa de mostrar que o PNC é o mais firme de todos os princípios.

Por fim, visando um quadro expositivo mais harmonioso e consistente quanto ao uso do vocabulário, traduzirei do idioma original os principais textos aristotélicos tratados, sendo as respectivas traduções apresentadas no apêndice I, ao fim do presente trabalho. Além disso, em virtude da análise empreendida no **item 2.2**, e da importância da questão ali tratada para a economia interna do presente trabalho, apresentarei, sob a forma de apêndice II, algumas notas sobre o modo como compreendo a relação entre os livros B e Γ da *Metafísica*. E para encerrar, como corolário da leitura que será defendida, tecerei, no apêndice III, algumas notas sobre o *dialeteísmo* de Graham Priest, no tocante a sua leitura e a sua crítica da argumentação aristotélica em Γ 3-8.

1. A MULTIPLICIDADE DE PROPÓSITOS: os dilemas de uma leitura alternativa para a argumentação de Γ 3-6 da *Metafísica*

A argumentação desenvolvida por Aristóteles em defesa do PNC permaneceu virtualmente incontestada por cerca de dois milênios. Isso parece ser verdadeiro, mesmo em âmbitos filosóficos à margem da antiquíssima e venerável tradição de comentadores aristotélicos que liga Alexandre de Afrodísias, do século II d.C., aos primeiros autores do século XX. *Via de regra*, não se cristalizaram, no decurso desse tempo, posições que fossem marcadamente refratárias ao conjunto dos argumentos apresentados pelo Estagirita.³⁵ Esse quadro permaneceu assim estável até a retomada dos estudos sobre Aristóteles a partir do final do século XIX, quando, por fim, alterou-se consideravelmente. A primeira crítica importante à defesa aristotélica do PNC foi empreendida pelo lógico polonês Jan Lukasiewicz,³⁶ que, em um seminal artigo de 1910, apontou para uma série de problemas lógicos com a argumentação proposta pelo filósofo grego, os quais, em princípio, seriam devastadores para o seu sucesso.³⁷ Dentre os problemas identificados pesam a acusação do Estagirita ter incorrido nas falácias de (i) *petitio principii* e de (ii) *ignoratio elenchi*; assim como questionamentos quanto ao (iii) alcance efetivo dos argumentos.³⁸

A acusação de (i) *petitio principii* se fundamentou em duas linhas distintas: a primeira (i') resultou da constatação de que os argumentos se apoiam no próprio PNC ou nalguma formulação derivada do princípio. A natureza falaciosa do procedimento aristotélico seria fruto do uso de *reductio ad absurdum* como forma argumentativa, o que pressupõe não só o PNC, mas também o PTE (princípio do terceiro excluído), justamente os dois princípios defendidos em Γ 4-8; a segunda, (i'') resultou da identificação de um compromisso com o essencialismo imposto aos adversários por

³⁵ Refiro-me à argumentação aristotélica, não aos desafios quanto a verdade do próprio PNC. Mesmo Hegel, segundo Enrico Berti, não consistiria numa exceção a esse respeito. Segundo o autor italiano a crítica de Hegel não seria propriamente uma crítica à defesa aristotélica do PNC, mas ao próprio PNC. Além disso, segundo ele, a crítica de Hegel seria, antes, uma crítica ao princípio de Identidade moderno, tal como formulado por Leibniz e Kant, cf., BERTI, E. *Contraddizione e dialettica negli antichi e nei moderni*, Palermo, 1987, p. 177-222.

³⁶ LUKASIEWICZ, J. Über den Satz des Widerspruchs bei Aristoteles, 1910. Publicado originalmente no *Bulletin International de l'Académie des Sciences de Cracovie, classe d'histoire et de philosophie*.

³⁷ Tratei desses problemas em mais detalhes na dissertação, cf. LOURENÇO, D. 2013a, p. 38-44.

³⁸ LUKASIEWICZ, J. Sobre a lei da contradição em Aristóteles. Tradução de Raphael Zillig, in. *Sobre a Metafísica de Aristóteles: textos selecionados*. Coordenação de Marco Zingano. São Paulo: Odysseus Editora, 2009, p. 1-24, p. 12-14. Há diversos problemas, tanto no que se refere ao texto de Γ 3, quanto aos argumentos de Γ 4-8. Somente estes últimos são o objeto da presente exposição. Os problemas referentes aos argumentos de Γ 3 serão tratados mais adiante, no item 1.4.1.

meio da doutrina da significação aristotélica, a qual se encontra na estrutura de uma das principais provas. O comprometimento indevido se daria a partir da exigência inicial de significar algo (σημαίνειν τι), sem o que a argumentação sequer poderia começar (1006a 21-24). A dificuldade do argumento se encontra no vínculo estabelecido pelo Estagirita entre as condições de significação em geral e a essência de algo, i.e., na suposição de que para se dizer algo com sentido (σημαίνειν τι) seria preciso dizer algo essencialmente uno (σημαίνειν ἓν). Tal associação, além de ser altamente questionável, acarreta mais dois problemas: **(a)** o argumento, na medida em que depende da existência de entidades cuja existência é, na melhor das hipóteses, apenas “provável”, se tornaria também apenas “provável”; **(b)** a postulação de essências depende do PNC³⁹, o que constituiria, portanto, uma *petitio principii*.

O problema envolvendo **(ii)** *ignoratio elenchi* resultou do fato de que a argumentação, como um todo, parece estar assentada em uma estratégia equivocada, na medida em que a refutação realizada por Aristóteles seria capaz apenas de estabelecer como falsa a tese que diz serem todas as coisas contraditórias, mas não a verdade do PNC. Por fim, a estratégia adota em **(i’)** implicaria na **(iii)** redução do escopo do PNC, o qual se mostraria verdadeiro apenas para alguns tipos de *ser*, notadamente, o ser substancial (οὐσία), e não, como pretendido, para o *ser enquanto ser*.

Não bastasse o caráter inválido da argumentação, Lukasiewicz ressaltou ainda que uma prova acerca da verdade do PNC, tal como pretendida por Aristóteles - i.e., fundada em uma investigação do real e do possível - sequer poderia ser produzida.⁴⁰

³⁹ Aristóteles afirma, por diversas vezes ao longo de Γ, que a negação do PNC tornaria todas as coisas em uma única; que ela implicaria na destruição da substância (οὐσία) e das essências (τὸ τί ἦν εἶναι), cf. 1007a 20).

⁴⁰ Ibidem, p. 21. Talvez na esteira dessa ideia, e, motivado por certos desenvolvimentos da lógica no campo da paraconsistência, Graham Priest tem se mostrado o mais irascível oponente de Aristóteles, dentre os autores contemporâneos. Priest é um dos principais proponentes e defensores do *dialeteísmo*: uma doutrina filosófica que diz serem algumas contradições verdadeiras e reais. Na medida que o posicionamento de Priest o coloca entre aqueles pensadores enfrentados pelo Estagirita em Γ4-8, não é surpresa alguma que ele busque apresentar uma defesa de seu posicionamento por meio de uma crítica bastante apaixonada do texto aristotélico. A discussão empreendida por Priest com Aristóteles, a meu ver, configura um dos exemplos mais interessantes e, *sui generis*, de debate filosófico já travados, pois contém réplicas possíveis e objeções que seriam provavelmente formuladas se os adversários combatidos em Γ 4-8 tivessem uma voz independente da de Aristóteles. Os principais pontos de sua crítica ao filósofo grego se encontram em um livro intitulado *Doubt Truth to be a Liar* (PRIEST, G. *Doubt Truth to be a Liar*. Oxford University Press, 2006, cf. p. 8-42).

A crítica de Priest é bastante interessante, especialmente pela sua posição filosófica, tratarei desse autor em mais detalhes no apêndice III do presente trabalho. Vale adiantar, contudo, que grande parte das críticas feitas por Priest dizem respeito ao valor epistemológico do PNC, i.e., de sua importância

Embora a iniciativa crítica de Lukasiewicz tenha sido bastante inovadora e profícua, de maneira a inspirar e dar o tom para uma série de interpretações subsequentes de outros intérpretes de texto aristotélico, ela não permaneceu incontestada. Felizmente, trabalhos posteriores, mais simpáticos quanto aos esforços aristotélicos, contribuíram decisivamente para que aquele parecer negativo e severo sobre a argumentação do Estagirita fosse praticamente derrogado.⁴¹ De fato, apresentaram-se, na literatura secundária, não só uma, mas diversas soluções para todos os problemas apontados.⁴² Todavia, apesar do sucesso que tais soluções possam representar no que se refere às críticas de Lukasiewicz, é importante notar

fundamental na garantia da possibilidade do conhecimento e do discurso racional. Na medida em que a argumentação de Γ visa justamente afirmar o valor epistemológico do PNC, penso, já adiantando meu parecer, que Priest não se encontra em melhor posição que os adversários enfrentados por Aristóteles.

⁴¹ Dificilmente se poderia exagerar a importância de suas críticas na retomada dos estudos sobre *Metafísica* Γ 3-8. Não obstante sua influência, os intérpretes se mostraram tão ou mais severos com a leitura de Lukasiewicz, do que ele com a de Aristóteles. É consensual o entendimento de que as críticas feitas pelo lógico polonês resultam antes de sua incompreensão quanto ao propósito de Aristóteles, do que de alguma falha argumentativa deste último. Michael Wedin, por exemplo, quem, em geral, é bastante condescendente com os esforços daqueles a quem critica, qualifica as críticas de Lukasiewicz como sendo uma “lista interminável de falácias” (Lukasiewicz’s laundry list of fallacies), WEDIN, M. Some Logical Problems in Metaphysical Gamma. *Oxford Studies in Ancient Philosophy*, p. 114-161, 2000, cf. p. 122. Note-se, pelo tom pejorativo da expressão utilizada, que não se trata de uma lista com as falácias cometidas por Aristóteles, mas das imputadas a ele por Lukasiewicz.

⁴² Para citar apenas algumas soluções, sobre a *petitio principii* (i') Wedin apresenta uma excelente apreciação e solução para o problema, cf. *ibidem*, p. 154-161; Jonathan Lear também apresenta uma solução interessante, ao deslocar o propósito da demonstração elêntica e o seu público alvo, cf. LEAR, J. *The Desire to Understand*. New York; Cambridge University Press, 1988 (2007), p. 253-254; para (i'') o problema da presença do essencialismo na prova, talvez a melhor solução possa ser encontrada na leitura conjunta dos trabalhos de Marco Zingano e de Raphael Zillig (ZILLIG, R. *Significação e não-contradição: Um estudo sobre Metafísica G4*. Dissertação de Mestrado, sob orientação do prof. Balthazar Barbosa Filho, UFRG. 2003; ZILLIG, R. “Significação e não-contradição”. *Analytica* (UFRJ), v. 11, pp. 107-126, 2007; ZINGANO, M. “Notas sobre o Princípio de Não Contradição em Aristóteles”. *Cad. Hist. Fil.Ci.* Campinas, Série 3, v. 13, n. 1, p. 7,32, jan.-jun., 2003), os quais conseguem eliminar por completo o essencialismo nos desenvolvimentos iniciais da argumentação (até 1007a 20). Para Zillig “a identificação do essencialismo como premissa no argumento depende, antes de mais nada, de uma *decisão do intérprete*” (2003, p. 39); sobre (i) Robert Bolton desenvolve uma leitura em que a *petitio principii* não se dá nem em (i'), pela *reductio ad absurdum*, nem por (i''), pelo uso do essencialismo; sobre (ii) interessantes soluções são propostas por Fernando Inciarte e Wedin (INCIARTE, F. Aristotle’s defence of the principle of non-contradiction. *Archiv für Geschichte der Philosophie*, vol. 76, p. 129-50, 1994; WEDIN, M. A Curious Turn in *Metaphysics* Gamma: Protagoras and Strong Denial of the Principle of Non-Contradiction. *Archiv für Geschichte der Philosophie*, 85 (2), p. 107–130, 2003; WEDIN, M. On the Use and Abuse of Non-Contradiction: Aristotle’s Critique of Protagoras and Heraclitus in *Metaphysics* Gamma 5. *Oxford Studies in Ancient Philosophy*, XXVI, p. 213–239, 2004b); sobre (iii), o problema da redução do escopo do PNC, soluções podem ser encontradas nos trabalhos de Halper, Michael Ross, Wedin Michael Degnan (HALPER, E. 1984; ROSS, M. Aristotle on ‘Signifying One’ at *Metaphysics* Γ 4. *Canadian Journal of Philosophy*, Vol. 25, No. 3 (Sep., 1995), p. 375-393; WEDIN, M. The Scope of Non-Contradiction: A Note on Aristotle’s ‘Elenctic’ Proof in “*Metaphysics*” Γ 4. *Apeiron: A Journal for Ancient Philosophy and Science*, Vol. 32, No. 3 (September 1999), p. 231-242; DEGNAN, M. What is the Scope of Aristotle’s Defense of the PNC? *Apeiron: A Journal for Ancient Philosophy and Science*, Vol. 32, No. 3 (September 1999), p. 243-274, p. 244).

que a refutação deste não significa, *ipso facto*, o sucesso da argumentação aristotélica como um todo. Dificilmente as respostas oferecidas poderiam ser agrupadas de maneira a compor um único quadro argumentativo. Em parte, porque os diferentes autores e suas respectivas soluções não partilham de um mesmo entendimento quanto à natureza do empreendimento aristotélico, em parte, pelo modo como os problemas parecem estar relacionados entre si. Essa última questão se mostra especialmente interessante no que diz respeito à relação entre o problema do essencialismo e do escopo da argumentação, pois a resolução de um problema se dá por meio do agravamento do outro.

Para o problema associado à introdução de doutrinas aristotélicas na argumentação foram desenvolvidas leituras que vão desde a tentativa de qualificação do essencialismo na doutrina da significação com o intuito de minimizá-lo, até a completa eliminação do seu uso.⁴³ Isso, por certo, redime o argumento da acusação de *petitio principii* (i^o), porém, o custo de tal manobra não se mostra completamente isento de problemas.⁴⁴ Se com a presença da doutrina essencialista o argumento já possuía seu alcance prejudicado, mais ainda agora, que seu escopo se encontra restrito à esfera da significação em geral.⁴⁵ Já no problema do escopo, a situação se mostra curiosamente inversa, pois a presença do essencialismo é realçada e levada ao limite, assumindo sua máxima generalidade. Nesse caso, a presença da doutrina essencialista e da teoria da predicação aristotélica é o que permite mostrar que o PNC é verdadeiro para todo *ser*, não só no âmbito da significação, mas da própria

⁴³ Sobre a tentativa de minimizar o uso do essencialismo cf. IRWIN, Terence. Aristotle's Discovery of Metaphysics. *The Review of Metaphysics*, Vol. 31, No. 2, 1977, pp. 210-229, cf., p. 224, e idem, *Aristotle's First Principles*, 1988, p. 181-2. O uso mais amplo para o sentido de *essência* empregado nas passagens iniciais do argumento aristotélico também foi defendido em maiores detalhes por Russell Dancy (DANCY, R. *Sense and contradiction: a study in Aristotle*. Dordrecht/Boston: D. Reidel Publishing Company, 1975, p. 94-115). Sobre a eliminação do uso do essencialismo, cf. nota 42 Zingano (2003) e Zillig (2003; 2007).

⁴⁴ Segundo Marc Cohen a vitória é obtida somente a curto prazo, pois em 1007a 20 Aristóteles apela para a existência de substâncias e essências, sendo a partir daí a acusação de *petitio principii* inescapável (cf. COHEN, M. "Aristotle on the Principle of Non-Contradiction". *Canadian Journal of Philosophy*, vol.16, nº 3, p. 359-370, 1986, p. 369-70). Raphael Zillig reconhece o caráter limitado da solução proposta, mas nota que, para efeito de prova, o primeiro argumento de Γ 4 não depende da introdução do essencialismo, encontrando-se, portanto, assegurado, cf. ZILLIG, R. 2003.

⁴⁵ No tocante ao alcance do PNC, a interpretação de Zillig se vê forçada a diminuir as pretensões aristotélicas para o conjunto de argumentos de Γ 4. No seu entender, "o objetivo da prova no âmbito do estabelecimento da ontologia como ciência, seria preparar o terreno para uma discussão genuína a respeito do ser enquanto ser, evitando os descaminhos das estratégias erísticas", cf. ZILLIG, 2007, p. 109. Ele também admite que "as leituras semânticas são mais fracas do que as essencialistas e, nessa medida, algo decepcionante quanto ao que permitem encontrar estabelecido na defesa do PNC", idem, 2003, p. 105.

realidade. Mas assim, o problema de *petitio principii* (i'') se coloca sem qualquer possibilidade de apelo.

É muito difícil determinar se, no contexto geral, Aristóteles obteve sucesso em sua argumentação. De um modo ou de outro, um efeito residual da crítica de Lukasiewicz parece persistir nas leituras daqueles que buscam em Γ 4-8 algum suporte para a justificação da verdade do PNC. Também não é fácil dissipar a impressão, já mencionada pelo lógico polonês, de que a argumentação aristotélica sofre um deslocamento de seu propósito original. Segundo ele, diante das dificuldades inerentes ao seu pleito, Aristóteles acabaria por buscar refúgio em uma pequena esfera do real, no *ser supra-sensível*, única situação em que o PNC seria realmente verdadeiro, abandonando assim, a pretensão de universalidade do PNC.⁴⁶ Frente a este cenário, se em realidade Aristóteles pretendia, por meio da argumentação apresentada, defender o PNC contra aqueles que negam sua validade necessária e universal; então, não seria de todo inapropriado reconhecer, tal como Lukasiewicz, que o Estagirita, apesar dos esforços empreendidos, fracassou no cumprimento dessa tarefa.

A aparente insuficiência da argumentação aristotélica pode, de fato, ser assim tomada, contudo essa não representa a única possibilidade interpretativa. A insuficiência do quadro argumentativo desenvolvido em *Metafísica* Γ 4-8 talvez sinalize a necessidade de uma abordagem diferente para texto aristotélico, i.e., a possibilidade de não ser o caso de estarmos diante de um conjunto inadequado de argumentos, os quais são insuficientes para alcançar certo propósito, mas sim, de estarmos diante da inadequação de um suposto propósito para certo conjunto de argumentos. A razão pela qual a argumentação aristotélica falha em provar que o PNC

⁴⁶ No entender de Lukasiewicz o "deslocamento" do objetivo da argumentação aristotélica pode ser depreendido do fato de que o Estagirita, inicialmente empenhado na defesa da universalidade e necessidade irrestrita de um princípio absolutamente fundamental, passou a defender, primeiramente, a validade deste princípio ao menos no que diz respeito às substâncias e, por fim, coagido frente às dificuldades e contradições inerentes ao mundo sensível, buscou refúgio em uma natureza imutável e eterna, único caso em que o PNC seria absolutamente verdadeiro. Segundo ele, a argumentação aristotélica parece deteriorar-se pouco a pouco, chegando ao extremo de Aristóteles se sentir forçado a reconhecer que em certos casos (o ser em potência) é admissível que algo seja ao mesmo tempo os contrários (1009a 34-35). Em vista disso, o Estagirita estaria, surpreende e paradoxalmente, refutando não a tese adversária, mas o próprio princípio que de início, pretendia defender. Este notável recuo no objetivo geral da argumentação representa, no entender de Lukasiewicz, o reconhecimento da parte de Aristóteles (ainda que a contragosto) dos limites da validade do PNC e da impossibilidade de este princípio seja, de fato, uma *lei ontológica* absolutamente geral. Tratei dessa questão em mais detalhes em LOURENÇO, D. 2013a, p. 42-44. Para uma interessante e completa resposta a essa questão cf. WEDIN, M. 2003 e WEDIN, M. 2004b.

é verdadeiro residiria, então, no fato de que ela não teria sido desenvolvida para tal, mas sim, em vista de outro propósito.

A percepção quanto ao caráter deficitário que a expectativa tradicional conferiu ao esforço argumentativo de Aristóteles motivou a busca por alternativas de leitura quanto ao seu verdadeiro propósito. Jonathan Lear, ao que parece, foi o primeiro autor a chamar atenção para tal possibilidade. Em um trabalho publicado em 1980, Lear defende a ideia de que a demonstração elêntica (ἀποδείξει ἐλεγκτικῶς)⁴⁷ de *Metafísica* Γ 4 foi desenvolvida com o intuito de revelar (aos leitores, à audiência de Γ 4) a posição contraditória na qual se encontram aqueles que negam a verdade do PNC e não com o objetivo de refutar estes últimos. Para o autor, a argumentação não busca persuadir alguém que não aceita o PNC a aceitá-lo, ela não se destina a esse tipo de adversário (o qual, provavelmente, não se sentiria muito constrangido pelo fato de estar sendo contraditório, já que não acredita no PNC), mas sim, àqueles que já aceitaram o PNC como verdadeiro, para que percebam o absurdo e a incoerência nos quais se encontram os que negam o princípio.⁴⁸

A sugestão de Lear, quanto ao deslocamento do público alvo da argumentação, simples e ao mesmo tempo plausível, mostrou-se surpreendentemente eficaz na resolução de alguns dos principais problemas associados à leitura tradicional. Na realidade, a acusação de (i) *petitio principii* sequer se coloca, tanto no que diz respeito ao (i') uso do PNC na prova, quanto do (i'') essencialismo.⁴⁹

⁴⁷ O advérbio grego ἐλεγκτικῶς, que qualifica a argumentação, é traduzido de vários modos entre os intérpretes. As traduções mais comuns para o termo são: 'elêntico', 'refutativo', 'por refutação', 'por retorsão'. No meu caso, sempre farei uso da forma transliterada 'elêntica', ou alguma outra forma derivada; no que se refere às opções dos demais autores, mantereí a tradução do termo tal como utilizada pelos respectivos intérpretes.

⁴⁸ "His argument is not primarily intended for the 'opponent' of the law of non-contradiction, whoever he is; it is addressed to the reader or, if you will, the back benches of the Academy. The proof by means of refutation is constructed so as to reveal *to us* that Aristotle's opponent is in a contradictory position. *Prima facie* it might appear that the revelation that one is in a contradictory position would hardly be felt as damaging to the opponent of the law of non-contradiction. But Aristotle is not trying to persuade him: the argument is for our sake, not for his. Aristotle thinks he has shown that there is no one who does not believe the law of non-contradiction. So the strategy to adopt is one designed to get *us* to see the incoherent position Aristotle's opponent is in". LEAR, J. 1980, p.113. Russel Dancy também chama atenção sobre o despropósito e ineficácia de se utilizar *reductio ad absurdum* em uma argumentação contra um adversário que não aceita o PNC como verdadeiro, DANCY, R. 1975. p. 17.

⁴⁹ Lear afirma que a acusação de *petitio principii* seria verdadeira apenas no caso do PNC ser usado com uma premissa na argumentação em que aparece como conclusão, mas isso não acontece em nenhum lugar de Γ, além disso, seria necessário que Aristóteles estivesse tentando provar o PNC, algo que ele, no entender de Lear, não estaria fazendo, cf. ibidem, p. 102-103. Dentre os diversos subsídios que Lear busca em favor de sua interpretação se encontram, justamente, as passagens em que

A busca por um propósito alternativo para a demonstração elêntica, iniciada pela sugestão de Lear, abriu um novo caminho para que outros autores, mais tarde, pudessem tratar da questão envolvendo a extensão do PNC sem os constrangimentos causados pela presença do essencialismo no corpo da argumentação.⁵⁰ Edward Halper, por exemplo, defendeu que o propósito principal de Aristóteles em *Metafísica* Γ 4-8 era mostrar como a *ciência do ser enquanto ser* poderia incluir, por meio do PNC, todos os seres sob o seu escopo de estudo.⁵¹

Inspirado pela proposta de Lear, alguns anos mais tarde, Alan Code desenvolveu uma proposta de leitura para o texto de Γ 4 que identificava, no contexto da especificidade da *ciência do ser enquanto ser*, um propósito alternativo para a argumentação aristotélica.⁵² Code defendeu que Aristóteles estaria continuando em Γ 4 uma tarefa que havia começado em Γ 3. Como é amplamente sabido, nesse último capítulo, o Estagirita defende como tarefa do filósofo a enunciação do mais firme de todos os princípios (βεβαιωτάτη ἀρχή πασῶν); identifica o princípio buscado como sendo o PNC e apresenta uma breve argumentação em defesa da identificação realizada. Code chama atenção para o caráter insuficiente dos argumentos apresentados, cujas limitações já eram notórias entre os intérpretes contemporâneos.⁵³ Para ele, tais limitações indicariam que Γ 3 conteria apenas uma prévia de uma argumentação que se encontraria completamente desenvolvida nos capítulos posteriores do livro Γ da *Metafísica*. Tal como enunciado e estabelecido em Γ 3, Aristóteles estaria, nos capítulos subsequentes, tentando mostrar a impossibilidade de se acreditar na falsidade do PNC e, com isso, mostrando que ele é o mais firme de todos os princípios.

A interpretação de Code foi apresentada pela primeira vez em uma edição da revista *Canadian Journal of Philosophy* juntamente com as críticas de Montgomery

Aristóteles parece estar preocupado com a acusação de petição (1006a 15-21 e 1008b 1-2) da parte de algum adversário. Lear alega que o ato de objetar, só faria sentido se partindo de alguém que aceita o PNC como verdadeiro. Se aqueles que podem objetar contra a argumentação, acusando-a de cometer uma *petitio principii*, aceitam o PNC como verdadeiro, qual seria, então, o propósito de demonstrar sua verdade? (Cf. *ibidem*, p. 112-113).

⁵⁰ Ver HALPER, E. 1984; ROSS, M. 1995; DEGNAN, M. 1999; WEDIN, M. 1999, *idem*, 2000. No que diz respeito ao escopo esses autores, cada um ao seu modo, conseguiram estender o alcance do PNC para todo o *ser*, tal como seria necessário para a constituição da ciência proposta em *Metafísica* Γ.

⁵¹ HALPER, *op. cit.* p. 369.

⁵² CODE, A. 1986 e *idem*, 1987.

⁵³ BARNES, J. The Law of Contradiction. *The Philosophical Quarterly*, Vol. 19, No. 77 (Oct., 1969b), pp. 302-309, cf. 307-309; KIRWAN, C. (2003), p. 89-90; DANCY, R. 1975, p. 1-27; LEAR, J. 1980, p. 98-102.

Furth e Marc Cohen.⁵⁴ Ambos os autores reconhecem a engenhosidade e atratividade da sugestão de Code, assim como seu potencial para a resolução de algumas das dificuldades associadas à leitura tradicional; contudo, apontam para dois dilemas que parecem comprometer, sobremaneira, sua plausibilidade. Furth aponta para o fato de que **(a)** o propósito de defender a verdade do PNC está claramente estabelecido no texto de $\Gamma 4$, enquanto Cohen chama atenção para o fato de que **(b)** somente um dentre os argumentos desse capítulo poderia (com alguma boa vontade) ser entendido como defendendo o propósito estabelecido em $\Gamma 3$, enquanto todos os demais possuem como conclusão uma formulação de alguma instância do PNC, o que corroboraria a interpretação tradicional.⁵⁵

Sobre **(a)** o propósito de defender a verdade do PNC estar claramente postulado no início de $\Gamma 4$, Code sustenta que o texto se mostra ambíguo, permitindo, em realidade, múltiplas interpretações. Tanto o propósito de provar o PNC como sendo verdadeiro, quanto o de defender o seu título de mais firme de todos os princípios parecem poder ser interpretações depreendidas do texto. De fato, Aristóteles inicia o capítulo mencionando alguns adversários que sustentam tanto **(i)** a possibilidade de uma coisa ser e não ser (i.e., que o PNC é falso), como também **(ii)** a possibilidade de se conceber algo desta maneira (i.e., que é possível acreditar em contradições). Logo na sequência do texto, recapitulando a argumentação apresentada em $\Gamma 3$, ele afirma que por meio da admissão **(iii)** da verdade necessária do PNC foi mostrado que o mesmo consiste **(iv)** no mais firme de todos os princípios. Não obstante a prova apresentada, alerta o Estagirita, alguns adversários, devido a uma falha em sua formação, exigem que **isso** seja demonstrado.

Existem alguns que, conforme dissemos, **(i)** afirmam ser possível o mesmo ser e não ser, e também **(ii)** <que é possível> conceber dessa maneira. Fizeram uso desse argumento muitos dentre os Físicos. Nós, agora a pouco, admitimos como sendo **(iii)** impossível ser e não ser, e por meio **disso** mostramos que esse <é> **(iv)** o mais firme de todos os

⁵⁴ CODE, A. 1986; FURTH, M. Note on Aristotle's Principle of Non-Contradiction. *Canadian Journal of Philosophy*, Vol. 16, No. 3 (Sep., 1986), p. 371-381; COHEN, M. 1986.

⁵⁵ FURTH, op. cit. p. 375-376; COHEN, op. cit. p. 363.

princípios. Alguns, por ignorância, exigem que também **(v)** isso seja demonstrado.⁵⁶ (1005b 35 a 1006a 6)

A falta de formação desse tipo de adversário é patente, comenta Aristóteles em tom de censura, pois, de outro modo, saberiam ser impossível demonstrar todas as coisas, assim como também de quais coisas se deve procurar demonstração e de quais não se deve. Todavia, apesar de tal falta, é possível, ainda assim, demonstrar elenticamente que **isso**, de fato, é impossível.

Pois, é falta de formação não conhecer de que coisas é preciso buscar demonstração e de quais não é preciso; pois, de um modo geral, é impossível demonstrar tudo (pois se prosseguiria ao infinito, de maneira que tampouco assim haveria demonstração). Se de algumas coisas não é preciso buscar demonstração, qual princípio julgam ser, sobretudo, desse tipo, não conseguiriam dizer. <Todavia> é possível demonstrar elenticamente também a respeito **(vi)** disso que é impossível.⁵⁷ (1006a 6 - 12)

A ambiguidade apontada por Code reside na aparente dificuldade de se determinar a referência para o “**isso**” sobre o qual recai a demonstração exigida, em **(v)** e **(vi)**, pelos adversários mencionados. Estariam eles exigindo a demonstração da **(iii)** validade do PNC enquanto tal, i.e., que é impossível ao mesmo tempo ser e não ser, ou de seu título de **(iv)** mais firme de todos os princípios? Tais alternativas, por certo, não são de todo excludentes, uma vez que o PNC deve ser verdadeiro para receber o título de princípio mais firme de todos; entretanto, para receber tal título, isso não basta. Além do requisito óbvio de ser verdadeiro, um princípio de tal natureza

⁵⁶ Εἰσὶ δὲ τινες οἱ, καθάπερ εἵπομεν, αὐτοῖ τε ἐνδέχεσθαι φασὶ τὸ αὐτὸ εἶναι καὶ μὴ εἶναι, καὶ ὑπολαμβάνειν οὕτως. χρῶνται δὲ τῷ λόγῳ τούτῳ πολλοὶ καὶ τῶν περὶ φύσεως. ἡμεῖς δὲ νῦν εὐλόγησαμεν ὡς ἀδύνατον ὄντος ἅμα εἶναι καὶ μὴ εἶναι, καὶ διὰ **τούτου** ἐδείξαμεν ὅτι βεβαιωτάτη αὕτη τῶν ἀρχῶν πασῶν. ἀξιοῦσι δὲ καὶ **τοῦτο** ἀποδεικνύειν τινὲς δι' ἀπαιδευσίαν· (1005b 35 a 1006a 6).

Todas as traduções do texto grego são de minha autoria, salvo menção expressa. O texto grego em todas as citações de *Metafísica* será o estabelecido por David Ross in ARISTOTLE. *Metaphysics*. A Revised Text with Introduction and Commentary by W. D. Ross. 1 Vol., Oxford University Press, 1997.

⁵⁷ ἔστι γὰρ ἀπαιδευσία τὸ μὴ γινώσκειν τίνων δεῖ ζητεῖν ἀπόδειξιν καὶ τίνων οὐ δεῖ ὅλως μὲν γὰρ ἀπάντων ἀδύνατον ἀπόδειξιν εἶναι (εἰς ἄπειρον γὰρ ἂν βαδίζοι, ὥστε μὴδ' οὕτως εἶναι ἀπόδειξιν), εἰ δὲ τίνων μὴ δεῖ ζητεῖν ἀπόδειξιν, τίνα ἀξιοῦσιν εἶναι μᾶλλον τοιαύτην ἀρχὴν οὐκ ἂν ἔχοιεν εἰπεῖν. ἔστι δ' ἀποδείξαι ἐλεγκτικῶς καὶ περὶ τούτου ὅτι ἀδύνατον. (1006a 6 - 12)

precisa, no entender de Aristóteles, preencher outros requerimentos: é necessário que seja impossível estar enganado a seu respeito e sua posse deve ser necessária para se conhecer qualquer coisa (cf. 1005b 11-17). Assim, na medida em que as alternativas **(iii)** e **(iv)** não se reduzem mutuamente, dependendo da exigência feita pelo adversário, o Estagirita teria que desenvolver uma argumentação distinta.

Por um lado, a exigência feita parece recair naturalmente sobre **(iii)**. No texto, fica claro que Aristóteles está se referindo ao capítulo anterior de Γ, em que provou que o PNC é o mais firme de todos os princípios, e se assim é verdade, não parece ser sensato acreditar que ele tomaria como propósito para a argumentação realizada nos capítulos seguintes algo que já fora estabelecido como verdadeiro. Além disso, vale mencionar que na argumentação apresentada em Γ 3, Aristóteles faz uso do próprio PNC. Na arguição, *grosso modo*, o Estagirita sustenta que **se** (εἰ) o PNC for verdadeiro, na medida em que as opiniões contrárias são contraditórias entre si, então seria impossível que um mesmo homem acreditasse verdadeiramente em contradições (cf. 1005b 26-32).⁵⁸ Pelo uso do condicional “se” fica clara a necessidade ou do adversário aceitar o PNC, ou de se buscar prová-lo de algum modo para que o argumento surta algum efeito. Que Aristóteles não espera, nem conta com a aceitação pacífica da parte de seus adversários fica claro a partir do uso que faz da forma plural do verbo “admitir” (εἰλήφμεν) em 1006a 3.⁵⁹ Nessa passagem ele diz que através da “nossa” admissão (dos aristotélicos), foi mostrado que o PNC é o mais firme de todos os princípios. O adversário, é claro, não precisa fazer o mesmo, não sem alguma razão convincente. É justamente por esse motivo a demanda da demonstração do PNC. Demonstração, essa, que o adversário não sabe ser impossível, como ressaltou Aristóteles, contudo, ainda assim, mediante a insistência daquele se pode, por meio de uma refutação, demonstrar a verdade do PNC.

Por outro lado, a possibilidade de que a exigência feita seja **(iv)**, não parece ser totalmente implausível, mesmo que Aristóteles já tenha apresentado uma prova em seu favor. O Estagirita faz uso do verbo “mostrar” (δείκνυμι), em 1006a 4, para qualificar aquilo que foi feito em Γ 3, sendo que a exigência do adversário é qualificada, em 1006a 6, pelo verbo “demonstrar” (ἀποδείκνυμι). O motivo pelo qual Aristóteles

⁵⁸ Tratarei desse argumento em mais detalhes no item 1.4.1 do presente trabalho. Por ora, apresento apenas uma versão esquematizada do argumento, visando a exposição das linhas gerais do texto aristotélico.

⁵⁹ O verbo λάμβανω é conjugado na 1ª pessoa do plural no perfeito do indicativo ativo.

teria “mostrado” que o PNC é o mais firme de todos resulta do fato de que isso não poderia ser “demonstrado”, pois a prova envolveria a demonstração do próprio PNC, algo que o adversário, por ignorância, não estava ciente, donde se explicaria o seu pedido. Não obstante esse impasse, seria possível ao menos uma demonstração por meio de refutação. Além disso, é interessante ter em conta o caráter insuficiente da argumentação apresentada em Γ 3. Considerando-se as características apontadas por Aristóteles para a identificação do princípio mais firme de todos, i.e., a impossibilidade de erro a seu respeito; e a necessidade de conhecê-lo para se conhecer qualquer coisa, não é uma tarefa das mais fáceis entender como os argumentos oferecidos naquele capítulo poderiam cumprir tal desígnio.⁶⁰ Por conseguinte, não parece ser de todo despropositada, tal como sugerido por Lear e Code, a expectativa de encontrar na argumentação de Γ 4 a continuidade daquela tarefa iniciada no capítulo anterior.

Os elementos apontados são, certamente, um tanto circunstanciais; contudo, uma passagem no final de Γ 6, em que Aristóteles parece encerrar a argumentação iniciada nos capítulos anteriores, fornece um forte indício em favor da tese do propósito alternativo. Nessa passagem, o Estagirita apresenta uma espécie de sumário dos objetivos alcançados, ele afirma que até aquele momento de seu texto foi estabelecido que **(1)** o PNC é o mais firme de todos os princípios; que **(2)** foi determinado o que acontece para aqueles que se pronunciam por meio de contradições; e **(3)** foram determinadas as causas que os levaram a falarem desse modo.

Então, considere-se dito que **(1)** a mais firme de todas as opiniões <é> “o não serem simultaneamente verdadeiras as enunciações opostas”, e **(2)** o que acontece aos que desse modo falam, e **(3)** porque falam dessa maneira.⁶¹ (1011b 13 – 15)

⁶⁰ O parecer quanto ao caráter insuficiente da argumentação de Γ 3 parece ser consensual entre os intérpretes contemporâneos desse capítulo, sendo Wedin a única voz dissonante encontrada, cf. WEDIN, M. 2004a.

⁶¹ Ὅτι μὲν οὖν βεβαιοτάτη δόξα πασῶν τὸ μὴ εἶναι ἀληθεῖς ἅμα τὰς ἀντικειμέναις φάσεις, καὶ τί συμβαίνει τοῖς οὕτω λέγουσι, καὶ διὰ τί οὕτω λέγουσι, τσσαῦτα εἰρήσθω· (1011b 13 – 15)

A pretensão de demonstrar a verdade do PNC não parece estar explicitamente apresentada nesse sumário, em contrapartida, a intensão de estabelecê-lo como o mais firme de todos os princípios pode facilmente ser identificada. Mesmo que o item (2) possa ser interpretado em termos de uma refutação daqueles que por seu modo de falar negam a verdade do PNC, isso não significa, *ipsis litteris*, que Aristóteles estivesse tentando provar que o princípio é verdadeiro. Sendo assim, se o Estagirita está nessa passagem realmente postulando o propósito original de sua argumentação, não parece ser de todo inapropriado interpretar aquela passagem inicial à luz dessa evidência. Isto é, a argumentação de Γ 3-6 teria por único e exclusivo proposto estabelecer o PNC como sendo o mais firme de todos os princípios.

A linha de leitura que vê um propósito alternativo para a argumentação de Γ 4, pese sua eficácia e plausibilidade, enfrenta um pormenor que não pode ser facilmente ignorado. Furth, em sua crítica à sugestão de Code, aponta para o fato de que não há, tal como defendido, qualquer ambiguidade quanto ao propósito dos argumentos de Γ 4. Muito embora as traduções do texto, tanto para o inglês quanto para o português, possam guardar alguma ambiguidade em razão do uso do pronome demonstrativo, no grego o gênero do pronome não permite qualquer dúvida. Aristóteles utiliza o pronome demonstrativo singular neutro τοῦτο, que, na primeira ocorrência, aparece na forma do genitivo τοῦτου (1006α 4), e na segunda, na forma do acusativo τοῦτο. Como o pronome deve concordar em gênero com sua referência, a única possibilidade no texto é o termo ἀδυνάτου (1006α 3), que se encontra também na forma do genitivo neutro. O termo referido significa a *impossibilidade* de ao mesmo tempo ser e não ser. Assim, o que Aristóteles está dizendo é que através da admissão *disso* (τοῦτο), dessa *impossibilidade*, i.e., de ao mesmo tempo ser e não ser, foi mostrado que este (αὐτῆ) é o mais firme de todos os princípios. O mesmo vale para o pedido do adversário, quando ele demanda que *isso* (τοῦτο) seja demonstrado. Ele exige que a *impossibilidade* de ao mesmo tempo ser e não ser seja provada por meio de uma demonstração *stricto sensu*, o que, como já mencionado, só é possível por meio de uma estratégia argumentativa denominada demonstração elêntica (ἀποδείξαι ἐλεγκτικῶς).

A evidência gramatical parece ser inequívoca quanto ao verdadeiro propósito da argumentação, em face da qual, qualquer pretensão do contrário parece vedada. Todavia, surpreendentemente, muitos dos intérpretes não parecem tão inclinados a se deixarem constranger por um critério filológico em detrimento dos demais indícios

filosóficos que o texto oferece. O próprio Furth confessa que apesar da gramática favorecer a leitura tradicional, ele mesmo se sente inclinado a uma leitura que encontra na argumentação de Γ 4 um propósito alternativo à tentativa de demonstrar o indemonstrável.⁶² Tal parecer é ainda partilhado por outros intérpretes, como Cohen e Wedin.⁶³

Uma objeção mais séria à leitura de um propósito alternativo para Γ 4, no entender de Cohen, reside **(b)** no fato de que os argumentos oferecidos por Aristóteles, claramente, concluem em favor da impossibilidade de se negar o PNC, e não para defender seu título de mais firme de todos os princípios (i.e., só indiretamente o faz, na medida em que provar a verdade do PNC seria requisito para conferir-lhe o título pretendido). Segundo ele, daqueles argumentos de Γ 4 em que a conclusão está claramente posta, apenas um poderia ser entendido como defendendo o título de mais firme de todos os princípios para o PNC, isso, é claro, se aceitarmos a leitura de Code para Γ 3. Esse último, sustenta que Aristóteles teria estabelecido como critério de identificação do princípio buscado “a impossibilidade de acreditar na sua falsidade”.⁶⁴

⁶² “I think that most of Code's account is unaffected; we still need not regard the argument as trying to demonstrate the indemonstrable. I myself have long been inclined to see in Gamma 4 two, in some sense equivalent and not-well-distinguishable, 'elenctic' tendencies, both quite harmonious with the burden of Code's findings. One is to show, not exactly that the PNC is true, but that even the person who tries to deny it is unable to do so. The other is to relate the impossibility of PNCs failing to other equivalent impossibilities, or phrasing it another way, to show how a single monstrous and grotesque nonsense (the denial of PNC) may be pronounced in a variety of words and accents, that point up all the more what a nonsense it is”, FURTH, M. 1986, p. 375-376.

⁶³ COHEN, M. 1986, p. 362; WEDIN, M. 2000, p. 113, 152-154. Wedin, contrariando a interpretação mais tradicional para a passagem inicial de Γ 4 desenvolve uma leitura, baseado em sugestões de John Cooper e David Charles, em que a exigência por uma prova feita pelos adversários recairia sobre a *impossibilidade* de se acreditar em contradições, i.e., conceber verdadeiramente uma contradição em pensamento. Sendo assim, Aristóteles estaria não só recapitulando a argumentação de Γ 3, mas dando seguimento ao propósito estabelecido naquele capítulo.

“Usually, Γ 4 is taken to open by addressing an opponent who asserts (*a**) that it is impossible for something to be and not to be and (*b**) that is possible to believe this. On this reading, the opponent first asserts an ontological thesis, the denial of PNC itself, and then asserts a doxastic thesis having the ontological thesis as its object. But Aristotle says only that certain people, who say that is possible for something to be and not to be also ὑπολαμβάνειν οὕτως. That is, they also hold things to be the case *in this way* (οὕτως). Here nothing need refer back to the general denial of PNC in (*a**) but only to holding things to be the case in accordance with it.” Cf. *ibidem*, p. 113, nota 1.

⁶⁴ Code interpreta a característica apresentada sobre a glosa “impossível estar errado sobre ele” (περὶ ἧν (ii) διαψευσθῆναι ἀδύνατον 1005b 12), a que chama cláusula da “indubitabilidade”, em termos de “impossibilidade de crença sobre a falsidade do princípio”. Tal leitura, ao meu ver consensual, baseia-se na argumentação apresentada ainda em Γ 3, 1005 b 23-33, em que Aristóteles apresenta a distinção entre λέγειν (dizer; falar) e ὑπολαμβάνειν (acreditar, ser da opinião de; conceber; pensar, compreender). Nessa passagem Aristóteles estaria estabelecendo a indubitabilidade do PNC por meio da impossibilidade de se acreditar em opiniões contraditórias entre si.

De fato, basta uma rápida olhada para a conclusão de tais argumentos para se constatar a dificuldade que enfrenta uma sugestão como a de Code.

- (1) [...] nem tudo se comporta assim e não assim (1006a 30-31)
- (2) [...] então não é possível o “ser para homem” significar precisamente <o mesmo que> o “não ser para homem” (1006b 13-14)
- (3) “[...] não é possível dizer com verdade que uma mesma coisa simultaneamente é homem e não é homem” (1006b 33-34)
- (4) “[...] provado que não é possível que as contraditórias sejam predicadas ao mesmo tempo” (1007b 18)
- (5) “[...] não é possível afirmar e negar o mesmo verdadeiramente ao mesmo tempo” (1008a 36-b1)
- (6) “[...] por esta razão, fica muito evidente, que ninguém desse modo está disposto[sub. acreditando que as coisas são assim e não assim], nem os que sustentam tal argumento, nem os demais” ⁶⁵ (1008b 12-13)

Ainda que o argumento (6) possa, sem maiores complicações, ser tomado como buscando comprovar a tese de que o PNC é o mais firme de todos os princípios, o que dizer dos demais? O que Aristóteles estaria buscando provar por meio deles se não a verdade de alguma instância do PNC? Cohen sugere que essa dificuldade poderia ser superada por meio de uma leitura que fosse capaz de tomar as conclusões dos argumentos como sendo uma espécie de compromisso assumido pelo adversário, i.e., alguma instância do PNC, assim elas poderiam ser entendidas como uma declaração de segunda ordem, mesmo que apareçam, no texto, com declarações de primeira ordem. Em vista disso, completa o autor, embora o PNC apareça, de fato, nas conclusões da maioria dos argumentos apresentados, seria possível tomá-las de

65

- (1) [...] ὥστ' οὐκ ἂν πᾶν οὕτως καὶ οὐχ οὕτως ἔχοι·
- (2) [...] οὐ δὴ ἐνδέχεται τὸ ἀνθρώπῳ εἶναι σημαίνειν ὅπερ ἀνθρώπῳ μὴ εἶναι (1006b 13-14)
- (3) [...] οὐκ ἄρα ἐνδέχεται ἅμα ἀληθὲς εἶναι εἰπεῖν τὸ αὐτὸ ἀνθρώπῳ εἶναι καὶ μὴ εἶναι ἀνθρώπῳ. (1006b 33-34)
- (4) [...] δέδεικται ὅτι ἀδύνατον ἅμα κατηγορεῖσθαι τὰς ἀντιφάσεις. (1007b 18)
- (5) [...] οὐκ ἂν εἴη τὸ αὐτὸ ἅμα φάναι καὶ ἀποφάναι ἀληθῶς. (1008a 36-b1)
- (6) [...] ὅθεν καὶ μάλιστα φανερόν ἐστιν ὅτι οὐδεὶς οὕτω διάκειται οὔτε τῶν ἄλλων οὔτε τῶν λεγόντων τὸν λόγον τοῦτον. (1008b 12-13)

maneira “parentética”, i.e., como se estivesse subentendida ao final de cada argumento a expressão, “portanto (como meu adversário claramente assume), o PNC deve ser verdadeiro”. A sentença entre parêntesis, *como meu adversário claramente assume*, estaria omitida do texto porque seria um operador implícito governando todos os argumentos da demonstração elêntica de *Metafísica* Γ 4.⁶⁶

Code, por sua vez, desenvolve sua resposta para o problema, a partir da sugestão de leitura formulada por Lear sobre a audiência à qual se dirige a argumentação de Γ 4. Ele chama atenção para o fato de que embora as conclusões dos argumentos sejam alguma instância do PNC, as premissas fornecidas não nos revelam a razão pela qual esse princípio (ou alguma instância dele) deve ser verdadeiro. No seu entender, o estabelecimento do PNC como condição de possibilidade do pensamento e da linguagem não deve ser tomado como sendo a razão pela qual ele é verdadeiro. Além disso, tampouco se deve esperar que a demonstração elêntica consista num caminho metafísico que leva ao conhecimento do PNC, pois, como bem atesta Aristóteles em Γ 3, ele já deve ser conhecido por quem conhece qualquer coisa; do mesmo modo, não se deve alimentar esperanças que ela possa mostrar o porquê de aceitá-lo como verdadeiro, pois, como também atesta Aristóteles, não existe um porque, uma causa, do PNC ser verdadeiro. Segundo Code, o Estagirita estaria simplesmente tentando mostrar que todos aqueles engajados em pensamento e discurso significativos fazem uso dele, i.e., eles dependem, devem observar, devem estar em conformidade com o PNC.⁶⁷

Conforme sua leitura, Aristóteles, para mostrar que o PNC é o mais firme de todos os princípios teria que provar, tal como determinado em Γ 3, a impossibilidade de se estar em erro sobre o princípio, ou seja, que todos deveriam acreditar que ele é verdadeiro. Para tanto, o Estagirita adotaria a estratégia de mostrar que o PNC seria condição de possibilidade do conhecimento, i.e., que seria necessário conhecê-lo para conhecer qualquer coisa. Assim, se alguém admitisse que conhece verdadeiramente

⁶⁶ “This point is worth further investigation, for if it can be resolved, we may be able to construe the conclusions of the elenctic arguments as the opponent's commitments, and hence as second-order statements even though they are put forward as first-order statements. In this way, although PNC itself would be the ostensible conclusion of some of these arguments, we may read Aristotle as saying, in effect, ‘therefore, as my opponent plainly assumes, PNC must be true’. The parenthetical ‘as my opponent plainly assumes’ is omitted presumably because it is an implicit operator governing all of the statements in the elenctic demonstration”, COHEN, M. 1986, p. 364.

⁶⁷ CODE, A. 1986, p. 356; idem. 1987, p. 139-146. Code apresenta sua leitura em dois artigos: o de 1986 contém apenas um pequeno esboço de suas intenções, no de 1987 ele apresenta uma leitura um pouco mais elaborada, já levando em consideração as sugestões e críticas de Cohen e Furth.

algo, ele teria que admitir que conhece o PNC como verdadeiro. A busca pela admissão desse “algo” conhecido como verdadeiro seria efetuada em Γ 4, por meio dos diversos argumentos que compõem a demonstração elêntica.

Objetivando explicar o modo como os argumentos poderiam fornecer a conclusão desejada, Code fez uso de uma distinção entre dois níveis em que a argumentação funcionaria. O primeiro nível, chamado de argumentação *elêntica*, corresponderia ao texto tal como se nos apresenta, ou seja, uma argumentação direcionada a um adversário do PNC, que vai de premissas aceitas por ele ao próprio princípio como conclusão. O segundo nível, chamado de *meta-elêntico*, corresponderia a uma reflexão sobre a aceitação tácita do oponente do PNC, uma vez que para poder se engajar no pensamento e discurso significativo ele deveria aderir ao princípio que nega. A argumentação de Γ 4 seria, assim, capaz de oferecer suporte para a declaração de que todos devem acreditar no PNC, pois alguém que não acreditasse que ele governa seus enunciados, no sentido mencionado, não estaria falando algo com significado.⁶⁸ Segundo Code, ainda que a argumentação no nível *elêntico* falhe, i.e., que o adversário do PNC não se sinta impelido a abandonar sua posição, a argumentação no nível *meta-elêntico* é capaz de fornecer, para aqueles que já aceitaram a verdade do PNC, o motivo pelo qual ele é o mais firme de todos os princípios.

A sugestão de leitura feita por Code, embora muito interessante e atrativa, esbarra em um problema de difícil solução, o qual foi apontado por Michael Wedin.⁶⁹ Segundo ele, uma premissa crucial na interpretação que Code faz da argumentação de Γ 3 não poderia encontrar suporte, como pretendido, em Γ 4. Como mencionado, a fim de mostrar a indubitabilidade do PNC, ou seja, que é impossível acreditar em sua falsidade, Aristóteles teria buscado suporte na argumentação elêntica de Γ 4, de maneira a estabelecer um vínculo, através da associação entre dizer algo com sentido e a necessidade de conformidade com o PNC. O problema dessa leitura, segundo Wedin, é que para funcionar, tal estratégia precisaria conseguir mostrar que a crença em algo (no caso, de que um nome x possui algum significado) implica na crença na verdade do PNC. Contudo, o máximo que o argumento pode fornecer é que se alguém

⁶⁸ Ibidem p.145.

⁶⁹ WEDIN, M. 2000, p. 123-125.

acredita em algo, então essa crença está em conformidade com o PNC.⁷⁰ Ainda que o adversário dependa do PNC para acreditar em algo verdadeiramente, não por isso ele deve acreditar na verdade do princípio. Para tanto, seria necessário que ele aceitasse as premissas da argumentação no seu nível *elêntico*, o que demandaria comprometimentos com as doutrinas do essencialismo e da significação aristotélicas. Tal comprometimento não é, certamente, mandatário, além do que, se o adversário já possui dificuldades em aceitar o mais firme de todos os princípios, não se poderia esperar dele (com alguma probabilidade de sucesso) a aceitação de tais doutrinas.

Code, consciente dessa limitação, concorda que a estratégia aristotélica se encontra bastante prejudicada, pois, realmente, não se poderia exigir de ninguém o comprometimento com doutrinas ontológicas e semânticas tão controversas quanto aquelas propostas pelo Estagirita, ainda que sejam apresentadas apenas em seus elementos mais fundamentais. Além disso, Code ainda aponta para mais uma dificuldade associada à sua leitura, a qual deriva da própria estratégia adotada por Aristóteles. Ao incluir o essencialismo na prova, o Estagirita estaria, no entender de Code, reduzindo o escopo da argumentação apenas aos itens substanciais.⁷¹ Esse desfecho para a leitura de Code é, sem sombra de dúvida, surpreendente, ao mesmo tempo que decepcionante. O autor termina justamente nos problemas que a sua proposta de leitura possuía potencial para resolver. Em seu desfecho, mesmo a sugestão de Lear quanto a audiência, se mostrou absolutamente inócua. No nível *meta-elêntico* os problemas certamente não se colocam, contudo, na medida em que a leitura de Code necessita provar a premissa que diz ser “impossível acreditar na falsidade do PNC”, a argumentação de Γ 4 deveria ser capaz de revelar, não só para os que já aceitam sua verdade que eles necessariamente acreditam no princípio, mas também para aqueles que não o aceitam. Mas isso, no fim, mostrou-se tão difícil quanto provar, simplesmente, que o PNC é verdadeiro.

A paradoxal reviravolta na leitura de Code, antes de sinalizar o fracasso da argumentação aristotélica, a exemplo do caso da linha de interpretação tradicional, aponta para sua própria inadequação frente ao verdadeiro objetivo de Aristóteles. Todavia, o erro de Code não parece estar no propósito geral apresentado, mas no

⁷⁰ Wedin encerra sua crítica a Code dizendo “the elenctic proof is not attempting to establish that everyone must believe PNC, if they believe anything, and so it could not be completing the Indubitability Proof”, *ibidem*, p. 154.

⁷¹ CODE, A. 1987, p.145-148.

modo como o Estagirita supostamente estaria procedendo para mostrar que o PNC é o mais firme de todos os princípios.

Uma sugestão de leitura alternativa para o propósito da argumentação elêntica foi também desenvolvida por Edward Halper.⁷² Diferentemente de Code, nesse caso, o caminho apontado parece ser mais promissor. Halper defende que o propósito aristotélico a partir de Γ 4 seria o de mostrar o escopo absolutamente universal da *ciência do ser enquanto ser*. Tal tarefa seria empreendida por meio do PNC, isto é, mostrando-se que esse princípio se aplica a todos os seres.⁷³ Segundo Halper, a estratégia adotada por Aristóteles para determinar a universalidade do PNC se daria a partir da caracterização do princípio, em Γ 3, como sendo necessário para se conhecer qualquer coisa (1005b 16-17). Assim, se o PNC é pré-requisito necessário do conhecimento, então sua universalidade deveria ser tão ampla quanto a extensão daquilo sobre o que é possível conhecer, conclui o autor.⁷⁴

Note-se que a argumentação de Γ 4 tem por ponto de partida a possibilidade da definição de algo ($\acute{\omega}\rho\iota\sigma\mu\acute{\epsilon}\nu\omicron\nu\ \tau\iota$), sem o que, não haveria nem pensamento nem diálogo. A presença do tema da definição na base da argumentação, no entender de Halper, reforça a ideia de que Aristóteles tem em mente a questão do conhecimento como critério para estender a universalidade do PNC para todo ser, pois, o ato de definição ($\acute{\omicron}\rho\iota\sigma\alpha\sigma\theta\alpha\iota$) é justamente um dos pontos de partida para o conhecimento, i.e., ele é condição, *sine qua non*, para a cognoscibilidade em geral. Halper nota que o tema da definição é central para toda a argumentação elêntica, pois Aristóteles recorre ao mesmo diversas vezes no decurso de Γ 4-8.⁷⁵ A estratégia aristotélica seria, portanto, a de mostrar que para tudo que seja passível de definição, i.e., que seja possível conhecer, o PNC seria verdadeiro. Além da presença constante da possibilidade da definição, Halper também ressalta que Aristóteles procura associá-la, gradativamente, com sua doutrina ontológica, ou seja, com a existência de

⁷² HALPER, E. 1984.

⁷³ "It seems to me that Aristotle is using the discussion of non-contradiction in Γ 4-8 to explain how metaphysics can include all beings ($\tau\grave{\alpha}\ \acute{\omicron}\nu\tau\alpha$) in its subject matter. More interesting than the claim that non-contradiction holds is the claim that all beings fall under its scope [...] Aristotle's chief concern in Γ 4-8 is to show what any being must be like if non-contradiction is to extend to it. It is worth noting in advance that his conclusions are somewhat different from more current ones", *ibidem*, p. 369.

⁷⁴ "If non-contradiction is a necessary prerequisite of knowledge, it must extend just as far as knowledge does", *ibidem*, p. 373.

⁷⁵ *Ibidem*, p. 375. Tratei da presença e do papel da definição na argumentação de *Metafísica* Γ 4-7 em detalhes in LOURENÇO, D. 2011, p. 71-85 e 131-169.

substâncias e essências. Tal movimento estaria, segundo ele, em perfeita consonância com o objetivo geral da *ciência do ser enquanto ser*, pois, conforme explicitado em Γ 2, tal ciência só seria possível devido a relação de dependência lógica que os demais sentidos de *ser* teriam de um sentido primeiro, no caso, o de substância.⁷⁶

No que diz respeito ao fato do PNC aparecer como a conclusão da maioria dos argumentos, Halper apresenta uma interessante resposta. No seu entender, Aristóteles não estaria tentando mostrar que o princípio é verdadeiro a partir de argumentos que assumem a possibilidade da definição, mas sim, o contrário, i.e., que a possibilidade da definição é verdadeira porque justamente permite concluir em desfavor da falsidade do PNC. Do mesmo modo aconteceria com os argumentos em que se encontra, nas premissas, a postulação da existência de substâncias e essências. A estratégia geral seria a de mostrar que em se assumindo tais teses aristotélicas se poderia refutar outras que negam o PNC.⁷⁷ Assim, mesmo que o princípio apareça como conclusão, ele funcionaria como o ponto de partida para argumentação.

A maneira como a sugestão de Halper funcionaria pode ser depreendida,⁷⁸ por exemplo, da argumentação apresentada em 1006a 28 – 1007b 18, em que Aristóteles assumiria, primeiramente, que os nomes sendo definíveis (ὠρισμένον) significariam algo essencialmente uno (σημαίνειν ἓν); e em vista disso, i.e., se fosse possível que os nomes significassem algo uno (1006b 14-15), então seria impossível dizer verdadeiramente que algo ao mesmo tempo é e não é (1007a 1). Caso não fosse

⁷⁶ A solução apresentada para o problema da polissemia do *ser* se mostra possível a partir da constatação de que a pluralidade de significados pode ser dita em relação a uma unidade (πρὸς ἓν) e natureza determinada (Τὸ δὲ ὄν λέγεται μὲν πολλαχῶς, ἀλλὰ πρὸς ἓν καὶ μίαν τινὰ φύσιν, 1003a 33-34). Aristóteles revela que essa unidade (ἓν) é a substância (οὐσία). O poder explicativo da substância se daria em razão de sua prioridade lógica, i.e., no λόγος (na definição). Não seria de se estranhar, portanto, que Aristóteles estivesse tentando mostrar em Γ 4 que a unidade (ἓν) necessária para a significação depende da possibilidade de definição e, por conseguinte, da existência de substâncias e essências.

⁷⁷ "In order for Aristotle to be unpacking the assumption of definability in Γ4-8, he must already accept the apparent conclusion, non-contradiction. It is possible that Γ4-8 intend only to show the close connection of definability, essences, significant speech, and non-contradiction - it does do this - but Aristotle's constant method is to point out how the assumption of another character allows us to refute denials of non-contradiction. He seems to be assuming that non-contradiction holds and using this to support the assumptions of definability and essences", HALPER, E. 1984, p. 374-375.

⁷⁸ Infelizmente Halper não apresenta uma leitura detalhada da argumentação de Γ 4-8 a fim de corroborar sua tese. Ele trata apenas de algumas passagens, sem, contudo, oferecer-lhes um tratamento mais detalhado. Não obstante, sua proposta é formulada de maneira bastante clara, e parece se acomodar com certa facilidade ao texto aristotélico. O seguimento desse parágrafo será uma tentativa de leitura a partir de suas diretrizes.

possível que os nomes assim significassem, então eles significariam todos uma só coisa (1006b 17). Sendo as coisas assim, isto é, do modo como sustentam aqueles que dizem não ser necessário negar ou afirmar algo; se não houvessem substâncias, nem essências; se não houvesse aquilo que é primeiramente *ser*, seria necessário, então, predicar tudo por concomitância, e, desse modo, a predicação (o dizer de x que é y) iria ao infinito (1007b 1). Contudo, isso, segundo Aristóteles, não acontece, pois em uma predicação, não se conectam mais de dois itens (1007b 2). A razão pela qual isso é assim, surpreendentemente, repousa sobre a existência de substâncias, e sendo que elas existem (no entender de Aristóteles, é claro), é impossível que as contraditórias sejam predicadas simultaneamente.

Halper afirma que esses argumentos só fazem sentido se tivermos em conta, tal como Aristóteles, que o PNC é verdadeiro. Note-se que para a premissa inicial, a possibilidade de um nome significar algo essencialmente uno, Aristóteles não apresenta qualquer justificativa, de sorte que o adversário não precisaria se comprometer com ela. A estratégia seria então mostrar que a aceitação da premissa levaria à concordância com o PNC, enquanto a sua não-aceitação levaria a uma tese absurda (que nega, ou representa a não observância do PNC). Essa estratégia argumentativa, em que Aristóteles parece estar alternando razões que permitem ora concluir em favor do PNC, ora razões que implicam em sua negação, pode ser identificada em diversos momentos no decurso de Γ 4-8.

A leitura de Halper, diferentemente da proposta de Code e da leitura tradicional, permite bem lidar com as acusações de (i) *petitio principii*, tanto no que se refere (i') ao uso do próprio PNC na argumentação, quanto no que se refere a (i'') presença do essencialismo na prova; além disso, permite também lidar com os problemas causados pela acusação de (ii) *ignoratio elenchi* e os questionamentos quanto (iii) ao escopo efetivo dos argumentos.

A *petitio principii* (i') não se coloca, pois Aristóteles não está, em nenhum momento, tentando provar o PNC, quer seja por meio dele mesmo, quer seja por meio de alguma doutrina que dependa, em última instância, dele (no sentido de uma prova circular, na qual a possibilidade da definição seria assegurada pelo PNC e este pela possibilidade da definição). Além disso, segundo Halper, Aristóteles sequer estaria demonstrando, *strictu sensu*, por meio do PNC, a possibilidade da definição ou existência de substâncias e essências. A argumentação apenas forneceria um bom indício em favor das mesmas. Por certo, tais argumentos dificilmente convenceriam

alguém, disposto a negar a verdade do PNC e a aceitar a existência de tais entidades. Contudo, para aqueles não dispostos a abandonarem a possibilidade do discurso racional e assim mesmo não dispostos a aceitarem os comprometimentos exigidos pela argumentação aristotélica, ficaria a obrigação da busca por uma alternativa que pudesse igualmente rejeitar os argumentos contra o PNC.⁷⁹ O problema associado ao item **(ii)** é evitado, ao menos na sua formulação tradicional, pois Aristóteles não estaria tentando provar o PNC por meio da refutação da tese que assume a sua negação forte, i.e., que todas as coisas são contraditórias. Na realidade, seu propósito seria outro, o de mostrar a máxima universalidade da *ciência do ser enquanto ser*.

Os problemas referentes aos itens **(i'')** e **(iii)** sequer se colocam, pois, a presença do essencialismo consiste na 'virtude' dos argumentos. Tal presença e sua relação com a possibilidade da definição, mais o alcance absolutamente universal proporcionado pelo vínculo com o PNC, são justamente o que permitiria a consolidação da *ciência do ser enquanto ser*.⁸⁰ Tal percepção, i.e., que Aristóteles estaria buscando a fundamentação de seu projeto científico através da argumentação de *Metafísica* Γ 3-8, parece ser mais condizente com as preocupações e desafios que Aristóteles teria que enfrentar no desenvolvimento de uma tarefa dessa grandeza. Além do que, diferentemente da percepção tradicional, que vê em Γ 4-8 a preocupação em justificar a verdade dos primeiros princípios de todas as coisas, a leitura de Halper, segundo suas próprias palavras, não parece sofrer do inconveniente de transformar aquele conjunto de capítulos em "uma ilha de lógica em um mar de metafísica".⁸¹

As considerações, até então apresentadas, sobre a leitura de Code e Halper se justificaram em razão da crítica feita por Cohen, quanto **(b)** ao fato dos argumentos oferecidos por Aristóteles em Γ 4 concluírem em favor da impossibilidade de se negar o PNC, e não para a defesa seu título de mais firme de todos os princípios. Como vimos, é possível desenvolver uma leitura capaz de acomodar tal discrepância, quer seja pela suposição de Code de um nível *meta-elêntico* para a argumentação, ou pelo uso da ideia de uma estrutura parentética subjacente à formulação das conclusões,

⁷⁹ "[...] Aristotle is assuming that all beings possess essences in order to refute arguments against non-contradiction. Because non-contradiction must hold, we ought to accept the claim that all beings possess essences. The reasoning is inductive but anyone challenging Aristotle bears the burden of finding an alternative way of rejecting arguments against non-contradiction", *ibidem*, p. 378-379.

⁸⁰ Cf. nota 76 do presente trabalho.

⁸¹ "Aristotle surely is concerned to show that those who deny the principle implicitly or explicitly are reduced to incoherence. However, the view that this is his only concern in Γ4-8 presumes that this section is merely an island of logic in a sea of metaphysics. On this usual view, Γ4-8 is consistent with Aristotle's other concerns, but does not advance his metaphysical investigation", *ibidem*, p. 369.

como queria Cohen, ou mesmo, pela suposição de uma estratégia argumentativa um tanto *sui generis*, em que a conclusão é capaz de corroborar as premissas, como aventado por Halper. A dificuldade, portanto, não reside propriamente no modo como a argumentação pode acomodar um propósito alternativo, mas antes, sobre qual é o propósito que a argumentação realmente deve acomodar.

Entre as possibilidades sugeridas por Code e Halper reside um interessantíssimo impasse. Por um lado, o fato da sugestão deste último ser capaz de produzir uma leitura mais consistente não significa, a meu ver, a rejeição da proposta de Code. Em realidade, Halper não mostra em maiores detalhes como, exatamente, a argumentação poderia cumprir com o objetivo por ele defendido. Além do que, há certos elementos no texto que parecem conflitar com sua sugestão, notadamente, as próprias passagens em que Aristóteles parece estar estabelecendo o propósito que ele mesmo julga ser necessário defender. Já a leitura de Code, ainda que possua a virtude contrária, i.e., o texto parece claramente comprovar a pretensão de defender o propósito por ele elencado, paradoxalmente, a argumentação aristotélica não se mostra capaz de cumprir com a tarefa imposta.

O impasse entre essas duas posições reside na própria caracterização que Aristóteles faz, em Γ 3, do princípio por ele buscado. Nesse capítulo ele estabelece que o princípio mais firme de todos deve preencher duas características principais: (1) impossibilidade de erro a seu respeito e (2) ser necessário para se conhecer qualquer coisa. Não coincidentemente, essas são justamente as características apontadas pelos referidos autores, porém separadamente. A leitura de Code assume somente a característica (1), interpretada por ele, como impossibilidade de se acreditar na falsidade do PNC. Tal decisão é, no mínimo, controversa no que diz respeito ao significado de (1), já no que diz respeito à eleição dela como sendo a única característica relevante para a determinação do mais firme de todos os princípios, a decisão é, na melhor das hipóteses, absolutamente arbitrária. O mesmo vale para Halper que decidiu pela característica (2), contudo seu caso é agravado pela ausência de qualquer justificativa para tanto.

Para poder responder como a argumentação iniciada em Γ 4 pode comportar um propósito alternativo à leitura tradicional é necessário, antes de tudo o mais, determinar qual é esse propósito. Embora não haja qualquer dúvida quanto ser Γ 3 o local onde se pode encontrar uma resposta, não por isso, a tarefa de determinar o que exatamente Aristóteles quer dizer se torna mais fácil. A passagem em que ele qualifica

o mais firme de todos os princípios, embora relativamente curta em extensão, é solo incrivelmente fértil em controvérsias e possibilidades interpretativas. Não bastasse isso, o próprio capítulo, apesar de seu tamanho relativamente pequeno, contém uma argumentação que supostamente deveria dar conta daquilo estabelecido como característico do princípio buscado. Desnecessário dizer que, também a respeito dela, a controvérsia é a norma.

Com o intuito de buscar uma resposta mais precisa sobre o conteúdo do propósito estabelecido por Aristóteles, apresentarei na sequência do texto, no item 2.1 do presente trabalho, uma visão geral de Γ 3, e uma apresentação do modo como entendo sua estrutura. Em seguida, no item 2.2, tratarei da relação entre Γ 3 e B 2 da *Metafísica*, no que diz respeito ao objetivo da resposta apresentado para a segunda aporia. Uma vez encerrada essa tarefa, apresentarei no item 2.3 uma detalhada análise da passagem em que Aristóteles qualifica o mais firme de todos os princípios. Encerrada essa etapa, no item 3 tratarei da argumentação desenvolvida ainda em Γ 3. Somente finalizada essa análise, isto é, depois de determinar o que exatamente Aristóteles espera alcançar com sua argumentação, é que poderei dar seguimento ao desafio de mostrar com Γ 4-6 podem cumprir com o propósito estabelecido pelo Estagirita em Γ 3.

2. A TAREFA DE ENUNCIAR O MAIS FIRME DE TODOS OS PRINCÍPIOS

2.1 Considerações iniciais sobre a estrutura de Γ 3 da *Metafísica*

O capítulo 3 de Γ pode ser dividido em três seções principais. A primeira delas (**A**) vai de 1005a 19 à 1005b 11, a segunda (**B**) vai de 1005b 11 à 1005b 17 e a terceira (**C**) de 1005b 17 à 1007b 34. Em (**A**) Aristóteles se ocupa de três tarefas preliminares: (1) desenvolve uma resposta para a segunda aporia apresentada no livro B da *Metafísica*; (2) presta esclarecimentos quanto ao tratamento que se deve empregar na investigação dos primeiros princípios; e (3) defende como tarefa do filósofo a enunciação do mais firme de todos os princípios ($\beta\epsilon\beta\alpha\iota\omicron\tau\acute{\alpha}\tau\eta\ \acute{\alpha}\rho\chi\eta\ \pi\alpha\sigma\tilde{\omega}\nu$). Em (**B**) ele prossegue em duas etapas: (4) apresenta as características que um princípio deve preencher para ser considerado o mais firme de todos e (5) enuncia o princípio que acredita ser o que melhor preenche as características enumeradas. Por fim, em (**C**) ele (6) apresenta uma breve argumentação para mostrar que o princípio por ele enunciado realmente preenche as características enumeradas.

A estrutura do texto e seus diferentes momentos podem ser esquematizados da seguinte maneira:⁸²

(A)

(1) 1005a 19 – 1005b 2: Argumentação que estabelece a *ciência do ser enquanto ser* como investigação acerca das substâncias e também dos axiomas.

Contraponto entre a *ciência do ser enquanto ser* e as ciências particulares: as matemáticas e a física (ciência parcial da substância).

Essa passagem aparentemente contém a resolução da segunda aporia de B da *Metafísica* (996b 26 – 997a 15).

⁸² O presente esquema representa apenas um esboço preliminar do modo como compreendo a estrutura de Γ 3. Tal procedimento visa antes a clareza e maior facilidade expositiva, que a apresentação ou defesa de uma leitura particular para o capítulo. A exposição do modo como entendo o todo de Γ 3 demandará a totalidade do capítulo 1 da presente tese.

(2) 1005b 2-5: Esclarecimento quanto à investigação acerca da verdade dos axiomas. Censura aos Físicos (οἱ φυσικοί) por tentarem estabelecer a verdade ou falsidade dos axiomas sem o conhecimento de como e em que sentido isso pode ser feito.

Na passagem anterior (1005a 29 – 1005b 2), Aristóteles chama a atenção para o fato de que somente os Físicos se pronunciaram sobre a verdade ou falsidade dos axiomas. A razão para tal equívoco se deu, segundo ele, por estes acreditarem estar investigando sobre toda a natureza.

(3) 1005b 5-11: Aristóteles atesta ser tarefa exclusiva da *ciência do ser enquanto ser*, em razão de seu escopo absolutamente universal, a enunciação do mais firme de todos os princípios.

(B)

(4) 1005b11-17: Caracterização do princípio mais firme de todos. Duas características parecem se destacar: indubitabilidade e anterioridade.

(5) 1005b17-34: Anúncio do PNC como sendo o candidato aristotélico ao título de princípio mais firme de todos.

Apresentação do PNC sob uma fórmula bastante geral.

(C)

(6) 1005b 23 – 34: Argumentação visando corroborar a identificação.

Argumento 1: defesa da Indubitabilidade do PNC (1005b 23-32).

Argumento 2: defesa da Anterioridade lógica/epistemológica) do PNC (1005b 32-34).

2.2A investigação dos primeiros princípios: a resposta para a segunda aporia de *Metafísica B 2*

(A) Nas linhas iniciais do capítulo 3 de Γ Aristóteles introduz um problema que pensa ser fundamental para o desenvolvimento de uma ciência que possa ser identificada com a Sabedoria (σοφία).⁸³ Segundo ele, é necessário determinar se cabe a uma única e mesma ciência a investigação da substância e dos princípios primeiros das demonstrações, os quais são também chamados de axiomas.

Devemos dizer se uma única, ou distintas ciências, <investigam> acerca <daqueles princípios> chamados, nas matemáticas, axiomas e acerca da substância.⁸⁴ (1005a 19-21)

Como é amplamente sabido, o problema mencionado aqui por Aristóteles faz parte de uma lista de aporias apresentadas no livro B da *Metafísica*. Aporias estas, que devem ser respondidas caso se pretenda levar a cabo uma ciência absolutamente geral. De fato, no capítulo 2 do referido livro, o Filósofo, após inquirir sobre o número de causas sobre as quais a ciência por ele buscada deveria investigar, introduz a questão sobre a investigação dos primeiros princípios das demonstrações. Não é difícil perceber que Aristóteles está tentando descobrir, ou ao menos problematizar, o escopo da ciência buscada.⁸⁵ De um lado, questiona sobre quais causas a ciência

⁸³ Trato em maiores detalhes da questão da identificação da ciência do *ser enquanto ser*, apresentada em Γ, com a ciência buscada em A e a ciência de B e da relação entre os referidos livros da *Metafísica* no apêndice III do presente trabalho. Entendo que há uma continuidade entre esses tratados, contudo, acredito que tal continuidade deva ser pensada em outras bases que as tradicionalmente apontadas. Para fins expositivos tomarei todas as expressões pelas quais Aristóteles designa a ciência por ele empreendida nesses tratados como se referindo a uma única e mesma ciência. A questão da unidade filosófica entre os diferentes tratados da *Metafísica* extrapola em muito as pretensões da presente pesquisa. Embora tenha convicção formada quanto a questão, o escopo de minha investigação não vai além do conteúdo e compromissos doutrinários implicados pelo conjunto dos livros A, B e Γ da *Metafísica* de Aristóteles.

⁸⁴ Λεκτέον δὲ πότερον μιᾶς ἢ ἑτέρας ἐπιστήμης περὶ τε τῶν ἐν τοῖς μαθήμασι καλουμένων ἀξιωματικῶν καὶ περὶ τῆς οὐσίας. (1005a 19-21)

⁸⁵ Segundo Madigan as quatro primeiras aporias de B são diferentes manifestações uma mesma aporia fundamental: a falta de unidade dos diferentes assuntos que uma ciência absolutamente geral supostamente deveria se ocupar (cf., MADIGAN, Arthur. ARISTOTLE. *Metaphysics Books B and K1-2*. Clarendon Aristotle Series, Oxford University Press, 2005, p. 31-33).

deve versar⁸⁶, do outro, se deve considerar, além das causas, também os princípios primeiros das demonstrações.⁸⁷

Mas também há disputa acerca dos princípios da demonstração, se pertencem a uma única ciência ou várias (996b 26-27)

[...] Se <há> uma única ciência desses <princípios> e da substância, ou <se são ciências> distintas; se não são uma única, qual delas é preciso identificar com aquela que agora buscamos.⁸⁸ (996b 31-33)

Uma vez formulada a questão, Aristóteles apresenta algumas dificuldades quanto à elaboração de uma resposta. O estudo dos axiomas pela ciência da substância não seria possível por duas razões principais: (i) não parece sensata a suposição de que a ciência da substância ou qualquer outra, como a geometria, por exemplo, tenha qualquer prevalência quanto ao estudo dos axiomas, pois todas as ciências fazem igual uso dos mesmos, i.e., servem-se deles na medida em que necessitam em suas demonstrações. Além disso, (ii) embora sejam os axiomas utilizados por todas as ciências, não é o caso deles serem, em razão disso, objeto de investigação de todas elas, e assim sendo, também da ciência da substância. O

⁸⁶ Na primeira aporia do capítulo 2 de B Aristóteles discorre sobre a questão do número de causas que seriam objeto de investigação da ciência buscada. A aporia não parece levar a qualquer conclusão em específico; contudo, na segunda, terceira e quarta aporias, Aristóteles leva em consideração apenas a ciência da substância.

⁸⁷ Aristóteles menciona, no corpo dessa aporia, os princípios de não-contradição (PNC) e do terceiro-excluído (PTE), cf., 997b 27-31. Além desses, que menciona explicitamente, diz haver também outros. Não se sabe exatamente quais outros princípios o Estagirita teria em mente, mas é comum entre os comentadores, a menção a princípios matemáticos, como o que versa sobre quantidades iguais. Alexandre de Afrodiasias sugere, além de princípios matemáticos, também um de conteúdo ético, o de que cada ação visa um bem real ou aparente, cf., 175 10-13 (1993, p. 93). Ao leitor não muito familiarizado com as questões da epistemologia antiga, a pretensão, ou mesmo a preocupação de incluir os princípios da demonstração no corpo de uma ciência absolutamente geral pode parecer, à primeira vista, um tanto inusitado. Não obstante, tal desconforto ou estranheza facilmente se dissipa quando se tem em mente as características fundamentais da doutrina da ciência aristotélica. No tratado dos *Segundos Analíticos* temos que toda demonstração científica envolve três itens: o gênero sobre o qual se demonstra, os atributos que se demonstra e os axiomas a partir dos quais se demonstra (cf., 75a 38-b2). Na medida em que Aristóteles está tentando desenvolver uma ciência absolutamente geral e primeira - e considerando-se que axiomas fazem parte da estrutura fundamental de uma ciência - parece ser perfeitamente natural indagar se os princípios mais gerais fazem parte ou não dessa ciência buscada.

⁸⁸ – ἀλλὰ μὴν καὶ περὶ τῶν ἀποδεικτικῶν ἀρχῶν, πότερον μιᾶς ἐστὶν ἐπιστήμης ἢ πλειόνων, ἀμφισβητήσιμόν ἐστιν (996b 26-27)
[...]⁸⁸ πότερον μία τούτων ἐπιστήμη καὶ τῆς οὐσίας ἢ ἕτερα, κἂν εἰ μὴ μία, ποτέραν χρὴ προσαγορεύειν τὴν ζητούμενην νῦν. (996b 31-33)

estudo dos axiomas não seria próprio da ciência da substância, (i) nem como algo que lhe é particular, (ii) nem como algo que lhe é possível por ser de competência de todas as ciências.

Que é uma única ciência não parece ser razoável: pois porque mais a geometria do que a qualquer outra <ciência> seria próprio o conhecimento acerca deles? Em realidade, se por um lado é do mesmo modo <o conhecimento acerca deles> para qualquer ciência e, por outro lado, não é possível que seja <conhecimento próprio> de todas, tal como para nenhuma das outras, tampouco é próprio do que conhece as substâncias o conhecer acerca deles.⁸⁹ (996b 33-997a 2)

A resposta para essas dificuldades é apresentada já nas linhas iniciais de Γ 3. Aristóteles sustenta, sem cerimônia alguma, ser evidente que a ciência da substância e a dos axiomas são uma e a mesma. Embora seja verdadeiro que todas as ciências façam uso dos axiomas, ele chama atenção para o fato de que elas fazem um uso limitado dos mesmos, i.e., elas os utilizam na medida em que os gêneros que lhe são subjacentes permitem, ou na qual suas demonstrações demandam. Já no tocante a ciência do filósofo, isso não é verdadeiro, pois na medida em que trata do *ser enquanto ser*, i.e., ela não se restringe a algum recorte particular do ser, cabe a ela, em razão de sua universalidade absoluta, o estudo dos axiomas. De fato, tais axiomas são atribuídos a todos os seres sem distinção, de maneira que compete à ciência que estuda o ser em sua máxima universalidade, também o estudo dos princípios maximamente universais, argumenta o Estagirita.

Evidente que <é> uma única a <ciência> que acerca deles investiga, e que <é> a <ciência> do filósofo: pois <são> atribuídos a todos os seres, mas não particularmente a um gênero, à parte dos demais. (1005a 21-23)

⁸⁹ μιᾶς μὲν οὖν οὐκ εὐλόγον εἶναι· τί γὰρ μᾶλλον γεωμετρίας ἢ ὁποιασοῦν περὶ τούτων ἐστὶν ἴδιον τὸ ἐπαίειν; εἴπερ οὖν ὁμοίως μὲν ὁποιασοῦν ἐστὶν, ἀπασῶν δὲ μὴ ἐνδέχεται, ὥσπερ οὐδὲ τῶν ἄλλων οὕτως οὐδὲ τῆς γνωριζούσης τὰς οὐσίας ἴδιόν ἐστι τὸ γινώσκειν περὶ αὐτῶν. (996b 33-997a 2)

e todos fazem uso <deles>, dado que <são atribuídos> aos seres enquanto seres, e cada gênero é ser: no entanto, todos fazem uso deles na medida em que lhes é suficiente, isto é, na exata medida em que se estende o gênero sobre o qual empreendem as demonstrações. (1005a 23-27)

Sendo assim, dado <ser> evidente que <são> atribuídos a todos os seres (pois isso lhes <é> comum), o estudo desses <axiomas> cabe também àquele que conhece os seres enquanto seres.⁹⁰ (1005a 27-29)

Na universalidade absoluta da ciência do *ser enquanto ser* parece residir a chave para a resolução da aporia.⁹¹ Em B, Aristóteles dissera não parecer razoável a expectativa de qualquer ciência quanto à exclusividade do estudo dos axiomas, pois, na medida em que todas fazem igual uso deles, não parecia haver qualquer razão que pudesse justificar tal demanda. Aqui em Γ 3, por fim ele revela que a ciência da substância, diferentemente das demais, não faz um uso restrito dos axiomas, porquanto não se encontra limitada a um gênero de sua competência. Não é verdade, portanto, que não exista qualquer razão para que uma ciência em particular demande para si a investigação acerca dos axiomas, pois, tampouco é verdade que todas elas façam uso semelhante dos princípios.

Encontramos em Γ 3 uma resposta bastante contundente e, em grande medida, convincente para uma das aporias apresentada em B; contudo, é interessante notar que a referida aporia não se restringe apenas à dificuldade de se saber se uma ciência teria ou não a exclusividade no tratamento dos axiomas. Essa é apenas a primeira parte dos questionamentos apresentados na segunda aporia de B. Na continuidade

⁹⁰ φανερόν δὴ ὅτι μιᾶς τε καὶ τῆς τοῦ φιλοσόφου καὶ ἡ περὶ τούτων ἐστὶ σκέψις· ἅπασιν γὰρ ὑπάρχει τοῖς οὐσίαις ἄλλ' οὐ γένοιτι χωρὶς ἰδίαι τῶν ἄλλων. (1005a 21-23)

καὶ χρῶνται μὲν πάντες, ὅτι τοῦ ὄντος ἐστὶν ἡ ὄν, ἕκαστον δὲ τὸ γένος ὄν· ἐπὶ τοσοῦτον δὲ χρῶνται ἐφ' ὅσον αὐτοῖς ἰκανόν, τοῦτο δ' ἐστὶν ὅσον ἐπέχει τὸ γένος περὶ οὗ φέρουσι τὰς ἀποδείξεις· (1005a 23-27)
ὥστ' ἐπεὶ δῆλον ὅτι ἡ ὄντα ὑπάρχει πᾶσι (τοῦτο γὰρ αὐτοῖς τὸ κοινόν), τοῦ περὶ τὸ ὄν ἡ ὄν γνωρίζοντος καὶ περὶ τούτων ἐστὶν ἡ θεωρία. (1005a 27-29)

⁹¹ Como é amplamente sabido, a universalidade da ciência da substância decorre da identificação desta, em Γ 2, com a ciência do *ser enquanto ser* e do uso do artifício teórico da significação πρὸς ἓν. Não tratarei dessa questão em mais detalhes, contudo, ofereço algumas indicações do modo com entendo o tema na nota 27 e no apêndice II do presente trabalho. Vale lembrar que não partilho da convicção, comum entre a maior parte dos intérpretes, de que a ciência aqui em questão demande uma concepção nova, ou qualquer alteração significativa na doutrina da ciência aristotélica apresentada no *Segundos Analíticos*.

do texto, tão logo apresentado o problema quanto à identidade da ciência que trataria dos axiomas, Aristóteles parece introduzir uma dificuldade de ordem ainda maior. Ele se questiona sobre a possibilidade mesma de haver uma ciência dos axiomas.

Aristóteles prossegue em sua exposição, acrescentando mais uma questão ao rol de problemas a serem enfrentados. Segundo ele, paralelamente à dificuldade de se determinar qual ciência investigaria os primeiros princípios das demonstrações, encontra-se a dificuldade de se determinar qual tipo de conhecimento é possível sobre os mesmos. Por um lado, argumenta o Estagirita, (iii) não parece haver qualquer necessidade de um tratamento dos axiomas por alguma ciência, pois o que eles são exatamente, já é conhecido por todos. Além disso, não parece ser possível haver conhecimento demonstrativo deles, pois, para tanto, seria necessário (iv) haver uma única e mesma ciência de todas as coisas passíveis de demonstração, e (v) as demonstrações precisariam ir ao infinito.⁹²

Paralelamente <a essa questão>, por um lado, de que modo será a ciência deles? O que é cada um deles é algo já conhecido (<de fato>, como algo já conhecido fazem uso deles também as outras artes) (997a 2-5)

Por outro lado, se há <ciência> demonstrativa acerca deles, será necessário um gênero que seja subjacente e, além disso, os atributos <dele> e os <seus> axiomas (pois acerca de tudo é impossível haver demonstração). Pois, a demonstração é necessariamente a partir de algo, acerca de algo e de alguma coisa: (997a 5-9)

Por conseguinte, haverá um único gênero de todas as coisas passíveis de demonstração, pois as demonstrações usam os axiomas.⁹³ (997a 9-11)

⁹² Essa linha de leitura parece ser a interpretação tradicional para a passagem. Ela é claramente adotada por Tomás de Aquino e David Ross em seus respectivos comentários. Ambos os autores entendem que Aristóteles tem, em seu horizonte de preocupações, as dificuldades a serem enfrentadas por uma ciência que pretenda oferecer conhecimento demonstrativo dos princípios. Para ambos, a demonstração elêntica de Γ 4 representa a solução para aporia. Vale adiantar que discordo dessa linha de interpretação, a qual, no meu entender, não é a mais natural para o texto. Apresentarei uma análise mais detalhada da passagem no seguimento do trabalho. Por hora, apresento a interpretação tradicional apenas por conveniência expositiva e estratégia argumentativa.

⁹³ ἄμα δὲ καὶ τίνα τρόπον ἔσται αὐτῶν ἐπιστήμη; τί μὲν γὰρ ἕκαστον τούτων τυγχάνει ὄν καὶ νῦν γνωρίζομεν (χρῶνται γοῦν ὡς γιγνωσκομένοις αὐτοῖς καὶ ἄλλαι τέχναι)· (997a 2-5)

As dificuldades acerca do conhecimento dos axiomas são de dois tipos. Em primeiro lugar, não parece haver qualquer necessidade de conhecimento científico deles, pois já são conhecidos de todos. De fato, se eles já são imediatamente conhecidos por todos, se todos sabem o que eles são, então, nesse caso, uma ciência dos axiomas parece um total despropósito, dado não ter muito mais a oferecer para além do que já se sabe sem o uso dela. Uma maneira de contornar essa dificuldade pode ser pensada a partir da constatação da existência de um modo de conhecimento que é próprio das ciências, i.e., as demonstrações. No caso de se pretender um conhecimento de tal ordem, dois problemas fundamentais se apresentam. Problemas que resultam da própria estrutura da ciência aristotélica.⁹⁴

A primeira dificuldade reside no fato de ser necessário a existência de princípios indemonstráveis no corpo de uma disciplina científica. Tal presença não pode ser eliminada, de maneira que mesmo sendo possível, em tese, demonstrar alguns axiomas, outros ainda permaneceriam indemonstráveis. A segunda dificuldade está associada a delimitação do escopo de uma ciência em virtude do gênero sobre o qual investiga e versam as suas demonstrações. Por meio do que parece ser uma *reductio ad absurdum*, o Estagirita sugere que nesse caso, i.e., da existência de um gênero de todas as coisas passíveis de demonstração, haveria uma redução de todas as ciências a uma única e mesma. Embora o texto seja um tanto lacônico, não é muito difícil deduzir a partir da postulação da existência de um único gênero de todas as coisas passíveis de demonstração que, em vez de termos uma ciência de todas as coisas, digo, uma ciência absolutamente geral, teríamos uma só ciência de todas as ciências.

Do mesmo modo com encontramos uma resposta para a primeira parte da segunda aporia de B 2 no texto de Γ 3, parece razoável a expectativa de que

εἰ δὲ ἀποδεικτικὴ περὶ αὐτῶν ἐστὶ, δεῖξει τι γένος εἶναι ὑποκείμενον καὶ τὰ μὲν πάθη τὰ δ' ἀξιώματ' αὐτῶν (περὶ πάντων γὰρ ἀδύνατον ἀπόδειξιν εἶναι), ἀνάγκη γὰρ ἕκ τινων εἶναι καὶ περὶ τι καὶ τινῶν τὴν ἀπόδειξιν (997a 5-9)

ὥστε συμβαίνει πάντων εἶναι γένος ἓν τι τῶν δεικνυμένων, πᾶσαι γὰρ αἱ ἀποδεικτικαὶ χρῶνται τοῖς ἀξιώμασιν. (997a 9-11)

⁹⁴ No tratado dos *Segundos Analíticos* temos que toda demonstração científica envolve três itens: o gênero sobre o qual se demonstra, os atributos que se demonstra e os axiomas a partir dos quais se demonstra (cf., 75a 38-b2). Além disso, existem princípios, dentre eles os axiomas, que são necessariamente indemonstráveis. Nunca é demais lembrar que Aristóteles dedica cinco capítulos inteiros (I, 3, 19-22) para mostrar a necessidade e a existência de princípios indemonstráveis para as demonstrações. Do contrário, estas estariam condenadas à circularidade ou ao regresso infinito e, em razão disso, o conhecimento científico condenado a uma forma tautológica, ou um conteúdo com valor de verdade meramente hipotético, ou provável (cf., I, 3).

Aristóteles também trataria, nesse capítulo, dessa dificuldade. De fato, tal expectativa realmente não é em vão, pois o Estagirita oferece em Γ uma resposta completa ao problema acerca do conhecimento dos axiomas. Contudo, diferentemente da dificuldade sobre a identidade da ciência que trataria dos axiomas, a resolução do problema sobre o conhecimento deles demandará a quase totalidade do livro Γ.

A primeira dificuldade enumerada, i.e., a necessidade da existência de um gênero de todas as coisas, encontra resposta no mesmo recurso utilizado para resolver aporia sobre a identidade da ciência buscada. No capítulo 2 de Γ, Aristóteles apresenta o que parece ser uma correção, ou retificação quanto à delimitação do escopo de uma ciência em virtude de seu gênero. Ele diz que as ciências não se ocupam apenas das coisas de uma mesma natureza, mas também daquelas que são ditas em relação a uma mesma natureza.

Pois não somente das coisas ditas de algo uno existe ciência, mas também das coisas ditas em relação a uma natureza única. Pois também estas são ditas, de certo modo, de algo uno. <É> evidente, portanto, que também <há uma ciência que> estuda os seres enquanto ser.⁹⁵ (1003b 11-16)

A solução apresentada pelo Estagirita repousa sobre a relação que o conceito de substância tem com os demais sentidos de ser.⁹⁶ Em vista disso, não é necessário

⁹⁵ οὐ γὰρ μόνον τῶν καθ' ἓν λεγομένων ἐπιστήμης ἐστὶ θεωρῆσαι μιᾶς ἀλλὰ καὶ τῶν πρὸς μίαν λεγομένων φύσιν· καὶ γὰρ ταῦτα τρόπων τινὰ λέγονται καθ' ἓν. δῆλον οὖν ὅτι καὶ τὰ ὄντα μιᾶς θεωρῆσαι ἢ ὄντα. (1003b 11-16)

⁹⁶ Algumas linhas antes dessa passagem, Aristóteles apresenta a celeberrima tese da homonímia do ser:

“o ser se diz de muitos modos, mas em relação a uma natureza única e não de maneira homônima”. (1003a 33-34) Τὸ δὲ ὄν λέγεται μὲν πολλαχῶς, ἀλλὰ πρὸς ἓν καὶ μίαν τινὰ φύσιν καὶ οὐχ ὁμωνύμως. A natureza ou princípio em relação a que os demais sentidos de ser são ditos é a substância. Algumas coisas são ditas ser porque são substância; outras porque são corrupções, ou privações da substância; outras são qualidades dela, etc.

Não tratarei dos detalhes da unidade de significação πρὸς ἓν, uma vez que não é necessário adentrar essa temática para o desenvolvimento da presente pesquisa. Como já mencionado, o tema é complexo e a bibliografia vasta, de maneira que defender um posicionamento sobre a questão, além de extrapolar em muito o escopo desse trabalho, seria uma temeridade em virtude do meu atual conhecimento bibliográfico sobre a questão. Não obstante as limitações apresentadas, gostaria de deixar claro que não partilho da convicção comum da maioria dos intérpretes de que aqui esteja em jogo uma nova concepção de ciência, ou mesmo, qualquer inovação quanto à doutrina aristotélica. Nesse sentido, partilho da compreensão de autores como Code (1986; 1987) e Mckirahan (MCKIRAHAN, Richard. *Aristotle's Metaphysics from the Perspective of the Posterior Analytics*, *Proceedings of the Boston Area Colloquium in Ancient Philosophy, Volume XI*, 1995, edited by J. J. Cleary and W. Wians, p. 275-97. Lanhan, MD; Universty Press of America, 1997).

um gênero de todas as coisas, o que certamente implicaria numa ciência única de todas as ciências. Aqui, nessa passagem, o gênio aristotélico dá mostras de sua grandeza. Em Γ 2, ele começa a construir uma resposta capaz de combinar em uma só as ideias de uma ciência absolutamente geral, de uma ciência da substância e de uma ciência dos axiomas. A ciência do *ser enquanto ser*, porquanto ciência da substância, é também ciência dos axiomas, assinala o Estagirita, um pouco mais adiante, já em Γ 3.

Então, que <cabe> ao filósofo, quem também estuda acerca do modo como naturalmente se apresentam todas as substâncias, também investigar acerca dos princípios, <isso é> evidente. (1005b 5-8)

Cabe ao que mais conhece acerca de cada gênero dizer, do assunto, os mais firmes dos princípios. Por conseguinte <cabe ao que estuda> acerca do ser enquanto ser dizer os <princípios> mais firme de todos. Este é o filósofo.⁹⁷ (1005b 5-8)

A solução da dificuldade acerca do modo de conhecimento dos princípios começa a ser desenvolvida a partir da segunda metade do capítulo 3 do livro Γ da *Metafísica*, na passagem supracitada. Nela, Aristóteles defende o direito do filósofo de enunciar o mais firme de todos os princípios. Dentre as características que tal princípio deve preencher se encontram a impossibilidade de erro sobre o mesmo (βεβαιότατη δ' ἀρχὴ πασῶν περὶ ἧν διαψευσθῆναι ἀδύνατον). Tradicionalmente se compreende tal característica em termos de impossibilidade de crença na falsidade do princípio. Segundo o parecer tradicional, o Estagirita teria como propósito mostrar que todos conhecem a verdade dos axiomas. Logo após eleger o PNC como o princípio que melhor preenche as características enumeradas, Aristóteles apresenta, ainda em Γ 3, uma argumentação para a defesa do PNC.⁹⁸

⁹⁷ – ὅτι μὲν οὖν τοῦ φιλοσόφου, καὶ τοῦ περὶ πάσης τῆς οὐσίας θεωροῦντος ἢ πέφυκεν, καὶ περὶ τῶν συλλογιστικῶν ἀρχῶν ἐστὶν ἐπισκέψασθαι, δῆλον· (1005b 5-8)

προσῆκει δὲ τὸν μάλιστα γνωρίζοντα περὶ ἕκαστον γένος ἔχειν λέγειν τὰς βεβαιότατας ἀρχὰς τοῦ πράγματος, ὥστε καὶ τὸν περὶ τῶν ὄντων ἢ ὄντα τὰς πάντων βεβαιότατας. ἐστὶ δ' οὗτος ὁ φιλόσοφος. (1005b 5-8)

⁹⁸Por hora, apresentarei os argumentos e o texto de Γ 3 de maneira muito esquemática, sem me deter nos pormenores de sua interpretação. Tal tarefa será feita em detalhes mais à frente.

Grosso modo, ele mostra que ninguém é capaz de acreditar na falsidade do PNC, por mais determinado que esteja em fazê-lo. Aristóteles sustenta que a crença verdadeira em contradições, porquanto implicaria na existência de opiniões contraditórias em um mesmo indivíduo, é impossível, pois constitui uma violação do próprio PNC.

Na continuidade do texto, o Estagirita revela que alguns adversários, não contentes com a prova apresentada (pois ela já depende da aceitação do PNC como verdadeiro), demandam uma demonstração científica da verdade do princípio. Aristóteles, em tom de censura, diz que um pedido dessa natureza é sinal claro de ignorância da parte daqueles, i.e., falta de formação adequada na sua doutrina da ciência (cf., 1006a 5 - 11). Do contrário, eles saberiam que a demonstração *strictu sensu* de axiomas levaria a um regresso ao infinito. Não obstante tal impossibilidade, o Estagirita revela que é possível demonstrar o princípio, não *strictu sensu*, é claro, mas de outra maneira. Segundo ele, é possível oferecer uma demonstração elêntica deste.

Aristóteles dedica parte significativa do capítulo 4 de Γ na realização dessa tarefa e, de um modo mais amplo, todo o restante do livro Γ .⁹⁹ Por meio de uma série de argumentos ele busca, de diferentes modos e pontos de partida, estabelecer a verdade do PNC. Com isso, aquela dificuldade apontada em B, envolvendo o *regresso ao infinito* implicado pela demonstração dos primeiros princípios, é enfim resolvida.

Até o presente momento procurei apresentar uma leitura de inspiração tradicional para os textos analisados. Como tentei deixar transparecer, a questão envolvendo a demonstração de princípios primeiros parece ser uma preocupação central para Aristóteles. Além disso, procurei mostrar que a resposta para tal aporia parece demandar, da parte do Estagirita, mudanças significativas na sua doutrina da ciência.

Diante dessa constatação, que parece ser inevitável, a pretensão de desenvolver uma leitura que busque um propósito alternativo para a argumentação de Γ 4 parece ser um completo e rotundo despropósito.¹⁰⁰ A confessa intenção, da parte

⁹⁹ Não apenas o PNC é defendido, mas também o princípio do terceiro-excluído (PTE). A defesa do PNC ocupa os capítulos 4-6, enquanto do PTE, os capítulos 7-8.

¹⁰⁰ De um modo geral, temos aqui a antítese da tese que pretendo defender. Como apresentado no início do trabalho, partilho da convicção de alguns autores (Code, 1986, 1987; Bolton, 1994; Mckirahan) de que a ciência do ser enquanto ser não demanda qualquer alteração significativa na doutrina da ciência aristotélica: nem o relaxamento imposto pelas restrições inerentes à exigência de unidade genérica; nem o relaxamento quanto à necessidade de haver princípios indemonstráveis para as demonstrações.

de Aristóteles, de mostrar a verdade dos axiomas é, sem sombra de dúvida, uma revelação devastadora para a proposta do presente trabalho. Muito mais que um enorme embaraço, ela representa a interdição do pleito. Em razão disso, é preciso oferecer uma resposta a contento.

Em primeiro lugar, vale questionar se as coisas se passam realmente como apresentado, i.e., será que a leitura tradicional é realmente isenta de problemas? Será ela a leitura mais natural para o texto aristotélico? Caso sim, o que pensar então sobre o restante de $\Gamma 3$ e o propósito de anunciar o mais firme de todos os princípios? Nada, absolutamente nada, no texto de B parece antever tal movimento. Além disso, a argumentação que supostamente visa demonstrar a verdade do PNC só se faz necessária devido à professa ignorância dos adversários de Aristóteles. A demonstração demandada parece ser uma espécie de corolário, de uma discussão adicional, que visa complementar um propósito anterior e mais importante. Se o objetivo principal fosse realmente demonstrar o PNC, porque tal preâmbulo? Porque então a questão envolvendo a prova da firmeza do princípio não aparece como uma questão dela derivada? Se o propósito original realmente fosse aquele apresentado em B, i.e., estabelecer como verdadeiro os primeiros princípios, porque então não o retomar diretamente em $\Gamma 3$? Porque Aristóteles simplesmente não disse ser tarefa do filósofo estabelecer a verdade dos princípios? Porque a necessidade de tal preâmbulo e contorcionismo argumentativo? Seria isso resultado apenas de alguma decisão expositiva? Além disso, o que dizer das reiteradas advertências que Aristóteles faz aos seus leitores e adversários sobre a tentativa de se demonstrar os princípios, exortando-os ao estudo dos *Analíticos*, ou os censurando pela ignorância a respeito de seu conteúdo? (1005b 2-4 e 1006a 5-8). Algo, sem sombra de dúvida, parece estar faltando.¹⁰¹

Tendo por ponto de partida tais questionamentos, vale inquirir sobre o que exatamente no texto de B, na elaboração da segunda aporia, nos indica que Aristóteles realmente está preocupado com a demonstração dos princípios. Para tanto

¹⁰¹ Madigan propõe um interessante experimento mental para averiguar o grau da relação entre o livro B e demais livros da *Metafísica*. Em um primeiro momento procura imaginar como seria a *Metafísica* baseado apenas no conteúdo do livro B. Em um segundo momento procura imaginar como seria o livro B baseado apenas no conteúdo dos demais tratados da *Metafísica*. Ele conclui que embora exista um grau acentuado de sobreposição entre as reconstruções, não seria possível inferir, a partir de B, que Aristóteles vislumbrava uma ciência do *ser enquanto ser*, ou a teoria da homonímia *πρὸς ἓν* (o sentido focal de *ser*), ou que ele pretendia defender os princípios de *Não-Contradição* e do *Terceiro-excluído*, cf., MADIGAN, 2005, p. xxxiv-xxxvi.

vale recobrar, na íntegra, aquela passagem em que o Estagirita, supostamente, está formulando a aporia sobre o conhecimento dos princípios.

Por outro lado, se **(i)** há <ciência> demonstrativa acerca deles, **(ii)** será necessário um gênero que seja subjacente e, além disso, os atributos <dele> e os <seus> axiomas **((iii))** pois acerca de tudo é impossível haver demonstração). Pois, **(iv)** a demonstração é necessariamente a partir de algo, acerca de algo e de alguma coisa: (997a 5-9)

Por conseguinte, **(v)** haverá um único gênero de todas as coisas passíveis de demonstração, pois as demonstrações usam os axiomas.¹⁰² (997a 9-11)

Considerando uma leitura direta do texto, sem ter em mente os comentários e os demais livros da *Metafísica* teríamos, muito provavelmente, algo mais ou menos na seguinte direção: Em **(i)** Aristóteles levanta a hipótese de haver a existência de uma ciência dos axiomas; em **(ii)** ele explicita as condições que devem ser preenchidas para que a hipótese postulada em **(i)** se cumpra; em **(iii)** ele faz uma espécie de adendo visando, aparentemente, a corroboração de alguma das características enumeradas em **(ii)** (a existência de axiomas indemonstráveis provavelmente); em **(iv)** ele apresenta uma justificativa para a enumeração das características postuladas em **(ii)**; por fim, ele apresenta a consequência resultante do caso da hipótese em **(i)** se confirmar verdadeira.

Embora não esteja explicitamente afirmado, não é difícil perceber que temos aqui uma *reductio ad absurdum*, por meio da qual Aristóteles mostra que a existência de uma ciência dos axiomas é impossível porque a mesma demandaria um gênero único de todas as coisas passíveis de demonstração. Tal é a leitura que me parece ser a mais natural para o texto. Se assim for, vale perguntar onde se localiza a questão envolvendo a demonstração dos axiomas. Ao que consta, ela parece ter desaparecido

¹⁰²Os grifos e numeração são de minha autoria.

(i) εἰ δὲ ἀποδεικτικὴ περὶ αὐτῶν ἐστί, **(ii)** δεήσει τι γένος εἶναι ὑποκείμενον καὶ τὰ μὲν πάθη τὰ δ' ἀξιώματ' αὐτῶν **((iii))** περὶ πάντων γὰρ ἀδύνατον ἀπόδειξιν εἶναι, **(iv)** ἀνάγκη γὰρ ἔκ τινων εἶναι καὶ περὶ τι καὶ τινῶν τὴν ἀπόδειξιν· (997a 5-9)
(v) ὥστε συμβαίνει πάντων εἶναι γένος ἓν τι τῶν δεικνυμένων, πᾶσαι γὰρ αἱ ἀποδεικτικαὶ χρῶνται τοῖς ἀξιώμασιν. (997a 9-11)

por completo. Quais elementos nessa passagem poderiam servir de subsídio para pensar que tal dificuldade realmente está aqui em jogo? Porque os comentadores e intérpretes, de um modo geral, pensam que a segunda aporia de B envolve o problema da demonstração dos primeiros princípios? Existe algum elemento no texto que justifique a discrepância entre as diferentes leituras apresentadas para a mesma passagem?

Por um lado, se levarmos em conta os comentários de Alexandre de Afrodísias, de Tomás de Aquino e David Ross¹⁰³ a questão sobre a demonstração dos axiomas está claramente sendo considerada por Aristóteles. Por outro lado, se consideramos apenas a letra do texto, tal problemática, aparentemente, não se coloca. A tradução que Ross faz para a passagem em questão revela a fonte de tal discrepância. Em 997a 5-6, logo nas linhas iniciais da passagem lê-se:

εἰ (i) δὲ ἀποδεικτικὴ περὶ αὐτῶν ἐστὶ, [...]

Na tradução de Ross, temos:

Se (i) a **verdade deles** é para ser provada, [...] ¹⁰⁴

Para essa mesma passagem apresentei a seguinte tradução:

Se (i) há <**ciência**> demonstrativa acerca deles, [...]

¹⁰³ Alexandre, cf., 188, 26 e ss (ALEXANDER OF APHRODISIAS, 1993, p. 115); Aquino, cf., 390 (AQUINAS, 1961, p. 159) e Ross (1997, p. 229-30). Nunca é demasiado destacar o cuidado e respeito com que Alexandre lida com o texto aristotélico. De todos os comentadores consultados, ele é o único que coteja (ainda que numa versão híbrida) as duas possibilidades de leitura.

¹⁰⁴ “if *their truth* is to be proved, [...]”, in 1993, p. 226. Note-se que Ross traduz o termo ‘ἀποδεικτικὴ’ por ‘proved’, que tem um significado mais amplo que ‘demonstrated’. O termo nessa passagem é certamente utilizado no sentido técnico de ‘demonstração científica’, pois, do contrário, não se configuraria um problema a ser resolvido. A aporia surge, no entender tradicional, da inadequação ou insuficiência do modelo de ciência proposto nos *Segundos Analíticos* e tentativa de desenvolver uma ciência que demonstre os seus próprios princípios. A escolha de Ross sinaliza, na minha opinião, que ele já tem em mente a demonstração elética de Γ 4 na interpretação e tradução da passagem. Grifo e numeração são meus.

No meu caso, a hipótese que Aristóteles está colocando diz respeito apenas à existência de uma ciência demonstrativa dos axiomas. Já na tradução de Ross a questão que está em jogo é a da demonstração da verdade dos axiomas.

Ainda que se possa dizer que a demonstração dos axiomas implica na existência de uma ciência demonstrativa deles,¹⁰⁵ o inverso não é verdadeiro. Não se pode dizer que a indagação sobre a existência de tal ciência também implica no questionamento sobre a possibilidade de demonstração de seus axiomas. Sendo assim, , na medida em que não existe uma correlação necessária entre essas duas possibilidades de leitura, é lícita a expectativa quanto a adoção de apenas uma delas como certa. Qual seria então?

O ponto de discórdia parece girar em torno da identificação do sujeito que o adjetivo ἀποδεικτική qualifica. Enquanto todas as traduções consultadas entendem que ele retoma o substantivo ἐπιστήμη, mencionado algumas linhas antes, em 997a 3, Ross o entende como qualificando o termo ‘verdade’, o qual não se encontra parte alguma anterior do texto. A falta de uma referência certamente enfraquece a tradução de Ross e, com ela, as leituras tradicionais (na medida em que parecem também partilhar desse entendimento). Todavia, a continuidade do texto de B talvez ofereça a corroboração que lhe é necessária.

Nas linhas finais de segunda aporia, Aristóteles parece introduzir a dificuldade de saber qual outra ciência, se não a da substância, poderia tratar da verdade e da falsidade dos axiomas.

Ao contrário, se a ciência da substância é diferente da dos axiomas, qual das duas será superior e anterior? Com efeito, os axiomas são o que de mais universal existe; (997a 11-13)

e se não é tarefa do filósofo, de quem mais poderá ser tarefa **indagar a verdade e a falsidade** dos princípios.¹⁰⁶ (997a 14-15)

¹⁰⁵ Alexandre, sempre muito honesto sobre as possibilidades interpretativas, apresenta as duas leituras em conjunção: “If, on the other hand, there is demonstration about these things, and some demonstrative science”, cf., 188, 26, in ALEXANDER OF APHRODISIAS, 1993, p.115.

¹⁰⁶ ἀλλὰ μὴν εἰ ἕτέρα ἢ τῆς οὐσίας καὶ ἡ περὶ τούτων, ποτέρα κυριώτερα καὶ προτέρα πέφυκεν αὐτῶν; καθόλου γὰρ μάλιστα καὶ πάντων ἀρχαὶ τὰ ἀξιιώματά ἐστιν, (997a 11-13)
εἴ τ' ἐστὶ μὴ τοῦ φιλοσόφου, τίνας ἔσται περὶ αὐτῶν ἄλλου τὸ θεωρῆσαι τὸ ἀληθές καὶ ψεῦδος; (997a 14-15)

A tradução é de Giovanni Reale (ARISTÓTELES, 2002, Vol. 2, p. 95). O grifo no texto grego é meu.

Finalmente a questão da verdade dos axiomas e a tarefa do filósofo em estabelecê-la nos é apresentada com toda clareza necessária. Diante dessa passagem, fica fácil entender porque os demais comentadores acreditavam que a demonstração dos axiomas constituía uma das aporias a serem resolvidas por Aristóteles. Em razão disso, a disputa sobre qual a referência para o adjetivo ἀποδεικτική parece se encontrar plenamente esclarecida. Contudo, existe um detalhe na passagem que merece atenção, antes que qualquer posicionamento definitivo seja tomado. Considere-se a seguinte alternativa de tradução:

[...] se não for <tarefa> do filósofo, a quem mais <cabe> estudar **a respeito** desses <princípios> **o que** é verdadeiro e falso? (997a 11-15)

A explicação para a diferença quanto ao conteúdo de ambas as traduções reside na preposição grega περί. Enquanto Reale omite sua presença, na minha tradução a preposição é mantida no corpo do texto. Tal como no caso da disputa anterior, aqui também os comentadores assumem uma leitura que transparece o entendimento do texto subjacente à tradução de Reale,¹⁰⁷ enquanto que, também agora, a minha tradução se encontra em perfeita consonância com as demais traduções consultadas. Embora, à primeira vista, tal discrepância possa parecer de somenos, a diferença no significado da passagem em cada caso é, outra vez, gritante.

No primeiro caso se tem o questionamento sobre quem indagará se os princípios são verdadeiros ou falsos. Nesse caso, tratar-se-ia de uma antecipação da demonstração elêtica de Γ 4, no sentido de Aristóteles estar preocupado com a possibilidade de demonstrar a verdade dos axiomas. Isso demandaria, como já ressaltado, uma nova concepção de ciência, pois, não há demonstração de princípios naquela desenvolvida nos *Segundos Analíticos*. No segundo caso, tratar-se-ia de indagar sobre aquilo que é verdadeiro ou falso sobre os princípios, e.g. se é verdade

¹⁰⁷ A exceção de Alexandre, que tem uma interpretação bastante particular para o significado de περί e, por conseguinte, da passagem como um todo:

“The phrase ‘about them’ [997a 14] would refer to the premises, among which the axioms are included. For to whom else, besides the philosopher, would it belong to deal with truth and falsity in premises? Thus it is proven that even if it is not the task of the primary philosopher to deal with demonstration and its principles, it is still the task of the philosopher. These considerations would also establish, in a way, that the treatise on demonstration is a part of philosophy.” (191, 6-12, in ALEXANDER OF APHRODISIAS, 1993, p. 118)

que um dado princípio é o mais firme de todos (βεβαιωτάτη ἀρχὴ πᾶσῶν); se o erro é impossível a seu respeito (περὶ ἧν διαψευσθῆναι ἀδύνατον); ou se é verdade que ele é o mais conhecido de todos os axiomas (γνωριμωτάτην τε γὰρ ἀναγκαῖον εἶναι τὴν τοιαύτην), ou ainda, se ele é não-hipotético (ἧν γὰρ ἀναγκαῖον ἔχειν τὸν ὀτιοῦν ξυγιέντα τῶν ὄντων, τοῦτο οὐχ ὑπόθεσις), i.e., se ele é necessário para o conhecimento de qualquer coisa que seja.¹⁰⁸ Nesse caso, o que estaria em questão diz respeito àquilo que é apresentado em Γ3 e estaria mais em conformidade com uma leitura alternativa para o conjunto dos capítulos 3-6 de Γ da *Metafísica*.¹⁰⁹

Há, por certo, uma grande diferença entre provar que um princípio é verdadeiro e provar o que é verdadeiro **sobre** o princípio. Com efeito, ainda que ambos não se excluam mutuamente, i.e., ainda que seja possível querer demonstrar a verdade de um princípio e também aquilo que é verdadeiro sobre ele, e *vice-versa*, isso por si só, não significa que um propósito implique necessariamente o outro. Isso é especialmente verdadeiro num contexto argumentativo em que se atesta a impossibilidade da demonstração da verdade de axiomas. Ainda que possa ser o caso de que Aristóteles tenha em mente a demonstração dos axiomas, mesmo sabendo que em tese isso é impossível e que isso demandará, da parte dele, mudanças na sua

¹⁰⁸ Adiante aqui a relação dos qualitativos que Aristóteles apontará em Γ 3, como sendo necessário provar a respeito do princípio mais firme de todos (1005b 11-18). A ideia de que a ciência do *ser enquanto ser* se ocupa da investigação das “propriedades” (πάθη) dos axiomas, i.e., daquilo que é verdadeiro ou falso sobre eles pode ser encontrada em Code, in 1986, p. 354.

“In addition to a study of the πάθη of being qua being, and what holds good of those πάθη in their own right (including a treatment of the πάθη of the πάθη), the metaphysician must investigate the so-called common axioms. These hold good of beings as such, and for that reason the metaphysician must investigate them. However, since the common axioms are indemonstrable, the metaphysician does not, and cannot, prove the axioms, and since they are not ὄντα they cannot be defined. (Remember that for Aristotle definitions are of things, not linguistic items.) What one can reasonably hope to do, however, is to prove things about the common axioms - their πάθη) so to speak.”

¹⁰⁹ Aristóteles declara em Γ 3 que cabe ao filósofo enunciar o mais firme de todos os princípios. O candidato ao título deve preencher certas características, e.g. ser absolutamente universal; impossível de erro; necessariamente conhecido; absolutamente anterior. O filósofo deve então provar que o princípio por ele apontado preenche tais características. A escolha do princípio não parece ser algo simples, pois existem vários candidatos pelos quais se poderia advogar o título de mais firme de todos. A tarefa de enunciar tal princípio ganha ainda maior importância se se tem em consideração as diferentes escolas filosóficas e o contexto das discussões contemporâneas ao Estagirita. Em Γ 3 são mencionados os matemáticos e os Físicos, sendo que esses últimos tentaram, de fato, discorrer sobre a verdade ou falsidade dos axiomas. Os matemáticos poderiam requerer o título de mais firme de todos os princípios para um dos axiomas da matemática, e.g., o que diz “da subtração de quantidades iguais restam iguais”; já os físicos poderiam, cada um deles, evocar o princípio que entendiam ser o primeiro, e.g., o ἄπειρον de Anaximandro; o λόγος de Heráclito, etc. Alexandre de Afrodisias menciona que entre os axiomas se encontram também princípios éticos, como o que diz que toda ação visa um bem real ou aparente, cf., nota 88. Isso sem mencionar que também algum platônico poderia perfeitamente escolher o *Bem* como o princípio buscado, ou algum protagórico poderia apontá-lo como sendo o *Homem*.

doutrina da ciência, parece ser prudente, da parte do intérprete, buscar mais elementos antes de adotar um posicionamento em favor dessa interpretação. Isso é especialmente verdadeiro, no presente caso, porquanto o texto claramente oferece uma possibilidade de leitura alternativa, a qual, em tese, não demandaria mudanças estruturais no edifício filosófico de Aristóteles.

Novamente, a exemplo da disputa anterior,¹¹⁰ ambas as leituras não se implicam mutuamente, o que, somado às implicações doutrinárias que uma ou outra acarretam, constitui um forte indício de que ambas não podem estar igualmente certas. O que pensar sobre isso? Será mesmo o caso de que Aristóteles não contempla entre as aporias a serem resolvidas para o estabelecimento da ciência buscada a prova da verdade dos axiomas, tal como entendido pelo menos desde o comentário de Alexandre de Afrodísias? Como espero ter deixado em evidência, não é possível decidir tal impasse apenas considerando o texto do livro B da *Metafísica*. A busca por elementos que possam auxiliar na elaboração de uma resposta deve, portanto, cotejar outros textos aristotélicos, e qual outro melhor que Γ 3, o qual contém, no entender de toda tradição, a resposta para a aporia aqui analisada.

De fato, como era de se esperar, o tema da verdade e da demonstração dos princípios aparece já nos movimentos iniciais de Γ 3. Logo após apresentar a razão pela qual compete à ciência do *ser enquanto ser* também o estudo dos axiomas, a saber, a sua universalidade absoluta, Aristóteles revela que dentre todos os estudiosos somente os físicos (*οἱ φυσικοί*) tentaram dizer algo sobre os axiomas: se são verdadeiros ou não.

Sendo assim, dado <ser> evidente que <são> atribuídos a todos os seres (pois isso lhes <é> comum), o estudo desses <axiomas> cabe também àquele que conhece os seres enquanto seres. (1005a 27-29) por essa razão, nenhum dos que pesquisam uma parte <dos seres> tentou **dizer algo acerca desses** <axiomas>, se <são> verdadeiros ou não, nem os geômetras nem os aritméticos, mas <somente> alguns dentre os físicos, como era de se esperar que o fizessem: pois

¹¹⁰ Refiro-me à disputa resultante da interpretação de 997a 5-6, a qual oscila entre a possibilidade de se provar a verdade dos axiomas, ou da existência de uma ciência demonstrativa que inclua estes como objeto próprio de investigação, cf., nota 104 do presente trabalho.

apenas <eles> julgaram investigar acerca de toda a natureza e de todos os seres.¹¹¹ (1005a 29-33)

A menção aristotélica à tentativa, de alguns dentre os físicos, de dizer algo sobre os axiomas (se são verdadeiros ou não), é comumente interpretada como um indício em favor da leitura tradicional. Aristóteles aponta que a razão que os impeliu a tanto foi a crença equivocada de que eles investigavam sobre a realidade como um todo.¹¹² Dessa passagem se pode, em princípio, retirar duas conclusões: (i) existe uma disputa entre o metafísico¹¹³ e o físico pela primazia em dizer se os axiomas são verdadeiros ou não; (ii) existe algum tipo de expectativa entre as três ciências teóricas (metafísica, física e matemática) quanto à possibilidade de provar a verdade ou falsidade de axiomas. Além disso, pode-se deduzir que a razão pela qual cabe ao metafísico tal tarefa repousa na universalidade absoluta de sua ciência; razão essa que levou alguns dos físicos a tentarem fazer aquilo que cabe por direito ao metafísico; e que preveniu os matemáticos de tentarem o mesmo. A diferença entre a atitude dos matemáticos e a dos físicos reside, em primeiro lugar, na compreensão sobre o escopo de suas respectivas áreas de investigação; em segundo lugar, na ignorância dos primeiros no que diz respeito à estrutura das ciências demonstrativas.

No que diz respeito às tentativas de alguns <sub., aqueles dentre os mencionados> para determinar o modo como a verdade <dos

¹¹¹ ὥστ' ἐπεὶ δὴλον ὅτι ἧ ὄντα ὑπάρχει πᾶσι (τοῦτο γὰρ αὐτοῖς τὸ κοινόν), τοῦ περὶ τὸ ὄν ἢ ὄν γνωρίζοντος καὶ περὶ τούτων ἐστὶν ἡ θεωρία. (1005a 27-29)

διόπερ οὐθεις τῶν κατὰ μέρος ἐπισκοποῦντων ἐγχειρεῖ **λέγειν τι περὶ αὐτῶν**, εἰ ἀληθὴ ἢ μή, οὔτε γεωμέτρης οὔτ' ἀριθμητικός, ἀλλὰ τῶν φυσικῶν ἔνιοι, εἰκότως τοῦτο δρῶντες· μόνοι γὰρ ὤοντο περὶ τῆς ὅλης φύσεως σκοπεῖν καὶ περὶ τοῦ ὄντος. (1005a 29-33)

¹¹² Dado que há alguém mais elevado que <aquela que investiga sobre> a natureza (pois a natureza <é> um gênero particular de ente), <ao que> estuda o universal e a substância primeira <cabe> também a investigação acerca desses <axiomas>; o <estudo sobre> a física é também uma sabedoria, mas não é <uma que seja> primeira. (1005a 33-1005b 2)

ἐπεὶ δ' ἔστιν ἔτι τοῦ φυσικοῦ τις ἀνωτέρω (ἐν γάρ τι γένος τοῦ ὄντος ἡ φύσις), τοῦ καθόλου καὶ τοῦ περὶ τὴν πρώτην οὐσίαν θεωρητικοῦ καὶ ἡ περὶ τούτων ἂν εἴη σκέψις· ἔστι δὲ σοφία τις καὶ ἡ φυσική, ἀλλ' οὐ πρώτη. (1005a 33-1005b 2)

¹¹³ Uso provisoriamente o termo “metafísica” aqui nessa passagem para designar a ciência do *ser enquanto ser*. Com isso busco apenas uma maior fluidez na explicação da passagem. Valem lembrar que a autoria do termo grego (μετὰ τὰ φυσικά) correspondente ao termo ‘metafísica’ não é tradicionalmente atribuída a Aristóteles, mas sim a Andrônico de Rodes, quem teria cunhado a expressão para designar a ordem do conjunto de tratados na edição por ele empreendida. No livro *E da Metafísica* encontramos identificação da ciência do *ser enquanto ser* com a Teologia, bem como a contraposição das ciências teóricas: Teologia, Física e Matemática.

axiomas> deve ser aceita, decorrem da falta de formação nos *Analíticos*: pois, acerca disso se faz necessário o conhecimento prévio, e não o buscar no decurso dessas lições.¹¹⁴ (1005b 2-5)

Tal é, em suas diretrizes gerais, a linha de leitura mais corrente para essas duas passagens. Diante do que foi exposto até o momento, não é difícil perceber qual é a resposta adequada no que diz respeito a questão que motivou a presente análise do texto, i.e., sobre qual interpretação seria a mais adequada para aquelas passagens analisadas no livro B. Se Aristóteles tem em mente aqui a prova da verdade dos axiomas, nada mais natural supor o mesmo a respeito da dúvida anteriormente levantada, i.e., que também é a questão da prova dos axiomas o que está sendo problematizado na segunda aporia de B. Diante desse cenário, parece desnecessário dizer que tal interpretação, se for verdadeira, resulta em catástrofe para o presente pleito. Se não houver outra possibilidade de leitura para as passagens mencionadas, resta senão admitir que a presente tese se encontra refutada pelo próprio Aristóteles. Felizmente, tal como nos casos anteriores, é possível uma alternativa para a leitura do texto.

¹¹⁴ ὅσα δ' ἐγχειροῦσι τῶν λεγόντων τινὲς περὶ τῆς ἀληθείας ὄν τρόπον δεῖ ἀποδέχασθαι, δι' ἀπαιδευσίαν τῶν ἀναλυτικῶν τοῦτο δρῶσιν· δεῖ γὰρ περὶ τούτων ἥκειν προεπισταμένους ἀλλὰ μὴ ἀκούοντας ζητεῖν. (1005b 2-5)

Existe alguma controvérsia sobre essa passagem. As dificuldades são de duas ordens: a primeira, é quanto a própria presença da passagem no corpo do texto; a segunda, é quanto ao complemento da expressão **τῆς ἀληθείας** em 1005b 3. No primeiro caso, os intérpretes sugerem desde a mudança de posição da passagem, como no caso de Alexandre de Afrodisias, que defende que ela deva ser lida depois do próximo parágrafo, em 1005a 8 (cf., 267, 15-22 in 1993, p. 45-46); a sua manutenção onde está (Bonitz); ou até mesmo sua completa exclusão (Colle), (cf., Reale, in ARISTÓTELES, Vol. 1, 2002, p. 165). No segundo caso, Ross entende que se trata das condições de verdade acerca das proposições em geral (1997, vol. I, p. 162-3), enquanto Alexandre (cf., 266, 30 e ss., ibidem) e Kirwan (2003, p. 87) entendem que se trata da verdade dos axiomas, e da pretensão de prová-los como tal. No caso de Ross, tratar-se-ia de uma questão paralela ao tema do texto, talvez originada por alguma confusão entre aquilo que é próprio das investigações em lógica e em ontologia. Madigan, por sua vez, vê nessa passagem um indício que corrobora sua leitura da segunda aporia de B da *Metafísica*, na qual Aristóteles estaria especulando sobre a possibilidade de haver uma ciência apenas dos axiomas. Tal problematização seria motivada, segundo ele, talvez pela indagação quanto a possibilidade da lógica ser uma ciência tal como as outras (MADIGAN, 2005, p. 44-45). No caso de Alexandre e Kirwan, tratar-se-ia de uma censura aos físicos por tentarem provar a verdade ou falsidade dos princípios, os quais, diferentemente dos matemáticos, não sabiam, dentre outras características fundamentais do conhecimento científico, da impossibilidade de demonstrar axiomas. Tal censura, que se repete também no início de Γ 4, indica, na minha opinião, que Aristóteles realmente não tem em mente qualquer pretensão de demonstrar a verdade de axiomas. Além disso, parece-me que ele, por meio dessa censura, está apontando para um tratamento distinto dos axiomas. O que Aristóteles parece estar querendo dizer é que não se deve demonstrar a verdade de axiomas (pois isso é impossível, e tal tentativa é um claro sinal de ignorância), mas sim, mostrar o que é verdadeiro a propósito deles.

Como mencionado, Aristóteles apoia-se no caráter absolutamente universal da ciência do *ser enquanto ser* para resolver a questão sobre qual ciência trataria dos axiomas. O grau de universalidade, portanto, é o critério determinante. Pois bem, quanto a esse ponto, creio, não há qualquer disputa. O que pode ser questionado vem na sequência imediata do texto. Tal como dito, Aristóteles parece utilizar a universalidade absoluta como critério para explicar o porquê das demais ciências teóricas terem se ocupado ou não da prova dos princípios. Ao que parece, no caso das matemáticas, nem o geômetra nem o aritmético se ocuparam da verdade dos axiomas em razão de seu escopo limitado, i.e., eles investigam apenas uma parte do ser (διόπερ οὐθείς τῶν κατὰ μέρος ἐπισκοπούντων ἐγχειρεῖ λέγειν τι περὶ αὐτῶν, εἰ ἀληθῆ ἢ μή, 1005a 29-30). Somente os físicos tentaram fazer isso, pois pensavam que investigavam sobre toda a realidade.

A contraposição que Aristóteles faz entre a ciência do *ser enquanto ser* e as demais ciências teóricas dá subsídio à impressão de existe certa expectativa comum quanto à prova da verdade dos axiomas. A impressão que nos é passada é de que o impedimento na execução de tal tarefa deriva do grau restrito de universalidade de uma ciência. No caso das matemáticas, eles não tentaram provar porque se sabiam ciências particulares, no caso dos físicos, tentaram por ignorarem esse fato a respeito de si mesmos.

Enquanto isso é certamente verdadeiro sobre os físicos, não parece ser inteiramente correto quanto aos matemáticos. Digo, não parece ser precisa a ideia de que os matemáticos não tentaram provar os axiomas em razão do seu grau de universalidade. Isso poderia até ser verdadeiro se tivéssemos em conta o PNC e o PTE, por exemplo, mas nada no texto, até o momento em questão, dá a entender de quais axiomas Aristóteles está falando. A única informação que ele nos dá (considerando-se apenas o texto de Γ até o presente momento) é que quer saber se os assim chamados axiomas nas matemáticas são objeto de estudo da ciência do *ser enquanto ser* (1005a 18-20). Além disso, independentemente de quais axiomas Aristóteles tem em mente, ainda que os escolhidos por ele extrapolassem o escopo da matemática, isso não pareceria ser suficiente para impedir que os matemáticos elessem algum axioma que lhes fosse afim. Eles poderiam eleger, por exemplo, os

Números (οἱ ἀριθμοί) ou o Um (τὸ ἓν) como os princípios mais gerais de todos e tentar provar que eles são verdadeiros ou falsos.¹¹⁵

A principal razão pela qual os matemáticos não tentaram demonstrar os axiomas não tem a ver com o grau de universalidade de sua ciência. O fato de Aristóteles importar certas expressões da matemática, em especial o termo 'axioma', é um indicativo revelador a respeito do verdadeiro motivo. As matemáticas, já no tempo de Aristóteles, eram as ciências que se encontravam mais avançadas em termos de um conhecimento estruturado de maneira axiomática e demonstrativa. Não é segredo algum entre os intérpretes a compreensão de que Aristóteles parece ter em mente a Geometria como um modelo na elaboração de sua doutrina da ciência, não sendo, portanto, mera coincidência, a importação justamente da linguagem matemática na explicitação de sua teoria. Se houvesse alguém, contemporâneo ao Estagirita, que estava ciente sobre a impossibilidade de demonstrar axiomas, esses eramos matemáticos.¹¹⁶

O alvo das críticas de Aristóteles é exclusivamente os físicos que tentaram provar a verdade dos princípios. Além disso, trata-se de uma dupla censura. Primeiramente, por tentarem **dizer algo a respeito** dos princípios (1005a 29-33). Em segundo lugar, por tentarem **dizer se** eles são verdadeiros ou falsos (1005b 2-5). O Estagirita censura os físicos por tentarem fazer algo que não lhes competia. A tarefa de **dizer algo sobre** os axiomas mais gerais compete exclusivamente ao filósofo, ao que estuda o *ser enquanto ser*, e não àqueles que estudam apenas uma parte. Além de errarem sobre a identidade daquele a quem compete dizer algo sobre os princípios, os físicos ainda erraram sobre o que tentaram dizer. Eles tentaram mostrar sobre os

¹¹⁵ O capítulo 5 do livro A da *Metafísica* nos oferece uma boa seleção de princípios que poderiam ser elencados pelos matemáticos pitagóricos como absolutamente primeiros e universais. Por diversas vezes no capítulo Aristóteles atesta que os pitagóricos acreditavam que os Números eram os princípios de todos os seres (985b 23-26); que eles eram não apenas os constitutivos materiais dos seres, mas também o constitutivo de seus atributos e disposição (986a 15-18); que o Número era a substância de todas as coisas (987a 19).

¹¹⁶ Sobre a relação entre a axiomatização da geometria e a doutrina aristotélica da demonstração, bem com as relações entre Aristóteles e os matemáticos que lhe eram contemporâneos, in BARNES, 1969a, p. 123-52. Sobre a tentativa de provar os princípios na matemática, idem, Aristotle, Menaechmus, and Circular Proof. *The Classical Quarterly*, New Series, Vol. 26, No. 2, 1976, p. 278-292. Nesse interessante artigo Barnes desenvolve a hipótese de que Aristóteles defendera em sua juventude, junto com o matemático Menaechmus, a demonstração de princípios por provas circulares. Segundo sugestão dele, o capítulo 3 dos *Segundos Analíticos I*, em que Aristóteles justamente refuta a possibilidade de provas circulares, seria testemunha desse passado. Sobre a presença e uso de exemplos matemáticos nos *Segundos Analíticos* in HEATH, Sir Thomas. *Mathematics in Aristotle*, Oxford: Clarendon Press, 1949 (1970), p. 37-80. Sobre as semelhanças e diferenças entre a estrutura da doutrina aristotélica da ciência e os Elementos do Euclides, in idem, *A History of Greek Mathematics*, Oxford: Clarendon Press, vol 1, 1921, p. 335-341.

princípios, se eram falsos ou verdadeiros. No primeiro caso, erraram motivados pela ignorância quanto à natureza da realidade (pensavam que o todo se resumia à natureza sensível); no segundo caso, erraram porque eram ignorantes da doutrina das demonstrações científicas apresentada nos *Analíticos*.

Tendo dito isso, é possível perceber que o foco de Aristóteles, nessas passagens não se localiza na tentativa de **dizer se** os princípios são falsos ou verdadeiros, mas sim, na identificação daquele a quem cabe **dizer algo sobre** os axiomas (λέγειν τι **περὶ** αὐτῶν (1005a 30)). Note-se, aqui, também a presença da preposição grega **περὶ**. Tal como em B, novamente temos o uso da preposição associada à investigação dos axiomas. Tal como mencionado, **dizer algo sobre** os axiomas pode, ou não, envolver dizer se eles são verdadeiros ou falsos, mas isso não é necessariamente o caso. Os físicos que Aristóteles crítica achavam que sim, e por essa razão foram alvo de dupla censura. Por fim, tendo em vista o que foi mostrado, aquela pergunta final de B:

se não for < tarefa > do filósofo, a quem mais < cabe > estudar **a respeito** desses < princípios > **o que** é verdadeiro e falso? (997a 11-15).

Encontra, aqui em Γ 3, uma resposta completa e definitiva. Somente àquele que estuda o *ser enquanto ser*, àquele que estuda o universal e a substância primeira, i.e., ao filósofo, cabe à investigação acerca (περὶ) dos axiomas.

Dado que há alguém mais elevado que < aquele que investiga sobre > a natureza (pois a natureza < é > um gênero particular de ente), < ao que > estuda universalmente e a substância primeira < cabe > também a investigação acerca desses < axiomas >; o < estudo sobre > a física é também uma sabedoria, mas não é < uma que seja > primeira.¹¹⁷ (1005a 33-1005b 2)

¹¹⁷ ἐπεὶ δ' ἔστιν ἔτι τοῦ φυσικοῦ τις ἀνωτέρω (ἐν γὰρ τι γένος τοῦ ὄντος ἢ φύσις), τοῦ καθόλου καὶ τοῦ περὶ τὴν πρώτην οὐσίαν θεωρητικοῦ καὶ ἡ περὶ τούτων ἂν εἴη σκέψις· ἔστι δὲ σοφία τις καὶ ἡ φυσική, ἀλλ' οὐ πρώτη. (1005a 33-1005b 2)

[...] Então, que <cabe> ao filósofo, quem também estuda acerca do modo como naturalmente se apresentam todas as substâncias, também investigar acerca dos princípios, <isso é> evidente.¹¹⁸ (1005b 5-8)

Se assim é, se é tarefa exclusiva do filósofo investigar sobre os axiomas, o que deve então ele investigar? Se não se pretende incorrer no mesmo erro dos físicos, i.e., se não for para dizer a verdade ou a falsidade dos princípios, o que, então, deve-se dizer sobre os axiomas? A resposta para essa pergunta nos é apresentada por Aristóteles, logo na sequência do texto, com toda a clareza desejável.

Cabe ao que mais conhece acerca de cada gênero dizer, do assunto, os mais firmes dos princípios. Por conseguinte <cabe ao que estuda> acerca do ser enquanto ser dizer os <princípios> mais firme de todos. Este é o filósofo.¹¹⁹ (1005b 5-8)

Enunciar, dentre todos os axiomas, aquele é o mais firme de todos, essa é a tarefa que compete ao filósofo. Esse é o algo (τί) que o filósofo deve dizer sobre (λέγειν περί) os axiomas. Tal tarefa, como já mencionado, não é nada simples, uma vez que existe uma grande quantidade de princípios que poderiam ser apontados como merecedores de tal título.¹²⁰ Em razão disso, pode-se antecipar que a tarefa do filósofo não consiste apenas em enunciar, mas para além disso, é necessário provar que o princípio enunciado de fato é aquele que se busca. Como veremos no seguimento de nossa exposição do texto aristotélico, a tarefa a ser empreendida pelo filósofo envolve provar algo sobre o princípio buscado. Na realidade, envolve provar várias verdades sobre ele; mas, vale notar, que nenhuma delas consiste em provar que ele, em si, é verdadeiro.

Na sequência imediata do presente trabalho analisaremos quais as características, por assim dizer, παθή, Aristóteles apresentará como sendo

¹¹⁸ [...] – ὅτι μὲν οὖν τοῦ φιλοσόφου, καὶ τοῦ περὶ πάσης τῆς οὐσίας θεωροῦντος ἢ πέφυκεν, καὶ περὶ τῶν συλλογιστικῶν ἀρχῶν ἐστὶν ἐπισκέψασθαι, δῆλον·

¹¹⁹ προσήκει δὲ τὸν μάλιστα γνωρίζοντα περὶ ἕκαστον γένος ἔχειν λέγειν τὰς βεβαιότατας ἀρχὰς τοῦ πράγματος, ὥστε καὶ τὸν περὶ τῶν ὄντων ἢ ὄντα τὰς πάντων βεβαιότατας. ἔστι δ' οὗτος ὁ φιλόσοφος.. (1005b 5-8)

¹²⁰ Cf., notas 109 e 115 do presente trabalho.

necessárias provar como verdadeiras a respeito do princípio a ser enunciado como o mais firme de todos.

2.3 O princípio buscado: os qualitativos do mais firme de todos os princípios

Na presente seção (B) será analisada a passagem no texto de Γ 3 em que Aristóteles apresenta as características que o princípio mais firme de todos deve preencher para ser assim qualificado. A passagem em questão é bastante curta, constituindo-se de pouco mais do que sete linhas de texto na numeração Bekker (1005b 11-18). Não obstante a brevidade da passagem e o caráter aparentemente incontroverso de seu conteúdo, veremos que sua compreensão está longe de ser algo consensual entre seus intérpretes. O tratamento que dispensarei a essa passagem será bastante metucioso e um tanto extenso, tal procedimento torna-se inevitável se levarmos em consideração sua importância na economia interna do projeto aristotélico de uma ciência do *ser enquanto ser*. Dificilmente se poderia exagerar quanto à relevância dessa passagem, pois de sua interpretação depende todo o restante do texto do livro Γ . Com efeito, é justamente aqui que Aristóteles estabelece aquilo que deverá ser provado pelo conjunto dos argumentos desenvolvidos a partir de Γ 3. Assim sendo, é forçoso determinar com exatidão aquilo que Aristóteles pretende provar para, só então, julgar se os argumentos oferecidos são ou não suficientes e adequados.¹²¹

¹²¹ Muitas das críticas contemporâneas à eficiência dos argumentos aristotélicos apresentados em Γ 3-4 resultam de expectativas equivocadas quanto ao seu propósito real. Vide, por exemplo, o caso de Lukasiewicz e sua crítica aos argumentos propostos por Aristóteles. Dentre os diversos equívocos por ele cometidos, vale destacar aquele que versa sobre a simplicidade lógica do PNC. O lógico polonês afirma, em tom de reprovação, que haveria outros princípios mais elementares que o PNC, como o de *Identidade*, que poderiam ser tomados no lugar dele como sendo absolutamente primeiros (in, LUKASIEWICZ, 2009, p. 7). A respeito dessa crítica, basta ressaltar que o Estagirita em nenhum momento de Γ estabelece a simplicidade lógica como critério para determinação do PNC como sendo o mais firme de todos os princípios. Lukasiewicz parece interpretar o critério da anterioridade em termos de simplicidade lógica; contudo, para Aristóteles, anterioridade significa, nesse caso, universalidade (cf., *Metafísica* Δ , 11, 1018b 30 e ss.; *Segundos Analíticos I*, 2,71b 33-72a 5). Ser absolutamente anterior, no contexto de Γ 3, significa ser absolutamente universal. Em vista disso, se o princípio buscado fosse o de *Identidade*, então teríamos que ele é verdadeiro para todo o ser, o que acarretaria o absurdo de todas as coisas serem idênticas entre si. Tal é a resposta que Aristóteles provavelmente daria à sugestão de Lukasiewicz.

Além disso, o princípio de *Identidade* sequer se apresenta como um princípio distinto e independente do de *Não-Contradição*, quer seja em Aristóteles, quer seja para os filósofos gregos em geral. Segundo Sir William Hamilton, o primeiro autor em que tal distinção aparece plenamente formulada foi Antonius Andreas, discípulo de Duns Scotus, que floresceu entre o final do século XIII e início do XIV. O autor defendeu, contrariando Aristóteles, que o princípio de *Identidade*, não o de *Não-Contradição*, seria o princípio absolutamente primeiro. Nas palavras de Hamilton: "This schoolman, in the fourth book of his Commentary on Aristotle's *Metaphysics*, — a commentary which is full of the most ingenious and original views — not only asserts to the law of Identity a co-ordinate dignity with the law of Contradiction, but, against Aristotle, he maintains, that the principle of Identity, and not the principle of Contradiction, is the one absolutely first. The formula in which Andreas expressed it was, *Ens est*

2.3.1 A enumeração dos qualitativos: três possibilidades de leitura

Como vimos, Aristóteles oferece na primeira metade de Γ 3 uma resposta para a dificuldade sobre quem deveria se ocupar do estudo dos axiomas. A solução por ele encontrada foi o grau de **universalidade**, a amplitude do escopo, concernente a cada ciência no pleito. Se cabe à ciência maximamente universal o estudo dos axiomas maximamente universais, então, é evidente, que cabe ao que estuda o *ser enquanto ser* também o estudo acerca dos princípios do *ser enquanto ser*. Assim sendo, compete exclusivamente ao filósofo, não ao físico, ou aos matemáticos, a tarefa de enunciar qual é, dentre os princípios primeiros, o mais firme de todos.

Dado que há alguém mais elevado que <aquele que investiga sobre> a natureza (pois a natureza <é> um gênero particular de ente), <ao que> estuda o universalmente e a substância primeira <cabe> também a investigação acerca desses <axiomas>; [...] (1005a 33-1005b 2)

[...] Cabe ao que mais conhece acerca de cada gênero dizer, do assunto, <quais são> os mais firmes dos princípios. Por conseguinte <cabe ao que estuda> acerca do ser enquanto ser dizer <quais> os <princípios> mais firme de todos. Este é o filósofo. (1005b 8-11)

ens. Subsequently to this author, the question concerning the relative priority of the two laws of Identity and of Contradiction became one much agitated in the schools”, in HAMILTON, Sir William. *Lectures on Logic*. Vol. I. London; Willian Blackwood and Sons, 1866, p. 91-92.

A leitura que Wedin faz da passagem que iremos tratar em seguida constitui, a meu ver, um caso paradigmático de como expectativas equivocadas podem levar a censuras descabidas do texto aristotélico. Tratarei disso em detalhes mais à frente, mas vale adiantar que Wedin supõe que a passagem como um todo contém não apenas uma enumeração das características do mais firme de todos os princípios (contrariando o parecer tradicional e o bom senso), mas também uma argumentação em favor da mesma. Tal suposição leva Wedin a postular diversas premissas adicionais; a inverter a ordem dos antecedentes e dos consequentes em algumas delas (umas, presentes no próprio texto, outras, que ele imagina que deveriam estar ali); a reformular quase todas as existentes (por serem insuficientes); e por fim, um tanto “perplexo”, afirma que os argumentos apresentados não são capazes de cumprir o seu propósito. A estratégia interpretativa adotada por Wedin, resulta na redução das características apresentadas por Aristóteles como sendo determinantes para se identificar o princípio mais firme de todos, a apenas uma (2004a, p. 227-234).

De um modo geral, embora seja evidente que Aristóteles esteja longe de ser infalível, ou que sua obra seja imune à revisões e à críticas (muito pelo contrário), não parece ser um despropósito sempre ter em mente que não se está lidando com um autor ingênuo que, por vezes, comporta-se como um tolo. Creio que a simples constatação (infelizmente algo comum entre os intérpretes) de que o Estagirita estaria incorrendo em falácias como *petitio principii* e *ignoratio elenchi* em Γ 3 e 4 - falácias que ele foi o primeiro autor a catalogar - deveriam ser suficientes para alarmar todo e qualquer intérprete de que talvez haja algo errado com sua própria compreensão do texto.

Uma vez resolvida essa questão, Aristóteles passa a se ocupar da tarefa por ele requerida para si: a enunciação do mais firme de todos os princípios (τάς πάντων βεβαιοτάτας). Segundo ele, um princípio, para que assim seja qualificado, deve ser impossível de erro, i.e., ele deve necessariamente ser, dentre todos, o mais conhecido e, além disso, é necessário conhecê-lo primeiramente, pois dele depende o conhecimento acerca de qualquer coisa.¹²²

- (1) **(i)** <O> princípio mais firme de todos <é aquele> sobre o qual **(ii)** estar enganado <é> impossível:
- (2) pois **(iii)** <é> necessário ser **o mais conhecido** o <princípio> desse tipo (pois **(iv)** sobre aquilo <que é> não **conhecido** se enganam todos) e <ser> **(v)** não-hipotético.
- (3) pois **(vi)** aquilo <que é> necessário **possuir** <para> **apreender** quaisquer dos seres isso não <é> uma hipótese:
- (4) **(vii)** o <que é> necessário **conhecer** para se **conhecer** qualquer coisa, <é> necessário já **possuir** ao chegar.
Então, que o princípio desse tipo <é> o mais firme de todos, <isso é> evidente:¹²³ (1005b 11-18)

A leitura da passagem parece ser, à primeira vista, bastante simples e fluida, não representando maiores problemas ou dificuldades para o leitor. Por certo, a passagem é um tanto breve e o tom um tanto casual com que Aristóteles apresenta as características não deixa transparecer a importância de seu conteúdo. Fato que repercute até mesmo dentre importantes comentadores da *Metafísica*, os quais, *via*

¹²² A leitura aqui apresentada, bastante esquemática e geral, tem apenas um caráter provisório e expositivo e não corresponde a alguma interpretação em específico, tampouco representa o meu entendimento sobre a passagem. O modo como a compreensão será apresentado paulatinamente e ficará claro ao final da análise dessa passagem e dos problemas exegéticos a ela associados.

¹²³ Os grifos e numeração são de minha autoria.

(1) **(i)** βεβαιοτάτη δ' ἀρχή πασῶν περὶ ἣν **(ii)** διαψευσθῆναι ἀδύνατον·
 (2) **(iii)** γνωριμωτάτην τε γὰρ ἀναγκαῖον εἶναι τὴν τοιαύτην (περὶ **(iv)** γὰρ ἂ μὴ γνωρίζουσιν ἀπατώνται πάντες) καὶ **(v)** ἀνυπόθετον.
 (3) **(vi)** ἦν γὰρ ἀναγκαῖον ἔχειν τὸν ὅτιοῦν ξυγιέντα τῶν ὄντων, τοῦτο οὐχ ὑπόθεσις·
 (4) **(vii)** ὃ δὲ γνωρίζειν ἀναγκαῖον τῷ ὅτιοῦν γνωρίζοντι, καὶ ἤκειν ἔχοντα ἀναγκαῖον.
 (5) **(ix)** ὅτι μὲν οὖν βεβαιοτάτη ἡ τοιαύτη πασῶν ἀρχή, δῆλον· (1005b 11-17)

de regra, não dedicam muito de seus esforços na sua elucidação.¹²⁴ Contudo, tal impressão, como veremos, não persistirá por muito tempo. Tão logo nos detemos sobre a enumeração dos qualitativos enunciados pelo Estagirita algumas questões se impõem. Em primeiro lugar, vale indagar sobre quais são, exatamente, as características enunciadas.¹²⁵ Adianto que apresentarei três possibilidades de leitura para essa passagem, as quais serão apresentadas paulatinamente, na medida em que tratarei da relação entre a enumeração dos qualitativos e a argumentação em favor nos mesmos apresentada na parte final de Γ 3.¹²⁶

Numa primeira aproximação, podemos perceber que Aristóteles inicia a passagem, em 1005b 11-18, dizendo que **(i)** o princípio mais firme de todos é caracterizado pela **(ii)** impossibilidade de erro a seu respeito. Na sequência imediata ele acrescenta a razão do princípio ser desse modo, i.e., ser **(ii)** impossível errar a seu respeito: tal princípio deve necessariamente ser **(iii)** o mais conhecido e deve ser **(v)** não-hipotético. Intercalando essa enumeração Aristóteles explica que o princípio deve ser **(iii)** o mais conhecido, porque erramos sobre aquilo que não conhecemos;¹²⁷ e que deve ser **(v)** não-hipotético, i.e., **(vi)** deve ser necessário para se conhecer qualquer coisa, porque **(vii)** quem conhece qualquer coisa já deve estar de posse dele. Os qualitativos que parecem ser os que realmente estão sendo considerados na

¹²⁴ David Ross, por exemplo, sequer mencionada a passagem, restringindo-se a apresentação de alguns apontamentos sobre o sentido do termo 'não-hipotético' (ἀνυπόθετον), (ROSS, 1997, p. 263). Giovanni Reale, por sua vez, apenas enumera as características que pensa estarem em questão (ARISTÓTELES, p. 166).

¹²⁵ Basta uma consulta à literatura secundária para constatar que o grau de divergência sobre os qualitativos enumerados é bastante pronunciado. As divergências se dão sobre a quantidade, relação e significado dos qualitativos. A título de exemplificação, somente entre os comentadores consultados temos: Alexandre de Afrodisias entende que $i = ii = (iii + v)$; Tomás de Aquino entende que, $i = (ii e iii) + v + (vii e viii)$; David Ross, $i = ii + (iii e v) + (vii e viii)$; Christopher Kirwan, $[(ii \rightarrow iii) + (ii \rightarrow v)] \rightarrow ii \rightarrow i$. Entre os intérpretes as diferenças são ainda mais dramáticas, em D. Bailey temos, por exemplo, $i = v = (ii + iii + vi)$ (cf., p. 102-103 in BAILEY, D. T. J. Plato and Aristotle on the Unhypothetical. *Oxford Studies in Ancient Philosophy*, 2006, p. 101-126). Observe que nesse último caso o qualitativo **(v)** é entendido como sendo coextensivo com **(i)**. Tratarei das leituras aqui mencionadas no seguimento do texto, conforme a necessidade imposta pela minha linha argumentativa.

¹²⁶ Aparentemente existe um descompasso entre a enumeração dos qualitativos e os argumentos oferecidos para sua corroboração. As três possibilidades de leitura que serão apresentadas não visam algum autor em específico, mas antes são arquétipos que podem se adequar às linhas gerais das interpretações da maioria dos autores consultados. Adianto que a linha de interpretação que será por mim defendida se adéqua à primeira possibilidade, **(PL1)**, a ser apresentada. Contudo, antes de tomar partido será necessário elucidar o significado dos qualitativos, pois segundo o que tentarei mostrar, a compreensão acerca deles deve ser pensada em outras bases que as tradicionalmente utilizadas.

¹²⁷ O raciocínio que subjaz a apresentação desse qualitativo parece ser bastante simples: se **(iv)** erramos sobre o que não conhecemos, e se **(ii)** o princípio é impossível de erro, então o princípio deve necessariamente ser **(iii)** o mais conhecido de todos.

identificação de **(i)** são **(ii)**, **(iii)** e **(iv)**, enquanto que os itens **(iv)**, **(vi)** e **(vii)** parecem ter apenas uma função na explicação do significado destes.

A primeira possibilidade de leitura **(PL1)** diz: o princípio **(i)** mais firme de todos é o princípio **(ii)** sobre o qual é impossível o erro: o que por sua vez significa ser o princípio **(iii)** mais conhecido de todos e ser **(v)** não-hipotético.

(PL1) i = ii = iii + v

Do ponto de vista da gramática do texto, **(PL1)** é certamente a opção mais favorecida dentre as que vou apresentar. A estrutura do texto, embora um tanto truncada, parece deixar pouca margem para leituras alternativas. Com efeito, levando-se em consideração a pontuação da passagem em que Aristóteles qualifica o princípio como sendo **(ii)**,

(i) βεβαιότατη δ' ἀρχὴ πασῶν περὶ ἧν **(ii)** διαψευσθῆναι ἀδύνατον·
(iii) γνωριμωτάτην τε γὰρ ἀναγκαῖον εἶναι τὴν τοιαύτην [...] καὶ **(v)**
 ἀνυπόθετον. (1005b 11-14)

no texto grego temos o sinal de ponto-alto ‘·’ (que equivalente ao nosso dois-pontos ‘:’) logo depois do termo ‘ἀδύνατον’.¹²⁸ Após revelar que **(i)** é **(ii)**, o Estagirita parte para a explicação do que entende por **(ii)**. Ele nos diz que:

O princípio **(i)** mais firme de todos é aquele sobre o qual **(ii)** o erro é impossível: com efeito, um princípio de tal tipo, necessariamente é **(iii)** o mais conhecido [...] e **(v)** não hipotético.

Como já mencionado, o restante da passagem consiste na explicação do que significam os qualitativos **(iii)** e **(v)**. A estrutura um pouco truncada do texto resulta da interpolação dessa explicação no próprio corpo da enumeração, i.e., Aristóteles

¹²⁸ É importante ter em mente nos manuscritos não há qualquer sinal de pontuação, sendo que os mesmos são resultado posterior do trabalho de estabelecimento do texto. A pontuação apresentada, sugerida pela presença do termo grego ‘γὰρ’, consta tanto no texto estabelecido por David Ross como no estabelecido por Werner Jaeger. Farei uso da pontuação em minha análise do texto visando maior conveniência expositiva.

enumera ao mesmo tempo em que explica o que significam os qualitativos enumerados.

Um indicativo de que essa leitura é a mais natural para o texto pode ser encontrado no comentário que Alexandre de Afrodisias faz para o mesmo. Nele encontramos exatamente a leitura aqui proposta.¹²⁹ Conforme o entendimento do comentador grego, Aristóteles estaria nos dizendo, naquela passagem, as razões pelas quais o princípio acerca do qual **(ii)** não é possível estar em erro, é o **(i)** mais firme de todos: **(iii)** ser o mais familiar e **(v)** ser não-hipotético.¹³⁰ Isso por si só não constitui, é claro, razão suficiente para se adotar a leitura apresentada, mas fornece, certamente, um excelente indicativo em seu favor.¹³¹ Não obstante o parecer favorável de Alexandre, é prudente avançar na análise do texto, em busca de mais elementos que possam corroborar, ou não, tal interpretação.

Na sequência do texto de Γ 3, Aristóteles apresenta uma argumentação com o intuito de mostrar que o princípio por ele escolhido é de fato **(i)** o mais firme de todos.

¹²⁹ Giovanni Reale (ARISTOTELES, 2002, vol. I, p. 166, n. 9) e Alan Code (1987) também parecem partilhar da interpretação de Alexandre. A mesma interpretação pode ser encontrada em Nazareno Eduardo de Almeida (idem, Os princípios de verdade no Livro IV da *Metafísica* de Aristóteles. *Princípios*, Natal, v. 15, n. 23, jan./jun, 2008, p. 05-63, 2008, cf., p. 90-10) Também Christopher Kirwan parece defender algo muito próximo de **(PL1)**. Contudo, a interpretação de Kirwan difere das demais leituras apresentadas em um importante ponto, ele entende que a enumeração consiste em uma argumentação, de maneira que trata a relação entre os qualitativos em termos de implicação (2003, p. 87-88). Para ele **(ii)** implica **(iii)**; e **(ii)** implica **(v)**. Esse também é o entendimento de Michael Wedin (2004a, p.225-234).

¹³⁰ O comentário de Alexandre muitas vezes consiste numa espécie de paráfrase do texto Aristotélico, sobre o número de qualitativos ele diz: “And he <Aristotle> **tells the reasons why** this principle, concerning which **(ii)** it is not possible to be in error, is **(i)** most certain and is the principle of beings. For it is necessary that such a principle, about which **(ii)** it is impossible to be in error, **(iii)** be familiar from itself (γνώριμὸν τε ἐξ αὐτῆς) and **(v)** be non-hypothetical” (268, 35 – 269, 2, in ALEXANDER OF APHRODISIAS, 1993, p. 48). Os grifos, numeração e sinais de parênteses com o texto grego são de minha autoria.

¹³¹ O cuidado e zelo com que Alexandre faz seus comentários são facilmente perceptíveis. São inúmeras as vezes em que ele apresenta diversas possibilidades interpretativas para uma mesma passagem, comentando inclusive variantes textuais as quais ele tinha acesso, mas que não parecem fazer o menor sentido no corpo do texto (cf., n. 104 do presente trabalho). A qualidade e fidelidade de seus comentários são tidos em alta estima não apenas pelos antigos, mas também pelos comentadores modernos.

Entre os autores antigos ele era conhecido pelo título honorífico de “o Comentador”, ou “o Comentador de Aristóteles”, sendo também chamado, por alguns, de “o segundo Aristóteles” (para mais detalhes sobre a estima dos antigos por Alexandre, in ALEXANDER OF APHRODISIAS. *On Aristotle Prior Analytics 1.1-7*. Translated by. J. Barnes, S. Bobzien, K. Flannery, K. Ierodiakonou. Ithaca, New York: Cornell University Press, 1991, p. 4 e n. 28)

Um caso interessante da estima por Alexandre entre os intérpretes contemporâneos pode ser encontrado no trabalho de estabelecimento do texto da *Metafísica*. David Ross usou o testemunho de Alexandre, contra Bonitz, no estabelecimento de uma passagem de Γ 4 (1006a 26-28). Ironicamente, a passagem, presente no manuscrito A^b e ausente nos E e J, foi excluída, por Bonitz, sob alegação de não se encontrar traços dela no comentário de Alexandre (ROSS, 1997, p. clxi. Tratei dessa questão em detalhes na minha dissertação, in LOURENÇO, 2013a, p. 65-68).

Na medida em que temos duas características como distintivas do princípio buscado, não parece ser coincidência que o Estagirita forneça, justamente, dois argumentos. Em razão disso, não é difícil antever que a determinação daquilo que é provado por esses argumentos indicará se possibilidade de leitura aventada é ou não correta. No caso presente, espera-se que ele esteja tentando mostrar **(iii)** e **(v)**.

Logo após enunciar os qualitativos do princípio buscado, Aristóteles nos revela qual, dentre todos os axiomas, acredita ser aquele que melhor preenche as especificações apresentadas.

Qual é ele, depois disso digamo-lo: impossível atribuir e não atribuir o mesmo <atributo> ao mesmo tempo para o mesmo <subjacente> segundo o mesmo <aspecto> (e também todas as outras especificações que faríamos para barrar as contendas argumentativas). Este, certamente, é o mais firme de todos os princípios: pois comporta a definição mencionada.¹³² (1005b 18-23)

Para comprovar que o princípio enunciado, i.e., que o princípio de Não-Contradição (PNC)¹³³, comporta, de fato, a definição proposta, Aristóteles, no entender tradicional, oferece dois argumentos, cada um deles visando à justificação de alguma das características enumeradas. No primeiro deles, e principal, ele começa pela afirmação de que é impossível para quem quer que seja, independentemente da sua vontade ou opinião, acreditar em contradições.¹³⁴

¹³² τίς δ' ἔστιν αὕτη, μετὰ ταῦτα λέγωμεν. τὸ γὰρ αὐτὸ ἅμα ὑπάρχειν τε καὶ μὴ ὑπάρχειν ἀδύνατον τῷ αὐτῷ καὶ κατὰ τὸ αὐτό (καὶ ὅσα ἄλλα προσδιορισαίμεθ' ἄν, ἔστω προσδιορισμένα πρὸς τὰς λογικὰς δυσχερείας)· αὕτη δὲ πασῶν ἐστὶ βεβαιοτάτη τῶν ἀρχῶν· ἔχει γὰρ τὸν εἰρημένον διορισμόν. (1005b 18-23)

¹³³ É interessante notar que Aristóteles nunca se refere ao seu princípio pelo título de “princípio de não-contradição”, mas sempre faz uso de alguma formulação dele. Isso talvez explique a flutuação na terminologia e na formulação do PNC. A primeira ocorrência da expressão “princípio de não-contradição” remonta ao comentário de Alexandre de Afrodísias (*circa* 200 d.C.).

¹³⁴ Traduzo aqui, provisoriamente, o verbo grego ‘ὑπολαμβάνω’ por ‘acreditar’. Essa é a opção mais comum entre os intérpretes e a mantereí para facilitar minha exposição. Contudo, vale adiantar que prefiro traduzir o termo por ‘conceber’ (com Angioni, 2007). A diferença entre as duas escolhas não é apenas estilística, mas acarreta interpretações antagônicas para o texto. Espero conseguir mostrar, no seguimento do trabalho, que a opção tradicional conduz a sérios mal-entendidos sobre a estratégia argumentativa empregada por Aristóteles.

Pois <é> impossível para quem quer que seja **acreditar** ser e não ser, tal como, segundo alguns, disse Heráclito. Pois, não é necessário, o que se diz, isso também **acreditar**.¹³⁵ (1005b 23-26)

Para justificar tal afirmação, Aristóteles inicia seu argumento partindo do pressuposto de que é impossível se atribuir a um mesmo sujeito, ao mesmo tempo, qualidades contrárias, i.e., assume como verdadeiro o PNC. Se o PNC é verdadeiro, se não se pode atribuir qualidades contrárias a um mesmo sujeito, então é impossível que alguém acredite que algo é e não ao mesmo tempo, sobre o mesmo aspecto, etc. E isso é assim de fato, pois, caso não fosse, aquele que erra sobre o PNC teria simultaneamente opiniões contrárias entre si, o que é absurdo, dado que a ocorrência simultânea de atributos contrários entre si em um mesmo sujeito consistiria numa violação do próprio PNC, o que é impossível, argumenta o Estagirita na sequência do texto.¹³⁶

se não é possível ao mesmo tempo atribuir ao mesmo os contrários (acrescentados por nós também para essa proposição as <especificações> de costume), <e sendo que> contrária à uma opinião é a sua opinião contraditória, <então> evidente que <é> impossível acreditar o mesmo ser e não ser o mesmo: pois, ao mesmo tempo teria as opiniões contrárias aquele que erra a respeito disso.¹³⁷ (1005b 26-32)

¹³⁵ ἀδύνατον γὰρ ὄντινοῦν ταῦτόν ὑπολαμβάνειν εἶναι καὶ μὴ εἶναι, καθάπερ τινὲς οἴονται λέγειν Ἡράκλειτον. οὐκ ἔστι γὰρ ἀναγκαῖον, ἃ τις λέγει, ταῦτα καὶ ὑπολαμβάνειν· (1005b 18-23) Os grifos são meus.

¹³⁶ A leitura que apresento para essa passagem é, como nos demais casos, provisória. Não me ocuparei do argumento em si, pois antes de analisar sua estrutura e premissas é necessário determinar qual é exatamente o seu propósito. A presença do próprio PNC como premissa do argumento, o conteúdo da segunda premissa e o aparente escopo reduzido da conclusão serão tratados somente após a determinação do significado dos qualitativos do princípio mais firme de todos. O entendimento equivocado destes levou alguns intérpretes contemporâneos à acusação, contra Aristóteles, de se incorrer nas falácias *petitio principii* e *ignoratio elenchi*. Acusações estas, que deveriam levantar suspeitas da parte destes, sobre o próprio entendimento sobre o texto, não sobre a capacidade argumentativa de Aristóteles.

¹³⁷ εἰ δὲ μὴ ἐνδέχεται ἅμα ὑπάρχειν τῷ αὐτῷ τάναντία (προσδιωρίσθω δ' ἡμῖν καὶ ταύτη τῇ προτάσει τὰ εἰωθότα), ἐναντία δ' ἐστὶ δόξα δόξη ἢ τῆς ἀντιφάσεως, φανερόν ὅτι ἀδύνατον ἅμα ὑπολαμβάνειν τὸν αὐτὸν εἶναι καὶ μὴ εἶναι τὸ αὐτό· ἅμα γὰρ ἂν ἔχοι τὰς ἐναντίας δόξας ὁ διεψευσμένος περὶ τούτου. (1005b 26-32)

Uma vez estabelecido esse primeiro ponto, Aristóteles prossegue em sua argumentação, agora ressaltando que a impossibilidade de erro sobre o PNC é o motivo pelo qual todos os que demonstram se reportam, em última instância, a ele. O PNC é o mais firme de todos os princípios, pois ele é, por natureza, o princípio de todos os axiomas.

Por isso, todos os que demonstram se reportam a essa opinião última: pois, por natureza ela é também o princípio de todos os outros axiomas.¹³⁸ (1005b 32-34)

Com esse breve corolário o Estagirita encerra o capítulo 3 de Γ. Cabe agora, então, questionar quais, dentre os qualitativos mencionados, são os contemplados por estes dois argumentos. Seria **(ii)** a impossibilidade de erro; a **(iii)** máxima cognoscibilidade; ou o caráter **(v)** não-hipotético do PNC?

Existem poucos consensos quando se trata de interpretar Aristóteles, mas nesse caso, pode-se afirmar, no que diz respeito à identificação dos qualitativos, que praticamente todos os autores estão de acordo sobre serem eles: a **(ii)** impossibilidade de erro e o caráter **(v)** não – hipotético. É bem verdade que o oposto se configura quando se trata de determinar os significados dos qualitativos, daí as discordâncias são muitas e profundas. Contudo, no que tange à identificação enquanto tal, o consenso sobre os alvos dos dois argumentos ao fim de Γ 3 é esmagador.

Não parece haver dúvidas entre os comentadores e demais intérpretes sobre **(ii)** a indubitabilidade,¹³⁹ isto é, a impossibilidade de erro ser o qualitativo que está sendo considerado no primeiro argumento. De fato, o texto parece ser bastante claro a esse respeito. O tema da impossibilidade de acreditar em contradições, a menção a Heráclito e a conclusão do argumento não parecem deixar margens para qualquer alternativa. A conclusão do argumento por si só é um excelente testemunho em favor dessa opção. Nela, como vimos, Aristóteles diz que aquele que erra a respeito do PNC teria ao mesmo tempo as opiniões contrárias (ἄμα γὰρ ἂν ἔχοι τὰς ἐναντίας δόξας ὁ

¹³⁸ διὸ πάντες οἱ ἀποδεικνύντες εἰς ταύτην ἀνάγουσιν ἐσχάτην δόξαν· φύσει γὰρ ἀρχὴ καὶ τῶν ἄλλων ἀξιωματῶν αὕτη πάντων. (1005b 32-34)

¹³⁹ É comum encontrar na literatura secundária referências ao primeiro argumento como sendo “a prova da indubitabilidade”. Michael Wedin, por exemplo, faz uso constante dessa expressão. Também é comum denominar o qualitativo da “indubitabilidade” para o item **(ii)**. Farei uso eventual desse termo, sempre me referindo ao qualitativo **(ii)** isoladamente.

διεψευσμένος περὶ τούτου), o que é impossível, pois violaria o próprio PNC. Note-se o uso do termo grego ‘διεψευσμένος’, derivado do mesmo verbo (διαψεύδω) utilizado na enumeração do qualitativo **(ii)** (διαψευσθῆναι ἀδύνατον).

O mesmo se pode dizer para o segundo argumento. De um modo geral, entende-se que Aristóteles está apresentando, naquele breve corolário em 1005b 32-34, razões em favor do qualitativo **(v)** ser não-hipotético. O modo como tal argumento cumpre com o seu desígnio e o que exatamente ele deve provar, diferem de autor para autor, mas mesmo assim, não parece haver maiores dúvidas quanto à presença de um argumento e do qualitativo que ele visa justificar.¹⁴⁰ *Grosso modo*, os intérpretes e comentadores encontram nessa pequena passagem algo em favor da prioridade lógica do PNC, ou algo relacionado a sua incondicionalidade, ou indemonstrabilidade, ou ainda sua auto evidência, etc. As discordâncias sempre se dão não, propriamente, no que se refere ao qualitativo que a prova visa, mas sobre aquilo que o mesmo significa. A passagem é bastante lacônica, mas as expressões “opinião última” (ἔσχάτην δόξαν) e “por natureza princípio dos demais axiomas” (φύσει ἀρχὴ τῶν ἄλλων ἀξιωματῶν αὕτη πάντων) são tomadas como indícios em favor dessa compreensão.

É possível perceber que um problema se apresenta aqui. Vale lembrar que a análise dos argumentos de Γ 3 tivera por ponto de partida o entendimento de que (PL1) representava a leitura mais natural para a passagem em que os qualitativos do princípio mais firme de todos são enumerados. Nessa opção de leitura encontramos os qualitativos **(iii)** e **(v)** com sendo aqueles que se esperava serem provados a respeito do princípio buscado. Agora, depois de analisar a argumentação em que Aristóteles supostamente deveria estar realizando tal tarefa, constatamos que ele visa

¹⁴⁰ A única exceção encontrada foi Michael Wedin. O autor defende que apenas a questão da **(ii)** impossibilidade de erro está sendo tratada na argumentação. Segundo seu parecer os qualitativos **(iii)** e **(v)** são inerentes ao qualitativo **(ii)**, de maneira que basta provar este último, não sendo necessário provar os primeiros separadamente. O segundo argumento, no entender de Wedin, não tem qualquer relação com os demais qualitativos, ele é uma espécie de complemento do primeiro argumento e visa mostrar que o PNC não é apenas **um** princípio do tipo “mais firme de todos”, mas aquele que possui essa qualidade em máximo grau. Para Wedin, ser **(i)** mais firme, é um qualitativo que pertence aos axiomas de um modo geral, cf., WEDIN, 2004a, p. 233-2334 e p. 261-262. Tratarei da leitura de Wedin em mais detalhes quando analisar o significado de cada qualitativo, por hora, adianto que a proposta do autor, embora resolva a maior parte dos problemas associados à argumentação aristotélica, o faz a um custo bastante elevado no que diz respeito aos qualitativos do PNC. A interpretação de Wedin para os qualitativos, especialmente o item **(v)** é, a meu ver, insustentável. Ele defende que **(v)**, contrariando o texto, não tem qualquer conotação cognoscitiva e que significa simplesmente: ser indemonstrável. Tal parecer é usado por Wedin em sua justificativa de que apenas a prova de **(ii)** é necessária para a identificação pretendida por Aristóteles.

provar os qualitativos **(ii)** e **(v)**. O que fazer com isso? O que significa esse descompasso entre a enumeração dos qualitativos e a argumentação em seu favor. Algo parece estar simplesmente faltando.

O comentário de Alexandre é especialmente revelador sobre a dificuldade aqui apontada. Ao dissertar sobre o propósito dos argumentos Alexandre, sem qualquer cerimônia, afirma se tratar de provar **(ii)** a impossibilidade de erro e que o princípio seria, de fato, **(v)** não-hipotético.¹⁴¹ O comentador grego reconhece **(PL1)** como a possibilidade de leitura mais natural e, tal como apresentado, reconhece também os qualitativos referentes aos argumentos oferecidos. Alexandre, tal como era de se esperar, procura comentar o texto tal como ele se lhe apresenta, sem tentar mascarar as dificuldades ou desconfigurar o texto. Outra vez o testemunho de Alexandre, embora não seja o fator determinante, fornece indício muito forte sobre a estrutura argumentativa de Γ 3. Ao que tudo indica, existe sim um descompasso, mas o que isso realmente significa? Alexandre pouco pode nos ajudar na resposta dessa pergunta. Na verdade, ele não parece se importar muito com o aparente descompasso entre a enumeração dos qualitativos e a argumentação para corroborá-los. Contudo, muito embora Alexandre não se manifeste sobre esse problema, isso não implica que o problema não seja importante.

Provar que um princípio é **(ii)** indubitável, não parece ser o mesmo que provar que ele é **(iii)** o mais conhecido de todos. Mesmo no caso deles estarem estreitamente associados. Se **(PL1)** for leitura correta, e se Aristóteles está de fato oferecendo dois argumentos em favor das características necessárias para identificação **(i)** do mais firme de todos os princípios, e se um deles visa corroborar **(v)**, então nada mais natural que esperar um argumento visando **(iii)**. Não obstante, a corroboração de **(iii)** é o que

¹⁴¹ He says that this **(i)** is the most certain of all principles, and he tells why: 'it has the qualification (diorismos) mentioned' [1005b23]. But which principle is this? It was posited that **(i)** the most certain principle was that concerning which it **(ii)** was impossible for anyone whatever to be in error, and **he shows that it is such a principle**. 'It is impossible for anyone whatever', that is, it is altogether impossible for anyone, 'to suppose that the same thing is the case and is not the case' [1005b23-4], i.e. **(ii) to be in error concerning this**. For as it is impossible for the same thing to belong and not belong at the same time, so too it **(ii)** is impossible to be in error about this, as for someone (tina) to suppose that the same thing is the case and is not the case; for this is what 'for anyone whatever (hontinoun) to suppose that [the same thing] is the case and is not the case' [1005b23-4] means. It would **(ii)** be impossible to be in error about this. (269, 32 – 270, 4, ALEXANDER OF APHRODISIAS, 1993, p. 49-50). Sobre o qualitativo **(v)** não hipotético (271, 5-20, ibidem, p. 51-52).

Contrastar com o que foi dito algumas linhas antes pelo próprio Alexandre, "The principle about which it **(ii)** is not possible to be in error is **(iii)** most familiar and **(v)** non-hypothetical¹. **Having said what kind of principle (i)** the most certain principle must be, **he next tells which principle is such**, namely **(iii)** most familiar and **(v)** non-hypothetical; and he says that this is the principle of non-contradiction: (269, 19-23, ibidem, p.49). Os grifos e numeração são de minha autoria.

nos foi oferecida. Posto isso, não nos resta outra medida que retornar a passagem em que Aristóteles apresenta os qualitativos.

Considerando-se que o Estagirita nos brinda com argumentos que buscam corroborar **(ii)** e **(v)**, para aquela mesma passagem temos uma segunda possibilidade de leitura **(PL2)**. Nela lê-se o seguinte: o princípio **(i)** mais firme de todos é o princípio **(ii)** sobre o qual é impossível o erro - i.e., aquele que é o **(iii)** mais conhecido de todos - e o princípio que é **(v)** não-hipotético. Resumindo: o princípio **(i)** mais firme de todos é aquele **(ii)** impossível de erro e **(v)** não-hipotético.

(PL2) i = (ii = iii) + v

Simplificando

(PL2) i = ii + v

A exemplo de **(PL1)** no que tange ao favorecimento em razão da estrutura gramatical do texto, **(PL2)** se encontra favorecida por sua adequação à estrutura argumentativa de Γ 3. Além disso, ambas estão bem representadas no que concerne à eminência de seus partidários. Como vimos, **(PL1)** goza do prestígio de Alexandre de Afrodísias, já **(PL2)**, conta com ninguém menos que Tomás de Aquino.¹⁴²

A diferença entre as leituras, embora seja sutil, de modo algum é pequena. Isso porque, como mencionado, a argumentação que terá que ser apresentada para mostrar que o princípio escolhido é realmente o princípio que melhor cumpre com os requisitos estabelecidos deve, em cada caso, ser distinta. No primeiro caso, em **(PL1)** deve-se provar que o princípio é **(iii)** o mais conhecido e que ele é **(v)** não hipotético. Com isso se prova que ele é **(ii)** impossível de erro e, portanto, **(i)** o mais firme de todos. Já no segundo caso, em **(PL2)** seria necessário provar que o princípio é **(ii)**

¹⁴² Aquino defende **(PL2)** na íntegra, mas lhe acrescenta **(vi)** como um terceiro qualitativo: "Hence it is evident that the most certain or **(i)** firmest principle should be such that **(ii)** there can be no error regarding it; **(v)** that it is not hypothetical; and **(vi)** that it comes naturally to the one having it", cf., 597 in AQUINAS, 1961, p. 241. Aquino entende **(vi)** como um qualitativo extra, mas na argumentação, entende que **(v)** e **(vi)** são o alvo do segundo argumento.

Além dele, também Russel Dancy defende algo análogo à **P2**. Ele trata da caracterização em termos de "prioridade cognitiva", o que envolve **(ii e iii)** e "prioridade lógica", o que envolve **(v, vi, vii e viii)**, in (DANCY, 1975, p. 3-13), Também Jonathan Lear defende claramente **(ii)** impossibilidade de erro + **(vi)** necessário conhecer quem conhece qualquer coisa, in LEAR, 1980, p. 99; idem, 1988, p. 251.

Além de Alexandre, também Code e Reale são do parecer de **(PL1)**, conforme mencionado na nota 129 do presente trabalho.

impossível de erro e **(v)** não-hipotético, para com isso provar que ele é **(i)** o mais firme de todos.

Em ambas as possibilidades se deve apresentar argumentos em favor de dois qualitativos; em ambas se deve argumentar em favor do item **(v)**; contudo, diferentemente, em um caso se deve argumentar em favor de **(ii)**, no outro, em favor de **(iii)**. Como vimos, embora o item **(iii)** esteja associado nos dois casos ao item **(ii)**, i.e., ele está presente na explicação do significado de **(ii)**, isso não significa que um mesmo argumento possa dar conta das duas possibilidades de leitura. É importante deixar isso claro. O item **(ii)** significa, em cada caso, coisas distintas, ainda que estreitamente associadas: em **(PL1)** ele significa de algum modo **(iii)**, em **(PL2)** significa **(iii + v)**. Enquanto no primeiro caso **(ii)** e **(iii)** se identificam, no segundo caso, **(iii)** é apenas parte da explicação de **(ii)**. Dito isso, se provar **(ii)** em um caso e no outro significa provar coisas distintas, então o que se deve esperar é, ao menos em tese, argumentações distintas para cada uma das possibilidades de leitura. Enquanto que em **(PL2)** se deve apresentar um argumento que justifique **(ii)**, em **(PL1)** a justificação de **(ii)** depende da justificação de **(iii)** e **(v)** separadamente, ou seja, depende de pelo menos dois argumentos.

Uma vez apresentadas as possibilidades de leitura para a passagem em 1005b 11-18, vale agora indagar qual das duas é a que melhor se adéqua ao texto. No que tange à adequação à estrutura gramatical da passagem, a aparente inadequação da **(PL2)** não pode ser facilmente ignorada. Se Aristóteles realmente tivesse **(PL2)** em mente, ou seja, se para ele **(ii)** impossibilidade de erro consistisse num qualitativo entre outros, o sinal de ponto alto deveria ser usado logo depois de **(i)**. Ao que parece Aristóteles quer marcar a equivalência, ou a bi-implicação entre ser **(i)** e **(ii)**, tal como sugerido por **(PL1)**.

No que diz respeito à estrutura argumentativa do texto, a aparente vantagem de **(PL2)** não parece estar isenta de problemas. Como sugerido, provar **(ii)** e provar **(iii)** a respeito de **(ii)** requereria duas provas distintas, i.e., a mesma prova não poderia valer, em tese, para ambos, no sentido de que não importaria qual dos dois qualitativos estaria em questão, pois o argumento funcionaria para ambos. No caso de **(PL1)** se o primeiro argumento provasse **(iii)** a respeito do princípio, ainda seria necessário provar **(v)** para só então dizer que ele é **(ii)**. No outro caso, a prova de **(iii)** já garantiria **(ii)**. Aqui se configura um impasse interessante. Por um lado, devido a aparente equivalência entre **(ii)** e **(iii)** em **(PL1)**, a argumentação deveria provar **(iii)** para

justificar (ii), é não provar (ii) simplesmente. Nesse caso, o primeiro argumento, em (PL2), ainda continuaria tendo que provar (iii) tal como em (PL1). Se isso for assim, adotar (PL2) não parece promover qualquer avanço real, sendo a diferença entre as duas possibilidades de leitura, no que tange ao qualitativo defendido no primeiro argumento, apenas nominal.

Por outro lado, isto é, caso a diferença não seja apenas nominal, a exigência sobre o argumento parece ser ainda maior, pois seria necessário mostrar que (iii), sozinho, pode justificar (ii). A indubitabilidade do princípio deveria ser justificada, ou mesmo derivada, apenas de sua máxima cognoscibilidade. Já foi notado que o argumento não parece ser capaz de cumprir com tal desígnio.¹⁴³

Em suma, a mera adoção do descompasso entre a enumeração e a argumentação, como feito por Alexandre, certamente não resolve as dificuldades apresentadas, tampouco a tentativa de justaposição entre elas, como sugerido em (PL2) parece surtir em qualquer vantagem, muito pelo contrário, em certa medida, parece até agravar a situação. De um modo ou do outro, tanto (PL1) como em (PL2) algo parece não estar certo, mas o quê? Existe alguma outra possibilidade de leitura para essas passagens de Γ 3? Poderia ser o caso de que os problemas gerados derivassem de expectativas equivocadas quanto ao conteúdo do texto? Um olhar atento na estrutura da argumentação ao fim de Γ 3, pode nos auxiliar na elaboração de uma resposta: talvez não seja o caso de termos dois argumentos que buscam a justificação de dois qualitativos distintos, mas apenas um.

Como vimos, tradicionalmente se acredita que Aristóteles está oferecendo dois argumentos para mostrar que o PNC é o mais firme de todos. Contudo, mesmo um olhar não muito atento não deixa de estranhar a brevidade do segundo argumento, ou de perceber sua dependência do primeiro.

Por isso, todos os que demonstram se reportam a essa opinião última: pois, por natureza ela é também o princípio de todos os outros axiomas. (1005b 32-34)

¹⁴³ Dancy, Code e Wedin apontam para o fato de que a argumentação de Γ 3 não parece ser suficiente para cumprir com o propósito de mostrar que o PNC é o mais firme de todos os princípios. Partilho da mesma compreensão e tratarei dessa questão em mais detalhes no seguimento do presente trabalho. A insuficiência da argumentação de Γ 3 é o que motivará Aristóteles a continuar a prova em Γ 4.

Quanto ou o que é possível provar através dessas poucas linhas tem sido alvo de alguma consideração e embate entre os intérpretes e comentadores. Não é necessário tratar de alguma opinião em específico para deduzir que é preciso uma boa dose de especulação, da parte do proponente, para explicar como ele imagina que o argumento justifica o qualitativo aventado.¹⁴⁴ Independentemente disso, é fácil perceber que o argumento, seja lá o que ele queira provar ou dizer, depende de algo que foi estabelecido antes dele. Se se trata de um argumento que depende de outro, e não o caso de dois argumentos independentes entre si, então é de se supor que os qualitativos que eles visam sejam, eles também, dependentes entre si. Essa é, por certo, uma possibilidade de leitura, mas ainda é possível avançar um pouco mais. Talvez não se trate de um argumento dependente do outro, mas, simplesmente de uma explicação adicional, uma espécie de fechamento da argumentação. Talvez não seja o caso de haverem dois argumentos, mas apenas um, o primeiro deles, i.e., o argumento da indubitabilidade do PNC. Nesse caso, talvez não se trate também de dois qualitativos, mas apenas de um.¹⁴⁵

O que foi exposto nos leva novamente à consideração daquela passagem em que o Estagirita enumera os qualitativos do mais firme de todos os princípios e à formulação de uma terceira possibilidade de leitura (**PL3**). Nela temos,

O princípio **(i)** mais firme de todos é aquele sobre o qual **(ii)** o erro é impossível: pois, um princípio de tal tipo, necessariamente é **(iii)** o mais conhecido [...] **isto é** (καὶ) **(v)** não hipotético.

¹⁴⁴ Tomás de Aquino, por exemplo, acredita que por meio dessa pequena passagem Aristóteles estaria argumentando em favor de dois qualitativos, **(v)** e **(vi)**, os quais ele entende em termos de “auto evidência” e “ser naturalmente adquirido”. “The other two conditions are therefore evident, because, insofar as those making demonstrations reduce all their arguments to this principle as the ultimate one by referring them to it, evidently this principle is not based on an assumption. Indeed, insofar as it is by nature a starting point, it clearly comes unsought to the one having it and is not acquired by his own efforts”, cf., 604, in AQUINAS, 1961, p. 243.

¹⁴⁵ Tal é o parecer de Wedin, conforme nota 140 do presente trabalho. No que se refere ao segundo argumento ele defende que a passagem é, na verdade, uma espécie de corolário que complementa o primeiro argumento. No que se refere ao qualitativo alvo da argumentação, Wedin defende que somente **(ii)** é visado por Aristóteles, **(iii)** e **(v)** seriam uma espécie de qualitativos inerentes ao qualitativo **(ii)**.

“If (a) error is impossible regarding a principle, P, then (b) P is firmest. So P merits status as firmest if there can be no principle more intelligible than it and it is more intelligible than all other principles, (c), and if it is not provable, i.e., if there is no principle from which it may be proved, (d). Both (c) and (d), the proximate sufficient conditions for firmness, are inherited by any principle that is immune to error. For this reason, Aristotle is free to restrict himself to immunity to error as the qualifying condition for a firmest principle. He does just this in the Indubitability Proof [...]”, in WEDIN, 2004a, p. 233-234.

Observe-se o uso explicativo, ou epegegético, da conjunção grega “καί”, que nas leituras anteriores tinha um uso aditivo. Nessa linha de leitura não temos mais dois qualitativos que compõem o qualitativo (ii), mas apenas um. Nessa terceira possibilidade de leitura temos,

(PL3) i = ii = iii = v

Do mesmo modo que (PL1) essa nova possibilidade de leitura parece se adequar do ponto de vista da gramática do texto, e tal como parecia ocorrer com (PL2), ela parece, de fato, estar de acordo com a estrutura argumentativa de Γ 3. (PL3) parece ser capaz de comportar as vantagens das possibilidades anteriores sem, contudo, partilhar dos mesmos problemas, o que certamente consiste numa vantagem bastante promissora. Não obstante, vale indagar se a redução preconizada pode realmente ser feita. Não seria o caso, outra vez, de se estar resolvendo um problema e criando outros, mais difíceis e graves?¹⁴⁶ Ao que parece, a equivalência, ou redução entre (iii) e (v) não é de todo implausível, especialmente se se tem em mente a explicação de (v) por meio de (vi) e (vii). Dizer que um princípio que é (vi) necessário

¹⁴⁶ Em sua leitura para essa passagem Wedin não menciona um possível uso explicativo para a conjunção grega “καί”. Ele procura desenvolver uma leitura “deflacionária” para a passagem, baseando-se num entendimento bastante heterodoxo para a relação de dependência entre os qualitativos. Para ele (ii) é o único qualitativo que deve ser provado, sendo que (i), (iii) e (v) lhe são inerentes, e, por isso, assegurados a respeito do princípio (ii) sobre o qual é impossível o erro. O modo como Wedin faz essa redução, bem como seu entendimento sobre os qualitativos (iii) e (v) está longe de ser isento de problemas. Em primeiro lugar, ele assume a existência de uma estrutura argumentativa para a passagem em que Aristóteles está, aparentemente, apenas enumerando os qualitativos. Isso permite que Wedin trate da relação entre os qualitativos em termos de implicabilidade (se P, então Q). No seu entender, (ii) implica (iii) e (v). Contudo, isso não parece ser verdadeiro, porquanto Aristóteles faz uso do termo grego γάρ (que nesse contexto atua como uma conjunção que significa, ‘pois’, ‘dado que’), quando estabelecendo a relação entre os qualitativos. Isso sinaliza que a razão pela qual o princípio é (ii) deriva dele ser (iii) e (v), não o contrário. O texto (e a maioria dos comentadores) parece sugerir: o princípio é (ii), porque é (iii) e (v), enquanto Wedin (e Kirwan) sugerem que: se o princípio (ii), então ele é também (iii) e (v). Wedin justifica tal inversão baseado no comentário de Kirwan para a passagem; contudo, as razões apresentadas por este último estão longe de serem decisivas. Além disso, o fato de ambos concordarem que a “argumentação” desenvolvida por Aristóteles precisa de premissas adicionais, notadamente aquelas que permitiriam tomar os itens (i) e (ii) como uma bi-implicação, sinaliza, a meu ver, que a leitura por eles adotada é a menos natural e provável.

Sobre (iii) Wedin consegue por meio de um malabarismo deslocar o operador modal de **necessidade** para junto do qualitativo “**maximamente conhecido**” (γνωριμωτάτην τε γὰρ ἀναγκαῖον εἶναι τὴν τοιαύτην). Em sua leitura a necessidade recai sobre o conhecimento do princípio, i.e., o princípio é necessariamente conhecido, não sobre ele possuir a característica da cognoscibilidade máxima como condição para usar a identificação de (i) mais firme de todos os princípios. Além disso, ele entende o termo γνωριμωτάτην no sentido de “maior inteligibilidade que outros princípios” sem, contudo, justificar essa opção de leitura. Sobre (v) ele desenvolve uma complexa explicação, para ao fim, cercado de dificuldades quanto ao real significado desse qualitativo, conclui que Aristóteles deveria estar tentando dizer que o princípio é simplesmente “indemonstrável”, cf., p. 226-233 in WEDIN, 2004a. Tratarei em mais detalhes da leitura de Wedin no seguimento do presente trabalho.

conhecer para se conhecer qualquer coisa - do qual, por isso, **(vii)** já se está de posse desde sempre (ἤκειν ἔχοντα ἀναγκαῖον) – é **(iii)** conhecido necessariamente, e por isso, é **(ii)** impossível errar a seu respeito (pois **(iv)** erramos, somente sobre aquilo que não conhecemos), parece ser, de fato, algo complementar. A leitura do texto se mostra, assim, ser bastante fluída nesse caso. Não obstante a plausibilidade da redução necessária e, por conseguinte, a correção do descompasso entre a enumeração dos qualitativos e a argumentação oferecida, não por isso nos encontramos em situação melhor no que diz respeito ao sucesso do pleito aristotélico. O argumento oferecido, nesse caso, agora precisa responder a um qualitativo um tanto complexo, pois envolve as características de **(iii)** e **(v)**.

Antes de me aventurar na escolha de uma das possibilidades de leitura aventadas, ou propor alguma correção, ou mesmo outra alternativa, parece ser de bom tom nos demorarmos um pouco na análise dos qualitativos enquanto tais. Somente depois de se determinar os seus significados com um pouco mais de exatidão será possível se pronunciar a esse respeito sem maiores temeridades. Para responder os questionamentos levantados procurarei, na próxima seção do presente trabalho, apresentar alguns ponderamentos sobre os qualitativos **(ii)**, **(iii)** e **(v)**.

2.3.2 Sobre o significado dos qualitativos enunciados: duas possibilidades de leitura

Nessa seção do presente trabalho tentarei determinar o significado dos qualitativos necessários para a identificação do mais firme de todos os princípios, como apresentados por Aristóteles na passagem 1005b 11-18. Os itens a serem tratados são: **(ii)** ser impossível de erro (*διαψευσθῆναι ἀδύνατον*); **(iii)** ser o mais conhecido (*γνωριμωτάτην*) e **(v)** ser não-hipotético (*ἀνυπόθετον*). O modo como tratarei da questão se dividirá em duas etapas. Na primeira, apresentarei uma visão geral acerca do entendimento corrente sobre os itens mencionados. Adianto que não farei uma análise exaustiva de cada uma das possibilidades interpretativas, mas antes tentarei apresentar um panorama do modo como, em suas linhas gerais, compreende-se a passagem como um todo. Nessa exposição sinalizarei os problemas e dificuldades que algumas interpretações em específico enfrentam ou acarretam.¹⁴⁷ Na segunda etapa, apresentarei o modo como entendo a passagem e as razões que justificam minha leitura.

Leitura tradicional para os significados dos qualitativos

¹⁴⁷ Uma possibilidade para o tratamento desses itens seria percorrer uma a uma as leituras existentes e estabelecer suas diferenças e semelhanças. Feito isso, então determinar o significado dos qualitativos aqui em questão. Embora tal procedimento seja, de certo modo, o mais recomendável, não adotarei tal linha de trabalho por duas razões principais. Em primeiro lugar, porque as interpretações oferecidas em sua maioria não são suficientemente fundamentadas, na letra do texto, por seus respectivos proponentes. *Via de regra*, são apenas comentários *en passant*, ou paráfrases do texto em outros termos, os quais denotam claramente uma posição interpretativa não justificada. Além disso, em muitos casos as distinções entre os qualitativos não são precisas, de modo se entrecruzarem em algumas interpretações. Embora tais opiniões sejam oriundas de algumas das mentes mais privilegiadas da longa e honorável tradição de intérpretes aristotélicos, não é por isso que elas dispensam qualquer argumentação em sua defesa. A listagem das opiniões só se fará necessária, no contexto do presente trabalho, na medida em que proporcionar algum esclarecimento adicional sobre o conteúdo das passagens tratadas. Do contrário, penso ser mais produtivo a análise direta da letra do texto, tal como ele se nos apresenta. Em segundo lugar, nos casos em que as interpretações são melhor trabalhadas (sobre o item (v)), as leituras apresentadas acabam por imbricar em discussões paralelas e tendem a desviar o foco daquilo que realmente parece estar em jogo no texto, além de demandarem a aceitação de teses pouco ortodoxas em pontos nevrálgicos das doutrinas epistemológicas tanto de Aristóteles como de Platão. De um modo geral, as interpretações consultadas parecem acometidas de um mesmo mal, qual seja, experimentar certa dificuldade para compatibilizar seus resultados com as explicações fornecidas pelo próprio Aristóteles em Γ 3. Apresentarei mais detalhes sobre esses autores no seguimento do presente trabalho.

Embora o entendimento sobre a passagem aqui tratada não seja alvo de intenso interesse ou debates entre os comentadores e intérpretes da *Metafísica* de Aristóteles, existe uma grande variedade de opiniões sobre o significado de cada um dos qualitativos listados. Tal variedade é especialmente pronunciada no que diz respeito ao item **(v)**, uma vez que as diferenças de compreensão são extremas, indo desde a suposição de que se trata apenas da negação do sentido ordinário conferido ao termo, até a extrapolação do seu significado técnico na doutrina aristotélica da ciência (no sentido de uma nova conceituação para o termo). No caso do qualitativo **(iii)**, as diferenças são menos diversificadas e extremas, mas mesmo assim existe margem para alguma controvérsia.¹⁴⁸

Para o qualitativo **(iii)** ser mais conhecido (*γνωριμωτάτην*), duas possibilidades de leitura se destacam

- 1) **(iii)** ser “mais conhecido” significa ser “mais familiar”: Alexandre de Afrodisias entende mais familiar em termos de “conhecido por si mesmo” e “evidente por si”. Para ele a verdade do princípio, ou o princípio mesmo (Alexandre não é claro a respeito disso) é auto evidente e parece se manifestar por si mesma. Tal é o parecer também de Tomás de Aquino.¹⁴⁹ Essa interpretação, embora seja própria da ideia de “axioma” como algo auto evidente, não parece ter credenciais aristotélicas.
- 2) **(iii)** ser “mais conhecido” significa “anterior na ordem do conhecimento”: Dentre os intérpretes, Michael Wedin é o que mais se detém sobre essa questão, (ainda que não tenha lhe dedicado muito esforço). Ele entende *γνωριμωτάτην* em termos de prioridade, ou anterioridade epistemológica. Wedin chama atenção para o fato de “anterior” ser um termo relativo, isto é, algo é dito “anterior” em relação a algo

¹⁴⁸ Comentadores são de pouca valia a respeito do esclarecimento sobre essa característica. O tratamento desse qualitativo é bastante superficial, o que, por si só, é fonte de dificuldades interpretativas. Tomás de Aquino apresenta uma paráfrase de **(iii)** e **(iv)**, Kirwan mal faz menção ao termo, restringindo-se a afirmar que o sentido básico de *γνωρίζειν* é “fazer inteligível”, e que ele traduz por “ter entendimento”; Ross sequer menciona o termo; Em Reale ele traduz o termo por “mais conhecido”, o mesmo aparece como “imediatamente conhecido” na lista dos qualitativos que identificam o princípio buscado.

¹⁴⁹ No caso de Tomás de Aquino a auto evidência está associada ao seu caráter não-hipotético, contudo o item **(iii)** possui significado afirmativo na explicação do item **(ii)** cf., 598 in AQUINAS, 1961.

“posterior”, nesse sentido, o princípio “mais anterior” deve ser aquele absolutamente primeiro na ordem do conhecimento¹⁵⁰.

As demais leituras analisadas oscilam, de um modo geral, entre essas duas possibilidades interpretativas. D. T. J. Bailey, por exemplo, entende o termo como significando “absolutamente imediato para nós” (utterly immediate to us) e auto-explicativo,¹⁵¹ e Russel Dancy se pronuncia acerca dessa questão em termos de prioridade cognitiva do princípio buscado.¹⁵² Thomas Upton, por sua vez, desenvolve a questão sobre a cognoscibilidade do princípio em termos de graus de certeza (certitude).¹⁵³

É notável que nenhum dos autores consultados faça referência direta ao sentido do termo nos *Segundos Analíticos* (71b 33 - 72a5), onde Aristóteles faz a famosa distinção entre o “anterior e mais conhecido por natureza” e o “anterior e mais conhecido para nós”.

Primeiro e mais conhecido são <ditos> de dois modos: de fato, não é o mesmo primeiro por natureza e primeiro para nós, nem mais conhecido <por natureza> e mais conhecido para nós. Digo, por um lado, primeiro e anterior para nós as <coisas> mais próximas das sensações, por outro lado, no sentido estrito, as mais afastadas. São mais afastadas as <coisas> mais universais, mais próximas as <coisas> particulares, elas são contrárias entre si.¹⁵⁴ (71b 33 – 72a 5)

¹⁵⁰ A interpretação que Wedin confere ao termo implicará em uma confusão entre (iii) γνωριμωτάτην e (v) ἀνυπόθετον. A fonte dos problemas interpretativos que Wedin causa pode ser localizada em sua leitura para os itens (iv) e (vi), nas explicações de (iii) e (v) respectivamente. Ao fim de sua complexa reconstrução das premissas e da argumentação que Aristóteles supostamente estaria oferecendo em suporte aos qualitativos (iii) e (v) ele alega que a “inquietante semelhança” (uncanny resemblance) entre as premissas que suportam ambos os argumentos lhes prejudica (undercuts) a independência. O autor faz uso deliberado dessa confusão (causada por ele mesmo) no estabelecimento de ἀνυπόθετον como querendo dizer simplesmente, “indemonstrável”, cf., p. 233, in WEDIN, 2004a.

¹⁵¹ BAILEY, D. T. J. Plato and Aristotle on the Unhypothetical. *Oxford Studies in Ancient Philosophy*, 30, (Summer) 2006, p. 101-126, p. 103.

¹⁵² DANCY, 1975, p. 2-3.

¹⁵³ UPTON, Thomas. Aristotle on Hypothesis and the Unhypothesized First Principle. *The Review of Metaphysics*, Vol. 39, No. 2 (Dec., 1985), p. 283-301. Upton, tal como Bailey (contudo, de maneira mais sutil) parece inverter a ordem das características enumeradas por Aristóteles na qualificação do princípio mais firme de todos. Ele toma como ponto central de sua análise o contraste entre “não-hipotético e “hipótese”, sendo as demais características tratadas a partir desse contexto, como derivadas.

¹⁵⁴ πρότερα δ' ἐστὶ καὶ γνωριμώτερα διχῶς· οὐ γὰρ ταῦτόν πρότερον τῆ φύσει καὶ πρὸς ἡμᾶς πρότερον, οὐδὲ γνωριμώτερον καὶ ἡμῖν γνωριμώτερον. λέγω δὲ πρὸς ἡμᾶς μὲν πρότερα καὶ γνωριμώτερα τὰ

Também é de se estranhar a ausência de menções ao final do segundo capítulo dos *Segundos Analíticos I* (72a 25 e ss.), onde Aristóteles estabelece a relação entre “mais conhecido” (γνωριμώτερον) e “mais confiável” (πιστότερον). De certa maneira, parece que os autores tratam do termo “mais conhecido” (γνωριμωτάτην), como se o seu significado fosse evidente, ou a mera pronúncia do termo fosse auto-explicativa, tal parecer, como veremos mais adiante, está longe de ser verdadeiro.

Sobre o qualitativo (v), ser não-hipotético (ἀνυπόθετον), seu tratamento, a exemplo de (iii), ser “mais conhecido” (γνωριμωτάτην), não recebe grande atenção entre os comentadores. Contudo, tal panorama se altera completamente quando analisada a literatura secundária.¹⁵⁵

Em geral, as leituras analisadas tomam como pontos de partida a origem platônica do termo e o contraste que Aristóteles faz na própria passagem entre os termos “não-hipotético” (ἀνυπόθετον) e “não <é> hipótese” (οὐχ ὑπόθεσις) (1005b 14-16). É digno de nota que Aristóteles faça uso do termo ἀνυπόθετον apenas uma única vez em todo o *corpus aristotelicum* e que ele aparece apenas duas vezes antes dessa ocorrência em *Metafísica Γ 3*: as duas no *corpus platonicum*, na *República*, em 510b 7 e 511b 6.¹⁵⁶ Quanto ao contraste entre os termos, a primeira vista, o sentido de “não-hipotético” pode ser estabelecido por meio da negação de “hipótese”. Contudo, a questão se agrava um pouco quando se tem em mente que o termo ὑπόθεσις possui três diferentes significados em Aristóteles e possui pelo menos outros dois em Platão. Em face da origem platônica do termo ἀνυπόθετον e da multiplicidade de sentidos ὑπόθεσις os intérpretes se dividem em dois grandes grupos: aqueles que buscam algum esclarecimento para essa questão em Platão e aqueles que o buscam em Aristóteles, mais especificamente nos *Segundos Analíticos*.

ἐγγύτερον τῆς αἰσθήσεως, ἀπλῶς δὲ πρότερα καὶ γνωριμώτερα τὰ πορρώτερον. ἔστι δὲ πορρωτάτω μὲν τὰ καθόλου μάλιστα, ἐγγυτάτω δὲ τὰ καθ' ἕκαστα· καὶ ἀντίκειται ταῦτ' ἀλλήλοις. (71b 33 – 72a 5)

¹⁵⁵ O termo é objeto de detalhada análise em pelo menos três autores: Thomas Upton (1985), Dirk Baltzly (1996) e Dominic Bailey (2005).

¹⁵⁶ Na primeira ocorrência do termo em *República*, 510b 7 – 511b 6, Platão apresenta um contraste entre o método de investigação usado pelos matemáticos e pelos dialéticos. Segundo ele, o dialético, ao contrário do matemático faz uso de hipótese não como princípios, mas como verdadeiras hipóteses até chegar a um princípio que não pode ser mais “hipotetizado” (ἀνυπόθετον). *Grosso modo*, no caso dos matemáticos eles assumem certa hipótese como um ponto de partida auto evidente e que não requer alguma justificação. Já os dialéticos assim como algo provisório, como degraus que permitem ascender a um princípio último, além do qual não é possível prosseguir.

No primeiro grupo se pode encontrar desde o entendimento ordinário de hipótese como “algo meramente aceito como um ponto de partida”,¹⁵⁷ até interpretações verdadeiramente sofisticadas, como a de Dirk Baltzly, que encontra em Γ 3-4 a aplicação do método dialético apresentado por Platão na *República* (510b3-d2 e 533b8-c8). Segundo esse autor, Aristóteles estaria nos oferecendo uma amostra da capacidade do método dialético na justificação de princípios absolutamente primeiros, i.e., princípios não-hipotéticos, por meio de uma argumentação capaz de mostrar que a negação deles implicaria na impossibilidade do pensamento e discurso racional.¹⁵⁸ A percepção das similaridades entre o tratamento aristotélico e o platônico para a questão sobre o princípio mais firme de todos, e a tentativa de aproximá-las, levou a algumas distorções do texto aristotélico. Dominic Bailey, por exemplo, apresenta uma enumeração dos qualitativos em que **(v)**, ser não-hipotético, assume posição central.¹⁵⁹

No segundo grupo, encontramos desde o entendimento bastante amplo de *ὑπόθεσις* como algo “meramente assumido como verdadeiro”, ou “algo assumido por

¹⁵⁷ Essa é a interpretação que David Ross faz para o termo. Ele afirma que o termo *ἀνυπόθετον* é utilizado no sentido platônico, mas infelizmente não explica o que exatamente isso significa. Quanto ao sentido do termo *ὑπόθεσις* diz que parece implicar um uso mais geral de “premissa que não é conhecida, mas meramente assumida como verdadeira”, o qual deve ser distinguido do sentido aristotélico técnico para o termo: enunciado da existência de algum dos objetos primários de uma ciência particular (cf., *Seg. Anal.*, I, 72a 20), cf., 1997, p. 263.

¹⁵⁸ BALTZLY, Dirk. Aristotle and Platonic Dialectic in *Metaphysics* Γ 4. *A Journal for Ancient Philosophy and Science*, Vol. 32, No. 3 (September 1999), p. 171-202; idem, To an Unhypothetical First Principle in Plato's *Republic*. *History of Philosophy Quarterly*, Vol. 13, No. 2 (Apr., 1996), p. 149-165. Baltzly apresenta uma leitura realmente interessante e provocativa sobre a questão da justificação dos primeiros princípios em Platão e Aristóteles. Ele defende que a demonstração elêntica desenvolvida em *Metafísica* Γ 3-4 mostra que Aristóteles faz uso do método dialético platônico para a justificação de princípios primeiros. Segundo o autor, o método platônico tem dois estágios, um negativo, que mostra que a negação de um dado princípio é auto refutatória; e um estágio positivo, que mostra as consequências de se negar o princípio em questão: se o princípio fosse falso, nada poderia ser dito ou pensado (cf., p. 172-174, BALTZLY, 1999). O autor encontra a aplicação desse segundo estágio do método dialético nos diálogos *Parmênides*, *Sofista* e *Teeteto*. Ainda conforme o seu parecer, o texto de Γ3-8 se encontra crivado de elementos que mostram as credências platônicas como pano de fundo das motivações e estratégias argumentativas adotadas por Aristóteles, a começar pelo uso do termo *ἀνυπόθετον*. Além disso, também chama atenção a presença comum dos termos *βεβαισιότης* (*Metafísica*, 1005a 23; *República*, 533d 1) o contraste entre a ciência dos matemáticos e a do filósofo; e a reivindicação da parte do filósofo sobre a investigação do princípio mais firme de todos (*Metafísica* 1005b 8-10 e *República* 533c). Tais similaridades levaram Baltzly a afirmar que “há uma raposa a ser caçada aqui”. Para uma crítica bem contundente sobre a leitura de Baltzly, cf., BAILEY, 2005, P. 111-119.

¹⁵⁹ O autor coloca o qualitativo **(v)** na função de **(ii)**, de maneira que em sua enumeração se tem, **v** = **ii** + **iii** + **vi**. Para ele **(v)** é o resultado da soma de todos os demais qualitativos, cf., BAILEY, 2005, p. 102-103. Tendo em vista o que já foi apresentado, não é difícil perceber a inexistência de base textual para tal leitura.

meio de algum acordo”,¹⁶⁰ até a postulação de um sentido novo, de maneira que o sentido de ἀνυπόθετον não é mais estabelecido pela simples oposição com o conceito de ὑπόθεσις, mas em razão do grau de certeza associado ao princípio em questão.¹⁶¹

De um modo geral, as tentativas de se estabelecer o sentido de ἀνυπόθετον por meio da contraposição com o sentido de ὑπόθεσις não parecem ter produzido maiores ganhos exegéticos. Por um lado, nos casos em que se tomou o termo em seu sentido mais ordinário, o significado de “não-hipotético” orbitou em torno das noções de “auto evidência” e “não demonstrável”; por outro lado, nos casos em que houve algum avanço de interesse, as teses produzidas não se encontram isentas de dificuldades. No caso de Upton, por exemplo, o autor foi forçado a ampliar de tal modo o conceito de “hipótese” que acabou borrando sua distinção com o conceito de “tese”, para então postular como “nova” uma distinção que já se encontrava plenamente postulada alhures.¹⁶² No caso de Baltzly, a ideia que Aristóteles pretende estabelecer o mais firme de todos os princípios por meio de uma argumentação que mostra que a negação dele implicaria na impossibilidade do pensamento e discurso racional, já se encontra em Aristóteles plenamente formulada, não precisando de uma incursão no universo filosófico de Platão para ser constatada.

¹⁶⁰ Conforme Alexandre, “For if an hypothesis is that which is demonstrable but which is assumed apart from demonstration, it could not be the sort of thing which one who understands any kind of being whatever must possess”, in ALEXANDER OF APHRODISIAS, 1993, 269, 7-10. Tomás de Aquino, “[...] as those things which are maintained through some kind of common agreement”, in AQUINAS, 1961, 327. Kirwan e Wedin partilham de compreensão semelhante sobre o sentido de ‘hipóteses’. De um modo geral, tal compreensão remete a *Segundos Analíticos I, 10, 76b 27 e ss*, passagem em que Aristóteles define hipótese como algo passível de prova, mas aceito sem prova.

¹⁶¹ Tal é a interpretação de Thomas Upton. Ele contrasta o tipo de certeza associada ao PNC com o tipo de certeza associada ao que chama “princípios hipotéticos das ciências particulares”. No seu entender, a certeza do PNC é lógica, empírica e ontologicamente anterior a todos os demais princípios. Nas palavras de Upton. “If I am correct that at IV, 3 Aristotle is contrasting his sense of technical hypothesis, which is the most certain principle known about a particular genus, with the PNC, which is the most certain of all principles [...] then there seems to be a difference between the kind of certitude attendant to technical hypotheses and that attendant to the PNC.”, in UPTON, 1985, p. 290.

¹⁶² O autor apresenta um sentido mais amplo para o termo ὑπόθεσις, que inclui tanto proposições de valor existencial, como também definicional. Tal parecer coincide com a classificação apresentada nos *Segundos Analíticos I, 2*, em que Aristóteles apresenta as divisões de tese (θέσις) entre hipótese (ὑπόθεσις) e definição (ὀρισμός). Na mesma passagem Aristóteles contrasta tese (θέσις) com axioma (ἀξιωμα) (72a 14-24). Ao que parece, Upton toma hipótese como sendo sinônimo de tese. “Absolute (ἀπλῶς), technical hypothesis is the most certain truth known about a subject-genus and hypothesizes the existence of a scientific genus and the explanatory definition of that genus”, UPTON, 1985, p. 287-288. Tal entendimento acaba por resultar, ainda que Upton não admita diretamente, na classificação esdrúxula de (v) como uma hipótese “não hipotética” (um tipo bem especial de hipótese, por certo). Ademais, no meu entender, o contraponto que ele busca por essa estranha manobra já se encontra presente na contraposição entre tese e axioma feita por Aristóteles em 72a 14-24.

As razões que levaram Aristóteles a fazer uso do termo ἀνυπόθετον, e o exato significado que ele tem em mente para o termo ὑπόθεσις, certamente são questões que guardam grande interesse. É muito provável sim, que as similaridades mencionadas sejam um forte indício de que exista ali uma “raposa para ser caçada”, como bem notou Baltzly.¹⁶³ Contudo, a tentativa de esclarecer o significado do qualitativo (v) por meio de incursões em Platão, ou por via da contraposição entre os diferentes sentidos do termo ὑπόθεσις não parece ter lançado maiores luzes sobre o problema. De certo modo, pode-se levantar a objeção mencionada pelo próprio Baltzly nos momentos iniciais de seu trabalho, a saber, tentar entender Aristóteles pelas vias mencionadas talvez seja iluminar o obscuro por meio de algo ainda mais obscuro.¹⁶⁴

Acredito que o sentido dos qualitativos pode ser perfeitamente extraído do próprio texto, ou melhor, não é necessário se afastar demasiado dele, nem consultar alguém outro que o próprio autor. Note-se que o princípio buscado é um axioma, e Aristóteles descreve com toda clareza necessária quais os qualitativos que são próprios aos axiomas em geral nos *Segundo Analíticos I 2*. Ao fazermos isso, i.e., consultar os *Segundos Analíticos*, estaremos seguindo uma recomendação expressa do próprio Estagirita, feita, por sinal, algumas linhas antes da passagem que estamos tratando. Não será surpresa alguma, como veremos mais adiante, que a descrição feita naquele tratado, adéqua-se à descrição feita em Γ 3. Antes, no entanto, de tratar do modo como entendo os qualitativos, é necessário encerrar a exposição sobre o entendimento corrente acerca dos qualitativos. Tratarei agora do item (ii), ser impossível de erro.

Sobre (ii) a impossibilidade de erro (indubitabilidade) acerca do princípio mais firme de todos, os autores, *via de regra*, parecem entender algo como a impossibilidade de pensar, ou acreditar na sua falsidade. O princípio é imune ao erro, i.e., é impossível estar errado sobre o fato dele ser verdadeiro. Sua verdade é de tal modo manifesta, de tal modo auto evidente, que ninguém, absolutamente ninguém, é capaz de acreditar, verdadeiramente, que o princípio é falso.¹⁶⁵

¹⁶³ “Before I begin, however, it may be appropriate to note a few striking facts which strongly indicate that there is a fox to hunt here”, BALTZLY, 1999, p. 172.

¹⁶⁴ “One might well object that if our aim is to better understand Aristotle's arguments, an attempt to see him as a practitioner of Platonic dialectic tries to illuminate the obscure by means of the more obscure”, *ibidem*, p. 171.

¹⁶⁵ Tomás de Aquino chega ao extremo de dizer que é impossível mentir sobre a verdade do princípio, e não apenas errar (Prima est, quod circa hoc non possit aliquis mentiri, sive errare), cf., 597, in AQUINAS, 1961.

Como vimos, a compreensão sobre o significado de **(ii)** ser impossível de erro (διαψευσθῆναι ἀδύνατον) não deriva necessariamente de uma consideração cuidadosa dos demais qualitativos a ela associados, na realidade, tal linha de interpretação parece antes emanar da simples consideração sobre o significado da expressão em si mesma. Não obstante, existem outras fontes no texto que concorrem para a justificação do entendimento apresentado. O primeiro lugar em que se pode buscar corroboração para essa linha interpretativa está no próprio argumento oferecido na justificação do PNC como sendo o princípio buscado. Como mencionado, no primeiro argumento, Aristóteles faz referência a Heráclito e apresenta a celeberrima distinção entre dizer algo (τις λέγειν) e acreditar nisso que se diz (ταῦτα ὑπολαμβάνειν).

Pois <é> impossível para quem quer que seja **acreditar** ser e não ser, tal como, segundo alguns, disse Heráclito. Pois, não é necessário, o que se **diz**, isso também **acreditar**.¹⁶⁶ (1005b 23-26)

O verbo ὑπολαμβάνειν, embora admita outras traduções, é entendido pela maioria dos intérpretes em termos de “crença”. Já pela consideração da primeira linha da passagem supracitada se pode compreender o porquê da interpretação do qualitativo **(ii)** como significando a impossibilidade de acreditar na falsidade do PNC. Aristóteles está dizendo, com toda clareza, que é impossível acreditar que algo é e não é - i.e., acreditar em contradições - e que isso é verdadeiro independentemente de existirem pessoas que afirmam o contrário. Alguém dizer que acredita em contradições, seja ele sincero ou não em sua afirmação, não constitui um contraexemplo, no entender do Estagirita, à impossibilidade de se acreditar na falsidade do princípio mais firme de todos. Além disso, na conclusão do argumento, Aristóteles afirma que quem possuísse simultaneamente opiniões contrárias erraria sobre o princípio, o que é impossível, pois o princípio é verdadeiro. *Grosso modo*, Aristóteles parece sustentar a impossibilidade de acreditar verdadeiramente em

¹⁶⁶ ἀδύνατον γὰρ ὄντινοῦν ταῦτόν ὑπολαμβάνειν εἶναι καὶ μὴ εἶναι, καθάπερ τινὲς οἴονται λέγειν Ἡράκλειτον. οὐκ ἔστι γὰρ ἀναγκαῖον, ἃ τις λέγει, ταῦτα καὶ ὑπολαμβάνειν (1005b 23-26) Os grifos são meus.

contradições com base na verdade do próprio princípio, do que se conclui que a verdade do princípio garante a impossibilidade de se acreditar na sua falsidade.¹⁶⁷

Muito embora essa linha de leitura seja corrente entre os intérpretes, ela não se encontra isenta de dificuldades. Em primeiro lugar, é notório que a argumentação não parece ser suficiente para cumprir com o propósito original. De um modo geral, os intérpretes reconhecem a dificuldade para se determinar como a impossibilidade de acreditar em contradições possa gerar a impossibilidade de acreditar na falsidade do princípio.¹⁶⁸ É difícil evitar a sensação de que Aristóteles comete aqui, em razão dessa deficiência, uma grosseira falácia de *ignoratio elenchi*. Além disso, como já mencionado, o verbo ὑπολαμβάνειν admite outras traduções, como, por exemplo, “conceber”, de maneira que interpretar (ii) em termos de crença, na medida em que isso não parece encontrar suporte nos demais qualitativos, parece soar um tanto anacrônico.

O segundo lugar em que geralmente se busca alguma corroboração para a leitura mais corrente sobre o qualitativo (ii) pode ser encontrado em uma passagem dos *Segundos Analíticos* I, 10.

Não é hipótese, nem postulado, o que <é> necessário ser por si mesmo e também <que é> necessário assim reputar/pensar/opinar. Pois, a demonstração não <é dirigida> ao discurso externo, mas ao <discurso> na alma, tampouco o silogismo <o é>. Pois, sempre é <possível> resistir

¹⁶⁷ Sobre o uso do PNC na prova e a acusação de *petitio principii*, existe alguma controvérsia entre os intérpretes. Autores como Lear, Code e Wedin entendem que não, pois não se trataria de uma prova do PNC enquanto tal. Autores como Lukasiewicz e Dancy (parcialmente) acreditam que sim, porquanto a crença na verdade do PNC está suposta na prova da impossibilidade de não se acreditar em sua verdade, o que tornaria o argumento circular. É, de fato, difícil de se chegar a uma conclusão definitiva, pois a acusação de *petitio principii* depende da linha de interpretação adotada.

¹⁶⁸ Autores como Alan Code e Michael Wedin tratam dessa questão em detalhes. Code procura mostrar que a dificuldade não pode ser resolvida, o que demandará a complementação do argumento em Γ 4, por meio da demonstração elênica do PNC. Para ele as argumentações de Γ 3-4 partilham do mesmo objetivo, i.e., mostrar que o PNC é o mais firme de todos os princípios (CODE, 1986; 1987). Já Wedin reconhece a insuficiência da argumentação de Γ 3 nas leituras tradicionais, e propõe uma leitura alternativa na qual o argumento é capaz de gerar o resultado esperado (WEDIN, 2000; 2004a). Embora eu já tenha tratado das posições de ambos os autores ao longo do trabalho, eles serão alvo de interesse um pouco mais à frente, quando apresentar minha leitura para o argumento da indubitabilidade. No entanto, já adianto que partilho do parecer de Code sobre a insuficiência da argumentação.

contra o discurso externo, mas contra o na alma nem sempre.¹⁶⁹ (76b 23-27)

Essa passagem parece deixar pouca margem para dúvidas sobre a relação entre a (ii) impossibilidade de erro e a impossibilidade de acreditar na falsidade do princípio. Essa relação fica ainda mais patente se consideramos a presença do verbo *δοκεῖν* na primeira sentença e termos em mente que Aristóteles visa, nessa passagem, os axiomas comuns das ciências, em especial, o PNC (ao menos esse é o entendimento dos comentadores de um modo geral). Ao que parece, o Estagirita estaria afirmando que, no caso dos axiomas, não é possível opinar falsamente sobre eles, pois não é possível duvidar de sua verdade no foro íntimo, mas apenas da boca para fora. Tal seria o caso de Heráclito, a quem reputam ter negado o PNC, sua negação seria apenas ao nível do dizer, mas não ao nível do acreditar. O comentário de Tomás de Aquino sobre essa passagem é especialmente revelador sobre o modo como ela é comumente interpretada, ele diz que, *“nada é tão verdadeiro que não possa ser negado oralmente, nem mesmo o mais evidente de todos os princípios (pois até mesmo aquele que diz que uma mesma coisa não pode ao mesmo tempo ser e não ser já o foi). Por outro lado, algumas coisas são tão verdadeiras que os seus opostos não podem ser concebidos pelo intelecto.”*¹⁷⁰ O conteúdo dessa passagem é realmente formidável e parece complementar a linha de interpretação apresentada para o qualitativo (ii) para além de qualquer dúvida razoável. Estranhamente, malgrado as gritantes similaridades entre essa passagem e aquela de Γ 3, poucos

¹⁶⁹ Οὐκ ἔστι δ' ὑπόθεσις οὐδ' αἴτημα, ὃ ἀνάγκη εἶναι δι' αὐτὸ καὶ δοκεῖν ἀνάγκη. οὐ γὰρ πρὸς τὸν ἔξω λόγον ἢ ἀπόδειξις, ἀλλὰ πρὸς τὸν ἐν τῇ ψυχῇ, ἐπεὶ οὐδὲ συλλογισμός. αἰεὶ γὰρ ἔστιν ἐνοστῆναι πρὸς τὸν ἔξω λόγον, ἀλλὰ πρὸς τὸν ἔσω λόγον οὐκ αἰεὶ. (76b 23-27)

¹⁷⁰ “A postulate and a supposition can be confirmed by a reason from without, i.e., by some argumentation; but a common conception in the mind does not bear on a reason from without (because it cannot be proved by any argument), but bears on that reason which is in the soul, because it is made known at once by the natural light of reason. That it does not bear on any reason from without is shown by the fact that a syllogism is not formed to prove such common conceptions of the mind. Furthermore, that these are not made known by an outward reason but by the inward he proves by the fact that it is possible to contest an outward reason, either truly or apparently, but it is not always possible to do so with the inward reason. **This is so because nothing is so true that it cannot be denied orally. (For even this most evident principle that the same thing cannot be and not be has been orally denied by some). On the other hand, some things are so true that their opposites cannot be conceived by the intellect.** Therefore, they cannot be challenged in the inward reason but only by an outward reason which is by the voice. Such are the common conceptions in the mind.” Cf. AQUINAS, Thomas. *Commentary on the Posterior Analytics of Aristotle*. Translated by F. R. Larcher, O.P. Albany: Magi Books, 1970, p. 61-62. Os grifos são de minha autoria.

intérpretes recorreram a ela em suas explanações.¹⁷¹ Como no caso anterior, também para essa linha de leitura existem algumas objeções a serem feitas.

Em primeiro lugar, sobre a sentença inicial da passagem supramencionada, é preciso notar que a necessidade de opinar (δοκεῖν ἀνάγκη) que recai sobre aquilo que é necessário ser por si mesmo (ὁ ἀνάγκη εἶναι δι' αὐτὸ), não diz respeito ao conteúdo daquelas coisas (sejam elas axiomas, ou não), mas sim sobre a necessidade de se ser necessário por si mesmo. Com essa frase não parece se estar dizendo que necessariamente se deve pensar que aquilo que não é uma hipótese ou postulado (um axioma?) seja verdadeiro, a necessidade parece antes recair sobre o pensar, ou o julgar, ou o reputar que aquilo (que não é hipótese ou postulado) dever ser por si mesmo. “Ser necessário pensar que ele é assim”, não significa que necessariamente se deva pensar o axioma, i.e., que conhecemos necessariamente ele e que o conhecemos necessariamente como verdadeiro, tal como seria o caso do PNC nas leituras apresentadas. É muito interessante o que ocorre aqui no que tange à presença do operador modal de necessidade. Tal como nas leituras sobre o qualitativo (iii), <é> **necessário** ser o mais conhecido o <princípio> desse tipo (γνωριμωτάτην τε γὰρ ἀναγκαῖον εἶναι τὴν τοιαύτην), a necessidade de reputar o princípio como possuindo uma determinada característica, acabou por migrar e recair sobre a característica mesma: de necessário ser o mais conhecido, obtivemos, ser necessariamente conhecido (por todos).

Em segundo lugar, ainda que se trate de fato dos axiomas na passagem,¹⁷² a questão envolvendo o discurso interno e externo parece estar se referindo às demonstrações ou aos silogismos enquanto tais. A dificuldade de objetar internamente parece dizer respeito à conclusão de uma demonstração, não à suas premissas, ou pontos de partida. Note-se que a conclusão segue necessariamente das premissas, isto é, ainda que se possa negar a conclusão de uma demonstração oralmente, dificilmente se pode fazê-lo internamente. Considere-se uma demonstração como:

¹⁷¹ Thomas Upton chama atenção sobre essa questão. Ele menciona que a dimensão psicológica do PNC tem sido negligenciada pelos intérpretes contemporâneos que tratam de Γ 3. O autor defende que Aristóteles está mostrando, por meio daquele primeiro argumento, que reais contradições internas são estados de consciência impossíveis. “Real, internal contradictions are impossible conscious states”, UPTON, Thomas. *Psychological and Metaphysical Dimensions of Non-Contradiction in Aristotle*. *The Review of Metaphysics*, Vol. 36, No. 3 (Mar., 1983), p. 591-606.

¹⁷² Sobre outras possibilidades de leitura para essa passagem, ver BARNES, Jonathan. *Posterior Analytics*, 20ª ed. Oxford: Clarendon Press, 2002, p. 140 - 141. O autor defende que a frase se refere aos princípios em geral de uma ciência, não a uma classe de princípios específica, como os axiomas comuns.

todo homem é mortal; Sócrates é homem, logo Sócrates é mortal. Ainda que alguém recuse tal conclusão oralmente, internamente isso dificilmente poderia ser feito. A passagem não parece estar tratando de um tipo de certeza absoluta, pois o texto não diz que “nunca” se pode objetar, mas diz “nem sempre” (οὐκ ἀεί), ou seja, às vezes é possível fazê-lo. Não se trata, portanto, da impossibilidade de objetar contra um princípio ou axioma, mas antes, da maior dificuldade de assim proceder quando se trata do convencimento interno.¹⁷³ Esse não parece ser o grau de certeza que Aristóteles está buscando mostrar a respeito do princípio mais firme de todos.

Além dessas possíveis objeções, as quais não de modo algum incontornáveis, existe outro problema, de ordem mais geral. Observe-se que a leitura tradicional está centrada em uma relação entre o sujeito cognoscente e o objeto do conhecimento; no conhecimento que determinado sujeito deve ter acerca de um determinado objeto de conhecimento, i.e., entre a necessidade de se conhecer algo e esse algo que deve ser necessariamente conhecido. De certo modo, o reconhecimento do princípio buscado se dá de maneira condicionada, isto é, sua identificação está condicionada a determinado estado mental (a crença) daqueles que são passíveis de conhecê-lo. Tudo se passa como se fosse necessário, para a identificação do princípio buscado, mostrar que todos necessariamente acreditam na sua verdade (ou o reconhecem como verdadeiro; ou não podem acreditar que ele é falso; ou não podem mentir sobre ele; ou alguma outra variante dessa ideia). Essa linha de interpretação parece levar inevitavelmente a ideia de que o princípio buscado deve ser identificado com base no tipo de crença que indivíduos são capazes de manter ou não em relação a ele. Um tipo bastante peculiar de crença, a qual independe de qualquer convicção pessoal da parte do sujeito cognoscente. Ao que consta, “máxima firmeza”, tal como nota Wedin, parece consistir num estranho tipo de propriedade *doxástica*, que confere a um princípio a imunidade ao erro.¹⁷⁴

¹⁷³ É claro que o que vale para a conclusão deve também ser verdadeiro para as premissas, pois elas devem ser mais dignas de fé, mais confiáveis que aqui de que delas advém, de outro modo não se poderia estar seguro das conclusões dos silogismos, cf., *Segundos Analíticos* I, 2, 72a 25 - 32.

¹⁷⁴ “[...] because (maximal) firmness is a property inherited by a principle on the grounds that no one can err with respect to it, firmness is a kind of doxastic property accruing to a principle because of what believers are and are not capable of with respect to it. Still this is not a matter that is ‘up to the believer’, since Aristotle’s argument for (a) effectively denies believers any choice in the matter and, indeed, as we shall see, is itself based on a metaphysical principle. So the firmness of interest to the argument is an odd sort of doxastic property.”, cf., WEDIN, 2004a, p. 227.

Por certo, isso talvez seja assim mesmo, talvez seja o caso, tal como apontado por Tomás de Aquino, de que o princípio seja tão verdadeiro que o seu oposto, i.e., sua falsidade, sequer possa ser concebida pelo intelecto. Não obstante, se assim for, alguns questionamentos se fazem presentes. Primeiramente, na linha de leitura apresentada a verdade do princípio parece ser algo evidente por si mesmo, contudo, auto evidência não é uma característica propriamente aristotélica, ao menos, ela não se encontra listada dentre as características inerentes aos primeiros princípios das ciências apresentadas nos *Segundos Analíticos*.¹⁷⁵ Na realidade, salvo engano, a única passagem em todo o *corpus aristotelicum* em que se poderia encontrar tal associação é justamente aquela passagem de Γ 3 em disputa.¹⁷⁶ Ademais, se de fato o Estagirita entende que é impossível acreditar que o princípio buscado é falso, então vale perguntar: como parte significativa da tradição filosófica anterior a Aristóteles pôde estar enganada sobre um princípio sobre o qual é impossível estar enganado? Estariam eles simplesmente mentindo sobre suas crenças? Já no início de Γ 4 temos uma referência àqueles que não só negam o PNC, mas também afirmam que é possível pensar assim. Dentre esses se encontram alguns dos Físicos.

Existem alguns que, conforme dissemos, afirmam ser possível o mesmo ser e não ser, e também <que é possível> conceber dessa maneira. Fizeram uso desse argumento muitos dentre os Físicos.¹⁷⁷ (1005b 35-1006a 3)

Outro caso em que alguém acredita genuinamente na falsidade do princípio é mencionado em Γ 5, na famosa distinção entre aqueles que erram sobre o PNC por dificuldades de pensamento e aqueles que o negam apenas pelo “palavreado” (1009a 15-22). Algumas das mais eminentes figuras do pensamento grego, como Homero e até mesmo Parmênides, encontram-se na lista dos equivocados bem intencionados que negaram, de um modo ou de outro, a verdade do princípio impossível de erro.

¹⁷⁵ Barnes afirma que a auto evidência associada aos axiomas não pertence de modo algum à doutrina aristotélica da ciência, mas a uma tradição posterior (BARNES, 2002, p. 97). Thomas Upton partilha do mesmo parecer, UPTON, 1983, p. 597.

¹⁷⁶ Barnes discorda que aquela passagem em *Segundos Analíticos I*, 10, 76b 23-27 possa ser lida em termos de auto evidência, pois ela trata da impossibilidade de descrença (desbelief) nos princípios, o que por si só não implica que os mesmos são auto evidentes, cf., ibidem, p. 97, 139-140.

¹⁷⁷ Εἰσὶ δὲ τινες οἳ, καθάπερ εἶπομεν, αὐτοὶ τε ἐνδέχασθαι φασὶ τὸ αὐτὸ εἶναι καὶ μὴ εἶναι, καὶ ὑπολαμβάνειν οὕτως. χρῶνται δὲ τῷ λόγῳ τούτῳ πολλοὶ καὶ τῶν περὶ φύσεως. (1005b 35-1006a 3)

Como isso é possível? O que pensar dessa situação? Talvez a perplexidade sobre essa situação tenha sido o que moveu Aristóteles a escrever algumas das mais dramáticas linhas de toda filosofia antiga.

O que se segue disso é duríssimo. Pois, se os que mais observaram, na medida do possível, a verdade – estes são os que mais a procuraram e a amam - possuem opiniões desse tipo e afirmam tais coisas sobre a verdade, como não desanimar, com razão, aqueles que se iniciam no filosofar? De fato, a busca da verdade seria perseguir pássaros voando.¹⁷⁸ (1009b 33-1010a 1)

De um modo geral, a ideia de que o Estagirita está buscando identificar o mais firme de todos os princípios se baseando na imunidade dele contra a descrença humana a seu respeito parece um tanto deslocada, ou melhor, um tanto fora de sintonia com certas crenças epistemológicas características do pensamento aristotélico. Tal procedimento não parece condizer com uma característica fundamental da doutrina da ciência aristotélica em específico, e de sua doutrina epistemológica em geral, a saber, o primado do objeto conhecido frente ao conhecimento que se tem dele. Característica esta que consiste, segundo Oswaldo Porchat, no problema magno pelo qual um realismo epistemológico (como o de Aristóteles), entre outras coisas, se define.¹⁷⁹ Não somente a primazia, mas também a absoluta independência e anterioridade do objeto passível de conhecimento frente ao conhecimento que se tem dele são atestadas, com toda clareza necessária, no tratado *Categorias*, na seção em que o Estagirita está tratando justamente das coisas que são relativas umas as outras.

Não parece ser verdadeiro para todos os relativos serem ao mesmo tempo por natureza: dado que o conhecível parece ser anterior ao conhecimento <dele>; pois, dessa maneira, no mais das vezes, preexistindo as coisas adquirimos o conhecimento delas; sobre poucos

¹⁷⁸ ἢ καὶ χαλεπώτατον τὸ συμβαῖνόν ἐστιν· εἰ γὰρ οἱ μάλιστα τὸ ἐνδεχόμενον ἀληθὲς ἑωρακότες – οὗτοι δ' εἰσὶν οἱ μάλιστα ζητοῦντες αὐτὸ καὶ φιλοῦντες – οὗτοι τοιαύτας ἔχουσι τὰς δόξας καὶ ταῦτα ἀποφαίνονται περὶ τῆς ἀληθείας, πῶς οὐκ ἄξιον ἀθυμῆσαι τοὺς φιλοσοφεῖν ἐγχειροῦντας; τὸ γὰρ τὰ πετόμενα διώκειν τὸ ζητεῖν ἂν εἴη τὴν ἀλήθειαν. (1009b 33-1010a 1)

¹⁷⁹ Sobre o realismo epistemológico de Aristóteles ver PORCHAT, 2000, p. 44-47.

casos, ou mesmo sobre nenhum se vê surgir o conhecimento ao mesmo tempo que o conhecível. (7b 22-27)

Que, por um lado, a destruição do conhecível acarreta a <destruição> do conhecimento, por outro lado, a <destruição> do conhecimento não acarreta a do conhecível: de fato, não existindo o cognoscível não existe conhecimento, pois, de nada seria conhecimento; por outro lado, não existindo o conhecimento, nada impede que o cognoscível exista. Como por exemplo, a quadratura do círculo, se é conhecível, ainda não existe o conhecimento dela em lugar algum, mas ela (o próprio cognoscível) existe.¹⁸⁰ (7b 27-33)

Nessa passagem dois pontos guardam especial interesse para a presente explicação. Primeiro, que a destruição do conhecível, isto é, do objeto de conhecimento, acarreta a destruição do conhecimento, mas o contrário não se segue. Trata-se não só da anterioridade, mas da completa independência onto-epistemológica do objeto em relação ao seu conhecimento. Um conhecimento existente pode ser perdido, e novamente descoberto, e novamente perdido sem que isso produza qualquer efeito sobre o objeto do qual é conhecimento.

Segundo, o exemplo da quadratura¹⁸¹ é de especial importância para ilustrar o que estou querendo mostrar. Note-se que Aristóteles fala que a quadratura do círculo existe, ou não, independentemente do conhecimento atual que se tem a respeito dela. Disso se pode inferir que, ainda que ninguém tenha uma solução para o problema, ainda que nunca seja encontrada, ainda assim, se ela é possível, ela existe. Coincidentemente ou não, durante toda antiguidade ninguém conseguiu

¹⁸⁰ – οὐκ ἐπὶ πάντων δὲ τῶν πρὸς τι ἀληθὲς δοκεῖ τὸ ἅμα τῇ φύσει εἶναι· τὸ γὰρ ἐπιστητὸν τῆς ἐπιστήμης πρότερον ἂν δόξειεν εἶναι· ὡς γὰρ ἐπὶ τὸ πολὺ προϋπαρχόντων τῶν πραγμάτων τὰς ἐπιστήμας λαμβάνομεν· ἐπ' ὀλίγων γὰρ ἢ ἐπ' οὐδενὸς ἴδιοι τις ἂν ἅμα τῷ ἐπιστητῷ τὴν ἐπιστήμην γιγνομένην. (7b 22-27)

ἔτι τὸ μὲν ἐπιστητὸν ἀναιρεθὲν συναναιρεῖ τὴν ἐπιστήμην, ἢ δὲ ἐπιστήμη τὸ ἐπιστητὸν οὐ συναναιρεῖ· ἐπιστητοῦ γὰρ μὴ ὄντος οὐκ ἔστιν ἐπιστήμη, – οὐδενὸς γὰρ ἔτι ἔσται ἐπιστήμη, ἐπιστήμης δὲ μὴ οὔσης οὐδὲν κωλύει ἐπιστητὸν εἶναι· οἷον καὶ ὁ τοῦ κύκλου τετραγωνισμὸς εἶγε ἔστιν ἐπιστητόν, ἐπιστήμη μὲν αὐτοῦ οὐκ ἔστιν οὐδέπω, αὐτὸ δὲ τὸ ἐπιστητὸν ἔστιν. (7b 27-33)

¹⁸¹ A quadratura do círculo consistia, *grosso modo*, num problema proposto pelos geômetras na antiguidade sobre a construção de um quadrado com mesma de área de um dado círculo, fazendo-se uso apenas de uma régua e de um compasso. Esse foi um dos problemas matemáticos mais populares entre os antigos (mesmo entre leigos), do qual a solução, embora considerada muito difícil de ser encontrada, ainda assim era tida como possível. Sobre a história do problema e as razões que tornam impossível sua solução, cf., EVES, Howard. *Introduction to the History of Mathematics*. New York: Holt, Rinehart and Winston, 1969, p.81-97.

encontrar uma solução exata para o problema, a qual, somente milênios mais tarde se provou ser, em realidade, impossível.¹⁸² Todos os geômetras acreditaram por milênios que a quadratura era possível, quando, na verdade não o era. De um modo geral, a impossibilidade de pensar algo como verdadeiro, no caso a quadratura (pois ela é falsa), não torna impossível a crença dele ser verdadeiro. Isso nos revela algo muito interessante sobre o pensamento de Aristóteles, bem como sobre a natureza da relação entre crença e o valor de verdade dos conhecimentos, a saber, a impossibilidade de algo ser verdadeiro ou falso não é capaz de condicionar, por si só, as crenças que se pode ou não ter em relação a sua verdade ou falsidade. No caso da quadratura, por milênios se acreditou na verdade de algo que, porquanto impossível, sequer pode ser concebido pelo intelecto humano.¹⁸³

O problema da quadratura nos aponta para um aspecto notável do pensamento aristotélico: as características dos objetos passíveis de conhecimento existem independentemente do conhecimento que se possa ter delas; além disso, elas são verdadeiras ou falsas independentemente das crenças que se possa ter a seu respeito. Se isso é verdadeiro sobre a quadratura do círculo, também parece ser a respeito dos princípios das ciências de um modo geral. É importante ter em mente que para o Estagirita os princípios existem desde sempre, eles são eternos, e cabe a nós descobri-los.¹⁸⁴ Se aplicarmos isso que estamos analisando sobre a quadratura do círculo à questão dos qualitativos do princípio mais firme de todos, algo muito curioso se nos apresenta.

Podemos pensar que os qualitativos atribuídos ao PNC, porquanto princípio mais firme de todos os princípios, pertencem-lhe independentemente de alguém

¹⁸² A impossibilidade de se efetuar a construção da quadratura apenas com instrumentos euclidianos (régua e compasso) foi provada por Ferdinand Lindermann apenas em 1822. A impossibilidade é consequência do fato de π ser um número transcendente, i.e., é impossível expressá-lo por meio de um número finito de números inteiros, de frações racionais, ou suas raízes, cf., EVES, Howard. *Tópicos de História da Matemática - Geometria*. Tradução de Hygino H. Domingues. São Paulo: Editora Atual, 1969b, p.41.

¹⁸³ A menção feita por Tomás de Aquino sobre a existência de coisas que são tão verdadeiras que seu oposto não pode ser concebido pelo intelecto parece se aplicar a uma gama de objetos bem maior que os axiomas das ciências, cf., nota 170 do presente trabalho.

¹⁸⁴ É consensual a compreensão de que para Aristóteles os objetos passíveis de conhecimento científico, *strictu sensu*, são eternos e imutáveis. Segundo Porchat não pode subsistir nenhuma dúvida quanto à necessidade ontológica do objeto que a ciência aristotélica conhece. PORCHAT, 2000, p. 35-44. Não obstante o parecer tradicional, é possível encontrar algumas vozes dissonantes. Para Angioni, por exemplo, pode-se conceber a necessidade dos objetos passíveis de conhecimento científico em termos da existência dos mesmos (posição que considera difícil), ou em termos de relações causais necessárias. O referido autor toma partido dessa última opção, ANGIONI, Lucas. O conhecimento científico no livro I dos *Segundos Analíticos* de Aristóteles. *Journal of Ancient Philosophy*, vol. I 2007 Issue 2, p. 1-24.

reconhecê-los, ou não. Do mesmo modo que o PNC é verdadeiro, independentemente de qualquer crença a seu respeito, também se pode pensar que os demais qualitativos que se lhe atribuem também o sejam. Se é verdade afirmar que ele é **(i)** o mais firme de todos independentemente de qualquer crença em favor disso, então parece também ser o afirmar que ele é **(ii)** impossível de erro, que é **(iii)** o mais conhecido e também que é **(v)** não hipotético independentemente de qualquer crença a respeito disso. Se assim é de fato, então se pode inferir que o princípio buscado pode ser **(ii)** o mais conhecido de todos ainda que não seja conhecido por quem quer que seja; bem como, não parece ser despropositado dizer que ele pode ser o princípio sobre o qual **(ii)** é impossível o erro, ainda que absolutamente todos os homens estejam errados a seu respeito. Tal ideia pode parecer, à primeira vista, um completo contra senso, contudo, tal como espero ser capaz de mostrar, por mais estranha que nos soe essa caracterização, é justamente isso que Aristóteles tem em mente em sua tentativa de identificar o princípio buscado.

Antes de prosseguir, vale fazer uma última consideração a partir do caso da quadratura do círculo. É digno de nota que apesar de ter sido provada a impossibilidade da resolução desse problema, isso não impede de que pessoas ainda continuem tentando e acreditando, ser ela possível.¹⁸⁵ O fato de ser impossível a quadratura do círculo não impede que se acredite na sua possibilidade. Note-se que isso se dá não por desconhecimento da parte de quem acredita, mas apesar do fato de se conhecer a impossibilidade.¹⁸⁶ Não parece de todo inapropriado pensar que isso também pode acontecer no caso daqueles que acreditam na falsidade do PNC. O fato de haver uma prova mostrando ser impossível a crença na sua falsidade, não é capaz de impedir, ou ao menos não parece ser suficiente para tanto, que algumas pessoas continuem acreditando que ele não é verdadeiro, apesar de saberem que é impossível negá-lo. Como exemplo disso, pode-se apontar Graham Priest e seus colaboradores dialeteístas. Sei que essa temática é por demasiado complexa, mas é justamente sobre isso que busco chamar a atenção: trazer a questão da identificação do PNC

¹⁸⁵ "Probably no other problem has exercised a greater or a longer attraction than that of constructing a square equal in area to a given circle. As far back as 1800 B.C. the ancient Egyptians "solved" the problem by taking the side of the square equal to $\frac{8}{9}$ the diameter of the given circle. Since then literally thousands of people have worked on the problem, **and in spite of the present existence of a proof that the construction cannot be made with Euclidean tools, not a year passes without its crop of "circle squarers"**", in EVES, 1969a, p. 87.

¹⁸⁶ Caso análogo pode ser encontrado nas tentativas de desenvolver um *moto perpetuo*, mesmo se estando ciente de sua impossibilidade em razão de se violar a primeira e/ou segunda leis da termodinâmica.

como o mais firme de todos os princípios para o plano das crenças pessoais – ao nível da atividade mental de cada um – parece-me consistir em uma tentativa de interpretação fadada a introduzir dificuldades desnecessárias e alheias à prova aristotélica.

Uma vez apresentado o modo como usualmente se entende os qualitativos **(ii)** impossibilidade de erro, **(iii)** ser o mais conhecido e **(v)** ser não-hipotético, bem como algumas indagações sobre a aceitação dessa linha interpretativa, irei agora apresentar, ainda que em linhas gerais, o modo como os compreendo. Diferentemente da abordagem tradicional, que procura determinar o significado do qualitativo **(ii)** tendo por base o argumento da indubitabilidade (1005b 23-32), acredito que ele deva ser estabelecido exclusivamente tendo por base os significados dos qualitativos **(iii)** e **(v)**.

Leitura alternativa para o significado dos qualitativos

Como ponto de partida de minha exposição, chamo atenção para o fato de que o princípio buscado é um axioma (ἀξίωμα). Tal constatação pode parecer uma obviedade, contudo a mesma parece ter sido negligenciada pela maior parte dos intérpretes. Axioma é um termo técnico no vocabulário científico aristotélico e, enquanto tal, possui seu sentido delimitado no tratado em que Aristóteles apresenta sua doutrina da ciência, a saber, os *Segundos Analíticos*. Para saber o que o Estagirita entende por axioma, não há como não recorrer ao capítulo 2 do referido tratado, no qual Aristóteles descreve justamente aquilo que entende como sendo os princípios necessários para o conhecimento científico.

Dentre as diversas características apresentadas, vale destacar o necessariamente ser verdadeiro (ἀληθής), ser primeiro e imediato (πρότερος καὶ ἄμεσος), e o ser mais conhecido (γνωριμώτερα). Todos os princípios devem ser verdadeiros, pois não se pode conhecer por via de demonstração aquilo que simplesmente não é o caso. Além disso, devem também ser anteriores e indemonstráveis (imediatos), pois do contrário seria necessário ir ao infinito para conhecê-los, e desse modo, não haveria conhecimento deles.

De fato, precisa ser verdadeiro, porque não é conhecível cientificamente aquilo que não é, como, por exemplo, que a diagonal é comensurável. A

partir de <itens> primeiros indemonstráveis, porque não conheceríamos cientificamente sem possuir demonstração deles.¹⁸⁷ (71b 25-28)

O princípio buscado em Γ 3 por certo deve possuir essas três características, ainda que Aristóteles não as mencione expressamente. Não obstante a importância dessas características, nosso interesse deve se concentrar naquela que o Estagirita menciona, i.e., o ser mais conhecido (γνωριμωτάτην).¹⁸⁸ Sobre essa questão ele nos informa que o termo “mais conhecido” (γνωριμώτερα) se diz em dois sentidos: (1) em relação a nós (πρὸς ἡμᾶς), e (2) por natureza (τῆ φύσει).

Primeiro e mais conhecido são <ditos> de dois modos: de fato, não é o mesmo primeiro por natureza e primeiro para nós, nem mais conhecido <por natureza> e mais conhecido para nós. Digo, por um lado, primeiro e anterior para nós as <coisas> mais próximas das sensações, por outro lado, no sentido estrito, as mais afastadas. São mais afastadas as <coisas> mais universais, mais próximas as <coisas> particulares, elas são contrárias entre si.¹⁸⁹ (71b 33 – 72a 5)

Note-se que a distinção feita entre os dois sentidos de “mais conhecido” (γνωριμώτερα) se dá a partir do grau de universalidade associado ao item conhecido.¹⁹⁰ Aquilo que é mais próximo dos sentidos, i.e., aquilo que é mais próximo

¹⁸⁷ ἀληθῆ μὲν οὖν δεῖ εἶναι, ὅτι οὐκ ἔστι τὸ μὴ ὄν ἐπίστασθαι, οἷον ὅτι ἡ διάμετρος σύμμετρος. ἐκ πρώτων δ' ἀναποδείκτων, ὅτι οὐκ ἐπιστήσεται μὴ ἔχων ἀπόδειξιν αὐτῶν· (71b 25-28)

¹⁸⁸ Aristóteles faz uso da forma superlativa γνωριμωτάτην em Γ 3, enquanto faz uso do termo na sua forma simples γνωριμώτερα nos *Segundos Analíticos*. Entendo que a diferença entre os termos não é quanto ao significado, mas sim de grau.

¹⁸⁹ πρότερα δ' ἔστι καὶ γνωριμώτερα διχῶς· οὐ γὰρ ταῦτόν πρότερον τῆ φύσει καὶ πρὸς ἡμᾶς πρότερον, οὐδὲ γνωριμώτερον καὶ ἡμῖν γνωριμώτερον. λέγω δὲ πρὸς ἡμᾶς μὲν πρότερα καὶ γνωριμώτερα τὰ ἐγγύτερον τῆς αἰσθήσεως, ἀπλῶς δὲ πρότερα καὶ γνωριμώτερα τὰ πορρώτερον. ἔστι δὲ πορρωτάτω μὲν τὰ καθόλου μάλιστα, ἐγγυτάτω δὲ τὰ καθ' ἕκαστα· καὶ ἀντίκειται ταῦτ' ἀλλήλοις. (71b 33 – 72a 5)

¹⁹⁰ Diferentemente do termo γνωριμωτάτην em Γ 3, o termo γνωριμώτερα é alvo de controvérsia na literatura secundária. Como exemplo destaco as leituras de Angioni (ANGIONI, L. *Explanation and Definition in Physics I 1. Apeiron: A Journal for Ancient Philosophy and Science*, Vol. 34, No. 4 (December 2001), p. 307-320, p.309-310), quem defende que o termo significa “maior poder explanatório”, e de Barnes, quem entende que o termo significa “maior certeza/evidência”, cf., 2002, p. 96-97. A leitura que estou propondo, embora seja diferente de ambas, não é incompatível com nenhuma delas. Acredito que o termo possui os sentidos apresentados por Barnes e Angioni, sem os quais sua compreensão seria incompleta, contudo busco por meio de minha leitura evidenciar um aspecto sobre o termo que parece negligenciado na literatura secundária: a universalidade *stricto sensu* (conforme descrita em *Segundos Analíticos I 4*). O termo γνωριμώτερα parece guardar certa ambiguidade, que oscila entre a percepção do sujeito cognoscente e o objeto cognoscível.

das coisas particulares (τὰ καθ' ἕκαστα) é mais conhecido para nós, enquanto aquilo que é mais universal (τὰ καθόλου μάλιστα) é mais conhecido por natureza. É importante ter em mente que tal distinção não se dá prioritariamente em associação com as faculdades cognoscitivas dos seres humanos, digo, não se trata de uma caracterização que se dá em relação à capacidade de percepção sensorial ou intelectual daqueles que possuem o conhecimento científico. A distinção não possui como foco o tipo de cognoscibilidade associada ao conhecimento, mas sim o seu grau de universalidade.¹⁹¹ Nada impede que um mesmo conhecimento seja mais conhecido dos dois modos. Considere-se, por exemplo, o conhecimento de que a soma dos ângulos internos de um triângulo é igual a dois ângulos retos.¹⁹² Quando conhecemos isso apenas sobre um triângulo específico, i.e., o triângulo que acabamos de desenhar sobre uma folha de papel, então tal verdade da geometria é mais conhecida para nós (porque é conhecida apenas sobre o caso particular), mas, em contrapartida, se conhecemos ela sobre todos os triângulos, ou seja, se esse conhecimento é universal, então ele é mais conhecido por natureza. Note-se que ser mais conhecido é uma noção relacional: se, por exemplo, a mesma verdade fosse descoberta sobre não apenas um único triângulo, mas também sobre todos os triângulos equiláteros, então nesse caso ela seria mais conhecida por natureza em relação ao caso absolutamente particular e seria mais conhecida para nós em relação ao caso absolutamente universal. Não se trata, portanto, de uma distinção entre conhecimento sensível e inteligível, mas apenas entre o grau de universalidade que o dado conhecimento atinge.

A partir dessas considerações é possível inferir que a diferenciação se dá também a respeito de itens que são mais conhecidos por natureza. Considere-se o exemplo da soma dos ângulos internos do triângulo, mesmo em seu grau máximo de universalidade, isto é, mesmo sendo postulado sem mais (ἀπλῶς), tal conhecimento ainda é menos universal do que o axioma das quantidades iguais, i.e., o conhecimento que versa sobre os triângulos é mais conhecido para nós em relação ao referido axioma, enquanto este último é mais conhecido por natureza. Note-se que ambos são

¹⁹¹ De um modo geral os comentadores parecem ter alguma dificuldade para explicar o contraponto feito por Aristóteles, em termos de conhecimentos mais abstratos e aqueles advindos da percepção sensível, i.e., entre percepção sensível e intelectão. Barnes, por exemplo, frente à dificuldade de explicar a distinção em tais termos, admite que a conexão entre generalidade e percepção seja, na melhor das hipóteses, uma de caráter apenas contingente (The connection between generality and perception is thus at best a contingent one), cf., BARNES, 2002, p.96-97.

¹⁹² Esse é um dos exemplos favoritos de Aristóteles.

itens mais conhecidos por natureza, contudo, se comparados um ao outro, em razão do grau de universalidade, o axioma das quantidades iguais é mais conhecido por natureza. O mesmo poderia ser pensado na comparação entre axiomas como, por exemplo, o das quantidades iguais e aquele que diz ser que o todo é maior que qualquer uma de suas partes separadamente. Não é difícil perceber que esse último é mais conhecido que o primeiro, pois se aplica a mais casos. É importante frisar esse ponto, ao compararmos ambos temos que um deles é mais “mais conhecido por natureza” (γνωριμώτερα τῇ φύσει) que o outro. Em outras palavras, o qualitativo “mais conhecido” (γνωριμώτερα) é uma qualidade relativa não apenas quando contraposta entre o “para nós” e o “por natureza”, mas também entre itens que já são maximamente “por natureza”. Essa distinção é de especial importância em um contexto no qual se busca identificar o mais conhecido de todos os princípios.¹⁹³ Por fim, vale lembrar que a distinção entre os sentidos do qualitativo “mais conhecido” não tem a conotação de “mais facilmente cognoscível” ou “mais evidente”, ou algo da ordem da percepção individual ou da atividade intelectual dos seres humanos. O termo γνωριμώτερα ao ser aplicado a um dado conhecimento não implica que esse conhecimento seja, de fato, conhecido por alguém. No caso dos exemplos matemáticos apresentados, nada parece impedir que eles sejam por nós mais conhecidos “para nós”, e ao mesmo tempo, absolutamente desconhecidos, por nós, “por natureza” (ou seja, que ignorássemos seu caráter universal), ou ainda, que eles simplesmente não fossem nem conhecidos para nós, nem conhecidos por natureza (no caso de os ignorarmos em absoluto).

Uma vez que “mais conhecido” (γνωριμώτερα) se diz de dois modos, vale perguntar qual deles se aplica aos princípios e, mais especificamente, ao princípio buscado em Γ 3. Por um lado, à primeira vista, poderíamos pensar que se trata do sentido de ser mais conhecido para nós, caso se entendesse por isso que ele deve ser conhecido por todos. Contudo, como vimos, isso simplesmente não é o caso. Por mais contra intuitivo que possa parecer, o qualitativo “mais conhecido” (γνωριμώτερα)

¹⁹³ Vale frisar que a universalidade aqui em questão diz respeito ao conceito de universalidade científica, tal como descrito em *Segundos Analíticos* I 4. Não se trata de uma universalidade considerada apenas em sua dimensão numérica, no sentido de algo ser verdadeiro sobre uma multiplicidade, mas da conjunção entre um atributo por si (καθ' αὐτὸ) que é verdadeiro sobre um todo (κατὰ παντός), de maneira que se tem um atributo que não é apenas universal, mas também necessário (καθόλου, cf., 73b 25-28). Aristóteles dedica o capítulo 5 dos *Segundos Analíticos* I para analisar os equívocos gerados por erros quanto à universalidade.

não tem relação direta com o fato de um item ser do conhecimento de alguém ou não. Em razão disso, ele deve ser entendido prioritariamente em termos do grau de universalidade do item qualificado.¹⁹⁴ No caso específico do princípio buscado em Γ 3, a universalidade parece ser, sem sombra de dúvida, o critério determinante. Com efeito, a universalidade absoluta foi justamente critério usado por Aristóteles para defender o direito da ciência do *ser enquanto ser* na investigação dos axiomas primeiros. Se isso é assim, parece bastante natural supor que o qualitativo **(iii)**, ser o mais conhecido, seja interpretado em termos de universalidade. Ser o princípio mais conhecido de todos significa na linguagem aristotélica: ser o princípio absolutamente universal. Note-se o uso da forma superlativa do termo γνωριμωτάτην em 1005b 14: γνωριμωτάτην τε γὰρ ἀναγκαῖον εἶναι τὴν τοιαύτην. Trata-se, portanto, não apenas de ser “mais conhecido” (γνωριμώτερα), mas sim, de ser “o mais conhecido de todos” (γνωριμωτάτην). A máxima universalidade é o que caracteriza o princípio buscado. Quanto maior o escopo de um princípio “mais conhecido” ele é, assim sendo, o princípio que é “o mais conhecido de todos” deve ter um escopo que abarca simplesmente todas as coisas.

Isso não parece muito, mas devemos ter em mente que essa não é a única característica requerida para que um princípio possa ser identificado como **(i)** “mais firme de todos” (βεβαιωτάτη ἀρχὴ πασῶν). Ela pode não ser suficiente para identificar, mas é capaz de eliminar certos candidatos, como, por exemplo, o princípio que diz “iguais subtraídos de iguais, restos iguais”. Esse critério, por mais simples que possa parecer, já oferece um enorme obstáculo aos possíveis candidatos que os Matemáticos ou os Físicos poderiam eleger. Além disso, mesmo princípios próprios da ciência do filósofo poderiam ser eliminados por meio desse critério, como o princípio de identidade, por exemplo.¹⁹⁵ Com efeito, na medida em que existem muitos princípios de diferentes ciências que poderiam ser reivindicados como o “mais firme de todos”, a universalidade absoluta pode eliminar muitos dos possíveis candidatos.

¹⁹⁴ Ver nota 190 e 193 do presente trabalho.

¹⁹⁵ Embora o princípio de Identidade não apareça como um princípio independente entre os filósofos gregos, não é difícil perceber o porquê dele não ser um candidato forte ao título de mais firme de todos os princípios. O princípio de Identidade não é absolutamente universal, isto é, ele não é verdadeiro de absolutamente todas as coisas. Se toda predicação pudesse ser reduzida à forma tautológica de identidade, A é A , então todas as coisas seriam uma só. Aristóteles enfrenta problema análogo em Γ 4, na argumentação em que faz uso da distinção entre os modos de significação ἐν e καθ' ἐνός. O grau de universalidade, não o de simplicidade lógica, é o critério de identificação utilizado por Aristóteles, o que torna, como já mencionado, completamente vazia a crítica de Lukasiewicz quanto à escolha feita pelo Estagirita, cf., nota 121 do presente trabalho.

Ela é condição necessária, ainda que não suficiente, para identificar o princípio mais firme de todos.

Antes de avançar na análise do próximo qualitativo, é importante abrir um parêntese para tratar de uma possível objeção quanto ao entendimento do qualitativo **(iii)** em termos de universalidade. Valem lembrar que Aristóteles apresenta como uma espécie de justificção para o qualitativo **(iii)**, o fato de que **(iv)** erramos sobre aquilo que não conhecemos .

(i) <O> princípio mais firme de todos <é aquele> sobre o qual **(ii)** estar enganado <é> impossível:

De fato, **(iii)** <é> necessário ser **o mais conhecido** o <princípio> desse tipo (pois **(iv)** sobre aquilo <que é> não **conhecido** se enganam todos) (1005b 11-13)

(i) βεβαιότατη δ' ἀρχὴ πᾶσῶν περὶ ἣν **(ii)** διαψευσθῆναι ἀδύνατον·

(iii) γνωριμωτάτην τε γὰρ ἀναγκαῖον εἶναι τὴν τοιαύτην (περὶ **(iv)** γὰρ ἃ μὴ γνωρίζουσιν ἀπατώνται πάντες) (1005b 11-13)

Como a universalidade se encaixa na leitura do texto? Na linha de interpretação tradicional se entende que a razão pela qual o princípio deve ser **(iii)** necessariamente conhecido por todos estava associada ao fato de que **(iv)** erramos sobre aquilo que não conhecemos. O raciocínio parece ser simples: se podemos errar sobre o que não conhecemos e, se o princípio buscado deve ser impossível de erro, então devemos conhecer necessariamente o princípio, i.e., deve ser impossível não conhecê-lo. De maneira esquemática temos algo nas seguintes linhas interpretativas: dado que **(iv)** todos erram sobre aquilo que não conhecem; e dado que **(ii)** o princípio buscado deve ser impossível de erro; então o princípio **(iii)** deve ser necessariamente conhecido por todos. Se ele for **(iii)** necessariamente conhecido por todos **(ii)** é impossível errar a seu respeito, pois todos sabem o que ele é e que ele é verdadeiro.

O modo como entendo essa passagem é ligeiramente diferente. Aristóteles estaria buscando um princípio sobre o qual o erro é impossível, em um contexto em que sabe que no âmbito das capacidades cognitivas dos seres humanos é possível se instaurar o erro sobre aquelas coisas que se desconhece (o erro não ocorre necessariamente, mas ele é possível). Por essa razão o qualitativo escolhido não pode

ser tomado em termos daquilo que os homens conhecem ou não conhecem, mas sim em termos absolutos. A razão pela qual o princípio deve ser qualificado em razão de sua universalidade se dá, justamente, porque as pessoas erram sobre aquilo que não conhecem. De maneira esquemática temos o seguinte: dado que **(iv)** todos erram sobre aquilo que não conhecem; e dado que **(ii)** o princípio buscado deve ser impossível de erro; então o princípio **(iii)** deve ser absolutamente universal (verdadeiro sobre todas as coisas). Se ele for **(iii)** absolutamente universal **(ii)** é impossível errar a seu respeito, pois não existe coisa alguma fora de seu escopo.

No primeiro caso temos uma espécie de auto evidência, ou mesmo, a ideia velada de um conhecimento inato acerca do princípio buscado. Nele o qualitativo **(ii)**, a impossibilidade de erro, é entendido em termos de impossibilidade de pensar ou acreditar que o princípio é falso, ou seja, é impossível errar sobre o fato dele ser verdadeiro. De certo modo, fica a impressão, mencionada por Wedin, de que o princípio possui, de fato, uma espécie um tanto estranha de propriedade *doxástica* que o torna imune ao erro.¹⁹⁶ Embora tal seja a linha de interpretação mais tradicional, vimos que ela se encontra longe de estar isenta de dificuldades. Além disso, também vimos que provar que a descrença na verdade do princípio é impossível, acaba por se revelar uma tarefa muito mais complexa, ambiciosa e problemática que simplesmente provar que o princípio é verdadeiro.¹⁹⁷ Isso não representa um problema em si mesmo, pois nada impediria que o Estagirita tivesse realmente esse propósito em mente, contudo, tal propósito parece demandar um conjunto muito diferente de argumentos. A suposição levantada acaba por agravar o descompasso entre aquilo que se quer provar e aquilo que realmente os argumentos apresentados podem provar.

No segundo caso, trata-se apenas do escopo do princípio. Nele, o qualitativo **(ii)** é entendido em termos da impossibilidade de não se estar em conformidade com o princípio. Independentemente do pensamento ou da crença, o princípio sempre se faz presente, isto é, nunca se está “fora” do campo de atuação dele; não existe um espaço lógico ou ontológico apartado do princípio. Essa linha de leitura parece estar em maior consonância com a doutrina aristotélica da ciência, por quanto ela prevê a

¹⁹⁶ Cf., nota 174 do presente trabalho.

¹⁹⁷ Refiro-me ao desfecho da leitura de Alan Code, tal como apresentado no item 1.1 do presente trabalho. Code entende como insuficiente a argumentação de Γ 3 para a prova da indubitabilidade do PNC, de modo que a argumentação de Γ 4 seria a complementação da tarefa. Como vimos, a leitura de Code acabou por terminar esbarando nos mesmos problemas que as leituras tradicionais, porquanto a crença na verdade do PNC dependeria, em última instância, da demonstração da verdade do mesmo, cf., nota 71 e p. 48-49 do presente trabalho.

universalidade dos princípios, mas não a demonstração da verdade deles. Além disso, também parece estar em maior consonância com a proposta de uma ciência absolutamente universal. Com efeito, se não for tarefa do filósofo, a quem mais caberia provar que o PNC é verdadeiro para todos os seres? Note-se que provar que algo é verdadeiro sobre uma multitude de coisas é distinto de provar que esse algo é verdadeiro. O primeiro caso pode ou não envolver uma demonstração do PNC, o segundo consiste exclusivamente nisso. Enquanto que no primeiro caso Aristóteles pode, perfeitamente, partir da aceitação da verdade do princípio para provar a sua máxima universalidade, no segundo caso, a demonstração do princípio incorre numa série de problemas e vícios argumentativos.

Para esclarecer o significado do qualitativo **(v)** ser não-hipotético, devemos também nesse caso recorrer ao *Segundos Analíticos I*. No segundo capítulo desse tratado Aristóteles apresenta uma divisão dos princípios silogísticos entre teses (θέσις) e axiomas (ἀξίωμα). As teses por, sua vez, se subdividem ainda entre hipóteses (ὑπόθεσις) e definições (ὀρισμός). Ambos, axiomas e teses, são indemonstráveis, mas os axiomas, diferentemente das teses, são princípios necessários para o conhecimento de qualquer coisa.

Dos princípios silogísticos imediatos chamo **(1)** tese aquele que não é provado, nem é necessário possuir para aprender algo; **(2)** axioma aquele que **é necessário possuir** para aprender qualquer coisa que seja; de fato, existem alguns desse tipo; pois este nome costumamos dizer sobretudo nesses casos. (72a 14-18)

Ἀμέσου δ' ἀρχῆς συλλογιστικῆς **(1)** θέσιν μὲν λέγω ἢν μὴ ἔστι δεῖξαι, μηδ' ἀνάγκη ἔχειν τὸν μαθησόμενόν τι· **(2)** ἢν δ' ἀνάγκη ἔχειν τὸν ὀτιοῦν μαθησόμενον, ἀξίωμα· ἔστι γὰρ ἓνια τοιαῦτα· τοῦτο γὰρ μάλιστ' ἐπὶ τοῖς τοιούτοις εἰώθαμεν ὄνομα λέγειν. (72a 14-18)

Ao compararmos essa caracterização de axioma com aquela feita em Γ 3, não é surpresa alguma encontrarmos basicamente a mesma informação, pois como já ressaltamos, o princípio buscado é um axioma.

[...] e <ser> **(v)** não-hipotético.

pois **(vi) aquilo <que é> necessário possuir <para>** apreender quaisquer dos seres isso não <é> uma hipótese:

(vii) o <que é> necessário conhecer para se conhecer qualquer coisa, <é> necessário já **possuir** ao chegar.

Então, que o princípio desse tipo <é> o mais firme de todos, <isso é> evidente: (1005b 11-18)

[...] καὶ **(v)** ἀνυπόθετον.

(vi) ἦν γὰρ ἀναγκαῖον ἔχειν τὸν ὅτιοῦν ξυιέντα τῶν ὄντων, τοῦτο οὐχ ὑπόθεσις·

(vii) ὁ δὲ γνωρίζειν ἀναγκαῖον τῷ ὅτιοῦν γνωρίζοντι, καὶ ἦκειν ἔχοντα ἀναγκαῖον.

(ix) ὅτι μὲν οὖν βεβαιοτάτη ἢ τοιαύτη πασῶν ἀρχή, δῆλον· (1005b 11-18)

Malgrado a diferença nas contraposições entre axioma e tese, (nos *Segundos Analíticos* I 2) e, entre não-hipotético e hipótese, (em *Metafísica* Γ 3), não é difícil perceber que se trata da descrição de uma mesma característica acerca dos princípios do tipo ‘axioma’. As semelhanças no vocabulário são patentes: em **(2)** lê-se **ἦν δ’ ἀνάγκη ἔχειν τὸν ὅτιοῦν μαθησόμενον**, enquanto que em **(vi)** temos **ἦν γὰρ ἀναγκαῖον ἔχειν τὸν ὅτιοῦν ξυιέντα**. A única diferença relevante pode ser observada no uso dos verbos *μαθησόμενον* (aprender) e *ξυιέντα* (apreender). Contudo, tal diferença não parece ser muito significativa para o entendimento do significado geral dessa característica. Na realidade, Aristóteles, por vezes, faz um uso bastante flutuante de vocabulário. O próprio verbo *συνίημι* (ξυιέντα) é utilizado em quatro ocasiões nos *Segundos Analíticos I* (uma delas no capítulo 2) sempre num contexto em que se fala do conhecimento dos primeiros princípios.¹⁹⁸ De qualquer modo, o sentido das passagens parece ser bastante claro: um axioma é um tipo de princípio que é necessário para se conhecer qualquer coisa (aprender e apreender são modos de conhecer). Embora o sentido seja claro, é importante ressaltar que o item **(vi)** da passagem de Γ 3 não esgota o sentido do qualitativo **(v)** ser não-hipotético

¹⁹⁸ Em 71a 7, 71a 13, 71b 32, 76b 37, nesse último o termo aparece em um contraponto entre ὄρους e ὑπόθεσις. Curiosamente o tratado em que o termo mais ocorre é justamente os *Segundos Analíticos*, sendo que no da *Metafísica* ocorre apenas na passagem em questão.

(ἀνυπόθετον).¹⁹⁹ É justamente sobre esse ponto que reside a verdadeira diferença entre a qualificação de axioma nas respectivas passagens. Da mesma maneira que o qualitativo (iii) ser “mais conhecido” (γνωριμώτερα) adquire um grau superlativo em Γ 3, passando a ser “o mais conhecido de todos” (γνωριμωτάτην), também o qualitativo (2) (o qual não possui um nome nos *Segundos Analíticos*), em Γ 3 sob o nome de (v) não-hipotético (ἀνυπόθετον), adquire sua máxima expressão. Com efeito, isso se verifica na continuidade da explicação aristotélica para o qualitativo (v). Em (vii), Aristóteles explica que um princípio “<que é> necessário conhecer para se conhecer qualquer coisa, <é> necessário já possuir ao chegar.” O que significa isso? O que Aristóteles quer dizer com a expressão “já possuir ao chegar”?

Para entendermos melhor essa questão é interessante responder antes outra pergunta, ou melhor, devemos refletir por alguns instantes sobre o seguinte problema. Como conhecemos os axiomas? Se eles são necessários para o conhecimento de qualquer coisa, como então os conhecemos? Por meio de outros axiomas? E esses por sua vez, como conhecemos? Não é difícil perceber que a tentativa de conhecer o princípio do conhecimento acaba por nos conduzir a um *regressus ad infinitum*. O problema aqui em questão consiste numa das mais formidáveis aporias da epistemologia antiga, a saber, a aporia do *Mênnon* de Platão. Não é exagero dizer que em Aristóteles esse problema assume toda a sua dimensão e complexidade, i.e., o Estagirita enfrenta não apenas o problema quanto ao conhecimento dos princípios, mas também enfrenta o problema do *regresso ao infinito* que ele inevitavelmente engendra.²⁰⁰ Não será necessário entrar em detalhes sobre essa questão, tampouco será necessário discorrer sobre o mérito da resposta oferecida por Aristóteles ao final dos *Segundos Analíticos* II 19. Para o presente propósito basta termos mente o

¹⁹⁹ O fato de que a maioria dos intérpretes consultados não mencionam a conexão entre essas duas passagens de *Metafísica* Γ 3 e de *Segundos Analíticos* I não deixa de ser algo bastante intrigante. De todos os autores consultados apenas Alan Code (1987) e Edward Halper (1984) estabelecem a relação entre as passagens.

²⁰⁰ A resposta aristotélica para a aporia do *regresso ao infinito* pode ser identificada nos capítulos 19–22 do livro I, já a resposta para a aporia do *Mênnon* se encontra formulada no capítulo 19 do livro II. Segundo Ferejohn o conjunto dos *Segundos Analíticos* contém a resposta aristotélica para a aporia do *Mênnon* (FEREJOHN, M. T. *The Origins of aristotelian Science*. New Haven; Yale University Press, 1991, p.38–9). O autor chama atenção para o fato significativo do Estagirita abrir e encerrar os *Segundos Analíticos* fazendo alusão a tal aporia. Para o diagnóstico e solução da aporia do *regresso ao infinito* são utilizados os capítulos 3, 19–22 do livro I, onde é postulada e defendida a existência de princípios indemonstráveis para as ciências. Tratei da questão do *regresso ao infinito* nas demonstrações e da resposta aristotélica em diversas ocasiões, para mais detalhes ver LOURENÇO, 2013b; 2014; 2013a, p. 89-126, 177-186.

problema enquanto tal: como conhecemos um princípio que é necessário possuir para conhecer qualquer coisa que seja?

A resposta aristotélica para esse problema é oferecida com toda clareza necessária no item (vii) da enumeração dos qualitativos do mais firme de todos: um princípio “<que é> necessário conhecer para se conhecer qualquer coisa, <é> necessário **já possuir ao chegar**.” Essa é a resposta de Aristóteles: já estamos de posse do princípio. Mas o que exatamente isso significa ainda é uma questão a ser desenvolvida. Uma possibilidade de resposta poderia ser pensada a partir da ideia de conhecimento inato. Disso, poder-se-ia pensar então que “já possuir”, ou “vir com” o conhecimento do princípio significa “nascer com”. Isso certamente é uma possibilidade muito interessante, contudo, ela seria plausível apenas se estivéssemos falando de Platão. O *inatismo* de certos conhecimentos é uma ideia que não possui quaisquer credenciais aristotélicas, muito pelo contrário, Aristóteles é um de seus maiores opositores na Antiguidade. O capítulo final dos *Segundos Analíticos* nos oferece um impressionante testemunho quanto à recusa do Estagirita por essa possibilidade. Nesse capítulo, como já mencionado, Aristóteles oferece sua própria resposta para a aporia do *Mênon*. Logo nas linhas iniciais desse texto, ele apresenta as possibilidades existentes sobre o conhecimento dos princípios primeiros, dentre elas está o *inatismo*, Aristóteles então se pronuncia em tom de galhofa (ao menos é assim que soa para mim o uso do termo ἄτοπον), dizendo que seria absurdo (ἄτοπον) se possuíssemos em nós, sem saber, um conhecimento mais exato que aquele advindo das demonstrações (cf., 99b 25-26)

A tradução feita por Christopher Kirwan para essa passagem pode nos fornecer um indício sobre o significado da frase aqui em questão. Kirwan a traduz do seguinte modo.

“[...] e o que necessariamente entende quem entende qualquer coisa é necessariamente parte do equipamento que vem com ele”²⁰¹

A expressão “fazer parte do equipamento que vem com ele” provavelmente significa aqui, embora Kirwan não explique isso em seu comentário, que o princípio faz parte do “aparato” cognitivo do sujeito cognoscente. O princípio já está presente,

²⁰¹ “[...] and what one necessarily understand who understands anything is necessarily part of the equipment he comes with”, in Kirwan, 2003, p. 7.

ou melhor, o aparato cognitivo do sujeito cognoscente já opera em conformidade com o princípio. O que Aristóteles parece estar querendo dizer por meio dessa passagem um tanto truncada é algo surpreendente. Note-se que se o princípio não é um conhecimento que possuímos desde o início, mas já estamos equipados com ele, então isso significa que operamos por meio dele, isto é, ele é a condição de possibilidade do conhecimento enquanto tal. Sem ele, nada, absolutamente nada pode ser conhecido. Se isso for verdade, então algo ainda mais interessante (e contra intuitivo) pode ser deduzido: se o princípio é condição de possibilidade do conhecimento de qualquer coisa, então ele é necessário até para o conhecimento dele mesmo. O conhecimento do próprio princípio se dá por meio do princípio mesmo. Disso se conclui que o princípio por meio do qual operamos não é, ele mesmo, um conhecimento que temos, mas uma espécie de lei que rege as condições de possibilidade do conhecimento humano. Destarte, mesmo aquele que desconhece o princípio, i.e., sua expressão formal (tal como expresso no enunciado em 1005b 19-20), ainda assim possui o princípio como parte do seu aparelho cognitivo. Se isso for assim, então poderíamos entender como uma parcela significativa da tradição filosófica anterior ao Estagirita pôde estar errada ou ignorar por completo um princípio sobre o qual é impossível estar errado e que é o mais conhecido de todos.

Antes de encerrar a análise dessa questão, quero tecer ainda uma última consideração. Mediante o que foi dito, pode-se imaginar que o princípio buscado, o PNC, é uma espécie de lei do pensamento. Com efeito, tal linha de interpretação foi extremamente popular até o final do século XIX e início do século XX. Praticamente todos os manuais de lógica desse período possuem um capítulo intitulado “leis do pensamento”; *via de regra* são quatro as leis enumeradas: Identidade, Não-contradição, Terceiro-excluído e Razão Suficiente. De um modo geral, as explicações oferecidas nesses manuais se assemelham sobremaneira com o que Aristóteles está fazendo em Γ 3-8, por exemplo, a apresentação desses princípios como condição *sine qua non* do pensamento e da linguagem.²⁰² Outrora popular, essa linha interpretativa acabou esvanecendo no âmbito da literatura aristotélica secundária quase que por completo. Temos algo remanescente em Barnes, num artigo de 1969, em que ele desenvolve uma leitura de Γ 3 sobre essa ótica;²⁰³ também em Thomas Upton, quem

²⁰² Um exemplo interessante pode ser encontrado em HAMILTON, 1866, p. 76-116.

²⁰³ BARNES, 1969b.

aponta para a depreciação e quase esquecimento, entre os intérpretes contemporâneos, da dimensão e importância do aspecto psicológico do PNC;²⁰⁴ ou Dirk Baltzly em sua leitura, um tanto heterodoxa, que encontra no PNC as condições do pensamento e da linguagem.²⁰⁵ A possibilidade do PNC ser entendido como uma lei do pensamento não deve obliterar a razão disso ser verdadeiro. O PNC é uma lei, ou melhor, um princípio da natureza enquanto tal, i.e., um princípio ontológico no sentido estrito. Uma vez compreendido esse ponto, digo, dado a compreensão de que o PNC é uma lei que rege o modo de ser dos entes, não é difícil perceber que ele também regulamenta a atividade cognoscitiva da alma humana. O PNC é um princípio lógico-epistemológico, porque ontológico. Tendo em vista o que foi apresentado e, munidos da compreensão acerca dos significados dos qualitativos, podemos agora prosseguir para análise da argumentação apresentada ainda em Γ 3, para a defesa do PNC como sendo o candidato ao título de mais firme de todos os princípios.

²⁰⁴ UPTON, 1983, p. 602 e ss. O autor atribui parte da responsabilidade por esse “esquecimento” à crítica feita por Lukasiewicz ao Estagirita, no tocante ao psicologismo cometido por este último em Γ 3.

²⁰⁵ BALTZLY, 1999.

3. NÃO CONTRADIÇÃO: a defesa do título de mais firme de todos os princípios em Γ 3

3.1 A estrutura da argumentação: considerações iniciais

(C) A argumentação que visa mostrar que o PNC é o mais firme de todos os princípios é constituída, no entender tradicional, por dois argumentos. *Grosso modo*, o primeiro deles (1005b 23-32) possui como propósito provar a respeito do PNC o qualitativo (ii), a impossibilidade de erro, enquanto que o segundo argumento (1005b 32-34) tem por objetivo provar algo associado ao qualitativo (v), ser não-hipotético. Na leitura que apresentarei levarei em conta apenas o primeiro argumento. A razão para tal procedimento repousa na compreensão de que o segundo argumento não é, em realidade, um argumento. Com efeito, são necessários algum esforço e imaginação para encontrar naquelas poucas linhas ao fim de Γ 3, uma argumentação em favor de qualquer coisa que seja. De um modo geral, os comentadores mostram algum embaraço para explicar como a passagem em questão seria capaz de cumprir com o seu suposto propósito. De resto, não faltam críticas quanto à visível insuficiência do “argumento” para cumprir o seu objetivo, seja lá ele qual for.

Dentre todos os autores consultados, a leitura que me parece ser a que melhor contempla a estrutura argumentativa do texto é aquela feita por Michael Wedin.²⁰⁶ O autor, contrariando o parecer tradicional, não vê na referida passagem um segundo argumento, mas apenas uma espécie de corolário da argumentação principal, desenvolvida apenas por meio do primeiro argumento. No entender de Wedin, a passagem visa complementar o resultado obtido no primeiro argumento, através do qual Aristóteles estaria mostrando que o PNC é um princípio do tipo “mais firme de todos”.²⁰⁷ Por meio do referido corolário, o Estagirita estaria mostrando que o PNC não apenas é “mais firme”, mas sim que ele é, dentre todos os princípios que possuem a indubitabilidade como característica, “o mais firme de todos”, i.e., aquele que é

²⁰⁶ WEDIN, 2000; idem, 2004a.

²⁰⁷ Wedin pensa encontrar suporte para a ideia de que existem vários princípios do tipo “mais firme de todos” no modo como o próprio Aristóteles coloca a questão. No texto grego lê-se: βεβαιοτάτη δ' ἀρχὴ πρῶτων [...] (1005b 11), a inexistência do artigo definido permite inferir que se trata de “um princípio”, e não “o princípio” o que Aristóteles está descrevendo.

absolutamente anterior e primeiro, e do qual a “firmeza” (firmness) dos demais princípios depende em última instância.²⁰⁸ De um modo geral não tenho maiores objeções ao entendimento de Wedin quanto à estrutura argumentativa do texto, contudo minhas pretensões para a passagem são bem mais modestas. No meu entender Aristóteles está fazendo, nada além de uma espécie de floreio final, um “fecho de abóboda” para sua argumentação. Não se trata de um argumento principal, ou mesmo de um corolário à argumentação principal, mas apenas uma espécie de comentário extra, uma espécie de acréscimo informativo sobre a natureza do PNC, motivado pelo término da argumentação desenvolvida. Para aqueles que acreditam ser possível encontrar mais do que isso naquela passagem de apenas duas linhas Bekker fica o ônus da prova.

Por isso, todos os que demonstram se reportam a essa opinião última: pois, por natureza ela é também o princípio de todos os outros axiomas. (1005b 32-34)

Explicar o motivo pelo qual o PNC é o princípio dos demais axiomas, ou o que o Estagirita quer dizer com isso, são por certo questões de grande relevância e interesse. Contudo, não parece que uma resposta para tais questionamentos possa ser encontrada no texto oferecido, tampouco parece que uma resposta para os mesmos possua qualquer função relevante na estratégia argumentativa desenvolvida por Aristóteles.

Sobre o que o primeiro argumento deve provar, i.e., quais qualitativos são contemplados pela prova, posiciono-me em favor da possibilidade de leitura **(PL1)**, **i = ii = iii + v**. Vale lembrar que essa possibilidade de leitura para a enumeração dos qualitativos era a que melhor se adequava ao texto aristotélico, todavia, ela se encontrava desfavorecida pela estrutura da argumentação desenvolvida em defesa do PNC como o princípio mais firme de todos. No meu entender, Aristóteles está contemplando por meio do primeiro argumento (que é em realidade o único) os qualitativos **(iii)** e **(v)** simultaneamente. O modo como isso poderia estar sendo feito ficará mais claro na sequência do presente trabalho; contudo, antes de prosseguir, deter-me-ei um pouco sobre a linha de leitura mais corrente para o primeiro

²⁰⁸Cf., WEDIN, 2000, p. 119-120. Wedin mostra no mesmo contexto argumentativo, contra Lukasiewicz, que o PNC é garantia da validade dedutiva dos silogismos em geral, cf., ibidem, p. 115-120.

argumento. Com isso não tenho por objetivo refutar algum autor ou linha de interpretação específica, mas sim tornar patente a necessidade de se pensar a argumentação aristotélica como um todo, em bases outras que as tradicionais.

3.2 Leitura tradicional: dilemas

Dentre os intérpretes mais consagrados é praticamente unânime a opinião de que Aristóteles está tentado provar, por meio daquele argumento em 1005b 23-32, a impossibilidade de se acreditar verdadeiramente na falsidade do PNC (ou algo nesse sentido). Tal compreensão parece emergir sem maiores dificuldades a partir da simples leitura do texto aristotélico.

Este (sub, o PNC), certamente, é o mais firme de todos os princípios: pois comporta a definição mencionada. Pois <é> impossível para quem quer que seja acreditar ser e não ser, tal como, segundo alguns, disse Heráclito. Pois, não é necessário, o que se diz, isso também acreditar (1005b 22-26)

Na sequência do texto, o Estagirita nos oferece um argumento em que aparentemente busca estabelecer o qualitativo **(ii)**, a impossibilidade de erro, sobre o PNC. O a estrutura do argumento é bastante simples, de maneira a não despertar maiores contendas entre intérpretes que se ocuparam dessa passagem. *Grosso modo*, o Estagirita apresenta duas premissas, ou pressupostos iniciais, e a partir deles conclui a impossibilidade de erro sobre o princípio por ele escolhido. O primeiro pressuposto é o PNC enquanto tal; o segundo, que opiniões contraditórias são contrárias entre si. Uma vez postas essas premissas, Aristóteles então argumenta que seria impossível que alguém possuísse simultaneamente opiniões contrárias entre si, pois isso consistiria numa violação do PNC.

se não é possível ao mesmo tempo atribuir ao mesmo os contrários (acrescentados por nós também para essa proposição as <especificações> de costume), <e sendo que> contrária a uma opinião é a sua opinião contraditória, <então> evidente que <é> impossível

acreditar o mesmo ser e não ser o mesmo: pois, ao mesmo tempo teria as opiniões contrárias aquele que erra a respeito disso.²⁰⁹ (1005b 26-32)

O argumento é, de fato, de uma simplicidade marcante. Se forem verdadeiras suas premissas, não parece haver margem para maiores contestações. Não obstante a estrutura simples e precisa e o caráter necessário da conclusão, há um problema bastante grave no argumento como um todo. Já foi notado que a conclusão obtida por meio da prova apresentada não é capaz de garantir o propósito inicialmente estabelecido para a argumentação.²¹⁰ Se Aristóteles tem mesmo em mente provar que é impossível acreditar na falsidade do PNC, então o argumento apresentado, ainda que seja válido e suas premissas sejam verdadeiras, não é capaz de justificar minimamente o propósito pretendido. Com efeito, tudo o que o argumento pode provar, na melhor das hipóteses, é a impossibilidade da coexistência de duas opiniões contrárias entre si na alma de um mesmo sujeito, ou seja, um mesmo indivíduo não pode acreditar verdadeiramente, ao mesmo tempo, em duas opiniões contrárias entre si. Se isso for realmente o caso, i.e., se for verdadeira tal impossibilidade, não por isso o indivíduo em questão deve necessariamente acreditar que o PNC é verdadeiro (ou que é impossível acreditar que ele é falso). Não há uma relação direta entre essas duas questões, aliás, a impossibilidade de acreditar verdadeiramente de modo contraditório não parece ser capaz de gerar qualquer crença ou conhecimento sobre o PNC.

Da mesma maneira que a mera impossibilidade de acreditar na comensurabilidade da diagonal, ou na quadratura do círculo, ou na existência do maior número primo não geram, por si sós, qualquer conhecimento na alma de algum indivíduo (quem dirá em todos os seres humanos), a impossibilidade de acreditar de modo contraditório não gera, por si só, *insights* profundos quanto à natureza do

²⁰⁹ εἰ δὲ μὴ ἐνδέχεται ἅμα ὑπάρχειν τῷ αὐτῷ τάναντία (προσδιωρισθῶ δ' ἡμῖν καὶ ταύτῃ τῇ προτάσει τὰ εἰωθότα), ἐναντία δ' ἐστὶ δόξα δόξη ἢ τῆς ἀντιφάσεως, φανερόν ὅτι ἀδύνατον ἅμα ὑπολαμβάνειν τὸν αὐτὸν εἶναι καὶ μὴ εἶναι τὸ αὐτό· ἅμα γὰρ ἂν ἔχοι τὰς ἐναντίας δόξας ὁ διεψευσμένος περὶ τούτου. (1005b 26-32)

²¹⁰ A insuficiência da argumentação de Γ 3 é tema de atenção para Alan Code (1983 e 1987) e Michael Wedin (2000 e 2004a). Marc Cohen em um artigo que comenta a leitura de Code chama atenção para esse problema, dizendo que ele ainda era pouco notado, COHEN, 1986, p. 367. Além desse problema ainda existe a acusação de que Aristóteles está incorrendo em uma *petitio principii*, pois o argumento assume o PNC como verdadeiro. Tratarei dessa última questão mais à frente no texto, quando for mais oportuno.

princípio mais firme de todos.²¹¹ Na realidade, tal impossibilidade, em si mesma, não diz coisa alguma sobre o PNC, nem que ele é simplesmente o caso, nem sobre o que ele é, nem sobre se ele é verdadeiro, nem alguma outra coisa qualquer. Se Aristóteles tinha, de fato, expectativa de provar, por meio desse argumento, que a crença na falsidade do PNC é impossível, então fica muito difícil de isentá-lo da acusação de se estar recorrendo ao uso de uma argumentação falaciosa. O Estagirita estaria aqui, descaradamente, incorrendo em uma falácia de *ignoratio elenchi*.²¹²

O descompasso entre a conclusão do argumento e o propósito da argumentação podem simplesmente significar, é claro, o fracasso do pleito aristotélico, bem como pode denotar certa ingenuidade ou má fé da parte do Estagirita. Contudo, tal como já sugerido alhures, talvez o problema encontrado indique que algo está errado com a linha de interpretação adotada. Com efeito, nesse caso é possível encontrar algumas alternativas que podem minimizar ou mesmo eliminar tal desacordo. Pode-se tentar resolvê-lo basicamente de duas maneiras, ou **(1)** se procurando mudar o entendimento quanto ao propósito da argumentação como um todo, ou **(2)** se tentando mudar o entendimento quanto ao argumento oferecido.

No primeiro caso **(1)**, a estratégia consiste em desafiar a compreensão tradicional sobre o significado do qualitativo **(ii)**, ser impossível de erro. A ideia de que a impossibilidade de erro consistiria na impossibilidade de se pensar que o princípio é falso, i.e., que é impossível se equivocar sobre verdade dele, daria lugar a uma leitura um tanto mais modesta, a saber, que é impossível aplicá-lo incorretamente, ou que é impossível fazer um uso errado do princípio. De um modo geral, o que estaria em jogo seria a ideia de que não se pode estar em desconformidade com o princípio. Em razão disso, não se trataria então da impossibilidade de se acreditar na falsidade do PNC, mas sim na de acreditar em coisas que não estão em conformidade com ele, em coisas que o princípio exclui do âmbito daquilo que é possível.²¹³ Se isso for assim, a argumentação com um todo funciona perfeitamente, o descompasso entre a

²¹¹ Esse parece ser o teor da crítica que Wedin faz à leitura de Code, quanto a sua expectativa de que o conhecimento de algo pudesse gerar a crença indubitável sobre a verdade do PNC. Wedin diz que simplesmente não existem boas razões para se supor que a crença em algo gere meta-crenças sobre as crenças de alguém, cf., WEDIN, 2000, p.125, n. 24.

²¹² Wedin também se manifesta sobre essa questão envolvendo a prova de Γ 3 e a acusação de *ignotatio elench*, cf., idem, 2004a, p. 249.

²¹³ Essa linha de é proposta por Alan Code como uma possibilidade de resolução para o problema aqui tratado, porém ele a considera insuficiente e inadequada, cf., 1987, p. 143-144. Michael Wedin, alguns anos mais tarde, adota tal linha de interpretação sob a justificativa de que ela é a que causa menos embaraços ao conjunto da argumentação aristotélica, in 2000, p. 154.

enumeração dos qualitativos e a argumentação desaparece por completo. Por certo tal resultado aparentemente é melhor do que aquilo que a linha de leitura tradicional foi capaz de entregar, contudo, como se pode imaginar, existem alguns problemas que tornam difícil sua aceitação.

A primeira dificuldade relacionada a essa linha alternativa de interpretação foi apontada por Alan Code. Segundo ele, a reinterpretação do qualitativo **(ii)** nos termos propostos não parece ser acertada, ainda que por meio dela se possa obter o sucesso da argumentação. A ideia de que os adversários aristotélicos, a quem, por ventura, a argumentação se dirige, não soubessem fazer uso do PNC, ou que não estivessem cientes de que suas crenças o contrariam parece, simplesmente, não condizer com o contexto da argumentação.²¹⁴ De fato, Aristóteles não parece preocupado com deslizes de pensamento ou com a má aplicação do PNC, mas sim com adversários altamente capazes, os quais estão plenamente convencidos de que o PNC não é universalmente verdadeiro, ou que ele não é impossível de erro. Em um contexto hostil como o enfrentado pelo Estagirita, um argumento que oferece apenas a certeza de que nenhuma crença que seja auto contraditória é verdadeira, não parece ser de muita serventia.

A segunda dificuldade relacionada a essa linha de interpretação alternativa diz respeito ao caráter deflacionário que a mesma precisa assumir, i.e., é necessário reduzir drasticamente as exigências impostas por Aristóteles para identificação do mais firme de todos os princípios. Para que o argumento oferecido em Γ 3 possua realmente o propósito apresentado, não é apenas necessário reinterpretar o qualitativo **(ii)**, mas também minimizar, ou mesmo desconsiderar o papel dos qualitativos **(iii)** e **(v)** na identificação do princípio buscado. Ainda que tal proeza possa ser realizada a contento,²¹⁵ o que particularmente acredito não ser possível, a vitória obtida vem a um alto custo. Com efeito, o que “sobra” para ser defendido não parece ser muito, tampouco parece sobrar muito para identificar esse pouco a ser defendido. Além disso, fica difícil imaginar uma razão que justifique a própria composição do texto de Γ 3, pois Aristóteles utiliza a maior parte dele para justificar o direito do filósofo na

²¹⁴ Nas palavras de Code, “I doubt, however, that this is what Aristotle has in mind. The opponent of the PNC is somebody who rejects the principle, not necessarily somebody who lacks competence when it comes to applications of it.”, in CODE, 1987, p. 143.

²¹⁵ Refiro-me aqui a leitura que Michael Wedin faz para a enumeração dos qualitativos. A proposta do autor, por melhor intencionada que seja, dificilmente pode ser aceita sem inúmeras ressalvas. Para maiores detalhes sobre os problemas com sua leitura, cf., notas 121, 129, 140, 146 e 150 do presente trabalho.

enunciação do mais firme dos princípios, bem como na enumeração das características necessárias para a realização de tal tarefa.

No segundo caso **(2)**, embora não se possa alterar significativamente o teor das premissas ou a estrutura da argumentação, é possível fazer um uso distinto da conclusão oferecida. Note-se que Aristóteles consegue provar que opiniões contraditórias são impossíveis em um mesmo sujeito simultaneamente. Em vista disso, a nova estratégia seria tentar mostrar que a opinião sobre a falsidade do PNC (que é uma opinião em particular), não poderia estar presente em quem quer que seja, em virtude da presença da crença que lhe é contrária.

Uma leitura alternativa pode ser construída a partir da consideração sobre a explicação do qualitativo **(v)**, no item **(vi)**, em que Aristóteles diz que o princípio buscado deve ser conhecido por quem quer que conheça qualquer coisa. Baseando-se nisso, é possível inferir que qualquer pessoa que conhece alguma coisa conhece também o princípio. Além disso, é preciso ter em mente que conhecer algo, significa, de certo modo, saber que esse algo é verdadeiro, pois não é possível conhecer aquilo que não é o caso. Sendo assim, se todos conhecem necessariamente o princípio e, se todos sabem que ele é verdadeiro, então é impossível que se possa acreditar na falsidade do princípio, pois aquele que assim o fizer terá, ao mesmo tempo, duas opiniões contrárias entre si (que o princípio é verdadeiro e que ele é falso).

O argumento assim entendido parece cumprir com o propósito estabelecido ao mesmo tempo em que resolve o descompasso mencionado. Tal estratégia de leitura tem a capacidade de converter uma argumentação falaciosa numa que é não apenas válida, mas dotada de certa elegância. Por meio da prova que mostra ser impossível acreditar verdadeiramente em opiniões contrárias, Aristóteles consegue provar ser impossível acreditar verdadeiramente na opinião contrária a da contradição, isto é, na opinião de que o PNC é falso.

Não obstante as vantagens que possam advir dessa linha de leitura alternativa, existe um pequeno “porém”, que coloca toda a estratégia em risco. Note-se que Aristóteles em nenhum lugar de Γ 3, ou qualquer outro momento anterior, mostra que o PNC é necessário para se conhecer qualquer coisa que seja. Essa é sim uma característica do princípio mais firme de todos, isto é, uma característica que um princípio deve preencher para assim ser considerado. Contudo, o que nos garante que este é o caso do PNC? Para que a leitura proposta funcione é necessário que isso seja assumido, todavia isso por si só não é razão suficiente para garantir tal qualitativo

a respeito do PNC. Esse contratempo parece conferir um caráter um tanto precário ao todo da argumentação.

Sobre esse “pequeno” contratempo, Alan Code nos apresenta uma solução bastante e engenhosa.²¹⁶ Ele reconhece que a argumentação de $\Gamma 3$ está de fato incompleta e sugere que a premissa faltante será provada na continuidade do texto aristotélico, em $\Gamma 4$, por meio da famosa demonstração elêntica do PNC. A sugestão de Code realmente é atrativa e interessante, pois permite não apenas sanar os problemas da argumentação de $\Gamma 3$, como também permite encontrar um propósito alternativo para argumentação de $\Gamma 4$, a qual, tradicionalmente se imputa o intuito de provar a verdade do PNC. Encontrar um propósito alternativo para essa última argumentação poderia, em tese, também resolver alguns dos problemas comumente apontados nas leituras tradicionais.²¹⁷ Todavia, não obstante o potencial da proposta de Code, existe um problema fatal associado a ela, a saber, a argumentação de $\Gamma 4$ simplesmente não pode fornecer a complementação necessária para a argumentação de $\Gamma 3$.

No entender de Code a premissa faltante, aquela que seria necessária para conseguir obter o resultado desejado por Aristóteles, consiste na ideia de que “todos aqueles que conhecem algo, acreditam na verdade do PNC.” Como sabemos, em $\Gamma 4$, o Estagirita desenvolve uma argumentação em que condiciona ao PNC a possibilidade da significação em geral, o que permite com que ele o revele como condição *sine qua non* do pensamento e do discurso racionais. Code admite, um tanto

²¹⁶ Ao que parece Alan Code é o primeiro intérprete a desenvolver essa linha de leitura para a resolução do descompasso entre a conclusão e o propósito da argumentação apresentada em $\Gamma 3$, cf., CODE, 1987, p. 139-149.

Minha exposição do problema seguiu as diretrizes gerais de sua formulação para o problema, não representando, portanto, uma explanação fiel de sua interpretação para o texto de $\Gamma 3$. Meu interesse aqui não é posicionar-me contra ou a favor de uma ou outra interpretação, mas sim tornar sensíveis as deficiências que estão associadas à linha de leitura enquanto tal. Podemos encontrar em um artigo do professor Nazareno Eduardo de Almeida uma interessantíssima e muito engenhosa interpretação para o argumento, nos mesmos moldes aqui propostos. O autor entende que Aristóteles está realizando uma espécie extremamente compacta de *reductio ad absurdum*, por meio da qual estaria mostrando que o negadores do PNC, i.e., aqueles que acreditam que o princípio é falso, dependem da crença na verdade do PNC para defenderem sua opinião (idem, 2008, p. 15-18); *Grosso modo*, a crença verdadeira de que o PNC é falso, depende da crença de que o PNC é verdadeiro, ela é auto contraditória. Se aqueles que acreditam na falsidade do PNC também acreditam na sua verdade, se suas crenças contraditórias não podem coexistir em um mesmo sujeito, forçosamente, a crença de que o PNC é falso deve ser, ela, mesma falsa, em razão disso, a crença na falsidade do PNC é impossível. A interpretação de Almeida é, por certo, uma das mais interessantes e engenhosas dentre todas as consultadas, além disso, ela tem a vantagem de tornar o argumento completo, i.e., não é necessário recorrer à premissas extras como no caso da leitura de Code.

²¹⁷ Tratei dessa questão em mais detalhes no item 1 do presente trabalho.

relutante, que a adesão obrigatória dos adversários ao PNC, no caso deles quererem dizer algo com sentido, não implica, por si só, na necessidade da crença na verdade do PNC. O mesmo problema que ocorre com a linha de leitura tradicional para o argumento de Γ 3 e que a linha de leitura adotada por Code tinha o potencial de resolver, acaba por se manifestar novamente. O que Code fez foi apenas postergar uma dificuldade que parece fazer parte da estratégia argumentativa de Aristóteles.²¹⁸

De uma maneira geral, tanto a linha de leitura tradicional, quanto as alternativas apresentadas parecem conduzir, de um jeito ou de outro, ao fracasso do pleito aristotélico para a identificação do mais firme de todos os princípios. No meu entender, essa linha de leitura não pode ser reformulada de maneira a resultar no sucesso do empreendimento aristotélico. Isso se dá por uma razão em tanto simples, a saber, a presença da temática da crença e do conhecimento que os indivíduos podem ou não ter sobre o PNC como plano de fundo da argumentação aristotélica. Os modos de conhecimento sobre princípios primeiros, a possibilidade da verdade ou falsidade deles e a relação entre opinião e conhecimento são temas de interesse e cuidadoso tratamento da parte de Aristóteles nos *Segundos Analíticos*. A possibilidade de se ter opinião verdadeira e conhecimento (científico/noético) sobre um mesmo princípio recebe um amplo tratamento no capítulo 33 do livro I do referido tratado. Em razão disso, causa certo espanto que os que adotam tal linha de leitura não recorram a esses textos como base para suas elucubrações. De mais a mais, as leituras apresentadas parecem se apoiar apenas num entendimento corriqueiro para o significado de crença, opinião e conhecimento, ou então, parecem se dar em um plano de fundo teórico mais familiar às questões e às ferramentas teóricas próprias de algumas discussões contemporâneas sobre esses temas e das lógicas epistêmicas. O resultado final dessa atitude para com o texto pode ser facilmente observado nos autores analisados, a saber, por mais que se tente resolver os problemas, por mais que se proponham soluções, a mesma dificuldade permanece, isto é, nem se consegue mostrar que o PNC é necessariamente conhecido, nem que necessariamente se acredita na sua verdade. O desfecho pouco favorável, como já alertado, pode ser antes um alerta quanto à inadequação da linha de leitura adotada, que a mera incapacidade do autor para cumprir com aquilo por ele mesmo proposto.

²¹⁸ Tratei da leitura de Code, das críticas sobre a mesma e de seu desfecho “inesperado” no item 1 do presente trabalho.

Não obstante o aparente insucesso das leituras analisadas, as propostas alternativas de interpretação são capazes de fornecer alguns elementos bastante promissores para a elaboração de uma resposta um pouco mais favorável aos esforços do Estagirita. Refiro-me a ideia de que Aristóteles procura mostrar a impossibilidade de se estar em desacordo, ou fora do escopo do PNC, como pretendido na alternativa de leitura (1); também a ideia presente em (2), de que a argumentação de Γ 3 não é suficiente para cumprir com o propósito pretendido, de maneira que é necessário buscar em Γ 4, na demonstração elênica, o cumprimento adequado. Essas ideias possuem um valor explicativo real e, devem ser de fato mantidas, contudo isso deve ser feito em outras bases que aquelas até então analisadas.

Na sequência do presente trabalho apresentarei uma breve leitura da argumentação de Γ 3, agora tendo por base a minha própria interpretação para os qualitativos (iii) e (v), tal como apresentado no item anterior. Somente depois de termos interpretado o argumento à luz desses elementos e, depois de termos determinado o que o argumento pode de fato entregar, bem como aquilo que lhe falta, então poderemos ir até o texto de Γ 4, para buscar o auxílio necessário ao propósito da identificação do mais firme de todos os princípios.

3.3 Leitura alternativa: uma nova perspectiva

Para entender a minha proposta de leitura é necessário ter em mente o significado proposto para os qualitativos (iii), ser mais conhecido ($\gamma\nu\omega\rho\iota\mu\omega\tau\acute{\alpha}\tau\eta\nu$), e (v), ser não-hipotético ($\acute{\alpha}\nu\upsilon\pi\acute{o}\theta\epsilon\tau\omicron\nu$). O primeiro, (iii), significa máxima universalidade, com isso se quer dizer, que nada está fora do escopo do PNC; o segundo, (v), é entendido em termos de anterioridade absoluta na ordem do conhecimento e com isso se quer dizer duas coisas: que o PNC é condição de possibilidade de todo e qualquer conhecimento e que o nosso conhecimento é condicionado por ele de maneira incondicionada, i.e., sem que seja necessário conhecê-lo antes.

Tendo em vista esses qualitativos, é necessário também lembrar que eu me posicionei em favor da linha de leitura (PL1) para a enumeração dos qualitativos. Isso significa que Aristóteles está dizendo que o PNC, se for (i) o mais firme de todos, deve

então (ii) ser impossível de erro em razão dele ser (iii) o mais conhecido e ser (v) não-hipotético. Além disso, também me posicionei em favor do entendimento de que apenas um argumento é oferecido em Γ 3 para provar que o PNC é o princípio buscado, o que significa que os qualitativos (iii) e (v) devem ser contemplados pela mesma argumentação simultaneamente. Tais são o modo com entendo a argumentação e os requerimentos que ela deve atender.

Antes de prosseguir na exposição, contudo, quero adiantar que não entendo que Aristóteles consiga atender tamanhas pretensões e exigências com uma argumentação tão exígua. O argumento é sem sombra de dúvida insuficiente e assim deve ser. Talvez ele possa satisfazer uma platéia de aristotélicos já predispostos e suscetíveis à genialidade de seu mestre. Não obstante, creio que Aristóteles apenas nos está fornecendo uma prévia, uma pequena amostra daquilo que será a verdadeira tentativa de mostrar que o PNC é o princípio mais firme de todos.²¹⁹ Uma tarefa dessa magnitude, exclusivamente destinada ao filósofo – e talvez a mais difícil de todas – não poderia ser levada a cabo por meio de uma argumentação tão diminuta, ainda que se lhe possa conferir um alto grau de sofisticação e elegância. Uma breve passada de olhos sobre o texto de Γ 4-8, já é o suficiente para nos indicar onde devemos localizar os esforços aristotélicos para o cumprimento dessa tarefa. Com efeito, o anúncio do mais firme de todos os princípios não poderia demandar algo aquém de uma das peças argumentativas mais extraordinárias de toda antiguidade.

O argumento de Γ 3 é de fato bastante simples. Considerem a sua forma esquematizada na sequência

(tese) Este, (sub, o PNC) certamente, é o mais firme de todos os princípios: pois comporta a definição mencionada. (1005b 22-23)

Argumento

²¹⁹ A compreensão de que Aristóteles não estaria realmente tentando provar que o PNC é o mais firme de todos os princípios em Γ 3 - não ao menos no sentido em que ele estaria querendo provar, para alguém como Heráclito, que é impossível negar o PNC - foi sugerida por Jonathan Lear, aparentemente pela primeira vez. No entender desse autor, Aristóteles estaria buscando apenas mostrar que, uma vez aceita a validade do PNC, segue-se a impossibilidade de se conceber a contradição (LEAR, 1980, p. 99). Nesse sentido o argumento não visaria convencer alguém que não acredita no PNC acerca de sua indubitabilidade, mas, tão-somente, indicar para aqueles que já o aceitaram como verdadeiro, que ele é o princípio buscado. O objetivo da prova seria revelar para estes últimos a posição contraditória em que se encontram aqueles primeiros, (ibidem, p.113-14). A leitura de Lear serviu de inspiração para Alan Code, no desenvolvimento de sua leitura quanto à necessidade de se buscar em Γ 4 a complementação necessária para se cumprir o propósito estabelecido em Γ 3.

(premissa 1) se não é possível ao mesmo tempo atribuir ao mesmo os contrários [...]

(premissa 2) <e sendo que > contrária a uma opinião é a sua opinião contraditória,

(conclusão) <então> evidente que <é> impossível conceber o mesmo ser e não ser o mesmo: pois, ao mesmo tempo teria as opiniões contrárias aquele que erra a respeito disso.²²⁰ (1005b 26-32)

Aristóteles está simplesmente dizendo que se o PNC for verdadeiro e, se forem contrárias as opiniões contraditórias, então é impossível para um mesmo sujeito, seja ele quem for, conceber ou acreditar em coisas contrárias entre si. Note-se que impossibilidade se dá em razão do PNC ser verdadeiro a respeito da alma do sujeito cognoscente (e presumivelmente a respeito de tudo mais). A impossibilidade de alguém possuir, como atributos de sua alma, opiniões contrárias entre si se dá de modo análogo a impossibilidade de dois corpos ocuparem um mesmo lugar no espaço. O PNC, porquanto um princípio da realidade como um todo, atua como uma “lei” da natureza, a qual impede de que um estado de coisas contraditórias aconteça em um determinado subjacente. Isso ocorre sem que seja necessário qualquer conhecimento, ou mesmo consciência, da parte do sujeito cognoscente, sobre o PNC. É importante frisar esse ponto, não se faz necessário, em absoluto, qualquer conhecimento do PNC para que ele atue como condição de possibilidade daquilo que se pode ou não pensar, ou acreditar, ou opinar. Da mesma maneira que não é necessário qualquer conhecimento formal sobre as leis da gravitação universal para se cair, também não se faz necessário conhecer o PNC para se pensar necessariamente em conformidade com ele.

Um indivíduo pode, é claro, pensar que algo é, e depois, no momento seguinte, pensar que o mesmo algo não é. Ele pode também pensar que algo simultaneamente é e não é, desde que isso que ele pensa seja verdadeiro sobre diferentes aspectos. Contudo, ele só não pode fazê-lo se estiver em desconformidade com o PNC. Por

²²⁰ **(tese)** αὕτη δὴ πασῶν ἐστὶ βεβαιότης τῶν ἀρχῶν· ἔχει γὰρ τὸν εἰρημένον διορισμόν. (1005b 22-23)

Argumento

(premissa 1) εἰ δὲ μὴ ἐνδέχεται ἅμα ὑπάρχειν τῷ αὐτῷ τάναντία [...]

(premissa 2) ἐναντία δ' ἐστὶ δόξα δόξη ἢ τῆς ἀντιφάσεως,

(conclusão) φανερόν ὅτι ἀδύνατον ἅμα ὑπολαμβάνειν τὸν αὐτὸν εἶναι καὶ μὴ εἶναι τὸ αὐτό· ἅμα γὰρ ἂν ἔχοι τὰς ἐναντίας δόξας ὁ διεψευσμένος περὶ τούτου. (1005b 26-32)

mais que alguém queira, por mais que se sinta capaz, por mais que não acredite no princípio, ele estará sempre sob a onipresença de seu jugo.

Diante disso, não é difícil perceber como o argumento contempla o qualitativo **(v)**. Mesmo que Aristóteles estivesse fazendo menção apenas a crenças, ou a opiniões, não é uma tarefa muito complicada estender a mesma linha de argumentação para as demais faculdades da alma humana, i.e., à percepção por via dos sentidos, ao conhecimento científico, etc. Todavia o que dizer do qualitativo **(iii)**? De que maneira ele é contemplado na argumentação? É justamente sobre esse ponto que eu quero chamar atenção de agora em diante. Aristóteles simplesmente não oferece qualquer justificativa para o qualitativo **(iii)**, na realidade, ele, sem qualquer cerimonial, o assume como verdadeiro. Note-se o uso do condicional “SE” (εἰ) ao início da premissa (1).²²¹ O Estagirita claramente está partindo da pressuposição de que o PNC é verdadeiro, senão universalmente, ao menos no que tange às almas humanas e suas propriedades. Não se poderia esperar, imagino, um modo de proceder diverso da parte de Aristóteles, especialmente se se tiver em mente que a argumentação de Γ 3 tem um caráter introdutório e preliminar. Além do que, em face da complexidade e abrangência que o qualitativo **(iii)** assumiu, seria algo incabível e temerária a pretensão, da parte do Estagirita, de também contemplá-lo por meio do mesmo argumento.

Um claro indicativo de que Aristóteles não tinha intenção de justificar a premissa (1) do argumento apresentado em Γ 3, pode ser depreendido do uso deliberado que ele faz da falta de justificção para dar sequência à argumentação em Γ 4.

Existem alguns que, conforme dissemos, afirmam ser possível o mesmo ser e não ser, e também <que é possível> conceber dessa maneira. Fizeram uso desse argumento muitos dentre os Físicos. (1005b 35-1006a 3)

²²¹ Não me ocuparei também da falta de justificção para a premissa **(2)**, i.e., sobre o fato de Aristóteles ter conseguido ou não estabelecer que a contrária de uma proposição é a sua contraditória. Essa questão simplesmente não tem maior relevância para o seguimento da leitura aqui proposta. Para uma excelente apreciação das dificuldades envolvidas nessa questão cf., Russell Dancy (1975, p. 5-6 e Apêndice I).

Nós, agora a pouco, **admitimos** como sendo impossível ser e não ser, e **por meio disso** mostramos que esse <é> o mais firme de todos os princípios. Alguns, por ignorância, exigem que isso seja também demonstrado.²²² (1005b 35 -1006a 6)

O Estagirita está claramente recapitulando a temática do argumento apresentado em Γ4, bem como reconhecendo o uso *ad hoc* do PNC como premissa. Note-se o uso do verbo admitir (εἰλήφραμεν), conjugado na primeira pessoa da plural e também o uso da expressão “por meio disso” (διὰ τούτου). Não parece haver qualquer dúvida que Aristóteles está dizendo que ele e seu público (presumivelmente os seus alunos) mostraram **por meio da admissão** do PNC que o próprio PNC é o mais firme de todos os princípios. Uma vez esclarecida essa questão, ele prossegue no texto mencionando alguns adversários que não aceitando ou entendendo tal modo de proceder, demandam que **isso** seja também demonstrado *strictu sensu*.

O que exatamente é esse “isso” que o adversário está demandando uma demonstração é alvo de alguma controvérsia.²²³ A referência precisa do pronome demonstrativo neutro *τοῦτο* pode ser o PNC enquanto tal e, com isso se pode estar querendo uma demonstração de que ele simplesmente é verdadeiro, ou que é verdadeiro para absolutamente todas as coisas;²²⁴ bem como pode estar se referindo a revelação de que o PNC é o mais firme de todos os princípios. Com efeito, Aristóteles admite ter apenas mostrado (δείκνυμι) que o PNC é o princípio buscado e, diante disso, i.e., do caráter pouco convincente que uma “mostração” do tipo feito em Γ 3 parece inspirar, os adversários demandam que o mesmo que foi **mostrado** (δείκνυμι seja agora **demonstrado** (ἀποδείκνυμι).

²²² Ἐἰσὶ δὲ τινες οἳ, καθάπερ εἶπομεν, αὐτοὶ τε ἐνδέχασθαι φασὶ τὸ αὐτὸ εἶναι καὶ μὴ εἶναι, καὶ ὑπολαμβάνειν οὕτως. χρώνται δὲ τῷ λόγῳ τούτῳ πολλοὶ καὶ τῶν περὶ φύσεως.

ἡμεῖς δὲ νῦν εἰλήφραμεν ὡς ἀδυνάτου ὄντος ἅμα εἶναι καὶ μὴ εἶναι, καὶ διὰ τούτου ἐδείξαμεν ὅτι βεβαιωτάτη αὕτη τῶν ἀρχῶν πασῶν. ἀξιοῦσι δὲ καὶ τοῦτο ἀποδεικνύναι τινὲς δι' ἀπαιδευσίαν· (1005b 35-1006a 6)

²²³ Tratei dessa questão em mais detalhes no item 1 do presente trabalho (p. 38-43) e em LOURENÇO, 2013a, p. 27-34.

²²⁴ Na medida em que o PNC é primariamente um princípio ontológico, é diverso provar que ele é verdadeiro e provar que ele é verdadeiro em termos de universalidade absoluta. As duas distinções são de fato muito próximas, devido ao uso do operador de modalidade utilizado na formulação do PNC (impossível). Contudo, vale ressaltar que embora próximas, elas não se reduzem mutuamente. O PNC poderia ser verdadeiro para uma determinada região da realidade, como por exemplo, o mundo supra-sensível, e falso para o mundo sensível. Com efeito, foi justamente essa última suposição que levou os Físicos (οἱ φυσικοί) a negarem o PNC. Aristóteles tentará mostrar a partir de Γ 4 que o PNC é verdadeiro sobre todas as coisas, inclusive sobre o mundo sensível.

A leitura que estou desenvolvendo demanda a adoção da segunda possibilidade de interpretação. Contudo, é importante frisar que um pedido pela demonstração da verdade do PNC, se for compreendido em termos do grau de universalidade do seu escopo, também é condizente com a minha proposta de leitura. Provar que o PNC é verdadeiro sobre todas as coisas é justamente o que significa ser **(iii)**, o mais conhecido, na leitura aqui proposta. Na medida em que a demonstração a ser oferecida deve contemplar tanto o qualitativo **(iii)** quanto **(v)** para se provar que o PNC é o mais firme de todos, a escolha sobre a segunda opção, porquanto engloba a primeira, não parece ser de todo inapropriada.

Na sequência do texto de Γ 4, Aristóteles nos informa que a demanda dos adversários não pode ser atendida nos moldes exatos de uma demonstração científica, mas que apesar disso, é possível oferecer sobre aquilo que foi pedido, uma demonstração elêntica.²²⁵ Na continuidade do presente trabalho mostrarei como parte da argumentação apresentada em Γ 4 é capaz de cumprir com o desafio de demonstrar elênticamente ambos os qualitativos a respeito do PNC. Para isso, apresentarei primeiro, o modo como entendo a estrutura argumentativa que subjaz os capítulos 4-6 de Γ . Depois, num segundo momento, tratarei do modo como a argumentação é capaz de provar que o PNC é o mais firme de todos os princípios.

²²⁵ Não tratarei em detalhes o que consiste uma demonstração elêntica, pois isso foi alvo de grande atenção no meu trabalho de dissertação (cf., LOURENÇO, 2013a). Em razão do tratamento cuidadoso que dispensei, no referido trabalho, ao conjunto da demonstração elêntica, o tratamento que aqui dispensarei será um tanto livre e resumido; contudo, sempre que forem necessários mais detalhes, apresentarei a referência precisa.

4. A DEFESA DO MAIS FIRME DE TODOS OS PRINCÍPIOS: o propósito de *Metafísica* Γ 4-6

4.1 Notas sobre a estrutura de Γ 4-6 da *Metafísica*

Antes de tentar mostrar como a argumentação desenvolvida por Aristóteles a partir de Γ 4 cumpre com o propósito de mostrar que o PNC é o mais firme de todos os princípios, é importante fazer alguns apontamentos sobre a maneira como entendo sua estrutura como um todo. Como ponto de partida para tal explanação, é interessante ter em conta uma passagem ao fim de Γ 6, que parece conter uma espécie de balanço daquilo que foi feito desde Γ 3, no entender do próprio Estagirita²²⁶.

Então, considere-se dito que **(a)** a **mais firme** de todas as opiniões <é> “o não serem simultaneamente verdadeiras as enunciações opostas”, e **(b)** o que acontece aos que desse modo falam, e **(c)** porque falam dessa maneira.²²⁷ (1011b 13-15)

Nessa passagem, Aristóteles parece estar atestando, com toda clareza, que o propósito da argumentação até esse momento do texto de *Metafísica* Γ foi estabelecer que **(a)** o PNC é o mais firme de todos os princípios (βεβαισιότητα). Além disso, ele também atesta que **(b)** foram apresentadas as consequências para aqueles que se pronunciam contrariamente a isso, bem como, **(c)** foram apresentadas as razões que os levaram a se pronunciarem dessa maneira. Ao que tudo indica, três foram os objetivos cumpridos ao longo dos capítulos 3-6 de Γ, resta agora indagar por meio de quais partes do texto o Estagirita pensa ter cumprido como cada um deles.

O item **(c)** é, por certo, o mais fácil de determinar a parcela do texto correspondente, pois o próprio Aristóteles é quem o revela. O capítulo 5 de Γ é devotado inteiramente à apresentação das razões que levaram algumas pessoas a sustentarem opiniões contrárias ao PNC. Aristóteles apresenta dois tipos de

²²⁶ Tal entendimento sobre essa passagem também pode ser encontrado em POLITIS, Vasilis. *Aristotle and the Metaphysics*. II. Series: Routledge Philosophy Guidebooks. London and New York; Routledge, 2004, p. 126-28.

²²⁷ Ὅτι μὲν οὖν **(a)** βεβαισιότητα δόξα πασῶν τὸ μὴ εἶναι ἀληθεῖς ἅμα τὰς ἀντικειμένας φάσεις, καὶ **(b)** τί συμβαίνει τοῖς οὕτω λέγουσι, καὶ **(c)** διὰ τί οὕτω λέγουσι, τοσαῦτα εἰρήσθω· (1011b 13 – 15)

opositores, uns que foram motivados por dificuldades legítimas de pensamento, outros que procedem apenas em vista do palavreado (1009a 15-22). O capítulo é devotado a esclarecer os porquês relacionados ao primeiro tipo de opositor. Já o item **(a)** parece restrito ao capítulo 3 de Γ , se considerarmos que Aristóteles tem em mente por meio desse item apenas a enunciação do mais firme de todos os princípios. O item **(b)**, por sua vez, certamente ocupa a totalidade de Γ 4 e, muito provavelmente também Γ 6, capítulo este dedicado à refutação daquele grupo de opositores que sustentam opiniões contrárias ao PNC em vista do palavreado. A identificação aqui proposta não pretende ser absolutamente precisa, mas apenas suficientemente adequada à estrutura geral da argumentação.²²⁸ A pergunta que quero agora propor é a seguinte: em que parte do texto Aristóteles prova que o PNC é princípio buscado?

Se a interpretação para o item **(a)** for adequada, então, é certo que tal tarefa não foi levada a cabo por meio da parcela do texto que lhe é referente, pois, como tenho sugerido, Γ 3 não é capaz, nem foi pensada para cumprir com o propósito de mostrar qual dentre todos os demais axiomas é aquele buscado. O item **(c)**, por motivos óbvios, não é candidato ao pleito. Sendo assim, não nos resta outra opção que o item **(b)**. Se Aristóteles está utilizando das consequências de se negar PNC para mostrar que ele é o mais firme de todos, em que parte exatamente ele faz isso? Em todo o texto, ou apenas em alguma de suas partes ou argumentos?

A resposta mais adequada talvez necessite contemplar as duas possibilidades. Por um lado, acredito que faça parte da estratégia argumentativa empregada por Aristóteles o fornecimento de uma pletora de razões pelas quais o PNC é o princípio buscado. Por outro lado, é certo que os argumentos oferecidos possuem valor desigual na economia interna do empreendimento aristotélico.

Sobre esse último ponto, parece ser consensual entre os intérpretes que a parcela mais importante da argumentação de Γ 4 se encontra entre as linhas 1006a 11 e 1007b 18. Nessa passagem temos o que comumente se identifica como os limites da demonstração elêntica. Existe muita discordância quanto aos detalhes da argumentação, sobre o número de argumentos, sobre as suas subdivisões e sobre o encadeamento argumentativo com um todo. Contudo, de um modo geral, aceita-se

²²⁸ O item (c) aparece em Γ 4, por exemplo, intercalado com a exposição relativa ao item (b). Em 1007 b 25 e ss Aristóteles fala da consequência acarretada para certos detratores do PNC: tudo se tornaria uma só coisa; e logo em seguida explica que eles assim procederam por se pronunciarem sobre o indefinido (ἀόριστος).

que essa parcela do texto de Γ 4 contém os elementos centrais da argumentação aristotélica, com o que estou plenamente de acordo.

No meu trabalho de dissertação tratei exaustivamente dessa passagem e desenvolvi uma leitura para mesma à luz de certos elementos analisados nos *Segundos Analíticos* I, 22. Tal procedimento permitiu desenvolver uma leitura para a argumentação de Γ 4 em que a temática do *regresso ao infinito* assumisse um lugar de destaque. Naquela ocasião, já antecipando a atual pesquisa, desenvolvi uma leitura para a argumentação aristotélica sem me posicionar sobre o seu propósito específico, se se tratava da tentativa de provar que o PNC era verdadeiro ou se ele possuía, de fato, o título de mais firme de todos os princípios.²²⁹ Tal decisão, ou melhor, a ausência de uma decisão quanto ao propósito não pareceu resultar em prejuízo algum para a compreensão do texto, mas ao contrário, em diversos momentos mostrou-se vantajosa para a análise da estrutura e do encadeamento argumentativos.

Pois bem, o momento em que estamos agora, no presente trabalho, é justamente aquele em que ambas as pesquisas desenvolvidas se encontram. A partir dessa etapa ambos os trabalhos começam a se entrecruzar. Considerando-se que a argumentação de Γ 4 já foi tratada em detalhes na dissertação e que sua reprodução aqui demandaria um esforço e espaço expositivos deveras dispendiosos, creio que será necessária certa cautela e jogo de cintura, para que não nos percamos nem em repetições desnecessárias, nem em omissões importantes. Visando o melhor resultado para a pesquisa como um todo, bem como o encadeamento expositivo do presente trabalho, proponho prosseguir do seguinte modo.

Na medida em que a argumentação já foi analisada na dissertação sem levar em consideração o seu propósito, tentarei agora analisar o cumprimento do seu propósito sem levar em conta os detalhes da argumentação. Isso não significa que irei ignorar os argumentos apresentados por completo, mas significa apenas que colocarei mais ênfase nos resultados encontrados do que nos meios pelos quais os mesmos foram alcançados. Não obstante, acredito ser de bom tom apresentar, ainda que em linhas bastante gerais, o modo como entendo a estrutura e o encadeamento argumentativo presentes na passagem supramencionada. Meu intuito, ao proceder dessa maneira, não é o de corroborar ou prover algum suporte para o que será

²²⁹ Cf., LOURENÇO, 2013a, p. 149.

apresentado em seguida, mas apenas deixar mais claro ao leitor o modo como compreendo o texto em seu todo. Antes de apresentar o esquema da argumentação, é importante frisar que se trata apenas de uma exposição superficial e um tanto imprecisa, como não poderia deixar de ser, em virtude de sua brevidade. Para mais detalhes e uma melhor apreciação será inevitável a leitura do texto de dissertação na íntegra.

Esquema da demonstração elêntica de *Metafísica* Γ 4 (1006a 11-1007b18)

- (1) **Ponto de partida** para a argumentação: dizer algo como sentido (σημαίνειν τι).
Resultado obtido: algo definido (ὠρισμένον τι) [1006a 18-25]
- (2) Corolário a partir do resultado obtido inicialmente: os nomes significam algo definido, e, por conseguinte, significam algo uno/tem um significado: Univocidade dos nomes. [1006a 28-31]

argumento (1): Definição e univocidade do significado. A existência de algo definido (ὠρισμένον τι) implica necessariamente na possibilidade que um nome tenha um único significado (σημαίνει ἓν).

Consequência da negação do resultado obtido no passo (1): Se os nomes não fossem definidos (ὠρισμένον τι), mas significassem coisas em número ilimitado (ἄπειρα σημαίνειν), suprimir-se-ia o pensamento e o discurso racional.

Causa: não é possível pensar nada sem que se pense algo uno.

Se é possível pensar, então é possível estabelecer para isso que se pensa, uma definição única. [1006a 34-1006b 10]

- (3) Explicação sobre o sentido da expressão “significar algo uno” (σημαίνει ἓν): Se A significa B, e se C é A, então C é B. A univocidade e transitividade do significado. [1006a 28-34]
- (4) Início da formulação do **argumento (2)**: PNC e univocidade do significado.
Tese: não é possível que o significado do nome “Homem” seja contraditório SE for preservada a distinção entre os modos de significação ἓν e καθ' ἑνὸς.
Consequência da negação da distinção: todas as coisas seriam uma única.
Causa: sinonímia absoluta. Todas as coisas significariam do mesmo modo e teriam o mesmo significado. [1006b 11-18]

(5) Parêntese na estrutura do **argumento (2)**

Passagem do plano lógico/semântico para o plano ontológico. [1006b 18-1007a 4]

(6) Retomada da formulação do **argumento (2)**

Antítese: Análise da possibilidade de que tudo signifique do modo *σημαίνει ἔν*.
Relação entre *σημαίνει ἔν* e predicação: a transitividade dos predicados consiste num encadeamento predicativo (conforme passo (3): C é B é A)

Consequência (a): regresso ao infinito na predicação.

Consequência da aceitação da antítese (b):

(i) impossibilidade do diálogo; [1007a 7-20]

(ii) destruição da substância e da essência (*ἀναιρουσιν οὐσίαν καὶ τὸ τί ἦν εἶναι*):
tudo seria por concomitância (*Πάντα κατὰ συμβεβηκός*) [1007a 20-33]

(7) **Argumento (2):** a possibilidade do regresso ao infinito na predicação (ou tudo ser afirmado por concomitância)

Resposta: impossibilidade de mais de dois itens se conectarem em uma proposição. A predicação não vai ao infinito nem para cima, nem na direção para baixo.

Conclusão: impossível que as contraditórias sejam predicadas ao mesmo tempo. [1007a 33- 1007b 18]. Com isso está provada que a distinção entre os modos de significação no passo (4) é necessária.

Além do esquema apresentado é importante mencionar dois pontos sobre os pressupostos de fundo que orientam a leitura da argumentação como um todo. O primeiro, diz respeito à presença do essencialismo na prova. Na leitura que desenvolvi, ele não está presente nos momentos iniciais da argumentação, até o final do passo (4). Contudo entendo que ele poderia estar presente, sem que com isso a argumentação perdesse algo de sua eficácia ou mesmo validade.²³⁰ A respeito dessa questão acompanho o entendimento de Edward Halper, que vê na presença do essencialismo, não um vício argumentativo, mas a virtude do argumento.²³¹ Aristóteles inicia a argumentação no plano lógico/semântico apenas por uma

²³⁰ Para mais detalhes, in LOURENÇO, 2013a, p. 146-149. Também trato dessa mesma questão em, idem, 2014, p.197-198.

²³¹ Cf., nota 50 e 73 do presente trabalho.

estratégia argumentativa, mas o seu interesse é associar o PNC ao conceito de substância e operar ao nível das coisas mesmas. Sinal disso é que ele faz a passagem do plano lógico/semântico para o ontológico o mais prontamente possível, já a partir do passo (5). Após esse passo a argumentação toda opera no plano ontológico. Na minha leitura para a argumentação, o argumento que trata do PNC é o número (2), de maneira que a prova ocorre no plano ontológico. Isso é de extrema importância para a economia interna da argumentação, pois através desse argumento Aristóteles consegue mostrar o porquê da negação do PNC implicar na destruição de toda a realidade (e com isso mostrar que ele é o mais firme de todos os princípios).

O segundo pressuposto que orienta minha interpretação diz respeito ao público ao qual se destina a argumentação. Acompanho a sugestão feita por Lear e Code quanto à compreensão de que Aristóteles não possui como alvo os opositores do PNC, mas sim um público que aceita o PNC como verdadeiro.²³² De um modo geral, a ideia é de que Aristóteles estaria tentando mostrar aos seus ouvintes, por meio das consequências absurdas as quais estariam sujeitos os negadores do PNC, que este é o mais firme de todos os princípios. Em acréscimo a essa ideia, postulei a hipótese da audiência em comum, a qual, baseada nos elementos em comum e na interdependência argumentativa entre as argumentações de *Metafísica* Γ 4 e *Segundos Analíticos* I 22, postulava um público extremante familiarizado com ambos os tratados.²³³

4.2 Definição e Não-Contradição: as consequências de não se reconhecer o princípio mais firme de todos

²³² Lear (1980, p. 99) afirma que o argumento de Γ 3 estabelece o cenário para a argumentação subsequente em Γ 4, e que ele não é designado para provar o PNC, mas sim, que é impossível duvidar dele. Como corolário dessa tese ele afirma que a argumentação como um todo não é primariamente direcionada aos adversários que negam o PNC, mas sim àqueles que já o aceitaram como verdadeiro. O objetivo da prova seria revelar para estes últimos a posição contraditória em que se encontram aqueles primeiros, (cf., 1980, p. 113-14). Code por sua vez (em acréscimo a sugestão de Lear) sustenta que Aristóteles está mostrando para aqueles que já aceitaram a verdade do PNC, a razão pela qual todos aqueles comprometidos com o pensamento ou discurso significativo devem aceitá-lo enquanto tal, (cf., 1986, p.356-57).

²³³ LOURENÇO, 2013a , p.168-173.

A análise e a interpretação da demonstração elêntica efetuada por Aristóteles em Γ 4 não é, por certo, uma tarefa de fácil e rápida execução. O texto, por meio do qual é apresentada, é de difícil entendimento, bem como possui uma série de sutilezas argumentativas e pressupostos de fundo. Contudo, como já ressaltado, para cumprir com o objetivo do presente trabalho, não será necessário adentrar na selva interpretativa a qual uma exegese minuciosa do texto fatalmente nos levaria. O meu propósito é simplesmente mostrar, ainda que apenas em linhas gerais, como a argumentação desenvolvida por Aristóteles pode oferecer algum suporte para os qualitativos (iii) e (v) a respeito do PNC, e com isso mostrar que ele é, de fato, o mais firme de todos os princípios. Meu interesse é revelar como o Estagirita poderia estar mostrando que o PNC é absolutamente universal e é condição de possibilidade do conhecimento enquanto tal. Para tanto, será necessário chamar atenção para alguns pontos nevrálgicos da demonstração elêntica, a saber, (1) a relação entre Definição e Não-Contradição, e (2) as consequências geradas a partir da negação desses dois conceitos.

Sobre o ponto (1), a passagem de interesse para o seu entendimento vai do começo da demonstração elêntica, em 1006a 11, até 1006b 15.²³⁴ Nessa passagem do texto de Γ 4, Aristóteles apresenta de maneira gradativa a relação de implicação entre ser algo definido ($\omega\rho\iota\sigma\mu\acute{\epsilon}\nu\omicron\nu\ \tau\iota$), significar algo uno ($\sigma\eta\mu\alpha\acute{\iota}\nu\epsilon\iota\nu\ \acute{\epsilon}\nu$), e ser não-contraditório.²³⁵ *Grosso modo*, o Estagirita argumenta que uma vez que se tenha algo definido ou delimitado ($\omega\rho\iota\sigma\mu\acute{\epsilon}\nu\omicron\nu\ \tau\iota$),²³⁶ um nome ($\acute{\omicron}\nu\omicron\mu\alpha$), por exemplo, então é possível lhe estabelecer um único significado ($\sigma\eta\mu\alpha\acute{\iota}\nu\epsilon\iota\nu\ \acute{\epsilon}\nu$), i.e., é possível determinar exatamente aquilo que o nome, no caso, significa.²³⁷ Assim sendo, uma vez

²³⁴ Essa passagem foi alvo de tratamento minucioso em *ibidem*, p. 131-158. Na ocasião mostrei em detalhes o modo como as diferentes partes do texto se articulam, bem como o seu papel na economia interna da argumentação como um todo.

²³⁵ Entendo os termos $\omega\rho\iota\sigma\mu\acute{\epsilon}\nu\omicron\nu$ (definição, delimitação, determinação) e $\sigma\eta\mu\alpha\acute{\iota}\nu\epsilon\iota\nu\ \acute{\epsilon}\nu$ (significar algo uno, ter um significado) em seus sentidos mais gerais e descomprometidos com quaisquer doutrinas aristotélicas. Embora acredite que Aristóteles tem em mente suas doutrinas da substância e da significação quando faz uso desses termos e expressões, a argumentação por ele desenvolvida não depende delas nos seus momentos iniciais. Ofereci um tratamento detalhado sobre essa questão no meu trabalho de dissertação, para mais detalhes, cf., n. 85 e 175, in *ibidem*, p. 63 e 141.

²³⁶ Para aqueles leitores que não estão familiarizados com a estratégia argumentativa adotada por Aristóteles na demonstração elêntica de Γ 4, é interessante lembrar que o estabelecimento de algo definido ($\omega\rho\iota\sigma\mu\acute{\epsilon}\nu\omicron\nu\ \tau\iota$) se deu em razão da exigência inicial de se dizer algo com sentido ($\sigma\eta\mu\alpha\acute{\iota}\nu\epsilon\iota\nu\ \tau\iota$). O adversário não pode se furtar de tal demanda, pois assim não estaria dialogando e se assemelharia a uma planta. A partir da enunciação desse algo com significado, Aristóteles infere o estabelecimento de algo definido (i.e., aquilo mesmo que foi significado).

²³⁷ Aristóteles menciona como uma possível objeção: a possibilidade de um nome ter muitos significados. Ele diz que isso não constitui um problema, conquanto o nome não signifique infinitas

estabelecido o significado exato de um nome, i.e., um nome com um único significado, então é impossível que ele também não signifique exatamente aquilo que significa. Se um nome significa algo uno, então, não é possível, simplesmente, que ele signifique de modo contraditório, argumenta Aristóteles (1006b 11-14).

O que exatamente Aristóteles quer dizer com isso? Qual é a relação entre algo ser definido, algo possuir um único significado, e algo não ser contraditório? A resposta para a relação entre os dois primeiros é um tanto simples e de certo modo um tanto intuitiva. Se algo possui um limite e, no caso aqui em questão, trata-se de um nome que significa algo, ainda que ele signifique mais de uma coisa, i.e., que o nome tenha vários significados distintos, se eles forem em número limitado, então é possível estabelecer dentre eles qual se está querendo significar. Se algo é definido, então ele é algo uno, i.e., é possível estabelecer o seu significado exato.²³⁸

Do mesmo modo, a resposta para o segundo par, digo, para a relação entre significar algo uno e ser não-contraditório, parece ser também um tanto intuitiva. No entanto, antes de me ocupar desse aspecto intuitivo, quero deixar claro que a resposta para essa questão é, na verdade, bem complexa, tanto que demandará, da parte de Aristóteles, todo o restante da demonstração elêntica (até 1006b 15). A questão envolve o contraponto entre ser **não-contraditório** e ter **um significado**, e ser **contraditório** e ter **infinitos significados**. Tratarei desse assunto mais à frente, quando analisar o ponto de interesse número (2). Por hora, basta considerarmos o seguinte: a equivalência entre ser algo que é uno (ἓν) e ser algo que é o mesmo (αὐτό).²³⁹

coisas (ἅπειρα σημαίνειν), isto é, que os seus significados sejam em número definido (ὠρισμένοι τὸν ἀριθμόν). Para resolver o problema da multiplicidade de significados bastaria estabelecer um nome distinto para cada um deles e, desse modo, conseguir que o nome em questão tenha apenas um significado (σημαίνειν ἓν). [1006a 34-1006b 6]

²³⁸Cf., nota anterior desse trabalho. O leitor talvez estranhe a oscilação terminológica entre o plano semântico e o ontológico que a presente exposição faz: entre significar algo e ser algo. Embora a argumentação possa ser explicada de modo a evitar tal flutuação, como já mencionado alhures, tal cuidado não se faz necessário. Além disso, o próprio Aristóteles faz um uso bastante curioso do termo σημαίνειν, em *Categorias*, por exemplo, temos a seguinte afirmação: “Toda substância parece significar um isto. No que concerne a substância primeira é incontestavelmente verdade que significa um isto: pois o que é sinalizado é indivisível e uno quanto ao número” Πᾶσα δὲ οὐσία δοκεῖ τόδε τι σημαίνειν. ἐπὶ μὲν οὖν τῶν πρώτων οὐσιῶν ἀναμφισβήτητον καὶ ἀληθές ἐστιν ὅτι τόδε τι σημαίνει· ἄτομον γὰρ καὶ ἓν ἀριθμῷ τὸ δηλούμενον ἐστιν. (3b 10-13)

²³⁹ Edward Halper chama atenção para esse ponto em sua leitura sobre a argumentação de Γ 3-4. O autor toma a relação entre os termos como ponto de partida para determinar o escopo maximamente universal do PNC, bem como para introduzir a relação deste com o conceito de substância, cf., HALPER, 1984, p. 376-380.

De fato, os sentidos de ser o *mesmo* e ser *um* parecem facilmente se sobreporem. O próprio Aristóteles atesta isso no livro Δ da *Metafísica*, no verbete sobre os significados de “mesmo” (Ταυτά). Como seria de se imaginar, o Estagirita diz que “as coisas são ditas ‘*mesmas*’ em todos os modos segundo os quais se diz o ‘*um*’”.²⁴⁰ Note-se a ocorrência do termo “*mesmo*” (αὐτό) na formulação do PNC:

impossível atribuir e não atribuir **o mesmo** <atributo> ao mesmo tempo para **o mesmo** <subjacente> segundo **o mesmo** <aspecto>
τὸ αὐτὸ ἅμα ὑπάρχειν τε καὶ μὴ ὑπάρχειν ἀδύνατον **τῷ αὐτῷ** καὶ κατὰ **τὸ αὐτό** (1005b 18-22)

A estrita observância do PNC não resulta em outra coisa que algo uno, i.e., em algo que possui um único e mesmo significado. O PNC é a garantia da univocidade absoluta e irrestrita. Sinal disso, pode ser encontrado em uma passagem dos *Elencos Sofísticos*, na qual Aristóteles, visando à univocidade dos termos, demanda a observância do PNC como condição de validade para uma refutação *strictu sensu*.

pois, uma refutação é contradição de uma mesma e única <coisa>, não do nome, mas da coisa, e não do nome sinônimo, mas do mesmo <nome>, a partir das coisas concedidas e por necessidade, [...] **segundo o mesmo, e a partir do mesmo, e do mesmo modo, e uma ao mesmo tempo**.²⁴¹ (167a 23-27)

Nessa passagem Aristóteles deixa claro que a aplicação do PNC sobre algo em específico, uma coisa ou um nome, resulta na univocidade daquilo que, no caso, se está buscando refutar. É necessário que o nome signifique uma e mesma coisa em todo os casos, do contrário a refutação pretendida não será válida, mas sofística.

Tendo essas questões em vista, é possível dizer que *definição* e *não-contradição* são como o anverso e o reverso de uma mesma e única moeda, a saber, o ser *um*, o ser *algo*. *Definição* e *não-contradição* são indissociáveis entre si, implicando-se mutuamente. O que temos aqui é algo análogo à explicação que

²⁴⁰ τὰ δὲ καθ' αὐτὰ ὁσαχῶσπερ καὶ τὸ ἓν· (1018a 5)

²⁴¹ ἔλεγχος μὲν γὰρ ἐστὶν ἀντίφασις τοῦ αὐτοῦ καὶ ἐνός, μὴ νόματος ἀλλὰ πράγματος, καὶ ὀνόματος μὴ συνωνύμου ἀλλὰ τοῦ αὐτοῦ, ἐκ τῶν δοθέντων ἐξ ἀνάγκης (μὴ συναριθμουμένου τοῦ ἓν ἀρχῆ), κατὰ ταῦτο καὶ πρὸς ταῦτο καὶ ὡσαύτως καὶ ἐν τῷ αὐτῷ χρόνῳ. (167a 23-27)

Aristóteles oferece em Γ 2 sobre *ser* e *um*, ambos “são uma única e mesma natureza, eles acompanham um ao outro ainda que não se manifestem por meio da mesma noção.”²⁴² Tudo aquilo que é *ser* é também *um*, tudo que é *um* é determinado e é não-contraditório. Do mesmo modo como não se pode dissociar *ser* e *um*, tampouco se pode dissociar *ser algo definido* e *ser não-contraditório*.

Outro modo pelo qual podemos compreender a relação entre *ser definido* e *ser não-contraditório* reside na análise das consequências advindas da negação de ambos. E isso nos leva ao ponto número (2), supramencionado.

No que diz respeito à negação ou recusa quanto à definição de algo (ὠρισμένον τι),²⁴³ Aristóteles nos oferece um panorama muito esclarecedor desde os momentos iniciais da demonstração elêntica. Conforme já mencionado, o Estagirita apresenta como condição de possibilidade para o desenvolvimento de sua argumentação, a necessidade de seu adversário querer dizer algo com sentido (σημαίνειν τι); cumprindo-se com essa exigência inicial, já haveria algo definido ou determinado (ὠρισμένον τι) e a demonstração poderia ser realizada. Do contrário, isto é, caso ele não queira ou se recuse a fazê-lo, seria ridículo argumentar com alguém que nada diz nem nada sustenta, assevera o Estagirita. Um indivíduo assim, enquanto dessa maneira se comporta, seria incapaz de dialogar consigo mesmo e com outros, assemelhando-se em razão disso a uma planta.

O princípio contra todos esses casos não é exigir <de alguém> que diga algo ou ser ou não ser (pois se poderia retrucar que isso é postular no princípio), mas que <ele> signifique algo para si e para outro: pois isso é necessário, se <ele> quer dizer algo. Pois, se não <quer> não haveria argumento com tal tipo, nem dele consigo mesmo, nem com outro. Mas se alguém concede isso, haverá demonstração: pois já haverá algo definido.²⁴⁴ (1006a 18-25)

²⁴²“Assim, o *ser* e o *um* <são> uma mesma e única natureza, <dado que > acompanham um ao outro - do mesmo modo como <se dá> com *princípio* e *causa* - ainda que não se manifestem por meio da mesma noção.” (1003b 22-25)

εἰ δὴ τὸ ὄν καὶ τὸ ἔν ταῦτόν καὶ μία φύσις τῷ ἀκολουθεῖν ἀλλήλοις ὥσπερ ἀρχὴ καὶ αἴτιον, ἀλλ' οὐχ ὡς ἐνὶ λόγῳ δηλούμενα (1003b 22-25)

²⁴³ Ofereci um exame detalhado para essa questão, in LOURENÇO, 2013a, p. 131-149. O que se segue aqui é apenas um apanhado, um tando canhestro, do que foi apresentado com muito mais acuidade e minúcias.

²⁴⁴ ἀρχὴ δὲ πρὸς ἅπαντα τὰ τοιαῦτα οὐ τὸ ἀξιοῦν ἢ εἶναι τι λέγειν ἢ μὴ εἶναι (τοῦτο μὲν γὰρ τάχ' ἂν τις ὑπολάβοι τὸ ἐξ ἀρχῆς αἰτεῖν), ἀλλὰ σημαίνειν γέ τι καὶ αὐτῷ καὶ ἄλλω· τοῦτο γὰρ ἀνάγκη, εἴπερ λέγοι τι.

Como podemos observar, o ato de se negar a delimitação de algo, se for permanente, implica na impossibilidade do diálogo e do raciocínio. Algumas linhas mais a frente no texto de Γ 4, a partir de 1006b 5, Aristóteles aprofunda ainda mais essa questão. Ele argumenta que se, porventura, alguém sustentasse que os nomes (ὄνομα) não possuem um significado *definido* (ὠρισμένα), mas sim infinitos significados (ἄπειρα σημαίνειν), nesse caso não haveria mais o discurso racional, pois não ter *um significado* ou não significar algo uno (σημαίνειν ἓν) é o mesmo que nada significar. Sendo assim, o diálogo seria suprimido, quer seja com os outros, quer seja consigo mesmo.

Se, <alguém> não estabelecesse <tais nomes>, mas afirmasse que significa infinitos <nomes>, é evidente que não haveria discurso: pois não significar algo uno é nada significar, e sendo não significantes os nomes destruir-se-ia o dialogar uns com os outros, na verdade, também consigo mesmo: pois, não é possível pensar nada sem pensar algo uno, e se é possível, estará estabelecido um nome para essa coisa uma.²⁴⁵ (1006b 5-11)

Aqui Aristóteles revela com toda clareza desejada as consequências implicadas pela negação da *definição* ou *delimitação* de algo.²⁴⁶ Se algum adversário do PNC, ou quem quer que seja, pretende *dizer algo com sentido*, aquilo por ele pronunciado deve necessariamente ter um número finito de significados (dentre os quais seria possível estabelecer qual deles precisamente se está querendo dizer); do contrário, se ele pretende que o nome signifique absolutamente tudo (se ele ἄπειρα σημαίνειν), então ele nada diz e, porquanto assim procede, é destruída a possibilidade do discurso e pensamento racionais.

Perceba-se que a afirmação aristotélica está longe de ser indevida, ou arbitrária. Se os *nomes* significassem um número infinito de coisas, eles significariam todas as coisas, e, por conseguinte, significariam as mesmas coisas. Ou seja, todos

εἰ γὰρ μή, οὐκ ἂν εἶη τῷ τοιοῦτῳ λόγος, οὐτ' αὐτῷ πρὸς αὐτὸν οὔτε πρὸς ἄλλον. ἂν δέ τις τοῦτο διδῶ, ἔσται ἀπόδειξις· ἤδη γάρ τι ἔσται ὠρισμένον. (1006a 18-25)

²⁴⁵ εἰ δὲ μή [τεθείη], ἀλλ' ἄπειρα σημαίνειν φαίη, φανερόν ὅτι οὐκ ἂν εἶη λόγος· τὸ γὰρ μὴ ἓν σημαίνειν οὐθὲν σημαίνειν ἐστίν, μὴ σημαινόντων δὲ τῶν ὀνομάτων ἀνήρηται τὸ διαλέγεσθαι πρὸς ἀλλήλους, κατὰ δὲ τὴν ἀλήθειαν καὶ πρὸς αὐτόν· οὐθὲν γὰρ ἐνδέχεται νοεῖν μὴ νοοῦντα ἓν, εἰ δ' ἐνδέχεται, τεθείη ἂν ὄνομα τοῦτῳ τῷ πράγματι ἓν. (1006b 5-11)

²⁴⁶ A partir desse momento estou reproduzindo parcialmente e com adaptações o texto da dissertação.

os *nomes* seriam, quanto ao significado, absolutamente idênticos²⁴⁷. Assim, não haveria como estabelecer um significado preciso para um *nome* proferido (“homem”, por exemplo), pois todos os demais *nomes* também significariam precisamente aquilo que ele significa. Não é preciso muito para perceber que a possibilidade de todos os *nomes* possuírem infinitos significados trivializa a linguagem. Os *nomes* perdem a capacidade de sinalizar algo, de significar aquilo que a coisa nomeada é. Nesse contexto, significar tudo é o mesmo que nada significar, e se isso for aplicado para os *nomes* em geral, o ato de nomear se transforma em algo puramente trivial. Sendo assim, seria indiferente dizer de algo que ele é homem, Sócrates estátua, branco, músico, tirreme, ou deus. No plano da significação cada coisa seria todas, e todas as coisas seriam uma só. Com isso fica claro o porquê devem os *nomes* serem necessariamente limitados quanto ao significado (ὠρισμένα) para que possam ter um significado (σημαίνειν ἓν), pois do contrário tudo poderia ser dito de tudo, mas nesse caso já não haveria diálogo ou pensamento.

Em acréscimo a essa ideia, Aristóteles afirma, algumas linhas mais a frente no seu texto, em 1007a 14-15, que é humanamente impossível percorrer com o pensamento uma série infinita de itens, de maneira que seria também impossível conhecer algo que significasse infinitas coisas; não se trata apenas de uma questão temporal inerente à condição humana, isto é, da impossibilidade de percorrer de maneira discreta uma série infinita (já que tal processo jamais alcançaria um término), mas, principalmente, porque o “ser infinito” (ἄπειρος) implica, literalmente, em não ser “algo definido” (ὠρισμένον τι). Ou seja, não há, nesse caso, um objeto no qual o pensamento ou a linguagem possam fixar-se; um nome ou palavra que significa absolutamente tudo (que é infinita) não significa coisa alguma; um pensamento que abarca absolutamente tudo é um pensamento de absolutamente nada.

Dito isso sobre as consequências de se negar a definição de algo, podemos agora, finalmente, tratar das que advém de se negar a não-contradição.²⁴⁸ Aristóteles inicia a argumentação acerca do PNC, em 1006b 11-13, recapitulando os resultados obtidos nas duas primeiras etapas do argumento acerca da possibilidade da *definição*: que um *nome* (a) significa algo (σημαίνειν τι) [1006a 28-31], e que (b) significa uma só

²⁴⁷ Essa é também a interpretação proposta por Alexandre de Afrodísias para essa passagem, cf., 278, 20-25, in ALEXANDER OF APHRODISIAS, 1993, p. 61.

²⁴⁸ Na dissertação essa questão também foi alvo central de interesse, para mais detalhes, LOURENÇO, 2013a, p. 149-168.

coisa (σημαίνειν ἔν) [1006a 31-34]. Uma vez admitido isso, prossegue o Estagirita, então não é possível que aquilo estabelecido como o significado preciso do *nome* “homem” (ou qualquer outro) signifique exatamente aquilo que o “não ser para homem” significa – por exemplo, que homem signifique “animal-bípede” e “não animal-bípede” - **se** for preservada a distinção entre significar algo uno (σημαίνειν ἔν) e significar a respeito de algo uno (σημαίνειν καθ' ἐνός).

Assim, conforme estabelecido no início, o nome significa algo e também significa algo uno: então não é possível o “ser para homem” significar precisamente < o mesmo que > o “não ser para homem”, se o “homem” significa não apenas a respeito de algo uno, mas também algo uno.²⁴⁹ (1006b 11-13)

Apesar da linguagem um tanto truncada dessa passagem o que Aristóteles parece querer dizer é o seguinte: uma vez admitido que um *nome* tenha algum significado e, não apenas isso, que ele possui um significado definido (isso é necessário, pois, do contrário, o adversário simplesmente não estará dialogando), então um *nome* só poderá significar algo contraditório **se** não for observada a distinção entre “significar a respeito de algo uno” (σημαίνειν καθ' ἐνός) e “significar algo uno” (σημαίνειν ἔν). A contradição será possível **somente no caso** desses dois modos de significação serem confundidos, de outra maneira, i.e., se tal distinção for preservada, então a contradição quanto ao significado do *nome* é algo simplesmente impossível (dado que o *nome* possui um significado definido). De um modo geral, o raciocínio aristotélico é bastante claro, contudo uma pergunta surge quase de imediato. Porque, ou como, a indistinção entre os modos de significar assinalados tornaria possível a contradição? Vejam, o que Aristóteles está querendo apontar aqui é uma situação hipotética, na qual uma contradição poderia ser de fato verdadeira. A resposta para essa pergunta é o elemento central para o entendimento das consequências de se

²⁴⁹ ἔστω δὴ, ὡσπερ ἐλέχθη κατ' ἀρχάς, σημαίνόν τι τὸ ὄνομα καὶ σημαίνον ἔν· οὐ δὴ ἐνδέχεται τὸ ἀνθρώπῳ εἶναι σημαίνειν ὅπερ ἀνθρώπῳ μὴ εἶναι, εἰ τὸ ἀνθρώπος σημαίνει μὴ μόνον καθ' ἐνὸς ἀλλὰ καὶ ἔν. (1006b 11-13)

negar o PNC²⁵⁰. Felizmente, Aristóteles não tarda em nos oferecer o esclarecimento necessário sobre essa questão.

Na sequência imediata do texto, o Estagirita começa sua explicação por meio de uma afirmação que parece ser consensual (entre os aristotélicos): o fato de que “significar uma só coisa” (σημαίνειν ἓν) não é o mesmo que “significar a respeito de uma coisa” (σημαίνειν καθ' ἑνός), caso assim fosse todas as coisas seriam uma só, pois todas seriam sinônimas.

(pois, não julgamos <que> o significar algo uno <seja> isto: o significar a respeito de algo uno. Dado que, desse modo, o “musical”, o “branco” e também o “homem” significariam algo uno, de maneira que tudo seria um: pois <todas as coisas seriam> sinônimas)²⁵¹ (1006b 15-18)

O conteúdo dessa passagem é de extrema importância, de modo que precisamos considerá-lo com certa cautela. Importante notar que Aristóteles afirma não julgar que ambos os modos de significação sejam equivalentes, pois, se assim fosse, *nomes* como “branco”, “musical” e “homem” significariam uma só coisa. Lembre-se que um pouco antes o Estagirita postulou que a não observância da distinção entre esses dois modos acarretaria a significação contraditória do *nome* “homem”, agora, ele revela que a razão disso encontra-se no fato de que a não observância acarretaria uma situação em que os *nomes* significariam apenas de um único modo, isto é, apenas σημαίνειν ἓν. Embora a contradição resulte da indistinção entre σημαίνειν ἓν e σημαίνειν καθ' ἑνός, ela, em realidade, ocorre em razão de os *nomes* não significarem de outro modo que σημαίνειν ἓν, deles serem todos sinônimos (συνώνυμα). A contradição resulta, pois, da possibilidade de que o único modo de

²⁵⁰Não tratarei aqui sobre o significado da expressão “significar a respeito de uma coisa” (σημαίνειν καθ' ἑνός), o que foi alvo de grande interesse na dissertação, cf., *ibidem*, p.152-155. Saber o que exatamente Aristóteles entende por essa expressão, bem como o seu contraponto com σημαίνειν ἓν é por certo uma tarefa envolta em enormes dificuldades exegéticas, as quais parecem agravar-se na medida em que o próprio autor fornece exígua explicação a esse respeito. Malgrado as dificuldades mencionadas, compreendo que o entendimento sobre o significado de σημαίνειν καθ' ἑνός não é necessário para a compreensão da passagem como um todo. Aristóteles vai sustentar, nas linhas que se seguem, que a indistinção entre os modos de significação resulta em todos os nomes significarem do modo σημαίνειν ἓν. Quanto ao significado de σημαίνειν ἓν, Aristóteles oferece uma explicação completa em 1006a 31-34.

²⁵¹(οὐ γὰρ τοῦτο ἀξιοῦμεν τὸ ἓν σημαίνειν, τὸ καθ' ἑνός, ἐπεὶ οὕτω γε κἂν τὸ μουσικὸν καὶ τὸ λευκὸν καὶ τὸ ἄνθρωπος ἓν ἐσήμαιεν, ὥστε ἓν ἅπαντα ἔσται· συνώνυμα γάρ) (1006b 15-18)

significação dos *nomes* seja *σημαίνειν ἓν*, isto é, que eles sempre signifiquem a respeito daquilo que são atribuídos, precisamente aquilo que foi definido como o significado do *nome*.

Uma vez realizadas tais considerações, cabe agora retomar aquela pergunta formulada no parágrafo anterior, sobre porque, ou como, a indistinção entre os modos de significar assinalados tornaria possível a contradição. A resposta aristotélica consiste, como vimos, na afirmação de que, em tal caso, todos os *nomes* significariam uma só coisa. Mas porque, exatamente, isso acarretaria a contradição? Também acerca dessa questão a resposta do Estagirita é bastante direta: porque todas as coisas seriam uma única, pois elas seriam sinônimas (1006b 17-18). Malgrado o tom um tanto breve e circunspecto dessa afirmação, é perfeitamente possível imaginar - ainda que apenas em seus contornos mais gerais - a linha de raciocínio subjaz o pensamento aqui em questão.

É importante, antes de continuarmos, termos em mente o que consiste para um nome significar de modo *σημαίνειν ἓν*. Como já mencionado, Aristóteles esclarece essa questão em uma passagem algumas linhas antes (1006a 31-34). Com significar algo uno o Estagirita quer dizer que: se um item B significa C, então quando dissemos que A é B, isso significa que A é C; há nesse caso, uma cadeia de predicados A é B é C. Temos aqui a regra da transitividade dos predicados, i.e., o predicado C mantém o mesmo significado quando dito de B e de A.

Se todos os *nomes* significassem uma só coisa quando atribuídos a um sujeito, ou melhor, se o significado do *nome* sempre fosse também atribuído à coisa nomeada, então se ficasse estabelecido, por exemplo, que o significado de “homem” é “animal bípede”, ao se dizer que “Sócrates é homem” se estaria dizendo que “Sócrates é animal bípede”. De igual maneira, se “branco” significasse “a mais clara das cores” e “musical” significasse “tal e tal qualidade”, dizer “que Sócrates é branco” e que “Sócrates é musical” seria dizer que “Sócrates é a mais clara das cores” e que “Sócrates é tal e tal qualidade”. A transitividade dos predicados ocorreria em todos os casos, e, em razão disso, Sócrates seria tudo aquilo que lhe é predicado. Todas essas coisas seriam, de fato, uma única.

Vale ressaltar que o argumento não se restringe aos *nomes* “branco”, “musical” e “homem” (como talvez possa parecer em razão dos exemplos), a afirmação aristotélica de que “todas as coisas seriam uma” deve ser tomada, creio, ao pé da letra. Por certo, em princípio, não parece haver boas razões para estabelecer um limite

numérico para os *nomes* atribuíveis a Sócrates, ou a qualquer outro sujeito. Em primeiro lugar, porque o Estagirita considera que o número de concomitantes que podem ser atribuídos é simplesmente infinito (1007a 14-15). Em segundo lugar, porque não está em questão, nessa passagem, qualquer compromisso com a verdade das predicções. Não há nenhum critério ou regra que determine aquilo que faz às vezes de sujeito, ou predicado. Nada impede que alguém afirme, por exemplo, que “Sócrates é tirrene”, ou que “Sócrates é deus”, ou que “o branco é homem”, ou que “o músico é branco”, ou qualquer coisa que se queira. Isso não altera em nada o ponto da argumentação, muito pelo contrário, tal pretensão está perfeitamente de acordo com a proposta aristotélica.

Além disso, não se trata apenas de *nomes* atribuídos a um mesmo sujeito como, por exemplo, Sócrates, mas sim a qualquer sujeito. Digo, “branco” pode ser o *nome* de uma infinidade de coisas, sendo que todas elas seriam “a mais claras das cores”. Por um lado, tem-se uma situação em que há um sujeito e infinitos *nomes*, por outro, um *nome* que pode ser atribuído a infinitos sujeitos. Se todos os *nomes* significassem uma só coisa (se esse fosse o único modo de significar dos *nomes*), tanto seria verdade dizer que “todas as coisas seriam uma”, como que “uma seria todas”. Curiosamente, a afirmação aristotélica “ἐν ἅπαντα ἔσται”, feita ao fim da passagem supramencionada, pode ser traduzida de ambos os modos.

A ideia que Aristóteles parece querer transmitir, por meio dessa passagem como um todo (de 1006b 11-18), é sobremaneira interessante. Lembre-se que o adversário foi levado a concordar sobre a necessidade dos *nomes* *significarem uma só coisa*, pois, do contrário, nada significariam (1006b 7). Contudo, se esse fosse o único modo de significação; se todos os *nomes* se comportassem dessa maneira a respeito daquilo nomeado, então o ato de nomear seria transformado em algo totalmente trivial. Se para todos os casos em que ocorre uma denominação o *nome* significa a respeito do sujeito exatamente aquilo que o significado do nome diz, então dizer qualquer coisa sobre qualquer coisa é igualmente informativo. Pouco importa se se diz que algo é “branco”, “musical” ou “homem”. Frente tal possibilidade a noção de *significar algo uno* (σημαίνειν ἓν) é trivializada e os *nomes* perdem completamente sua função ou propósito, por conseguinte o próprio discurso torna-se inconsistente. Uma vez que isso ocorre, qualquer coisa se segue, isto é, a contradição torna-se a regra da significação em geral, mas nesse caso, já não é mais possível nem o diálogo, nem o pensamento.

Lembre-se que Aristóteles faz questão de frisar que um *nome* só poderia significar algo contraditório **se** não fosse observada a distinção entre os modos de significação ἔν e καθ' ἐνός; e que isso é o mesmo que todos os *nomes* significarem de um único modo (ἐν), o que, por sua vez, resulta em todas as coisas significarem uma. Somente nesse caso, um *nome* poderia significar de modo contraditório, “homem” significaria tanto “animal bípede” quanto “não animal bípede” e, indiferentemente, qualquer outra coisa. A contradição só é possível se a linguagem for trivial e inconsistente. Trivialidade, inconsistência e contradição, aparentemente, o Estagirita está estabelecendo aqui uma regra (ainda que de maneira um tanto intuitiva) que se revelará um dos princípios fundamentais da lógica clássica.²⁵²

Antes de encerrarmos essa questão é interessante ter mente que o argumento aristotélico não se encontra restrito ao plano da significação e do discurso, embora o possua como pano de fundo privilegiado. Como já mencionado, o próprio Aristóteles não tardará em anunciar, com toda clareza desejável, a intenção de transpor a argumentação do plano da linguagem para o das coisas mesmas (1006b 20-22). Sobre esse ponto, digo, sobre as consequências de se negar o PNC no plano das coisas mesmas, ou melhor, na sua dimensão ontológica, gostaria de tecer um brevíssimo apontamento a respeito da conexão da substância (οὐσία) na relação entre ser algo uno (ἐν) e ser não-contraditório.

Não devemos perder de vista o contexto geral da argumentação que aqui estamos analisando, a saber, o projeto de uma ciência *do ser enquanto ser*, tampouco, o papel que o conceito de substância (οὐσία) desempenha na sua constituição. Foi graças à significação πρὸς ἔν da substância com os demais sentidos de *ser* que Aristóteles pode suplantar a barreira imposta pela ausência de unidade genérica para a constituição de uma disciplina científica, nos moldes da doutrina apresentada nos *Segundos Analíticos*. O ἔν aqui em questão é, sem sombra de dúvida, a substância. Com efeito, no livro Δ da *Metafísica*, no verbete sobre os sentidos em que se diz o *um* (ἐν), Aristóteles nos informa que as substâncias são aquilo que é maximamente *um* (μάλιστα ἐν) (1006b 1-3). No mesmo fôlego diz que, tal como com os sentidos de *ser* (τὸ ὄν) também no caso do *um* (τὸ ἐν), a unidade de significação se dá a partir da substância (1006b 6-9). Somando-se a isso, temos a tese aristotélica, apresentada

²⁵² Refiro-me ao princípio da explosão lógica, cuja identificação foi tradicionalmente (e erroneamente) atribuída a Duns Scotus. *Grosso modo*, tal princípio consiste na ideia de que de contradição tudo se segue.

em *Categorias*, sobre a substância não possuir um contrário (3b 24 e ss), mas apenas ser receptiva de propriedades contrárias entre si (4a 10 e ss).

Note-se que a substância sendo maximamente *um* e maximamente não-contraditória - porquanto não possui sequer algo que lhe é contrário - não está isenta, paradoxalmente, de contradições, pois é receptiva de contrários. Em razão disso, se a contradição fosse possível, então uma substância deveria possuir infinitos atributos, e dessa maneira, ser todas as coisas. Contudo, isso implicaria não em uma espécie de monismo, mas na perda total e irrestrita de toda e qualquer definição. A rigor, não haveria uma coisa que é todas, mas simplesmente coisa alguma, porquanto inexistiria qualquer delimitação ou unidade. Como bem assinala Aristóteles, uma única contradição, se fosse o caso, acarretaria a destruição da substância e da essência (ὅλως δ' ἀναιροῦσιν οἱ τοῦτο λέγοντες οὐσίαν καὶ τὸ τί ἦν εἶναι, 1007a 20-2). Com efeito, logo que Aristóteles encerra a demonstração elêntica (ao menos no tocante ao modo como entendo sua estrutura), ele menciona Anaxágoras e o dito “todas as coisas juntas”, assinalando como causa desse tipo pensamento o pronunciar-se sobre o indefinido (τὸ ἀόριστόν) (1007b 25-26)

A implicação entre todas as contraditórias serem verdadeiras ao mesmo tempo e a indeterminação de todas as coisas, é uma ideia recorrente ao longo de todo o capítulo 4 de *Metafísica* Γ. De diferentes modos e sobre diferentes perspectivas Aristóteles a apresenta, vez após vez, como uma espécie de refrão.

Tendo em vista o que foi até o momento exposto, não parece ser difícil intuir o modo como os qualitativos (iii) e (v) podem ser contemplados pela argumentação em favor do PNC como sendo o mais firme de todos os princípios. No tocante ao escopo maximamente universal, temos dois pontos de partida para a elaboração de uma resposta.

Primeiramente, temos a relação entre a significação de algo uno e a impossibilidade da contradição. Do modo como apresentei essa questão, especialmente no que tange à associação destes conceitos com o conceito de substância, é possível depreender que o escopo do PNC se estende até onde a substância alcança. Como vimos, é justamente ela que possibilitou o desenvolvimento

de uma ciência cujo escopo de investigação coincide com nada menos que a realidade em seu todo.²⁵³

Em segundo lugar, vimos que a admissão de apenas uma única contradição, foi capaz de gerar a trivialização de todas as coisas. É importante destacar isso: de uma única contradição, acerca de um ser qualquer, Aristóteles foi capaz de engendrar a destruição de tudo aquilo que é. Isso significa que nada, absolutamente nada é contraditório, do contrário, não haveria coisa alguma. O raciocínio que subjaz essa questão é bastante simples e, deveras, genial. Aristóteles nos apresenta um caso análogo a esse tipo de raciocínio, naquele argumento em que prova a necessidade dos *nomes* serem delimitados. Naquela passagem que analisamos, ele diz, ao fim de seu argumento, que a não-delimitação de um *nome* acarretaria o fim do pensamento e do discurso racionais; contudo, dado que é possível pensar algo, isto é, dado que pensamos, então há de serem os nomes passíveis de delimitação (1006 b 10-11). Penso, logo eu defino, poderia dizer Aristóteles ao fim de sua argumentação, adiantando assim em quase dois mil anos o *cogito* cartesiano.²⁵⁴

Quanto à corroboração do qualitativo (**v**), no que tange ao estabelecimento do PNC como condição de possibilidade do conhecimento enquanto tal. Também não fica difícil perceber o modo com Aristóteles procede nesse caso. Aqui, como na questão anterior, podemos pensar em uma resposta a partir de dois pontos de partida.

O primeiro, diz respeito à necessidade de delimitação como condição do pensamento e discurso racionais. Como vimos, se tal não for obtido, não nos resta outra escolha que o mutismo das plantas. Um indício muito interessante de que a conformidade com o PNC é amplamente reconhecida como condição *sine qua non* do discurso e da racionalidade em geral, pode ser encontrado no exemplo do Crátilo, mencionado pelo próprio Estagirita em Γ 5. Segundo Aristóteles, a doutrina heraclítica do fluxo deu origem a mais extrema das opiniões, a de que não se deveria dizer nada, uma vez que tudo sofre mudança o tempo todo, de maneira que nada se pode dizer de verdadeiro(1010a 7-15). Por certo, não deixa ser uma ironia e um paradoxo, que

²⁵³ Faço coro ao clamor de Halper quanto à importância estratégica de se destacar o essencialismo na argumentação. Antes de representar uma falha ou carência do argumento, creio, como Halper, que tal presença consiste na virtude do mesmo. Isso se torna ainda mais patente se considerarmos, como Lear e Code, que Aristóteles não visa um público hostil às suas doutrinas filosóficas.

²⁵⁴ Para mais detalhes sobre a estratégia argumentativa utilizada por Aristóteles nessa passagem, ver LOURENÇO, 2013a, p. 139-149.

o silêncio de Crátilo, muito coerentemente, resulta da constatação de que tudo é contraditório (ou de que nada é o *mesmo*).²⁵⁵

Por fim, a razão do PNC ser condição de possibilidade do conhecimento enquanto tal se mostra com toda sua força quando se considera a questão dos encadeamento predicativos ao infinito. Como vimos a contradição implicaria na indistinção entre os modos de significação $\acute{\epsilon}\nu$ e $\kappa\alpha\theta' \acute{\epsilon}\nu\acute{o}\varsigma$, o que também resultaria na completa trivialização do discurso e do pensamento. Além disso, como mencionado na questão anterior sobre o escopo do PNC, a ocorrência de uma simples contradição seria capaz de engendrar a destruição de tudo aquilo que é. Nesse caso, não somente inexistiria qualquer ente que pudesse ser objeto de conhecimento (o que, para um realista epistemológico, já é bastante grave, pois não haveria conhecimento algum), como também sequer existiriam aqueles que conhecem.²⁵⁶

Tendo em vista o que foi apresentado até o momento, bem como o modo que argumentação de Γ 4 poderia oferecer algum suporte para os qualitativos **(iii)** e **(v)** a respeito do PNC, não parece ser de todo inapropriado pensar que Aristóteles tem, realmente, como propósito da demonstração elêntica mostrar que o PNC é o mais firme de todos os princípios.

²⁵⁵ Nessa passagem de Γ 5, conta que Crátilo censurara Heráclito por dizer que não poderíamos entrar no *mesmo* rio duas vezes, pois sequer uma mesma vez poderíamos.

²⁵⁶ Tratei dessa questão nas páginas 118-120 do presente trabalho.

CONCLUSÃO

Na introdução afirmei que o presente trabalho visava à complementação de um projeto de pesquisa maior, iniciado já na pesquisa de mestrado: a ideia de que a *ciência do ser enquanto ser* e a doutrina da ciência aristotélica desenvolvidas, nos tratados da *Metafísica* e dos *Segundos Analíticos*, respectivamente, estão não apenas em consonância, mas são teórica e argumentativamente complementares e dependentes entre si. Também foi mencionado que no trabalho de dissertação fora defendida a complementaridade entre os tratados aristotélicos referidos; todavia, o tema da compatibilidade dos mesmos ficara em aberto, porquanto não havia ainda, na ocasião, posicionado-me quanto ao propósito da argumentação iniciada a partir de *Metafísica* Γ 4.

Como dito, a incompatibilidade entre os tratados supramencionados resulta da compreensão de que Aristóteles está tentando demonstrar em Γ 4, a verdade de um princípio primeiro, o que seria impossível, conforme estabelecido em sua doutrina da ciência. Para solucionar esse problema, foi necessário postular um propósito alternativo ao parecer tradicional, a saber, a defesa do PNC como sendo o mais firme de todos os princípios. A realização dessa tarefa demandou uma cuidadosa análise do texto de *Metafísica* Γ 3, no qual Aristóteles estabelece o referido propósito. A leitura de Γ 3 revelou as deficiências e os dilemas enfrentados pelas leituras tradicionais, as quais entendem que a enunciação do mais firme dos princípios se encontra restrita aos limites do referido capítulo, bem como revelou a necessidade de se buscar, para além desse texto, a complementação necessária para o cumprimento dessa tarefa. Além disso, a análise e interpretação de Γ 3, especialmente no que diz respeito à passagem em que Aristóteles apresenta os qualitativos necessários para a identificação do princípio buscado, forneceu os elementos adequados para que se pudesse encontrar em *Metafísica* Γ 4 aquilo que faltava em Γ 3.

A interpretação desenvolvida para os qualitativos do mais firme de todos os princípios é, sem sombra de dúvida, o ponto central da proposta de leitura apresentada. O significado alternativo proposto para os qualitativos (ii) ser impossível de erro, (iii) ser o mais conhecido e (v) ser não-hipotético, mais adequado ao realismo epistemológico professado por Aristóteles, permitiu pensar o conjunto da argumentação aristotélica em outras bases que aquelas oferecidas pelo entendimento tradicional. A

proposta por mim desenvolvida permitiu sanar as limitações encontradas pela leitura de Alan Code e, em razão disso, foi possível avançar com sucesso na defesa de uma linha alternativa de leitura para o propósito da argumentação iniciada a partir de *Metafisica* Γ 4. Além disso, também permitiu uma melhor fundamentação para a intuição de Edward Halper sobre a questão de fundo envolvendo a demonstração elêntica. Como mencionado, no entender desse autor o interesse principal de Aristóteles seria o de mostrar que a extensão do PNC atinge também a realidade dos entes sensíveis. Isso seria muito mais relevante, dado o contexto das discussões intelectuais contemporâneas ao Estagirita, que simplesmente mostrar que o PNC é verdadeiro, pois permitiria estender o conhecimento científico a uma esfera da realidade estigmatizada por profundas suspeitas e cercada de descrença generalizada. Tal pretensão, por certo condizente com o projeto de uma ciência mestra, possui a inegável vantagem adicional de não converter a argumentação de Γ 3-8 em uma ilha de lógica perdida em um mar de metafísica, como bem sinalizou Halper.

Por fim, a leitura aqui defendida, se se provar verdadeira, ou melhor, se for ao menos factível de ser adotada, então possibilita que muitos dos problemas tradicionalmente associados à argumentação aristotélica, como a acusação de *petitio principii*, ou de *ignoratio elenchi* sejam resolvidos, porquanto sequer se colocam. Além disso, não apenas possibilita uma base inteiramente nova para se pensar a demonstração elêntica de *Metafisica* Γ, como também para o entendimento acerca da natureza do próprio projeto filosófico empreendido por Aristóteles.

A título de encerramento, gostaria de deixar claro que tal proposta de leitura, muito mais que um sério contraponto à compreensão corrente de que a *ciência do ser enquanto ser* representaria uma espécie de divisor de águas na carreira filosófica do Estagirita, se pretende um auxílio na difícil e complexa tarefa de desvendar aquilo que consiste o fazer filosófico para uma das mais extraordinárias mentes de todos os tempos.

APÊNDICE I

Traduções: O texto grego utilizado em todas as citações de *Metafísica* foi, sem alterações, o estabelecido por David Ross in ARISTOTLE. *Metaphysics*. A Revised Text with Introduction and Commentary by W. D. Ross. 1 Vol., Oxford University Press, 1997. As principais traduções consultadas para a língua portuguesa foram as de Angioni (2007) e a tradução Perine/Reale (2002), para a língua espanhola, a de Yebra (1990), e para a língua inglesa, a de Kirwan (2003).

Metafísica Γ 3 (1005a 19-1005b 34)

Λεκτέον δὲ πότερον μιᾶς ἢ ἐτέρας ἐπιστήμης περὶ τε τῶν ἐν τοῖς μαθήμασι καλουμένων ἀξιωμάτων καὶ περὶ τῆς οὐσίας.

Devemos dizer se uma única, ou distintas ciências, <investigam> acerca <daqueles princípios> chamados, nas matemáticas, axiomas e acerca da substância. (1005a 19-21)

φανερὸν δὴ ὅτι μιᾶς τε καὶ τῆς τοῦ φιλοσόφου καὶ ἡ περὶ τούτων ἐστὶ σκέψις· ἅπανσι γὰρ ὑπάρχει τοῖς οὐσίαις ἄλλ' οὐ γένει τινὶ χωρὶς ἰδίᾳ τῶν ἄλλων.

Evidente que <é> uma única a <ciência> que acerca deles investiga, e que <é> a <ciência> do filósofo: pois <são> atribuídos a todos os seres, mas não particularmente a um gênero, à parte dos demais. (1005a 21-23)

καὶ χρῶνται μὲν πάντες, ὅτι τοῦ ὄντος ἐστὶν ἢ ὄν, ἕκαστον δὲ τὸ γένος ὄν· ἐπὶ τοσοῦτον δὲ χρῶνται ἐφ' ὅσον αὐτοῖς ἰκανόν, τοῦτο δ' ἔστιν ὅσον ἐπέχει τὸ γένος περὶ οὗ φέρουσι τὰς ἀποδείξεις·

e todos fazem uso <deles>, dado que <são atribuídos> ao seres enquanto seres, e cada gênero é ser: no entanto, todos fazem uso deles na medida em que lhes é suficiente, isto é, na exata medida em que se estende o gênero sobre o qual empreendem as demonstrações. (1005a 23-27)

ὥστ' ἐπεὶ δῆλον ὅτι ἢ ὄντα ὑπάρχει πᾶσι (τοῦτο γὰρ αὐτοῖς τὸ κοινόν), τοῦ περὶ τὸ ὄν ἢ ὄν γνωρίζοντος καὶ περὶ τούτων ἐστὶν ἡ θεωρία.

Sendo assim, dado <ser> evidente que <são> atribuídos a todos os seres (pois isso lhes <é> comum), o estudo desses <axiomas> cabe também àquele que conhece os seres enquanto seres. (1005a 27-29)

διόπερ οὐθεις τῶν κατὰ μέρος ἐπισκοπούντων ἐγχειρεῖ λέγειν τι περὶ αὐτῶν, εἰ ἀληθῆ ἢ μή, οὔτε γεωμέτρης οὔτ' ἀριθμητικός, ἀλλὰ τῶν φυσικῶν ἔνιοι, εἰκότως τοῦτο δρῶντες· μόνοι γὰρ ὄντο περὶ τε τῆς ὅλης φύσεως σκοπεῖν καὶ περὶ τοῦ ὄντος.

por essa razão, nenhum dos que pesquisam uma parte <dos seres> tentou dizer algo acerca desses <axiomas>, se <são> verdadeiros ou não, nem os geômetras nem os aritméticos, mas <somente> alguns dentre os físicos, como era de se esperar que o fizessem: pois apenas <eles> julgaram investigar acerca de toda a natureza e de todos os seres. (1005a 29-33)

ἐπεὶ δ' ἔστιν ἔτι τοῦ φυσικοῦ τις ἀνωτέρω (ἐν γὰρ τι γένος τοῦ ὄντος ἢ φύσις), τοῦ καθόλου καὶ τοῦ περὶ τὴν πρώτην οὐσίαν θεωρητικοῦ καὶ ἡ περὶ τούτων ἂν εἴη σκέψις· ἔστι δὲ σοφία τις καὶ ἡ φυσική, ἀλλ' οὐ πρώτη.

Dado que há alguém mais elevado que <aquele que investiga sobre> a natureza (pois a natureza <é> um gênero particular de ente), <ao que> estuda universalmente e a substância primeira <cabe> também a investigação acerca desses <axiomas>; o <estudo sobre> a física é também uma sabedoria, mas não é <uma que seja> primeira. (1005a 33-1005b 2)

ὅσα δ' ἐγχειροῦσι τῶν λεγόντων τινὲς περὶ τῆς ἀληθείας ὄν τρόπον δεῖ ἀποδέχεσθαι, δι' ἀπαιδευσίαν τῶν ἀναλυτικῶν τοῦτο δρῶσιν· δεῖ γὰρ περὶ τούτων ἤκειν προεπισταμένους ἀλλὰ μὴ ἀκούοντας ζητεῖν.

No que diz respeito às tentativas de alguns <sub., aqueles dentre os mencionados> para determinar o modo como a verdade <dos axiomas> deve ser aceita, decorrem da falta de formação nos *Analíticos*: pois, acerca disso se faz necessário o conhecimento prévio, e não o buscar no decurso dessas lições. (1005b 2-5)

– ὅτι μὲν οὖν τοῦ φιλοσόφου, καὶ τοῦ περὶ πάσης τῆς οὐσίας θεωροῦντος ἢ πέφυκεν, καὶ περὶ τῶν συλλογιστικῶν ἀρχῶν ἐστὶν ἐπισκέψασθαι, δῆλον·

Então, que <cabe> ao filósofo, quem também estuda acerca do modo como naturalmente se apresentam todas as substâncias, também investigar acerca dos princípios, <isso é> evidente. (1005b 5-8)

προσῆκει δὲ τὸν μάλιστα γνωρίζοντα περὶ ἕκαστον γένος ἔχειν λέγειν τὰς βεβαιότητας ἀρχὰς τοῦ πράγματος, ὥστε καὶ τὸν περὶ τῶν ὄντων ἢ ὄντα τὰς πάντων βεβαιότητας. ἔστι δ' οὗτος ὁ φιλόσοφος.

Cabe ao que mais conhece acerca de cada gênero dizer, do assunto, <quais são> os mais firmes dos princípios. Por conseguinte <cabe ao que estuda> acerca do ser enquanto ser dizer <quais> os <princípios> mais firme de todos. Este é o filósofo. (1005b 8-11)

βεβαιότητι δ' ἀρχὴ πᾶσων περὶ ἣν διαψευσθῆναι ἀδύνατον·

γνωριμωτάτην τε γὰρ ἀναγκαῖον εἶναι τὴν τοιαύτην (περὶ γὰρ ἃ μὴ γνωρίζουσιν ἀπατῶνται πάντες) καὶ ἀνυπόθετον.

ἣν γὰρ ἀναγκαῖον ἔχειν τὸν ὁτιοῦν ξυγιέντα τῶν ὄντων, τοῦτο οὐχ ὑπόθεσις·

ὃ δὲ γνωρίζειν ἀναγκαῖον τῷ ὁτιοῦν γνωρίζοντι, καὶ ἦκειν ἔχοντα ἀναγκαῖον.

ὅτι μὲν οὖν βεβαιότητι ἢ τοιαύτη πᾶσων ἀρχή, δῆλον·

<O> princípio mais firme de todos <é aquele> sobre o qual estar enganado <é> impossível:

pois <é> necessário ser o mais conhecido o <princípio> desse tipo (pois sobre aquilo <que é> desconhecido se enganam todos) e não-hipotético.

pois aquilo <que é> necessário possuir <para> apreender quaisquer dos seres isso não <é> uma hipótese:

o <que é> necessário conhecer para se conhecer qualquer coisa, também <é> necessário já possuir ao chegar.

Então, que o princípio desse tipo <é> o mais firme de todos, <isso é> evidente: (1005b 11-17)

τίς δ' ἔστιν αὕτη, μετὰ ταῦτα λέγωμεν. τὸ γὰρ αὐτὸ ἅμα ὑπάρχειν τε καὶ μὴ ὑπάρχειν ἀδύνατον τῷ αὐτῷ καὶ κατὰ τὸ αὐτό (καὶ ὅσα ἄλλα προσδιορισαίμεθ' ἄν, ἔστω προσδιορισμένα πρὸς τὰς λογικὰς δυσχερείας)·

Qual é ele, depois disso digamo-lo: impossível atribuir e não atribuir o mesmo <atributo> ao mesmo tempo para o mesmo <subjacente> segundo mesmo <aspecto>

(e também todas as outras especificações que faríamos para barrar as contendas argumentativas) (1005b 18-22)

αὕτη δὴ πασῶν ἐστὶ βεβαιωτάτη τῶν ἀρχῶν· ἔχει γὰρ τὸν εἰρημένον διορισμόν. ἀδύνατον γὰρ ὄντινοῦν ταῦτόν ὑπολαμβάνειν εἶναι καὶ μὴ εἶναι, καθάπερ τινὲς οἴονται λέγειν Ἡράκλειτον. οὐκ ἔστι γὰρ ἀναγκαῖον, ἅ τις λέγει, ταῦτα καὶ ὑπολαμβάνειν·

Este, certamente, é o mais firme de todos os princípios: pois comporta a definição mencionada. Pois <é> impossível para quem quer que seja conceber ser e não ser, tal como, segundo alguns, disse Heráclito. Pois, não é necessário, o que se diz, isso também conceber (1005b 22-26)

εἰ δὲ μὴ ἐνδέχεται ἅμα ὑπάρχειν τῷ αὐτῷ τάναντία (προσδιωρίσθω δ' ἡμῖν καὶ ταύτη τῇ προτάσει τὰ εἰωθότα), ἐναντία δ' ἐστὶ δόξα δόξει ἢ τῆς ἀντιφάσεως, φανερόν ὅτι ἀδύνατον ἅμα ὑπολαμβάνειν τὸν αὐτὸν εἶναι καὶ μὴ εἶναι τὸ αὐτό· ἅμα γὰρ ἂν ἔχοι τὰς ἐναντίας δόξας ὁ διεψευσμένος περὶ τούτου.

se não é possível ao mesmo tempo atribuir ao mesmo os contrários (acrescentados por nós também para essa proposição as <especificações> de costume), <e sendo que > contrária à uma opinião é a sua opinião contraditória, <então> evidente que <é> impossível conceber o mesmo ser e não ser o mesmo: pois, ao mesmo tempo teria as opiniões contrárias aquele que erra a respeito disso. (1005b 26-32)

διὸ πάντες οἱ ἀποδεικνύοντες εἰς ταύτην ἀνάγουσιν ἐσχάτην δόξαν· φύσει γὰρ ἀρχὴ καὶ τῶν ἄλλων ἀξιωματῶν αὕτη πάντων.

Por isso, todos os que demonstram se reportam a essa opinião última: pois, por natureza ela é também o princípio de todos os outros axiomas. (1005b 32-34)

Metafísica B 2: segunda aporia (996b 26 – 997a 15)

– ἀλλὰ μὴν καὶ περὶ τῶν ἀποδεικτικῶν ἀρχῶν, πότερον μιᾶς ἐστὶν ἐπιστήμης ἢ πλειόνων, ἀμφισβητήσιμόν ἐστιν

Mas também há disputa acerca dos princípios da demonstração, se pertencem a uma única ciência ou várias (996b 26-27)

(λέγω δὲ ἀποδεικτικὰς τὰς κοινὰς δόξας ἐξ ὧν ἅπαντες δεικνύουσιν) οἷον ὅτι πᾶν ἀναγκαῖον ἢ φάναι ἢ ἀποφάναι, καὶ ἀδύνατον ἅμα εἶναι καὶ μὴ εἶναι, καὶ ὅσαι ἄλλαι τοιαῦται προτάσεις,

(chamo princípios da demonstração as opiniões comuns a partir das quais todos realizam provas) como por exemplo, que para tudo é necessário ou afirmar ou negar; também, impossível simultaneamente ser e não ser; e também, as demais premissas desse tipo. (996b 27-31)

πότερον μία τούτων ἐπιστήμη καὶ τῆς οὐσίας ἢ ἕτερα, κἂν εἰ μὴ μία, ποτέραν χρῆ προσαγορεύειν τὴν ζητουμένην νῦν.

Se <há> uma única ciência desses <princípios> e da substância, ou < se são ciências> distintas; se não são uma única, qual delas é preciso identificar com aquela que agora buscamos. (996b 31-33)

μῆς μὲν οὖν οὐκ εὐλογον εἶναι· τί γὰρ μᾶλλον γεωμετρίας ἢ ὅποιασοῦν περὶ τούτων ἐστὶν ἴδιον τὸ ἐπαίειν; εἴπερ οὖν ὁμοίως μὲν ὅποιασοῦν ἐστίν, ἀπασῶν δὲ μὴ ἐνδέχεται, ὥσπερ οὐδὲ τῶν ἄλλων οὕτως οὐδὲ τῆς γνωριζούσης τὰς οὐσίας ἴδιόν ἐστι τὸ γινώσκειν περὶ αὐτῶν.

Que é uma única ciência não parece ser razoável: pois porque mais a geometria do que a qualquer outra <ciência> seria próprio o conhecimento acerca deles? Em realidade, se por um lado é do mesmo modo <o conhecimento acerca deles> para qualquer ciência e, por outro lado, não é possível que seja <conhecimento próprio> de todas, tal como para nenhuma das outras, tampouco é próprio do que conhece as substâncias o conhecer acerca deles. (996b 33-997a 2)

ἅμα δὲ καὶ τίνα τρόπον ἔσται αὐτῶν ἐπιστήμη; τί μὲν γὰρ ἕκαστον τούτων τυγχάνει ὄν καὶ νῦν γνωρίζομεν (χρῶνται γοῦν ὡς γινωσκομένοις αὐτοῖς καὶ ἄλλαι τέχναι)· paralelamente <a essa questão> , por outro lado, de que modo será a ciência deles? O que é cada um deles é algo já conhecido (como algo já conhecido fazem uso deles também as outras artes) (997a 2-5)

εἰ δὲ ἀποδεικτικὴ περὶ αὐτῶν ἐστί, δεήσει τι γένος εἶναι ὑποκείμενον καὶ τὰ μὲν πάθη τὰ δ' ἀξιώματ' αὐτῶν (περὶ πάντων γὰρ ἀδύνατον ἀπόδειξιν εἶναι), ἀνάγκη γὰρ ἕκ τινων εἶναι καὶ περὶ τι καὶ τινῶν τὴν ἀπόδειξιν·

se há <ciência> demonstrativa deles, será necessário um gênero que seja subjacente e, além disso, os atributos <dele> e os <seus> axiomas (pois acerca de tudo é impossível haver demonstração). Pois, a demonstração é necessariamente a partir de algo, acerca de algo e de alguma coisa: (997a 5-9)

ὥστε συμβαίνει πάντων εἶναι γένος ἓν τι τῶν δεικνυμένων, πᾶσαι γὰρ αἱ ἀποδεικτικαὶ χρῶνται τοῖς ἀξιώμασιν.

Por conseguinte, haverá um único gênero de todas as coisas passíveis de demonstração, pois as demonstrações usam os axiomas. (997a 9-11)

– ἀλλὰ μὴν εἰ ἕτέρα ἢ τῆς οὐσίας καὶ ἢ περὶ τούτων, ποτέρα κυριώτερα καὶ προτέρα πέφυκεν αὐτῶν; καθόλου γὰρ μάλιστα καὶ πάντων ἀρχαὶ τὰ ἀξιώματά ἐστιν, εἴ τ' ἐστὶ μὴ τοῦ φιλοσόφου, τίνας ἔσται περὶ αὐτῶν ἄλλου τὸ θεωρῆσαι τὸ ἀληθές καὶ ψεῦδος;
Mas se forem distintas a <ciência> da substância e a <ciência> acerca desses <axiomas>, qual delas <será> superior e naturalmente anterior? Dado que os axiomas são o mais universal e princípio de tudo, se não for <tarefa> do filósofo, a quem mais <cabe> estudar a respeito desses <princípios> o que é verdadeiro e falso? (997a 11-15)

APÊNDICE II

Algumas ponderações sobre a ciência buscada no livro B e a ciência anunciada no livro Γ da *Metafísica* de Aristóteles

Aristóteles apresenta no livro B da *Metafísica* um conjunto de aporias que devem ser enfrentadas no desenvolvimento da ciência por ele anunciada no livro A do mesmo tratado. Trata-se de uma forma de conhecimento maximamente universal e absolutamente primeiro, o qual, mais que qualquer outro, deve ser identificado com a *Sabedoria* (σοφία). Das aporias apresentadas as duas primeiras, ao serem contrastadas com a doutrina da ciência desenvolvida por Aristóteles nos *Segundos Analíticos*, revelam dois problemas fundamentais que a ciência buscada deve enfrentar para que seja possível sua constituição²⁵⁷:

- (i) A ausência de unidade genérica de seu objeto de estudo.
- (ii) A necessidade de considerar, ou de justificar os axiomas comuns, como os princípios de *Não-Contradição* (PNC) e do *Terceiro-Excluído* (PTE).

Na primeira aporia Aristóteles questiona se o estudo de todos os tipos de causas é de competência de uma ou de diversas ciências²⁵⁸. Tal questionamento se justifica em razão da ciência buscada, porquanto se se pretende maximamente universal, dever considerar todos os tipos de causalidade. Contudo, como assinala o Estagirita, a dificuldade de realizar tal empreendimento reside no fato das causas não serem opostas entre si, o que impossibilitaria as mesmas serem tratadas por uma só ciência. A tese sobre o caráter de não oposição entre as causas pode parecer, à primeira vista, um tanto inusitada ou mesmo pouco explicativa no contexto da aporia,

²⁵⁷ A compreensão de que as quatro primeiras aporias de B refletem a tensão entre os requerimentos estabelecidos para uma disciplina científica nos *Segundos Analíticos* e a tentativa de estabelecer uma ciência absolutamente universal pode ser encontrada em MADIGAN, Arthur. ARISTOTLE. *Metaphysics Books B and K1-2*. Clarendon Aristotle Series, Oxford University Press, 2005, cf., p.xxix, xxxii-xxxiii e p. 31-33.

²⁵⁸ Não tratarei em detalhes as aporias, mas oferecerei apenas um esboço de alguns pontos que considero centrais

entretanto ela revela uma interessante questão²⁵⁹. Segundo a maior parte dos comentadores, a dificuldade se torna compreensível se considerarmos que para Aristóteles não há um gênero único sob o qual se possa subsumir todas as causas, sendo assim, diante do que foi estabelecido na doutrina da ciência desenvolvida nos *Segundos Analíticos*, um modo de contornar esse problema seria se as causas fossem opostas entre si. Mas isso para Aristóteles, como é sabido, simplesmente não é o caso. Por conta dessa situação, isto é, por não haver unidade genérica entre todos os tipos de causas existentes, o Estagirita conclui que não parece ser possível que a *Sabedoria* (σοφία) trate de todas elas.

Na segunda aporia Aristóteles pergunta se os axiomas comuns de todas as demonstrações são objeto de uma ou mais ciências. Ao considerar a possibilidade de que eles pertençam a uma única ciência surgem, segundo o Estagirita, algumas dificuldades.²⁶⁰ Conforme a doutrina dos *Segundos Analíticos* para que um item seja considerado por uma ciência ele deve ser ou um gênero, ou um atributo, ou um princípio (dentre os quais uns são axiomas). Disso se seguem três absurdos: (i) para que os axiomas de todas as demonstrações (PNC e TCE) pertencessem a uma ciência como princípios seria necessário haver um gênero único de todas as demonstrações, o que para Aristóteles é impossível. (ii) para que fossem atributos e, assim se pudesse demonstrá-los como verdadeiros a respeito de algum gênero, seriam necessários outros axiomas (a partir dos quais a demonstração pudesse ser realizada), mas isso seria um absurdo, pois, nesse caso, eles já não seriam mais os axiomas de todas as demonstrações. Problema análogo surge também no caso deles (iii) serem tomados como o gênero, ou assunto de uma ciência, pois se houvesse algo que pudesse ser provado a respeito deles, a partir de quais princípios isso seria realizado?

²⁵⁹ Comentadores desde Alexandre de Afrodísias enfrentam dificuldades para compreender a passagem em que se encontra a questão mencionada. Em parte, devido ao tom extremamente lacônico da mesma, em parte porque ela envolve uma argumentação aparentemente sofisticada. Não obstante às dificuldades é de comum entendimento que a mesma diz respeito à inexistência de um gênero capaz de subsumir todos os tipos de causas. Para uma leitura alternativa à tradicional cf., CRUBELLIER, Michel. "Aporiai 1-2", in: CRUBELLIER, M & LARKS, A (ed.) *Aristotle's Metaphysics Beta*. Symposium Aristotelicum. Oxford University Press, 2009, p. 47-72. No entender do autor não se trata de um argumento formulado por Aristóteles contra a possibilidade de uma ciência tratar de todas as causas, mas simplesmente a apresentação de um problema que deve ser enfrentado para que a constituição da *Sabedoria* seja possível, cf., p. 49-52.

²⁶⁰ Sigo, em suas linhas gerais, a interpretação de Madigan para a aporia, em especial a passagem entre 997a 9-11, a qual é considerada por ele com sendo o terceiro argumento contra a possibilidade de uma ciência tratar dos axiomas comuns, cf., MADIGAN, 2005, p. 43-44.

Diante desses problemas é comum entre os intérpretes a compreensão de que a ciência buscada por Aristóteles em B extrapola as principais diretrizes estabelecidas nos *Segundos Analíticos* para a constituição de uma disciplina científica²⁶¹. Como corolário dessa constatação e, do caráter absolutamente universal e primeiro requerido pela *Sabedoria* (σοφία), assume-se que a ciência de B (se ela é possível) deve ser distinta das demais ciências particulares.

As respostas para essas duas aporias de B podem ser identificadas, sem maiores problemas, no livro Γ da *Metafísica* (ao menos esse é o parecer tradicional)²⁶². De fato, a ciência do *ser enquanto ser* anunciada logo no início do capítulo 1 parece aspirar as mesmas pretensões e enfrentar os mesmos problemas referentes a ciência buscada em B. Tal como apresentada no capítulo 1, ela é absolutamente universal e distinta das demais ciências, pois nenhuma outra examina universalmente a respeito dos seres, mas recortam uma parte do ser e a estudam em separado, como no caso das matemáticas [1003a 22-26]. A dificuldade concernente a essa ciência reside na constatação de que existem muitos sentidos em que seu objeto de estudo se diz, isto é, “ser” é *πολλαχῶς λέγεται* e, tal multiplicidade de sentidos, a exemplo das causas, não pode ser subsumida em um gênero único. Além disso, cabe a tal ciência, porquanto ela investiga universalmente, o estudo dos axiomas. A razão para tanto, argumenta Aristóteles, reside no fato deles serem atribuídos a todos os seres enquanto eles são seres, de maneira que é incumbência daquele que estuda o ser enquanto ser também estudá-los [1005a 19-28]. Contudo, embora seja essa a tarefa do filósofo, ela não se encontra isenta de dificuldades. A dificuldade aqui em questão repousa sobre o fato dos axiomas não poderem ser demonstrados, pois ou haveria uma *petição de princípio* (assim a prova não seria válida ainda que a conclusão fosse verdadeira), ou se iria ao infinito na demonstração (o que tornaria a prova impossível de ser realizada) [cf., 1006a 5-18].

A solução aristotélica para esta primeira aporia de Γ é apresentada tão prontamente anunciado o problema que a origina, e consiste na descoberta da relação *πρὸς ἔν* dos sentidos de “ser”, o que na contemporaneidade ficou conhecida como o

²⁶¹ Dentre as características basilares de uma disciplina científica constam a unidade genérica dos itens tratados e a indemonstrabilidade dos primeiros princípios.

²⁶² No caso da primeira aporia há apenas um primeiro indício de como ela pode ser respondida, sua solução completa demanda também o conteúdo de outros livros da *Metafísica*. A segunda aporia é respondida na íntegra no livro Γ.

“sentido focal” de ser²⁶³. Já nas linhas iniciais de Γ 2 o Estagirita revela que apesar da polissemia do termo “ser” ele não é dito de maneira puramente homônima, mas em relação a uma natureza única, da qual eles são logicamente dependentes. Tal natureza corresponde à substância, porquanto o que é o ser para a quantidade, para a qualidade, para a relação e demais sentidos (até para o não-ser) são explicados se recorrendo àquele sentido primeiro [1003a 33-1003b 10]. Por meio dessa descoberta, da relação $\pi\rho\acute{o}\varsigma\ \acute{\epsilon}\nu$, Aristóteles parece ser capaz de contornar aquele entrave imposto à constituição de uma disciplina científica, possibilitando desse modo uma ciência absolutamente universal.

A solução para aporia envolvendo a demonstração dos axiomas é apresentada e desenvolvida nos capítulos 4-8 do livro Γ , consistindo em uma série de argumentos, cujo ponto de partida se dá por meio de uma estratégia alternativa de prova, denominada *demonstração refutativa*. Tal estratégia consiste, grosso modo, na exigência inicial de que o adversário postule algo com sentido, uma vez concedido isso, já haverá um ponto de partida definido sem demonstração, fato que possibilitará a prova pretendida. Assim, Aristóteles pensa ser capaz de evitar simultaneamente a *petição de princípio* e o *regresso ao infinito* contornando os entraves inerentes à demonstração dos axiomas primeiros.

A ciência apresentada em Γ assim como a de B, na medida em que carece de unidade genérica (“ser” não é um gênero) e que procura oferecer uma justificação (de ordem não demonstrativa) para os axiomas primeiros (PNC e PTE), também extrapola as diretrizes estabelecidas nos *Segundos Analíticos*. Desse modo, uma vez que em Γ Aristóteles consegue contornar as barreiras da unidade genérica e da indemonstrabilidade dos axiomas imposta a toda e qualquer ciência que se pretenda absolutamente universal, não parece haver dúvidas que a ciência buscada em B seja a *ciência do ser enquanto ser* anunciada em Γ . Tal parecer é, em realidade, bastante natural e em certo sentido mais do que evidente, se o livro Γ oferece uma resposta às aporias do livro B, então as respectivas ciências são em realidade uma e a mesma. Disso se pode inferir sem maiores complicações que a busca pela *Sabedoria*

²⁶³ A autoria de tal qualificação é de Owen. Foi ele quem na contemporaneidade chamou atenção para a importância e inovação que representou tal descoberta para o projeto metafísico aristotélico, cf., OWEN, G.E.L. "Logic and Metaphysics in some Earlier Works of Aristotle", 1960.

anunciada no livro A se concretiza, ou se revela na investigação do ser enquanto ser iniciada em Γ ²⁶⁴. Tal é, em verdade, o parecer da quase totalidade dos intérpretes.

Embora seja consensual que ambos os livros estejam conectados, a relação entre os mesmos não é de todo incontroversa. É interessante notar que apesar do livro Γ poder ser entendido como respondendo algumas das questões postuladas em B, já foi notado que o conteúdo daquelas duas primeiras aporias pouco ou quase nada prepara o leitor para as repostas formuladas²⁶⁵. Em B temos um problema de unidade genérica associada apenas à noção de causa, enquanto em Γ a unidade genérica ausente diz respeito a tudo aquilo que é. Não é preciso muito para perceber que a universalidade e alcance desta última extrapolam em muito a pretensão daquela primeira e, nesse sentido, não parece ser algo de todo evidente a razão que tenha levado Aristóteles a passar de um projeto de uma ciência das primeiras causas e princípios para uma ciência do *ser enquanto ser* (lembre-se que para o Estagirita “ser” nem é gênero, nem é causa de coisa alguma). Além disso, vale assinalar que a solução apresentada em Γ , ainda que resolva o problema da ciência de B (se é que resolve) não por essa razão se pode inferir que se trata do mesmo problema em ambos os casos. A solução de Γ é mais geral, donde se pode cogitar que talvez se aplique a um caso mais restrito como o de B, contudo é digno de nota que Aristóteles não mostra em Γ como a substância pode conferir unidade para a ciência de todos os tipos de causas de B, isto é, não é claro como a relação $\pi\rho\delta\varsigma \ \xi\nu$ dos sentidos de “ser” poderia funcionar também para unificar os sentidos de causa²⁶⁶. Por fim, se o Estagirita tinha em mente já em B a ciência de Γ , então é lícito questionar-se, ou ao menos é digno de indagação, porque a aporia do “ser” (que é fundamentalmente mais radical e extrema que qualquer outra) não figura como uma aporia principal no livro das aporias?²⁶⁷

²⁶⁴ A ligação entre os livros A e B está para além de qualquer questionamento relevante. Em razão disso, se a ciência de Γ é a mesma de B, então é também a do livro A.

²⁶⁵ Refiro-me ao experimento proposto por Madigan para determinar o grau de relação entre o livro B e demais livros da *Metafísica*, cf., nota 101 do presente trabalho.

²⁶⁶ Madigan sustenta parecer semelhante quanto à possibilidade de Γ responder a primeira aporia de B. Ele afirma que tal tarefa talvez seja cumprida somente em *Metafísica* Λ 10, cf., MADIGAN, 2005, p. 39-40. Crubellier sequer faz menção ao livro Γ e aponta L7 como contendo uma possível solução, cf., CRUBELLIER, 2009, p. 61-62.

²⁶⁷ Esta é justamente uma das perguntas feitas por Madigan em seu experimento mental sobre o livro B, cf., p. xxxvi. Em um interessante artigo sobre as origens das aporias do livro B, Halper defende que o problema central, o motor das dificuldades enfrentadas por Aristóteles reside na questão sobre a Unidade e a Multiplicidade, cf., HALPER, Edward. “The *Origin of Aristotle's Metaphysica aporia*”. *Apeiron*, Volume XXI, Nº 1, 1988, p. 1-27. Embora tal tese seja mais facilmente acomodada no que diz

No que diz respeito aos axiomas, sobre a questão deles serem objeto de estudo de uma ou mais ciências, não parecia (ao menos não na leitura aqui apresentada para a segunda aporia) que Aristóteles estava pretendendo apresentar uma justificativa para os mesmos. O problema era saber como eles poderiam ser objeto de uma ciência (no sentido de pertencerem a uma determinada ciência). O dilema repousava sobre a dificuldade para estabelecer uma ciência em específico que tratasse dos axiomas (já que todas fazem uso deles), e como eles poderiam pertencer a uma ciência já que não há um gênero único, nem são eles atributos que podem ser demonstrados a respeito daquilo ao qual necessariamente devem ser atribuídos (nesse caso deixariam de ser axiomas, pois seria necessário outro axiomas a partir dos quais a demonstração pudesse ser realizada), nem são eles um gênero do qual se pode demonstrar algo ²⁶⁸.

Diante dessas colocações é possível pensar que tais discrepâncias (se é que são o caso) talvez se tratem apenas de um avanço expositivo (como geralmente se supõe) através do qual Aristóteles gradativamente introduz novas ideias, ou que em face do caráter peculiar da composição dos textos da *Metafísica* não se pode exigir uma concatenação rigorosa entre seus diferentes momentos. Tais linhas de interpretação são perfeitamente legítimas e, provavelmente, verdadeiras, contudo, não é de todo inaceitável pensar que as discrepâncias mencionadas talvez sejam, simplesmente, indícios de que se trate de diferentes projetos científicos. Se considerarmos, por exemplo, a suposição de Werner Jaeger (ao menos em sua formulação geral) sobre o período da redação do livro *B*, o qual se daria logo após a morte de Platão, e sobre o caráter platonizante de seu conteúdo, então *B* denunciaria a pretensão de um projeto metafísico ainda nos moldes platônicos, comprometido com a existência de uma natureza supra-sensível. Além disso, se levamos em conta a sugestão de Owen sobre o desenvolvimento intelectual de Aristóteles, o qual, por

respeito ao segundo grupo de aporias (de 6 a 15), Halper defende que ela também vale para as cinco primeiras. Em se tratando das aporias que dizem respeito diretamente à possibilidade da *Sabedoria* (as quatro primeiras), o autor ressalta que todas elas possuem por pano de fundo o problema da ausência de uma unidade genérica entre todas as coisas, cf., *ibidem*, p. 21-23. Vale lembrar que o UM também é dito de muitos modos para Aristóteles, o qual constantemente acusa seus predecessores (em especial Platão na *Metafísica* e os eleatas na *Física*) de não fazerem as distinções adequadas, o que seria a fonte da maior parte das aporias por eles enfrentadas. Se somarmos o experimento de Madigan e a tese de Halper, o leitor de *B* talvez devesse esperar que a questão fundamental da *Metafísica* fosse o problema do UM e não do SER.

²⁶⁸ Para um parecer semelhante sobre essa questão cf., MADIGAN, cf., p. xxxvi e p. 42-44, cf., também n. 4 do presente trabalho. Crubellier parece entender a questão sobre essa mesma perspectiva, para ele a aporia não reside no fato dos axiomas não serem passíveis de demonstração, mas sim no fato deles deixarem de serem axiomas se pertencessem a uma determinada ciência, cf., CRUBELLIER, 2009, p. 67-69.

certo período (na elaboração de todo o *Organum*) estava crente sobre a impossibilidade de uma ciência absolutamente geral (como a proposta em Γ , dado que ainda não havia descoberto a aplicação da unidade focal para os sentidos de ser), então não parece ser de todo implausível supor que a ciência de B seja distinta da de Γ , embora as aporias que ambas devam superar sejam, em suas linhas gerais, as mesmas. Como uma nota final vale lembrar que em Γ se encontram duas referências explícitas ao livro B, fato que, à primeira vista, parece indicar de maneira inequívoca a relação entre ambos, não obstante tal impressão, um olhar mais atento para o texto revela algo surpreendente. Das duas passagens mencionadas a primeira, em 1004a 32, está ausente no manuscrito *A^b (Laurentianus)*, o que por si só é suficiente para lançar dúvidas sobre sua autenticidade. Já a segunda, embora presente em todos os manuscritos, encontra-se sinalizada entre parênteses (nos textos estabelecidos pelos comentadores contemporâneos), o que indica uma adição posterior às linhas originais do texto. Assim, quer ela tenha sido realizada no tempo de Aristóteles (por ele ou algum de seus alunos) ou depois, já não se pode mais inferir a partir dela que ambos os textos tenham sido elaborados sob um mesmo projeto científico.

A relação entre B e Γ , tendo em vista as colocações elaboradas, parece desenhar-se nos seguintes moldes: por um lado, se ela existe, o texto de B não parece comportar nem transparecer com exatidão os desenvolvimentos e implicações da ciência de Γ . Por outro lado, a suposição de que tais projetos não estejam conectados, embora seja plausível, não é compartilhada, ou mesmo sugerida pelos comentadores de um modo geral. Em realidade a relação entre ambos os livros não parece sequer ser alvo de dúvida entre os intérpretes contemporâneos mais importantes. Em um caso se tem uma relação problemática amplamente aceita, no outro uma separação plausível, mas nem sequer cogitada. Dentre essas duas possibilidades talvez exista espaço para uma terceira, a qual pressupõe a relação entre os livros, mas não aceita as bases sobre as quais tal relação se fundamenta.

Um dos principais problemas associados à interpretação que vê uma unidade entre os tratados, que é fonte de algumas das discrepâncias ou inconsistências mencionadas, reside na suposição de que ambos os projetos científicos representam uma extrapolação da doutrina da ciência estabelecida nos *Segundos Analíticos*. Como foi apontado, no caso de Γ isso parece ser evidente, o que não parece repetir-se no

caso de B²⁶⁹. Se isso é possível, isto é, se a ciência de B não necessariamente está em discordância (ou se pretenda em discordância) com a doutrina aristotélica da ciência e, se as ciências de B e Γ são uma e a mesma, então talvez a ciência de Γ também não se encontre (ou se pretenda) estar em discordância com aquela doutrina (apesar de assim ser entendido pela maioria dos intérpretes). Sendo assim, é interessante se perguntar sobre a origem daquela suposição tradicional sobre a ciência de Γ. Sobre quais bases se fundamenta? Quais indícios no texto levaram os intérpretes a sustentarem tal crença? Dentre as várias razões que podem ser apontadas (para além da ausência de unidade genérica do objeto contemplado), creio que duas delas merecem especial destaque:

- (i) A ideia de que Aristóteles procura justificar a verdade dos axiomas comuns: do princípio de *Não-Contradição* e do princípio do *Terceiro-Excluído* (Γ 4-8).
- (ii) O fato de Aristóteles afirmar de maneira explícita que a ciência do *ser enquanto ser* não é como as demais ciências particulares (Γ 1).

A maioria absoluta dos intérpretes de Γ entendem que Aristóteles, nos capítulos 4-8 desenvolve uma argumentação que visa provar a verdade universal dos princípios de *Não-Contradição* e do *Terceiro-Excluído*. Contudo, embora pese sobre tal compreensão a opinião esmagadora da tradição, ela não se encontra isenta de dificuldades. De um modo geral, é de comum acordo que a argumentação apresentada pelo Estagirita, apesar de todo o empenho e genialidade, não é capaz de cumprir com seu desígnio original²⁷⁰. Tal constatação, antes de sugerir o fracasso

²⁶⁹ Dentre as questões apresentadas vale ressaltar que a problemática da unidade genérica, supostamente introduzida pela primeira aporia, resulta antes da interpretação dos comentadores (em especial a de Alexandre de Afrodísias, quem estabeleceu o paradigma de leitura para as demais) do que da letra do texto propriamente falando, cf., n. 3 do presente trabalho. A suposição de que Aristóteles pretenda justificar os axiomas também não pode ser facilmente inferida do texto da segunda aporia, tal suposição, como no caso anterior, resulta, antes de mais nada, do esforço interpretativo dos comentadores, cf., n. 9 do presente trabalho. De um modo geral, a confiança que os primeiros comentadores depositaram na unidade literária e doutrinária entre os diferentes livros da *Metafísica* tornou corrente a leitura de B à luz de Γ. Razão pela qual se encontrou nas aporias de B os mesmos problemas enfrentados em Γ.

²⁷⁰ Lukasiewicz foi quem primeiro constatou a insuficiência do conjunto de argumentos apresentado por Aristóteles em Γ 4-8. Embora sua leitura tenha sofrido, e seus detalhes, severas críticas ao longo do último século, seu parecer geral sobre a argumentação aristotélica permaneceu, praticamente, incólume.

do pleito aristotélico, talvez seja um forte indício acerca da inadequação de seu suposto propósito ao conteúdo do texto. Já foi sugerido, recentemente, que a argumentação de Γ 4-8 não visa provar a validade dos princípios mencionados, mas sim outro propósito. Trata-se de mostrar as razões pelas quais o *Princípio de Não-Contradição*, acima de todos os demais, é o mais firme de todos os princípios²⁷¹. Tal tarefa, segundo nos ensina Aristóteles, não cabe nem ao geômetra, nem ao aritmético, nem aos estudiosos da natureza, mas exclusivamente ao filósofo, pois é ele quem estuda o *ser enquanto ser* [cf., Γ 3]. Tal desígnio, certamente não está em desconformidade com as indagações que motivaram a segunda aporia de B e, muito embora não seja previsto nos *Segundos Analíticos*, está longe de implicar qualquer extrapolação das diretrizes ali estabelecidas para a constituição de uma disciplina científica.

No início do livro Γ, logo após anunciar a existência de uma ciência que estuda o *ser enquanto ser*, Aristóteles procura caracterizar essa nova disciplina científica contrapondo-a às disciplinas já existentes. O Estagirita afirma que ela é distinta de todas as demais ciências particulares, pois enquanto estas estudam uma parte determinada do ser, aquela estuda universalmente.

Há uma ciência que estuda o *ser enquanto ser* e também aquilo que se lhe atribui em si mesmo. Ela <não> é idêntica a nenhuma das chamadas <ciências> particulares; pois nenhuma outra examina universalmente a respeito dos seres *enquanto ser*, mas tendo recortado uma parte do mesmo, estudam o que decorre a respeito dela, como por exemplo, as ciências matemáticas.²⁷² (1003a 21- 26)

²⁷¹ A sugestão de um propósito alternativo para a argumentação de Γ 4-8 se encontra plenamente formulada, pela primeira vez, em um artigo de Alan Code, o autor sustenta que Aristóteles procura mostrar que o *Princípio de Não-Contradição* é, dentre todos os outros princípios, o que detém o título de “mais firme de todos” cf., CODE, Alan. “Aristotle’s Investigation of a Basic Logical Principle: Which Science Investigates the Principle of Non-Contradiction?” *Canadian Journal of Philosophy*, vol.16, nº 3, 1986, p. 341-358. A possibilidade de sustentar propósitos alternativos para a argumentação de Γ encontra base no próprio texto. Aristóteles postula, no início de Γ 4, três diferentes propósitos que a argumentação poderia visar. Já foi notado que a argumentação desenvolvida contempla, senão todos, pelo menos dois deles. Desenvolvi em detalhes a questão sobre a multiplicidade de propósitos da argumentação de Γ 4-8 em LOURENÇO, Daniel. Definição, Não-contradição e Indemonstrabilidade dos Princípios: uma proposta de leitura para *Metafísica* Γ 4 à luz de *Segundos Analíticos I*, 22. Dissertação de mestrado, sob orientação do prof. Nazareno Eduardo de Almeida, UFSC, 2013.

²⁷² Ἔστιν ἐπιστήμη τις ἣ θεωρεῖ τὸ ὄν ἢ ὄν καὶ τὰ τοῦτω ὑπάρχοντα καθ’ αὐτό. αὕτη δ’ ἐστὶν οὐδεμίᾳ τῶν ἐν μέρει λεγομένων ἢ αὐτῇ· οὐδεμία γὰρ τῶν ἄλλων ἐπισκοπεῖ καθόλου περὶ τοῦ ὄντος ἢ ὄν, ἀλλὰ μέρος αὐτοῦ τι ἀποτεμόμεναι περὶ τούτου θεωροῦσι τὸ συμβεβηκός, οἷον αἱ μαθηματικαὶ τῶν ἐπιστημῶν. (1003a 21- 26) Os grifos em negrito são de minha autoria.

Os intérpretes, de um modo geral, tomam essa passagem como asseverando que a ciência anunciada em Γ é fundamentalmente distinta das ciências particulares. Em vista disso não se trata apenas de uma nova ciência, mas de uma nova concepção de cientificidade. Tal entendimento parece emanar do texto com certa facilidade, não restando margem para qualquer dúvida quanto ao caráter inédito (e inaudito) que Aristóteles confere à investigação anunciada. Não obstante o parecer tradicional é interessante notar que a passagem citada comporta uma leitura alternativa.

A maneira como Aristóteles pretende diferenciar a ciência do *ser enquanto ser* das demais ciências particulares, quer dizer, o modo como ela não se identifica com alguma, pode ser compreendida de duas maneiras fundamentais: (i) intensionalmente, ou (ii) extensionalmente. A alternativa (i) é assumida pelas leituras tradicionais e ela diz que a diferença entre as ciências reside no conceito. Se assim for, como já foi mencionado, a ciência do *ser enquanto ser* extrapola as diretrizes fundamentais do conceito de ciência estabelecido nos *Segundos Analíticos*. Já na alternativa (ii) se trata de uma diferenciação quanto à identidade da ciência anunciada em Γ . Aristóteles estaria querendo dizer que ela não é alguma das ciências conhecidas, como por exemplo uma das ciências matemáticas. Tal diferenciação, isto é, o contraponto entre a ciência cuja investigação é absolutamente universal (e que mais merece ser denominada *Sabedoria*) e as ciências já constituídas (como as matemáticas, ou alguma ciência da natureza) reaparece em Γ 3 e em E 1. Em um contexto em que diferentes áreas do conhecimento humano parecem pretender o título de *Sabedoria* (tal como era o contexto em que Aristóteles se encontrava inserido), estabelecer que a ciência anunciada não era nenhuma das existentes não parece ser uma tarefa que soe totalmente gratuita e irrelevante.

Note-se que a afirmação de que a ciência anunciada difere das demais por considerar universalmente o *ser enquanto ser*, sendo que aquelas consideram o *ser enquanto algum aspecto determinado*, não implica necessariamente em uma distinção intensional. Tal distinção talvez seja antes uma marca quanto ao modo de consideração acerca do objeto estudado, do que uma diferença quanto ao modo de

ser do próprio estudo (trata-se da diferença entre o aspecto sobre o qual se toma o objeto a ser investigado versus a diferença entre os modos da própria investigação)²⁷³.

Tendo em vista o que foi apresentado, se as leituras alternativas para as passagens mencionadas forem de fato plausíveis, então não é de todo inaceitável a suposição de que a investigação anunciada em Γ , em princípio, não demanda ou implica em uma nova concepção de ciência. E, se isso é verdadeiro para Γ , certamente, também o é para B . Desse modo, o que Aristóteles está fazendo em B , em tese, não é outra coisa que postular certos problemas que devem ser contornados para que a ciência buscada em A da *Metafísica* seja constituída nos moldes propostos nos *Segundos Analíticos*, não problemas que impeçam a execução de tal projeto, os quais tornariam necessárias alterações profundas na concepção de cientificidade desenvolvida por Aristóteles naquele tratado.

²⁷³ A tese de que se trata apenas de uma diferença quanto ao aspecto em que os seres são considerados pode ser encontrada em CODE, Alan. Aristotle's Investigation of a Basic Logical Principle: Which Science Investigates the Principle of Non-Contradiction?". *Canadian Journal of Philosophy*, vol.16, nº 3, 1986, p. 341-358. Segundo o autor Aristóteles estaria apenas tentando marcar que a ciência anunciada em Γ consideraria os seres enquanto eles são seres, isto é, simplesmente enquanto são. Já as assim chamadas ciências particulares considerariam os seres sob um determinado aspecto, a biologia, por exemplo, enquanto seres vivos, a aritmética, enquanto quantidade, etc.

APÊNDICE III

Notas sobre o dialeteísmo de Graham Priest

Na crítica desenvolvida por Priest da argumentação aristotélica, embora bastante detalhada e extensiva, é possível perceber, com certa facilidade eu diria, que o autor adota (muitas vezes acriticamente) a linha de leitura proposta por Lukasiewicz e Russel Dancy. Em razão disso, vale adiantar que ele não só herda as possíveis vantagens advindas das mesmas, mas também os seus vícios e equívocos. Muito da força da crítica por ele empreendida resulta do fracasso aristotélico em fornecer provas quanto à verdade do PNC, contudo a adoção de tal linha de leitura não é mandatória, nem mesmo a mais provável. Como tentarei mostrar, sua adoção depende mais de uma escolha pessoal do intérprete do que qualquer outra coisa. Priest se mostra plenamente a par das leituras alternativas e de suas vantagens para o sucesso da argumentação aristotélica, todavia, ainda assim decide pela visão mais tradicional. Isso por si só não seria problemático, não fosse o pouco caso que demonstrou na consideração das mesmas e, por conseguinte, na defesa de sua opção. O autor menciona, *en passant*, as leituras de Alan Code e Edward Halper (as quais foram tratadas no item 1.1 do presente texto), apresentando brevemente três razões pelas quais elas não poderiam ser verdadeiras. A primeira, reside na ideia de que Aristóteles estabelece com todas as letras necessárias, ao início de $\Gamma 4$, o real propósito de sua demonstração elêntica. Como vimos, existem vários elementos textuais e extratextuais que contribuem para enfraquecer essa interpretação, os quais são justamente o alvo de interesse das leituras recusadas. A segunda razão repousa sobre a constatação de que os argumentos da demonstração elêntica possuem por conclusão o próprio PNC, o que não permitiria espaço para um propósito alternativo ao da própria demonstração do princípio. Desnecessário dizer que isso também está em disputa pelas leituras recusadas por Priest. A terceira e última razão, repousa sobre a verdade das duas primeiras, i.e., na medida em que elas são inquestionáveis, no entender de Priest, é claro, o único motivo pelo qual alguém poderia buscar um propósito alternativo para a argumentação empreendida a partir de $\Gamma 4$ seria o puro e

simples desespero.²⁷⁴ Isso também é absolutamente falso, dentre as razões possíveis, por exemplo, está a possibilidade de que Aristóteles realmente tem um propósito alternativo e que ignorar isso levaria a erros exegéticos injustificáveis. Nas três razões apresentadas, Priest, claramente, comete *petitio principii*, pois, a defesa de que não há propósito alternativo, mas tão somente o de demonstrar a verdade do PNC, apoia-se na pressuposição de que a única possibilidade é, de fato, esta última; o mesmo se passa com a segunda razão; já na terceira, o motivo pelo qual foram descartadas as opções alternativas reside no fato de já se ter assumido, sem mais, que não existem opções alternativas. Para agravar um pouco a situação, Priest ainda comete uma falácia *ad hominem*, quando assume que o único motivo pelo qual alguém poderia buscar um propósito alternativo seria o desespero.

Defendendo o *dialeatismo* em outra ocasião, alguns anos mais cedo, Priest apontou cinco objeções que comumente são feitas a sua posição filosófica:²⁷⁵

- (1) Contradições implicam qualquer coisa.
- (2) Contradições não são verdadeiras.
- (3) Não se pode acreditar racionalmente em contradições.
- (4) Se contradições forem aceitas, não se pode nunca criticar alguém racionalmente.
- (5) Se contradições forem aceitas, ninguém poderia criticar coisa alguma.

Notadamente, todas as objeções listadas já estão presentes na argumentação desenvolvida por Aristóteles em Γ4-8. As respostas para (3) e (4) guardam algum interesse.

Em sua resposta para (3), Priest, a título de consideração inicial, faz menção ao argumento aristotélico de Γ 3, o qual, ao pretender mostrar a impossibilidade da crença na falsidade do PNC fazendo uso da verdade do PNC, cometeria *petitio principii*. Além disso, acrescenta que impossibilidade de se acreditar na falsidade do PNC é certamente falsa, pois, ele e outros, como Hegel e Heráclito, certamente pensam, ou pensaram desse modo, i.e., que contradições são verdadeiras.²⁷⁶ A linha de defesa adotada por Priest nesse caso, apesar de seu tom descontraído, é visivelmente tortuosa, pois, em primeiro lugar, a interpretação adotada para o

²⁷⁴ PRIEST, 2006, p. 14-16, n. 28.

²⁷⁵ Idem, 1998, p. 410.

²⁷⁶ Ibidem, p. 416.

argumento de Γ 3 não é consensual e, em segundo lugar, quão efetivo poderia realmente ser a utilização dos próprios estados mentais (quem dirá dos outros) como contraexemplo na argumentação? Não bastasse isso, Priest ainda busca, na sequência do seu texto, uma estranha *inversão do ônus da prova*; depois de partir da utilização de si mesmo como uma razão capaz de colocar em suspensão a recusa, *a priori*, do *dialeteísmo*, ele pergunta pela existência de motivos que poderiam fazer com que acreditássemos na verdade do PNC.²⁷⁷ Não surpreendentemente, ele ataca a argumentação de Γ 4, que qualifica como longa, torcida e tortuosa. Uma vez desconsiderando tudo o que foi dito por Aristóteles naqueles capítulos, Priest afirma que quase nada foi apresentado em acréscimo à defesa da crença na verdade do PNC e, mesmo esse pouco, não seria capaz de resistir a um tanto de reflexão.²⁷⁸ Vale insistir no ponto de que a configuração tortuosa e truncada da argumentação aristotélica é antes o resultado de uma escolha feita pelo próprio Priest, do que uma imposição do texto. Nesse sentido, a autocensura deveria ser o tom das queixas de Priest. Além disso, recorrer à autoridade de eminentes filósofos, como Hegel e Heráclito, no intuito de buscar algum contra-exemplo à argumentação aristotélica não parece ser algo muito pertinente, sobretudo quando se busca acusar as falácias cometidas pelo adversário. Ademais, se se trata de recorrer à opinião dos mais sábios e eminentes, então a lista daqueles que acreditam na verdade do PNC certamente sobrepuja a dos que não acreditam, quer seja pelo número, quer seja pelo grau de excelência dos indivíduos.

A resposta de Priest à objeção número (4) também suscita algumas reflexões interessantes sobre a proposta por ele defendida. A ideia que subjaz essa questão reside na impossibilidade, uma vez recusado o PNC, de se aceitar a tese que levou a recusa do PNC. Paradoxalmente, ou não, a refutação da tese que aceita o PNC como verdadeiro, não é condição suficiente para se aceitar a tese que o aceita como falso; em realidade, isso impossibilitaria a recusa de qualquer tese em detrimento de alguma outra. Esse problema é amplamente conhecido entre os defensores e simpatizantes do *dialeteísmo*, por vezes sendo mencionado com certo embaraço e desconforto. Bryson Brown, por exemplo, em um artigo em que analisa a possibilidade do conhecimento em um cenário *dialeista* (essa também é uma das objeções aristotélicas, embora não conste na lista de Priest), admite, já nas linhas introdutórias

²⁷⁷ *ibidem*, p. 417.

²⁷⁸ *ibidem*, loc. cit.

de seu trabalho, que de um ponto de vista dialético, princípios como o PNC e posições como o *dialeteísmo* são muito difíceis de debater, pois, aqueles que aceitam o princípio naturalmente se sentiram inclinados a apelar para ele na argumentação (afinal de contas, o que poderia ser melhor que argumentar contra alguém mostrando que sua posição leva a algo contraditório), no entanto, tal procedimento dificilmente poderia escapar da acusação de *petitio principii*. Em contrapartida, a posição *dialeteísta* tampouco é fácil de ser interpretada com justiça, pois uma vez recusado o PNC, o que poderia contar como a refutação dessa visão, o que poderia contar em qualquer caso como o sinal de discordância?²⁷⁹ Tal impossibilidade foi o que justamente levou David Lewis a recusar, educadamente, o convite de Priest para contribuir na elaboração de um livro sobre o debate acerca do PNC. Priest, elegantemente, publicou a carta de Lewis na referida obra.²⁸⁰ Na carta, o autor manifesta o sentimento de que um “debate” sobre o PNC, qualquer que seja, atinge imediatamente um beco sem saída, de maneira que não restaria muito a ser dito. Para conduzir um debate, assinala Lewis, é necessário um solo comum e, princípios em disputa não podem ser utilizados, com justeza, como tal. Assim, no caso do princípio ser o PNC, os demais princípios que não estão em disputa, na medida em que são *menos* seguros que ele, seriam de pouca, ou quase nenhuma importância, se a defesa do PNC pudesse, ou não, ser baseada neles.²⁸¹

A questão sobre o critério que permitiria determinar quais contradições seriam verdadeiras e quais não, é de suma importância também para o *dialeteísta*, sobretudo se ele não se pretende, no jargão de Priest, um *trivialista*, i.e., um indivíduo para o qual tudo é indiferentemente verdadeiro e falso. Supreendentemente, Priest admite que ele não só não possui tal critério, como acredita que tal coisa seja simplesmente impossível.²⁸² A ausência de um critério não é tão ruim, como, à primeira vista, pode parecer, tranquiliza o autor os seus leitores. A razão para que não haja pânico, mesmo

²⁷⁹ BROWN, B. Knowledge and Non-Contradiction, in. *The Law of Non-Contradiction New Philosophical Essays*. Edited by Graham Priest, J.C. Beall and Bradley Armour-Garb. Oxford; Clarendon Press, 2004, p. 126-155.

²⁸⁰ LEWIS, D. Letters to Beall and Priest, in. *The Law of Non-Contradiction New Philosophical Essays*. Edited by Graham Priest, J.C. Beall and Bradley Armour-Garb. Oxford; Clarendon Press, 2004, p. 176-177.

²⁸¹ *Ibidem*, p. 176.

²⁸² “I am frequently asked for a criterion as to when contradictions are acceptable and when they are not. It would be nice if there were a substantial answer to this question or even if one could give a partial answer, in the form of some algorithm to demonstrate that an area of discourse is contradiction free. But I doubt that this is possible”, PRIEST, G. 1998, p. 423.

diante desse cenário, reside no fato de que contradições são, *a priori*, improváveis, ou seja, a frequência com que contradições verdadeiras ocorrem é extremamente baixa.²⁸³ Segundo Priest não há motivo para pânico pois os possíveis contraexemplos à universalidade do PNC são de tipos bastante particulares, tais como proposições envolvendo auto referência, ou estados de coisas que são instantâneos, etc, enfim, tipos de coisas com as quais não se tem que lidar muito frequentemente.²⁸⁴

No que diz respeito a tais contraexemplos, Enrico Berti, em sua crítica à posição de Priest, ressalta que os paradoxos envolvendo auto referência, como o paradoxo do mentiroso, são considerados por muitos lógicos como problemas de linguagem e não a respeito da realidade. Além disso, a postulação de “estados de coisas instantâneos” depende de uma concepção específica de tempo e espaço.²⁸⁵ Nesse mesmo impulso, Berti, ao encerrar sua discussão contra Priest - logo depois de mencionar que o melhor exemplo de dialetéia apresentado é o paradoxo do mentiroso - chama atenção para o fato da linguagem ser mais ampla que a realidade, dado que podemos expressar também o falso, i.e., o que não é real. Assim, contradições, porquanto falsas, não são a expressão de qualquer realidade.²⁸⁶

Por fim, ainda que realmente acredite estar fora de meu atual alcance as condições teóricas para avaliar os méritos, ou as contribuições e avanços teóricos que tal doutrina poderia proporcionar; não obstante as possíveis vantagens advindas, não sou capaz de me furtar da impressão, manifesta pela maioria dos críticos de Priest, quanto à natureza demasiado implausível e contra intuitiva de sua proposta, além de seu aparente e gritante despropósito.²⁸⁷ Estranhamente, ou não, o próprio

²⁸³ Ibidem, p. 423.

²⁸⁴ “The counterexamples to the universality of the LNC are of very particular sorts (involving self-reference, or states of affairs that are but instantaneous, and so on), and we do not deal with these kinds of situations very often”, ibidem, p. 423.

²⁸⁵ “Regarding the rare counter-examples indicated by him, it is well known that the paradoxes “involving self-reference” have been considered by many logicians as problems concerning language, not reality, and “the states of affairs that are but instantaneous” depend on a conception of time as composed by separate instants, so that the problems concerning the notion of corporeal “limit” depend on a conception of space as composed by separate points”, BERTI, E. Objections to Aristotle’s Defence of the Principle of Non-Contradiction. In FICARA, E. (org.). *Contradictions: Logic, History, Actuality*. Berlin; de Gruyter, 2014, p. 97-108, cf. p. 105.

²⁸⁶ “I observe that also in this case the only dialetheia which is produced as an example of evident contradiction is the Liar, i.e., a linguistic paradox. [...] We must remember that our language is wider than reality, because it can express not only truth, i.e. the real, but also falsity, i.e. the not real. Contradictions belong to falsity, i.e. to the not real”, ibidem, p. 106.

²⁸⁷ “I just admit that I do not understand the advantage of admitting local contradictions, because either the contradictions are impossible, and in this case this impossibility concerns all the contradictions, or they are possible, and in this case why should we admit only some of them and not all? We have to

Priest faz questão de ressaltar esse aspecto de sua doutrina, logo após defendê-la com afinco em um de seus trabalhos. Dessa feita, ele encerra sua exposição fazendo uma analogia do dialetismo com a doutrina de Górgias sobre a verdade, segundo ele: “uma contradição não pode ser verdadeira, mas se pudesse, não poderíamos conhecê-la, e se pudéssemos, não poderíamos expressá-las.”²⁸⁸ Tanto esforço para coisa nenhuma, tal desfecho ironicamente, ou não, é perfeitamente coerente com uma linha de pensamento como a professada por Priest.

choose between Aristotle and Hegel, I cannot see a third way. The contradiction, in my opinion, cannot be local. If there is a local contradiction, there must be an error or an inadequacy of language or even something that is not real”, *ibidem*, p.106.

²⁸⁸ “The sophist Gorgias argued that there is no truth; and even if there were, you could not know it; and even if you could, you could not express it. The arguments we have been looking at might be summarized, loosely, by saying, similarly: a contradiction cannot be true; but even if it could be, you could not know it; and even if you could, you could not express it. The arguments, as we have seen, have no more force than Gorgias's arguments. So what is so bad about contradictions?”, *cf.*, PRIEST, 1998, p. 426.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ACKRILL, J. L. *Aristotle's Categories and De Interpretatione*. Oxford: Claredon Press, 1963.

ALEXANDER OF APHRODISIAS. *On Aristotle Prior Analytics 1.1-7*. Translated by J. Barnes, S. Bobzien, K. Flannery, K. Ierodiakonou. Ithaca, New York: Cornell University Press, 1991.

ALEXANDER OF APHRODISIAS. *On Aristotle's Metaphysics 4*. Translated by Arthur Madigan. Ithaca, New York: Cornell University Press, 1993.

ALMEIDA, Nazareno Eduardo de. Os princípios de verdade no Livro IV da *Metafísica* de Aristóteles. *Princípios*, Natal, v. 15, n. 23, jan./jun, 2008, p. 05-63.

AQUINAS, Thomas. *Commentary on the Metaphysics of Aristotle*, volume I. Translated by John P. Rowan. Chicago: Henry Regnery Company, 1961.

AQUINAS, Thomas. *Commentary on the Posterior Analytics of Aristotle*. Translated by F. R. Larcher, O.P. Albany: Magi Books, 1970.

ARISTÓTELES, *Metafísica* vols. I, II, III, 2ª edição. Ensaio introdutório, tradução do texto grego, sumário e comentários de Giovanni Reale. Tradução portuguesa Marcelo Perine. São Paulo. Edições Loyola. 2002.

ARISTÓTELES. *Metafísica*, livros IV e VI. Tradução, introdução e notas de Lucas Angioni. *Clássicos da Filosofia: Cadernos de Tradução nº 14*. IFCH/UNICAMP, 2007.

ARISTOTLE. *Metaphysics*. A Revised Text with Introduction and Commentary by W. D. Ross. 1 Vol., Oxford: Claredon Press, 1924 (1997).

_____. *Prior and Posterior Analytics*. A Revised Text with Introduction and Commentary by W. D. Ross, Oxford: Claredon Press, 1958.

ANGIONI, Lucas. Explanation and Definition in Physics I 1. *Apeiron: A Journal for Ancient Philosophy and Science*, Vol. 34, No. 4 (December 2001), p. 307-320.

_____. O conhecimento científico no livro I dos *Segundos Analíticos* de Aristóteles. *Journal of Ancient Philosophy*, vol. I 2007 Issue 2, p. 1-24.

BAILEY, D. T. J. Plato and Aristotle on the Unhypothetical. *Oxford Studies in Ancient Philosophy*, 30, (Summer) 2006, p. 101-126.

BALTZLY, Dirk. Aristotle and Platonic Dialectic in *Metaphysics* Γ 4. *A Journal for Ancient Philosophy and Science*, Vol. 32, No. 3 (September 1999), p. 171-202.

_____. To an Unhypothetical First Principle in Plato's *Republic*. *History of Philosophy Quarterly*, Vol. 13, No. 2 (Apr., 1996), p. 149-165.

BARNES, J. *Aristotle's theory of demonstration*. Phronesis, 1969a, p. 123-152.

_____. The Law of Contradiction. *The Philosophical Quarterly*, Vol. 19, No. 77 (Oct., 1969b), pp. 302-309.

_____. Aristotle, Menaechmus, and Circular Proof. *The Classical Quarterly*, New Series, Vol. 26, No. 2, 1976, p. 278-292.

_____. *Posterior analytics*, 20^a ed. Oxford: Clarendon Press, 2002.

BERTI, E. *Contraddizione e dialettica negli antichi e nei moderni*, Palermo, 1987.

_____. *As razões de Aristóteles*. São Paulo: Edições Loyola, 1998.

_____. Objections to Aristotle's Defence of the Principle of Non-Contradiction. In FIGARA, E. (org.). *Contradictions: Logic, History, Actuality*. Berlin; de Gruyter, 2014, p. 97-108

BOLTON, R. "Aristotle's conception of metaphysics as a science", in T. Scaltsas, D. Charles e M. L. Gill (eds), *Unity identity and explanation in Aristotle's metaphysics*. Oxford: Claredon Press, 1994, p. 321-54.

BROWN, B. Knowledge and Non-Contradiction, in. *The Law of Non-Contradiction New Philosophical Essays*. Edited by Graham Priest, J.C. Beall and Bradley Armour-Garb. Oxford; Claredon Press, 2004, p. 126-155.

CODE, A. "Aristotle's Investigation of a Basic Logical Principle: Which Science Investigates the Principle of Non-Contradiction?" *Canadian Journal of Philosophy*, vol.16, nº 3, 1986, p. 341-358.

_____. Metaphysics and Logic, in *Aristotle today: essays on Aristotle's ideal of Science*. Edited by Mohan Matthen. Edmont, Alberta: Academic Printing and Publishing, 1987, p. 127-149.

COHEN, M. "Aristotle on the Principle of Non-Contradiction". *Canadian Journal of Philosophy*, vol.16, nº 3, p. 359-370, 1986.

CRUBELLIER, M & LARKS, A (ed.) *Aristotle's Metaphysics Beta. Symposium Aristotelicum*. Oxford University Press, 2009.

DANCY, R. *Sense and contradiction: a study in Aristotle*. Dordrecht/Boston: D. Reidel Publishing Company, 1975.

DEGNAN, M. What is the Scope of Aristotle's Defense of the PNC? *Apeiron: A Journal for Ancient Philosophy and Science*, Vol. 32, No. 3 (September 1999), p. 243-274, p. 244.

EVES, Howard. *Introduction to the History of Mathematics*. New York: Holt, Rinehart and Winston, 1969a.

_____. *Tópicos de História da Matemática - Geometria*. Tradução de Hygino H. Domingues. São Paulo: Editora Atual, 1969b.

FEREJOHN, M. Meno's Paradox and De Re Knowledge in Aristotle's Theory of Demonstration. *History of Philosophy Quarterly*, Vol. 5, No. 2 (Apr., 1988), p. 99-117.

_____. Aristotle on Focal Meaning and the unity of Science. *Phronesis*, 25, 1980, p. 117-128.

_____. *The Origins of Aristotelian Science*. New Haven; Yale University Press, 1991.

FICARA, E. (org.). *Contradictions: Logic, History, Actuality*. Berlin; de Gruyter, 2014.

FURTH, M. Note on Aristotle's Principle of Non-Contradiction. *Canadian Journal of Philosophy*, Vol. 16, No. 3 (Sep., 1986), p. 371-381.

HALPER, E. Aristotle on the Extension of Non-Contradiction. *History of Philosophy Quarterly*, Vol. 1, No. 4 (Oct., 1984), p. 369-380.

HAMILTON, Sir William. *Lectures on Logic*. Vol. I. London; William Blackwood and Sons, 1866.

HAMLIN, D. W. The Presidential Address: Focal Meaning. *Proceedings of the Aristotelian Society, New Series*, Vol. 78 (1977 - 1978), p. 1-18.

HEATH, Sir Thomas. *Mathematics in Aristotle*, Oxford: Clarendon Press, 1949 (1970).

_____. *A History of Greek Mathematics*, Oxford: Clarendon Press, vol. 1, 1921.

INCIARTE, F. Aristotle's defence of the principle of non-contradiction. *Archiv für Geschichte der Philosophie*, vol. 76, p. 129-50, 1994.

IRWIN, T. Aristotle's Discovery of Metaphysics. *The Review of Metaphysics*, Vol. 31, No. 2 (Dec., 1977), p. 210-229.

_____. *Aristotle's First Principle*. Oxford: Clarendon Press, 1988.

JAEGER, W. *Aristotle: Fundamentals of the history of his development*. Trad. Richard Robson. Oxford: Oxford University Press, 1948.

JAEGER, W. *Aristotle's Metaphysics*, Oxford: Clarendon Press, 1957.

KIRWAN, C. *Aristotle's Metaphysics, Books Γ, Δ and E*. Oxford: Clarendon Press, 1971 (2003).

LEAR, J. *Aristotle and Logical Theory*. Cambridge: Cambridge University Press, 1980.

_____. *The Desire to Understand*. New York: Cambridge University Press, 1988 (2007).

LESZL, W. *Logic and Metaphysics in Aristotle: Aristotle's Treatment of Types of Equivocity and Its Relevance to His Metaphysical Theories*. Editrice Antenore, Padua, 1970, apud. HAMLIN, D. W. The Presidential Address: Focal Meaning. Proceedings of the Aristotelian Society, New Series, Vol. 78 (1977 - 1978), p. 1-18.

LUKASIEWICZ, Jan. Sobre a lei da contradição em Aristóteles. Tradução de Raphael Zillig, in. *Sobre a Metafísica de Aristóteles: textos selecionados*. Coordenação de Marco Zingano. São Paulo: Odysseus Editora, 2009, p. 1-24.

LOURENÇO, D. *Definição, Não-contradição e Indemonstrabilidade dos Princípios: uma proposta de leitura para Metafísica Γ, 4 à luz de Segundos Analíticos I, 22*. Orientador Prof. Dr. Nazareno Eduardo de Almeida. Dissertação de mestrado, UFSC, 2013a.

_____. Predicação e Demonstração: Algumas considerações sobre os *Segundos Analíticos I, 22*. Florianópolis: *Peri – Revista de Filosofia*, v. 5, p. 185-200, 2013b.

_____. A resposta aristotélica para a aporia do regresso ao infinito nas demonstrações. In: Jaimir Conte; Cezar A. Mortari. (Org.). *Temas em filosofia*

contemporânea. 1ed. Florianópolis: NEL - Núcleo de Epistemologia e Lógica, 2014, v. 13, p. 184-203.

MADIGAN, A. *Aristotle's Metaphysics Books B and K1-2*: Claredon Aristotle Series, Oxford University Press, 2005.

MANSION, A. *Introduction à la physique aristotélicienne*. Louvain: Institute Supérieur de Philosophie, 1945, p.12-13 apud PORCHAT, O. *Ciência e Dialética em Aristóteles*. São Paulo: Editora UNESP, 2000, p. 29.

MESQUITA, A. P. *Obras completas de Aristóteles: introdução geral*. Vol. 1. Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 2005.

MCKIRAHAN, R. Aristotle's Metaphysics from the Perspective of the Posterior Analytics. *Proceedings of the Boston Area Colloquim in Ancient Philosophy, Volume XI*, 1995, edited by J. J. Cleary and W. Wians, p. 275-97. Lanhan, MD; Universty Press of America, 1997.

OWEN, G.E.L. Logic and metaphysics in some early works of Aristotle, in *Logic, science and dialectic: Collected Papers in Greek Philosophy*, New York; Cornell University Press, 1986.

PORCHAT, O. *Ciência e Dialética em Aristóteles*. São Paulo: Editora UNESP, 2000.

PRIEST, G. What is so Bad about Contradictions. *The Journal of Philosophy*, Vol. 95, No. 8 (Aug., 1998), p. 410-426.

PRIEST, G.; BEALL, J.C. and ARMOUR-GARB, B (ed.). *The Law of Non-Contradiction New Philosophical Essays*. Oxford; Claredon Press, 2004.

_____. *Doubt truth to be a liar*. Oxford University Press, 2006.

ROSS, M. Aristotle on 'Signifying One' at Metaphysics Γ 4. *Canadian Journal of Philosophy*, Vol. 25, No. 3 (Sep., 1995), p. 375-393.

UPTON, Thomas. Psychological and Metaphysical Dimensions of Non-Contradiction in Aristotle. *The Review of Metaphysics*, Vol. 36, No. 3 (Mar., 1983), p. 591-606.

_____. Aristotle on Hypothesis and the Unhypothesized First Principle. *The Review of Metaphysics*, Vol. 39, No. 2 (Dec., 1985), pp. 283-301.

POLITIS, Vasilis. *Aristotle and the Metaphysics*. II. Series: Routledge Philosophy Guidebooks. London and New York; Routledge, 2004.

ZÁCHIA, E. I. *A ciência da Metafísica de Aristóteles*. Orientador Prof. Dr. Balthazar Barbosa Filho. Dissertação de mestrado, UFRGS, 2013.

ZILLIG, R. *Significação e não-contradição: Um estudo sobre Metafísica G4*. Dissertação de Mestrado, sob orientação do prof. Balthazar Barbosa Filho, UFRG. 2003.

ZILLIG, R. "Significação e não-contradição". *Analytica* (UFRJ), v. 11, p. 107-126, 2007.

ZINGANO, M. "Notas sobre o Princípio de Não Contradição em Aristóteles." *Cad. Hist. Fil.Ci.* Campinas, Série 3, v. 13, n. 1, p. 7-,32, jan.-jun., 2003.

WEDIN, M. The Scope of Non-Contradiction: A Note on Aristotle's 'Elenctic' Proof in "Metaphysics" Γ4. *Apeiron: A Journal for Ancient Philosophy and Science*, Vol. 32, No. 3 (September 1999), p. 231-242.

_____. Some Logical Problems in Metaphysical Gamma. *Oxford Studies in Ancient Philosophy*, 2000, p. 114-161.

_____. Aristotle on the Firmness of the Principle of Non-Contradiction. *Prhonesis*, XLIX/3, p. 225-265, 2004a.

WOLFF, Francis. "Le principe de la Métaphysique d'Aristote et le principe de la métaphysique de Descartes", *Revue Internationale de Philosophie*, vol. 51, n1 201, 1997, pp. 417-443.

YEBRA, Valentin García (trad.). *Metafísica de Aristóteles*. 2 ed. Revisada. Madrid, Editorial Gredos, 1990.